Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

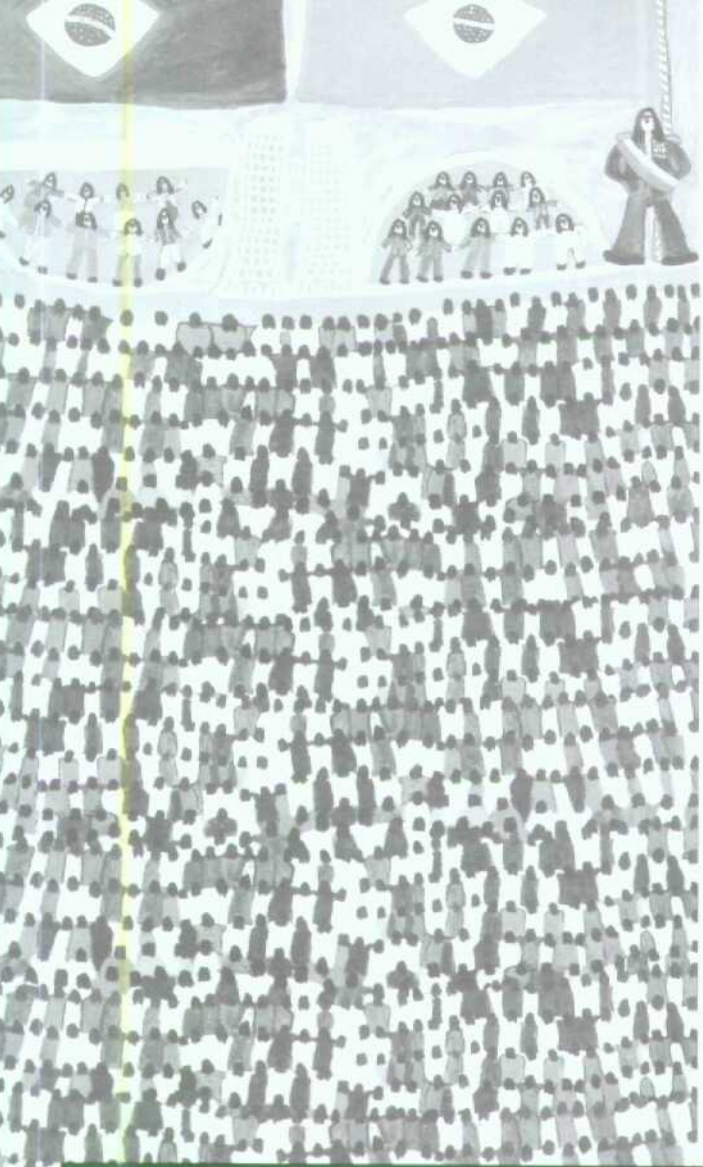
BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA



Presidente Fernando Henrique Cardoso

Mensagem ao Congresso Nacional

Brasília, 2001



Presidente Fernando Henrique Cardoso

Mensagem ao Congresso Nacional

Brasília, 2001

© 2001, Presidência da República do Brasil

Brasil, Presidente (1995-: F.H. Cardoso)

Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura / Fernando Henrique Cardoso. – Brasília : Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo, 2001.

247 p. – (Documentos da Presidência da República)

1. Política e governo – Brasil. I. Cardoso, Fernando Henrique, 1931 – II. Título III. Série.

CDD 320.98

República Federativa do Brasil

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso
Vice-Presidente da República
Marco Antônio de Oliveira Maciel
Ministro de Estado da Justiça
José Gregori
Ministro de Estado da Defesa
Geraldo Magela da Cruz Quintão
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Lafer
Ministro de Estado da Fazenda
Pedro Sampaio Malan
Ministro de Estado dos Transportes
Eliseu Lemos Padilha
Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcus Vinicius Pratini de Moraes
Ministro de Estado da Educação
Paulo Renato Souza
Ministro de Estado da Cultura
Francisco Correa Weffort
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Francisco Oswaldo Neves Dornelles
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social
Waldeck Vieira Ornélas
Ministro de Estado da Saúde
José Serra
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Alcides Lopes Tápias
Ministro de Estado de Minas e Energia
Rodolpho Tourinho Neto
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Martus Antônio Rodrigues Tavares
Ministro de Estado das Comunicações
João Pimenta da Veiga Filho
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Ministro de Estado do Meio Ambiente
José Sarney Filho
Ministro de Estado do Esporte e Turismo
Carlos Carmo Andrade Melles
Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Luiz Gonçalves Bezerra
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Raul Belens Jungmann Pinto
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Pedro Pullen Parente
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Divisão Alberto Mendes Cardoso
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Aloysio Nunes Ferreira
Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República
A. Andrea Matarazzo
Advogado-Geral da União
Gilmar Ferreira Mendes
Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República
Ovidio Antônio de Ângelis
Secretário de Estado dos Direitos Humanos
Embaixador Gilberto Vergne Saboia
Secretária de Estado de Assistência Social
Wanda Engel Aduan

Sumário

Introdução; VII

I. Gestão Empreendedora para o Desenvolvimento; 1

II. A Evolução da Política Econômica; 11

PIB: Expansão Sustentada do Crescimento Econômico; 17

Emprego e Renda: Início da Recuperação; 21

A Consolidação do Esforço Fiscal: a Base da Recuperação; 24

O Aprofundamento das Reformas Estruturais; 28

Política Monetária: a Mais Baixa Taxa de Juro Real da Década; 30

Inflação: Consolidação do Novo Regime de Metas; 33

Setor Externo: Recuperação Mais Lenta em Função da Instabilidade Externa; 37

III. Desenvolvimento Social; 41

Educação; 42

Saúde; 66

Trabalho; 79

Previdência Social; 89

Assistência Social; 96

Desenvolvimento Urbano; 103

Segurança e Direitos da Cidadania; 109

Cultura; 122

Esportes; 133

IV. Infra-Estrutura; 135

Transportes; 136

Energia; 144

Comunicações; 156

V. Desenvolvimento da Produção Nacional; 167

Financiamento do Desenvolvimento; 168

Desenvolvimento Regional; 172

Agricultura e Desenvolvimento Agrário; 174

Indústria e Comércio; 186

Mineração; 194

Turismo; 196

VI. Informação e Conhecimento; 201

Expansão da Base Nacional de Ciência e Tecnologia; 204

Tecnologia da Informação; 207

Biotecnologia e Biodiversidade; 207

Tecnologia em Saúde; 209

Tecnologia no Setor Energético; 210
Tecnologia Nuclear; 211
Pesquisa Agropecuária; 211
Clima e Meteorologia; 213
Tecnologia Militar; 213
Ordenamento Territorial; 215
Tecnologia Aeroespacial; 216

VII. Meio Ambiente; 217

Florestas; 220
Recursos Hídricos; 222

VIII. Defesa Nacional; 227

A Defesa e a Sociedade; 227
O Brasil e a Segurança Hemisférica; 228
Participação em Operações de Paz; 230
Instalação e Implantação do Ministério da Defesa; 230
Presença e Vigilância na Amazônia; 231
Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas; 234

IX. Política Externa; 237

Introdução

Senhores Membros do Congresso Nacional,

O ano 2000 trouxe a retomada do investimento, da produção e do emprego com um vigor que superou as expectativas mais otimistas em relação à economia brasileira. Essa tendência deve se acentuar em 2001. A maioria dos brasileiros vai sentir a melhora diretamente no nível dos seus salários e na renda de suas famílias.

Começamos a colher os benefícios do ajuste interno que efetuamos em resposta à crise financeira externa. O êxito da reação às dificuldades da conjuntura comprova algo ainda mais importante: as reformas estruturais que empreendemos ao longo destes seis anos, cujo rumo conseguimos manter no meio da crise, preparam o País para um ciclo duradouro de desenvolvimento econômico e social.

O momento é de comemorar os bons resultados e encarar os próximos desafios animados pela convicção – que nunca me faltou – de que o Brasil está a caminho de subir de patamar na escala das nações e em relação às aspirações do seu povo.

Não me move outra ambição, no exercício da Presidência da República, que a de ajudar os brasileiros a tomar nas mãos esta oportunidade histórica. Propósito que é compartilhado, tenho certeza, pelos representantes da Nação nesta Casa.

O Brasil fechou o ano 2000 com a inflação em baixa e a produção em alta. A inflação medida pelo IPCA ficou dentro da meta de 6%, contra 9% em 1999. O PIB cresceu 4%, contra 1% em 1999.

A retomada do emprego é a nota mais gratificante nesse quadro. Há uma melhora importante tanto na quantidade como na qualidade da oferta de postos de trabalho. De novembro de 1999 a novembro de 2000, o Cadastro do Geral de Emprego e Desemprego registrou a geração líquida de 893 mil vagas com carteira de trabalho assinada. Somente nas seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, 700 mil novas vagas foram abertas nos doze meses até novembro de 2000. A taxa média anual de desemprego recuou para 6,5%, bem abaixo da registrada em 1999.

A recuperação do nível de emprego favorece a recomposição do valor dos salários e da massa salarial. Essa tendência já era perceptível no fim do ano passado. Mais seguras no emprego e com perspectivas de aumento da renda familiar, as pessoas voltam a consumir mais, como se viu na época do Natal.

Por seu lado, o volume de investimentos registrava uma expansão de mais de 6% no terceiro trimestre de 2000 em relação ao mesmo período de 1999. A oferta adicional de bens e serviços gerada dessa maneira reforça as perspectivas de continuidade do crescimento da economia sem pressões inflacionárias.

A indústria liderou o crescimento em 2000, com uma expansão acima de 6%. O aumento da área plantada e do consumo de máquinas e fertilizantes antecipa um melhor desempenho da agricultura em 2001, com impacto favorável sobre o PIB e a estabilidade de preços.

A expectativa de um saldo comercial positivo em 2000 foi frustrada pelo encarecimento das importações, principalmente de petróleo, e a estagnação do preço das exportações de *commodities*. Mesmo assim, as exportações apresentaram expressiva recuperação, iniciada em 1999: aumentaram 15% no total, chegando a 19% nos manufaturados. Tampouco pelo lado da balança comercial aparecem obstáculos intransponíveis ao crescimento equilibrado.

A conjuntura internacional relativamente menos tumultuada favoreceu o bom desempenho da economia brasileira em 2000, mas por si só não o explica. De fato, o mundo passou o ano 2000 sem choques das proporções de 1998, mas não sem dificuldades do ponto de vista do Brasil. Dúvidas sobre o ritmo de desaceleração da economia norte-americana, desvalorização do euro, forte alta do petróleo, crises em economias emergentes, tudo isso alimentou a volatilidade dos mercados financeiros e prejudicou – transitoriamente, é verdade – nossas condições de acesso ao crédito externo.

As forças para dar a volta por cima da crise vieram basicamente de dentro do País, não de fora. O porte e a relativa complexidade da economia brasileira limitam sua vulnerabilidade aos impactos externos. O avanço das reformas estruturais que empreendemos desde 1995 aumentou substancialmente a eficiência do setor privado e do Estado brasileiros. Por último, mas não menos importante, a firmeza com que pusemos em prática o Plano de Estabilização Fiscal, lançado em outubro de 1998, foi deci-

siva para reverter as expectativas desfavoráveis em relação ao Brasil.

Não faltou quem sugerisse, no auge da crise, que deveríamos afrouxar as metas fiscais em benefício de uma retomada mais rápida do crescimento, ainda que à custa de mais alguma inflação. O quadro de crescimento com estabilidade que estamos experimentando agora comprova a precipitação daquelas sugestões. Desnuda, além disso, a superficialidade das críticas ao Plano de Estabilização como uma imposição do Fundo Monetário Internacional – FMI em benefício dos nossos credores externos. Na verdade ele representou uma opção consciente do Brasil em benefício de suas próprias possibilidades de crescimento sustentado.

O rigor do ajuste fiscal ativou o círculo virtuoso pelo qual temos conseguido diminuir as taxas de juros, manter a estabilidade do câmbio, estimular a atividade econômica sem volta da inflação, aumentar a arrecadação, reforçar o equilíbrio das contas públicas, abrir espaço para mais redução dos juros e assim por diante.

A taxa de juros básica recuou de 19% para 15,75% ao longo do ano passado. Os juros para os tomadores finais tiveram uma redução proporcionalmente mais acentuada. O volume de empréstimos para as empresas aumentou 20%; para as pessoas físicas, mais de 100%.

A dívida pública líquida deve fechar o ano com uma ligeira redução, após anos seguidos de crescimento. Foi possível melhorar o perfil da dívida mobiliária do governo, com alongamento dos prazos e aumento da participação dos títulos pré-fixados, apesar da volatilidade dos mercados financeiros.

A dívida externa teve uma redução expressiva, de 45,6 para 40,8% do PIB. Já incluído neste resultado está o pagamento da maior parte do empréstimo de ajuda internacional tomado por meio do FMI em 1998. A volta da confiança no Brasil refletiu-se positivamente nas condições de acesso tanto do governo como das empresas nacionais ao crédito externo.

Longe de submeter o País à ganância dos credores, estamos na verdade aliviando o País – isto é, os consumidores, as empresas, o governo – do peso das dívidas e ao mesmo tempo resgatando o crédito, público e privado, como alavanca do desenvolvimento econômico e social.

Seis anos de esforços persistentes de reforma do Estado também começam a mostrar resultados cada vez mais significativos na área social, na forma de ganhos de eficiência e qualidade do gasto público.

Os sistemas de avaliação introduzidos nos últimos anos permitem, pela primeira vez, acompanhar ano a ano o desempenho do sistema educacional em todo o País. Eles mostram, sem sombra de dúvida, que as mudanças estruturais empreendidas em conjunto pelo Governo Federal, Estados, Municípios e comunidade estão dando frutos nos três níveis de ensino.

O Brasil recebeu o prêmio UNESCO 2000 pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. É o reconhecimento internacional de uma iniciativa que está resgatando o aspecto mais grave da dívida social do País, que é o déficit educacional. Atingimos no ano passado 97% das crianças de sete a quatorze anos na escola, antecipando e superando a meta do Plano Decenal de Educação. No Norte e Nordeste, o FUNDEF permitiu mais que dobrar o gasto por aluno no ensino fundamental, mostrando que é, além de tudo, um importante meio de combate às desigualdades regionais.

Um grande reforço para a universalização do ensino fundamental vem do Programa de Garantia de Renda Mínima. Desde o seu lançamento em 1999, cerca de 1,3 milhão de famílias carentes receberam incentivo para manter na escola 2,7 milhões de crianças e adolescentes. Em 2001, o universo de atendimentos deve ser expandido.

O êxito do combate à repetência e evasão escolar no ensino fundamental impulsionou a demanda pelo ensino médio. A União lançou um programa de apoio à expansão das redes estaduais de ensino médio, preparando-as para atender a 1 milhão de novos alunos. Com recursos do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – FUST, o Governo Federal está apoiando também a universalização, até 2002, do uso da Internet nas escolas públicas de segundo grau.

O Exame Nacional de Cursos já se estende a dezoito ramos do ensino superior e é, depois de quatro anos, uma iniciativa consagrada pelos próprios estudantes e professores. O Provão, como é conhecido, tem atestado a liderança das universidades federais em termos de qualidade do ensino, sem prejuízo da forte expansão da quantidade de estudantes matriculados e concluintes.

O Congresso Nacional aprovou no ano passado uma mudança institucional de alcance comparável para a saúde ao que o FUNDEF teve para a educação. A Emenda Constitucional nº 29 prevê a elevação gradual, até 2004, dos gastos dos Estados e Municípios com a atenção à saúde, dando conseqüência ao princípio da responsabilidade compartilhada das três esferas de governo nesse setor.

Avançamos, ao mesmo tempo, na descentralização do Sistema Único de Saúde, com a transferência automática e regular dos recursos federais diretamente para Estados e Municípios e ênfase crescente nas ações preventivas e na atenção integral à saúde. O programa Saúde da Família, que é o eixo estruturante do novo modelo de assistência, chegou no ano passado a mais de 10 mil equipes em 3.090 Municípios.

Destaco com especial satisfação o êxito das ações coordenadas pelo Governo Federal em prol da saúde das crianças, que se reflete na queda dos índices de mortalidade e morbidade. A mortalidade de crianças com até um ano de idade, por mil nascidas vivas, decresceu de 47,8 no início da década de 1990 para 34,6 em 1999. As internações por diarréia diminuíram 50% de 1995 para 1999. A relevante contribuição da Pastoral da Criança da Igreja Católica para esse resultado, em parceria com o Governo Federal, motivou a indicação pelo Brasil da doutora Zilda Arns para o Prêmio Nobel da Paz de 2001. Outro fator decisivo para a redução da mortalidade infantil são as ações de vacinação desenvolvidas de maneira descentralizada pelos postos de saúde e nas campanhas nacionais.

O grande desafio do Brasil na área da previdência continua sendo a ampliação da cobertura, que ainda deixa de fora 38 milhões de trabalhadores, ou mais de 40% da população economicamente ativa. Vários aperfeiçoamentos nesse sentido vêm sendo introduzidos no Regime Geral de Previdência Social, a partir da promulgação da Lei nº 9.876, de 1999. Além de mudanças nas regras de concessão de benefícios, intensificaram-se em todo o País as iniciativas para divulgar os direitos e deveres previdenciários e facilitar a filiação à previdência de todos os trabalhadores, inclusive os autônomos. Como parte desse esforço, é gratificante registrar o aumento expressivo na concessão do salário-maternidade, a partir da ampliação da cobertura a todas as seguradas e do pagamento do benefício pela previdência, em vez da empresa.

A reforma agrária – onde atingimos 460 mil famílias assentadas em seis anos – é outro exemplo, entre vários contidos no

corpo desta Mensagem, de melhoria da qualidade do gasto social. O aprimoramento técnico em todas as fases do processo, combate às fraudes e desperdícios na desapropriação de terras, valorização das parcerias na consolidação dos assentamentos, tudo isso permitiu ao INCRA reduzir em mais de 50% o custo médio por família assentada. Ganhos adicionais de eficiência começam a ser conseguidos a partir da articulação, sob o Ministério do Desenvolvimento Agrário, dos programas voltados para o acesso à terra e apoio à agricultura familiar. Um sinal eloqüente de que estamos no caminho certo nessa área é a diminuição drástica das vítimas da violência em conflitos fundiários no ano passado.

Senhores Congressistas,

O ano que começa deve ser de realização das perspectivas favoráveis que fomos capazes de construir para o País no campo econômico. E deve ser marcado por novos e mais importantes avanços também no campo social.

Mais do que crescer simplesmente, temos diante de nós a oportunidade de espraiar o desenvolvimento pelas diferentes camadas sociais e regiões do País.

Do ponto de vista dos segmentos mais avançados da economia e da sociedade, isto importa em enfrentar com lucidez, persistência e ousadia os desafios da competição global. Alguns pontos na vasta *agenda da competitividade* demandam atenção imediata, para que a balança comercial não venha efetivamente a se tornar um limitador do nosso crescimento.

1) A redução do custo-Brasil cobra esforços adicionais em relação à queda das taxas de juros, à remoção de gargalos de infra-estrutura e à racionalização da carga tributária. Temos espaço para avançar nos três – juros, infra-estrutura e impostos – sem perder de vista que o êxito continuado do Programa de Estabilização Fiscal em 2001 e 2002, longe de ser uma limitação, é o que nos permitirá garantir e ampliar esse espaço.

2) Além de exportar mais, precisamos ampliar a base exportadora do País, em termos de ramos de produção, de densidade do valor agregado e da quantidade e variedade de empresas envolvidas. Nesse esforço, o Governo Federal continuará aperfeiçoando e intensificando o uso dos instrumentos ao seu alcance para propiciar às empresas brasileiras acesso ao crédito, à informação e conhecimento e aos mercados tanto quanto possível em igualdade de condições com os competidores externos.

3) A agregação de informação e conhecimento à atividade econômica merece uma menção à parte. O Brasil construiu, ao longo de meio século, um sistema público de ciência e tecnologia como pouquíssimos países em desenvolvimento podem ostentar. Entre 1995 e 1998, a produção científica brasileira, medida por critérios internacionais consagrados, teve um crescimento só superado pela Coréia do Sul. Os recursos dos fundos setoriais já aprovados e ainda em apreciação pelo Congresso Nacional e uma definição criteriosa das prioridades estratégicas permitirão ao País tirar todo o proveito dessa importantíssima vantagem competitiva.

4) A defesa dos interesses comerciais brasileiros torna-se mais árdua na medida em que o País assume um perfil menos retraído no contexto internacional. Temos pela frente uma agenda pesadíssima, que vai das relações bilaterais com parceiros estratégicos a uma nova rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio, passando pela consolidação do Mercosul e a proposta da Área de Livre Comércio das Américas. Vamos trabalhá-la com tranqüilidade mas com firmeza para valorizar ao máximo o peso relativo do Brasil nesse complexo tabuleiro.

Os êxitos que alcançarmos no plano econômico permitirão enfrentar com mais fôlego – inclusive fôlego fiscal – os desafios da inclusão social. Isto já acontece no orçamento da União para 2001, que prevê uma significativa expansão do gasto social contando com um cenário macroeconômico mais favorável e a efetividade das medidas anti-sonegação aprovadas pelo Congresso. Ganharemos assim algum espaço adicional para a *agenda da solidariedade*, da qual alguns pontos também merecem destaque.

1) O Fundo de Combate à Pobreza está em fase final de apreciação pelo Congresso. Sua criação permitirá destinar recursos adicionais a programas de educação, saúde, previdência e assistência social, saneamento básico, recursos hídricos, turismo, trabalho, energia e agricultura familiar nos Municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano. Esta é uma forma de melhorar a focalização do gasto social nos grupos que efetivamente necessitam maior apoio.

2) Um esforço similar deve ser feito em relação aos cinturões de pobreza na periferia das áreas metropolitanas, reconhecendo suas carências específicas em setores como segurança pública, habilitação para o exercício dos direitos básicos de cidadania, transporte de massa e reordenamento urbano. O Governo Federal buscará formas de enfrentar mais decisivamente esse imenso desafio, em parceria com os Estados e Municípios.

3) O maior de todos os desafios continua sendo equilibrar a focalização do gasto em favor dos mais carentes e a universalização do acesso básico à educação, atenção à saúde e previdência. Para isso não há fórmula mágica, mas só a busca permanente da eficiência na gestão pública, com austeridade, criatividade, descentralização, controles sociais crescentes e muita abertura à enorme disposição demonstrada pelos brasileiros para o trabalho voluntário em favor da comunidade.

4) Como os recursos, ainda que um pouco menos escassos, serão sempre limitados, a continuidade do financiamento dos programas sociais nos três níveis de governo só pode ser assegurada por uma gestão financeira responsável. A aplicação rigorosa da Lei de Responsabilidade Fiscal é, por isso mesmo, indissociável do compromisso conseqüente com a inclusão social.

São estes, Senhores Congressistas, os elementos básicos do cenário que eu visualizo para o nosso País no ano que se inicia, e algumas das linhas de ação decorrentes do cenário e dos compromissos programáticos do governo.

A tranqüilidade política foi um fator decisivo para a superação das dificuldades econômicas que enfrentamos em 1998 e 1999. Essa tranqüilidade deve muito ao equilíbrio que temos sabido manter entre os Poderes que representamos, pautado pela busca do respaldo parlamentar necessário às iniciativas do governo, pelo livre exercício da oposição e pela adesão irrestrita de ambos, governo e oposição, às regras do jogo democrático.

Estou certo de que com o mesmo equilíbrio continuaremos trabalhando, o Presidente da República e o Congresso Nacional, pela realização das perspectivas amplamente favoráveis que hoje se abrem para o nosso País.

Brasília, 15 de fevereiro de 2001.

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

I. Gestão Empreendedora para o Desenvolvimento

A firmeza com que o País vem enfrentando sucessivas crises no mundo é a principal evidência de que vivemos uma nova realidade. Em outras épocas, a crise da Rússia ou a recente elevação dos preços do petróleo no mercado internacional teriam causado perturbações profundas, desarticulando a economia e desestabilizando a moeda. Hoje, essas crises trazem turbulências temporárias, mas não nos afastam do rumo do desenvolvimento sustentado e das conquistas sociais permanentes.

A realidade brasileira mudou e isso não aconteceu por acidente. As grandes transformações em nossa economia são fruto de políticas consistentes, conduzidas com determinação ao longo dos últimos anos. Foram assim construídas a estabilidade dos preços, a desindexação da economia, as privatizações e a integração comercial, consolidando progressivamente as condições necessárias à retomada do desenvolvimento. Tudo isso vem sendo realizado sem concessões a interesses momentâneos, num ambiente amplamente democrático e no limite das possibilidades reais de intervenção do Poder Executivo.

Para os próximos anos, as perspectivas da economia brasileira são positivas. Estamos superando com sucesso uma fase de transição e criando as condições para um longo ciclo de crescimento sustentado. O ano 2000 marca o início desse ciclo, para o qual o País vem se preparando. É o momento ideal para pôr em prática um projeto de desenvolvimento nacional. Esse projeto está estruturado no **Plano Plurianual 2000-2003 – o Avança Brasil** – aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente da República em julho de 2000. Além de traçar os rumos para o desenvolvimento sustentável, o Avança Brasil é, ao mesmo tempo, um instrumento de modernização da gestão pública.

Como projeto de desenvolvimento, aloca recursos para os investimentos estratégicos que devem mudar a realidade nacional. São investimentos em infra-estrutura econômica e informação e conhecimento, para fortalecer o setor produtivo e gerar empregos, e investimentos em meio ambiente e na área social, para ampliar o acesso da população a melhores condições de vida.

O Avança Brasil aloca recursos para investimentos na área social, em transportes, energia e telecomunicações, para melhorar as condições de vida da população, fortalecer o setor produtivo e gerar empregos.

Os investimentos estratégicos do Avança Brasil foram selecionados com base nas recomendações do estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, que organizou *portfólio* de oportunidades de investimentos no valor de R$ 317 bilhões, para um horizonte estratégico de oito anos, de 2000 a 2007.

A viabilização do projeto de desenvolvimento nacional está apoiada no investimento privado. A participação da iniciativa privada na construção da infra-estrutura econômica tem sido crescente nos últimos anos, principalmente nos setores de comunicação e energia. Essa participação, entretanto, precisa ser ampliada para ajudar a suprir as imensas lacunas de infra-estrutura necessárias para integrar o País e aumentar a competitividade da economia. A importância que o Governo vem dando a essa questão, levou à criação, em novembro de 2000, em parceria com 42 entidades empresariais, da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos – Investe Brasil, instituição voltada para a atração de investimentos diretos internacionais e nacionais para o desenvolvimento do País.

Cada programa do Avança Brasil é acompanhado por um gerente. São 332 gerentes, que têm a missão de identificar problemas e propor soluções, assegurando, assim, a efetividade dos programas.

A vertente gerencial do Avança Brasil está ancorada em rede de gerenciamento composta por 332 gerentes, que têm a missão de tornar efetivos os resultados dos programas. Esforço intensivo de capacitação e motivação das equipes gerenciais vem sendo desenvolvido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, desde novembro de 1999.

Os gerentes de programas contam, desde início de 2000, com o Sistema de Informações Gerenciais do Avança Brasil, eixo principal da rede de gerenciamento, interligando todos os que atuam na implementação do Plano. O SIG apresentava, em dezembro de 2000, 301 programas com informações atualizadas pelos gerentes e 700 usuários cadastrados.

A sanção da lei do Plano Plurianual, em julho de 2000, marcou o início de um conjunto de ações direcionado para intensificar o gerenciamento dos programas do Avança Brasil e reforçar o comprometimento de todo o Governo com a obtenção de resultados. Para orientar o processo de implantação do modelo gerencial, foi elaborado um Calendário do Ciclo de Gestão do Governo, cobrindo todas as atividades relacionadas com o gerenciamento, avaliação e revisão do Plano, a elaboração do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos da União.

A partir de setembro de 2000, foi iniciado o trabalho de intensificação do gerenciamento, em reunião de trabalho do Presidente da República com os ministros e presidentes dos bancos oficiais. Em seguimento, foram realizadas reuniões em cada Ministério, com a participação do Secretário Executivo, do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, dos gerentes de programa e de representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foram 22 encontros, entre setembro e novembro de 2000, nos quais foi definida agenda de com-

promissos para consolidar a implantação do gerenciamento dos programas do Avança Brasil.

Diversas iniciativas, no âmbito dos órgãos setoriais, estão aperfeiçoando o modelo de gerenciamento do Avança Brasil. A principal tem sido a estruturação de instância de coordenação dos gerentes de programa e o estabelecimento de novas sistemáticas para o fluxo de informação e a tomada de decisão.

Dando início a processo contínuo de atualização do Plano em relação às demandas da sociedade, de modo a manter a adequação dos programas à realidade, foi realizada, no primeiro semestre de 2000, com apoio dos gerentes, ampla revisão dos programas, que resultou em proposta de inclusão, exclusão e alteração de programas e ações no Avança Brasil, encaminhadas em projetos de lei ao Congresso Nacional.

Foi realizada no 1º semestre de 2000 uma ampla revisão dos programas que resultou em inclusão, exclusão e alteração de ações do Avança Brasil, encaminhadas em projetos de lei ao Congresso Nacional. O objetivo é garantir que o PPA continue adequado à realidade brasileira.

Pela primeira vez, está sendo realizada, a partir de novembro de 2000, uma avaliação de resultados dos programas, com a participação dos gerentes, dos ministérios setoriais e da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, sob coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Os resultados da avaliação, além de informar o núcleo estratégico do Governo e o Congresso Nacional quanto ao desempenho do Plano, são a base de referência para subsidiar a elaboração das prioridades e metas do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e a alocação dos recursos no projeto de lei dos orçamentos. A avaliação é feita em processo totalmente informatizado, em módulo específico do Sistema de Informações Gerenciais do Avança Brasil.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está promovendo reuniões temáticas e setoriais, visando à identificação de ações conjuntas entre ministérios e esferas de governo para ampliar resultados, melhorar o fluxo de informações de interesse comum, eliminar superposições e reduzir custos.

O trabalho iniciou-se em maio de 2000, com a integração dos programas que têm como público-alvo os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos. O Grupo Juventude envolve seis ministérios e onze programas e agrega, sem considerar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, R$ 2 bilhões a serem aplicados de 2000 a 2003. Estão avançados os entendimentos e negociações com três Estados da Federação, situados em regiões distintas – Pernambuco, Amapá e Santa Catarina – visando à atuação integrada. Além do Juventude, outros grupos de programas estão sendo formados, visando à resolução de questões tanto de caráter nacional quanto regional.

Em outubro de 2000, a Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República reuniu os profissionais das áreas de comunicação social dos ministérios e de empresas estatais, com o objetivo de integrar as ações de comunicação do Avança Brasil e implementar plano de divulgação centrado nos resultados dos programas e nas oportunidades de contato com o público durante a sua implementação. O objetivo é dar visibilidade aos programas, valorizando a interação com o público-alvo e a sociedade em geral, de modo a ampliar o controle social das ações do Governo.

Estão também em andamento medidas para aperfeiçoar a comunicação do Plano, por meio da Internet. Em novembro de 2000, foi lançado o site www.infraestruturabrasil.gov.br, que tem como objetivo divulgar oportunidades de investimento em infra-estrutura no Brasil, para investidores nacionais e estrangeiros. Também foi disponibilizado, desde julho de 2000, o site www.eixos.gov.br, que dá divulgação aos resultados, à estratégia e ao *portfólio* de investimentos do estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

O Governo estruturou cargos e carreiras do serviço público.

Por meio do programa **Valorização do Servidor Público**, o Governo avançou na estruturação de cargos, carreiras, e remunerações. Foram analisadas e reestruturadas quatorze carreiras, beneficiando 45.643 servidores. Além disso, foram criadas 8.703 Funções Comissionadas Técnicas – FCT para servidores do Plano de Classificação de Cargos – PCC. O objetivo foi oferecer adequada remuneração aos postos de trabalho caracterizados por elevada complexidade e responsabilidade, estabelecendo requisitos de qualificação, experiência e competência para a sua ocupação.

As ações do Governo Federal direcionadas para a melhoria da capacitação da força de trabalho têm foco no fortalecimento da gestão empreendedora. A partir do programa **Desenvolvimento de Gerentes e Servidores**, novo direcionamento estratégico foi estabelecido para a ENAP, que assumiu o desafio de se tornar um centro de excelência para o desenvolvimento de altos executivos da Administração Pública Federal. Em 2000 a ENAP focou sua atuação no desenvolvimento gerencial e no apoio aos gerentes do Avança Brasil e seus colaboradores.

O programa **Gestão do Patrimônio da União** cedeu imóveis para o assentamento de inúmeras famílias, construiu escolas e unidades habitacionais e realizou obras de saneamento básico. Tudo isso, para aperfeiçoar a gestão dos imóveis da União e ampliar seu uso social.

O programa **Gestão do Patrimônio da União** tem como objetivo aperfeiçoar a gestão dos bens imóveis da União e ampliar o uso social desse patrimônio. Está prevista a cessão, gratuitamente ou em condições especiais, de imóveis da União a Estados, Municípios e entidades sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural e de assistência social, ou, ainda, a pessoas físicas

ou jurídicas, quando haja interesse público, social ou de aproveitamento econômico de alcance social.

Incluem-se nessa proposta a cessão para assentamento de famílias, construção de unidades habitacionais, escolas, criação de centros profissionalizantes, construção de obras de saneamento básico, áreas públicas de lazer, dentre outras hipóteses autorizadas em lei. A meta do PPA, em 2000, de vinte mil famílias atendidas na ação "destinação de imóveis para projetos sociais", está prestes a ser atingida, faltando, apenas, a conclusão de trâmites legais indispensáveis ao processo de cessão.

O restabelecimento do **Programa Nacional de Desburocratização** expressa a decisão e a vontade política do Governo Federal em garantir o respeito à dignidade e à credibilidade das pessoas e protegê-las contra a opressão burocrática. O programa tem como foco o cidadão, a empresa e o servidor, e empenha-se em restabelecer o princípio de que o cidadão tem credibilidade.

No seu primeiro ano, consolida-se como programa de desburocratização do Estado brasileiro, haja vista a adesão dos Poderes Legislativo e Judiciário e de governos estaduais. Foram implementadas cerca de 500 medidas de desburocratização, metade delas resultando em benefícios diretos ao cidadão. Estão instalados 58 Comitês Executivos Setoriais e o Comitê Interministerial conta com 72 representantes, envolvendo mais de 1.500 servidores trabalhando pela Desburocratização. Foi implantada página do programa na Internet (www.d.gov.br), com atualização permanente, contendo informações, contatos nas instituições envolvidas, resultados e pesquisas para levantamento de informações.

Foram implementadas cerca de 500 medidas de desburocratização do Estado.

No contexto do programa **Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados ao Cidadão**, foram estabelecidas diretrizes para que todos os órgãos que prestam serviço diretamente ao cidadão definam padrões de qualidade do atendimento. Todos os órgãos e entidades públicas federais devem aferir, sistematicamente, o grau de satisfação dos seus usuários e divulgar os resultados da avaliação do seu desempenho em relação aos padrões estabelecidos. Foi também instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Satisfação dos Usuários dos Serviços Públicos que será responsável pela sistematização dos critérios, metodologia e procedimentos para elaboração da avaliação de satisfação do cidadão.

Numa iniciativa inédita do Governo Federal, foi realizada a Pesquisa Nacional de Avaliação da Satisfação dos Usuários do Serviço Público, voltada para as áreas da educação, saúde e pre-

Pela primeira vez, foi realizada a Pesquisa Nacional de Avaliação da Satisfação dos Usuários do Serviço Público.

vidência social, cujos dados foram divulgados em agosto de 2000. Trata-se de pioneira e ampla análise do nível de satisfação dos usuários do serviço público que buscou levantar a percepção das características que, do ponto de vista do usuário, definem um serviço satisfatório.

Ainda com vistas à melhoria do atendimento ao cidadão, foram co-financiados dez projetos para implantação de unidades integradas de atendimento nos Estados do Amazonas, Rondônia, Rio de Janeiro, Goiás, Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraná, Pernambuco e Alagoas.

O programa **Gestão Pública Empreendedora**, durante o ano de 2000, consolidou-se como o principal instrumento do Governo no processo de transformação da gestão pública, tendo como foco a concentração das ações do Estado em seu papel regulamentador, articulador e promotor das ações de responsabilidade federal. Nesse sentido, o programa apoiou tecnicamente os processos de criação e implantação das agências reguladoras.

A experiência exitosa na gestão das compras e contratação de serviços comuns nas agências reguladoras permitiu a generalização, para todos os órgãos e entidades da administração pública, da modalidade de licitação, denominada pregão, no objetivo de difundir métodos de gestão comprometidos com o propósito básico de "fazer mais e melhor com menos".

No campo das reformas das estruturas organizacionais, o programa criou a base conceitual, técnica e operacional para a formulação de modelos de gestão com foco nos resultados. Encontram-se em andamento os processos de reestruturação organizacional de diversos ministérios e de suas entidades vinculadas, bem como a análise de instrumentos legais e normativos que permitam ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, responsáveis pelo cumprimento das metas e resultados previstos nos programas estratégicos do Governo.

A melhoria das informações estatísticas sobre o Brasil tem permitido uma focalização maior da ação de Governo, reduzindo custos e ampliando os resultados. O setor privado é outro grande beneficiário quando se trata de orientar investimentos e ganhar novos mercados. Os censos demográficos são a única fonte completa de informações sobre a situação de vida da população do País, uma vez que produzem dados em nível de Municípios e localidades.

A realização das atividades compreendidas no programa **Censo Demográfico 2000**, em especial a coleta de dados realizada no período de agosto a novembro, envolveu cuidadoso trabalho de montagem de infra-estrutura física e humana e a definição de uma série de procedimentos operacionais e sistemas de controle. Para a realização da coleta do Censo, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ampliou sua estrutura temporariamente, instalando 6.300 postos de coleta espalhados pelo País.

Para coletar os dados do **Censo Demográfico 2000**, 180 mil recenseadores percorreram todo o País, visitando mais de 40 milhões de domicílios.

O principal desafio foi contratar e preparar, em prazo curto, cerca de 210 mil pessoas distribuídas por todo o País, garantindo a padronização dos procedimentos em escala nacional, para o início da coleta de dados do censo demográfico. A partir de 1º de agosto de 2000, cerca de 180 mil recenseadores percorreram todo o território nacional, visitando mais de quarenta milhões de domicílios. A supervisão técnica e o apoio administrativo da coleta envolveram mais de trinta mil pessoas.

O IBGE concluiu, em 31 de outubro de 2000, 95% da coleta de dados do Censo 2000, cobrindo 44 milhões de domicílios em todo o País.

O Censo 2000, além dos controles tradicionais, contou com sistema informatizado de acompanhamento *on-line* da evolução da coleta, validação da cobertura e remessa eletrônica dos resultados preliminares. Através deste sistema, foi possível verificar o andamento da coleta e agir, em tempo real, de modo a garantir a qualidade do processo e a conclusão da cobertura de 95% do total de 44 milhões de domicílios até 31 de outubro de 2000.

Em nível municipal, foi de extrema relevância para a operação censitária a constituição de comissões censitárias municipais, integradas por representantes da sociedade civil, líderes comunitários e formadores de opinião, para acompanhar a operação do censo no Município, fortalecendo a percepção da importância dos censos no ambiente cotidiano da população.

A divulgação da Sinopse Preliminar, contendo total da população por sexo, total de domicílios por espécie, média de moradores por unidade de habitação, área, densidade demográfica, número de Municípios, distritos, cidades e vilas por grupos de habitantes, será feita em abril de 2001. A divulgação dos resultados do universo, em agosto de 2001, conterá os dados definitivos do questionário aplicado em 100% da população, sobre as características básicas dos domicílios e seus moradores; os resultados mais completos e detalhados do Censo 2000, resultantes do questionário da amostra, estarão à disposição do público até março de 2003.

No âmbito do programa **Informações Estatísticas e Geográficas** destaca-se a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, sobre habitação e trabalho.

No programa **Informações Estatísticas e Geográficas**, destaca-se a divulgação, em julho de 2000, dos resultados para 1999 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, que, por meio de amostra de cem mil domicílios, investigou informações sobre os temas habitação e trabalho, associados a algumas características demográficas, educacionais e de rendimento.

Durante o ano de 2000 foi concluído o Atlas Nacional do Brasil, cujo objetivo é retratar, cartograficamente, as múltiplas dimensões da realidade territorial brasileira, através de conjunto de mapas do Brasil, gráficos e textos.

O programa **Cartografia Nacional** objetiva a instalação de infra-estrutura para a produção de informações territoriais em formato digital, modernizando a cartografia brasileira.

O programa **Cartografia Nacional**, cujo objetivo é representar o território nacional em cartas gerais, contínuas, homogêneas e articuladas, a partir do mapeamento topográfico, é viabilizado mediante o desenvolvimento de ações nas áreas de cartografia e geodésia, e seu desenvolvimento está diretamente associado ao projeto de implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia. Este projeto objetiva a instalação da infra-estrutura necessária à produção de informações territoriais em formato digital, estruturadas para ambiente de sistema de informações geográficas.

Após dezesseis anos, foi retomado o processo de contratação de recobrimento aerofotogramétrico, que permitirá a atualização de documentos cartográficos, visto que a maioria está defasada em cerca de 30 a 35 anos. Inicialmente está prevista a contratação de aproximadamente 60.000 km² em áreas integradas aos grandes eixos do Avança Brasil.

Cabe destacar a participação do IBGE como representante do Brasil no Projeto de Mapeamento Global, que objetiva a geração da base de informações geográficas a partir da CIM digital, como base de referência para o desenvolvimento sustentável mundial. O projeto está sendo desenvolvido segundo as especificações e orientações do *Internacional Stieering Committee for Global Mapping* – ISCGM.

O programa **Comunidade Ativa** mobilizou mais de 4 mil pessoas, em 157 Municípios, para implantar formas sustentáveis de desenvolvimento em suas localidades.

O ano de 2000 marcou a continuidade da implantação do programa **Comunidade Ativa** nos 26 Estados e no Distrito Federal. Durante o ano foram mobilizadas mais de 4.000 pessoas em 157 Municípios em processos de sensibilização e capacitação para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Em todos esses Municípios foram celebrados termos de parcerias entre os diversos níveis de governo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, empresas e organizações

não-governamentais, e foram constituídos fóruns locais, representativos das lideranças comunitárias.

Nessas localidades, de forma participativa, foram feitos os diagnósticos dos problemas e das potencialidades locais, elaborados planos de desenvolvimento e estabeleceu-se uma agenda local de prioridades. No segundo semestre do ano 2000 o Governo Federal assinou os primeiros Pactos de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, iniciando a implantação da agenda local, que tem prazo de 18 meses para sua concretização.

Das prioridades identificadas nos fóruns locais, as principais referem-se à agricultura e organização agrária, trabalho, educação, saúde e saneamento. Estas prioridades serão desdobradas em cerca de 5 mil ações. Aproximadamente 67% das prioridades já foram pactuadas e boa parte iniciada.

Ainda no ano 2000 foram escolhidos, por critérios técnicos, os 850 Municípios da próxima fase de expansão do Comunidade Ativa. O início do programa nestes Municípios foi postergado para o primeiro trimestre de 2001, em decorrência das eleições municipais. Até março de 2001, outros 300 Municípios entrarão no Comunidade Ativa e os 550 restantes o serão até o fim do ano, atingindo a meta de 1.000 Municípios.

Outra importante articulação de programas governamentais aconteceu com a criação do Comitê de Desenvolvimento Integral da Primeira Infância, responsável pela articulação de ações de vários Ministérios e formulação de políticas públicas com o objetivo de focalizá-las na população na faixa etária até os três anos de idade, residente nos Municípios mais pobres e necessitados.

No primeiro semestre de 2001 deverão ser implantados programas-piloto de Desenvolvimento Integral da Primeira Infância em Municípios de pelo menos 16 Estados, que serão, posteriormente, expandidos a todos os Municípios do Comunidade Ativa.

II. A Evolução da Política Econômica

A trajetória da economia brasileira em 2000 refletiu a consolidação do processo de ajuste iniciado no ano anterior, seja na perspectiva da retomada do crescimento, seja no que se refere ao arcabouço de política econômica e das instituições que a sustentam. É importante notar que esse processo teve lugar em meio a ambiente externo bastante adverso, com elevado grau de volatilidade nos mercados financeiros internacionais, forte aumento dos preços do petróleo e novas crises em mercados emergentes.

A trajetória da economia brasileira em 2000 refletiu a consolidação do processo de ajuste iniciado no ano anterior.

A política econômica apoiou-se no tripé austeridade fiscal, política monetária orientada segundo metas de inflação e regime de flutuação cambial. Não obstante as dificuldades observadas ao longo do ano – ou, talvez, precisamente por se terem atingido os objetivos propostos em condições desfavoráveis –, é inegável o avanço em termos de credibilidade dessa política, reforçando o círculo virtuoso que passou a caracterizar a interação entre os seus diversos componentes.

A política econômica está baseada na austeridade fiscal, no cumprimento de metas da inflação e no regime de flutuação cambial. A política fiscal possibilitou a redução dos juros, a estabilidade cambial e o crescimento econômico com o controle da inflação.

A política fiscal voltada para a obtenção de superávits primários tem possibilitado a redução das taxas de juros, a estabilidade cambial e estimulado a atividade econômica, sem prejuízo do controle sobre a inflação. Com o conseqüente aumento da arrecadação, a redução do déficit público pode prosseguir, num segundo momento, com menor pressão sobre os gastos, o que permite conciliar a estabilidade com avanços nas políticas de combate à pobreza e redução das desigualdades.

Depois de dois anos de crescimento relativamente contido, a economia registrou expansão de cerca de 4% em 2000, resultado da ampliação do consumo e dos investimentos, da redução das taxas de juros, do aumento do emprego e da massa salarial e das expectativas favoráveis quanto à sustentação desse crescimento no futuro. O investimento no terceiro trimestre registrou expansão de 6,3% relativamente a igual período de 1999, indicando que a ampliação da capacidade produtiva começa a ganhar impulso e garantindo assim a continuidade do crescimento com estabilidade, ou seja, sem pressões sobre a inflação ou sobre as contas externas. Além do estímulo proporcionado pelo aumento do consumo e dos investimentos, destaca-se também o crescimento das exportações de manufaturados, que em alguns setores – indústria automobilística, por exemplo – chegou a responder por um terço do aumento da produção.

A economia cresceu 4% em 2000, refletindo a ampliação do consumo e dos investimentos, a redução das taxas de juros, o aumento do emprego e da massa salarial.

O desemprego, em dezembro de 2000, teve a menor taxa registrada desde 1997.

A retomada do crescimento econômico tem-se manifestado também na recuperação do emprego. A taxa de desemprego, encerrou o ano em 4,8%, a menor taxa desde dezembro de 1997. Nos doze meses terminados em novembro haviam sido criados aproximadamente 700 mil novos postos de trabalho apenas nas seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal do Emprego – PME, realizada pelo IBGE.

Houve reversão da tendência de queda do emprego na indústria com a criação de 100 mil novos postos de trabalho, após uma década de perdas praticamente contínuas. O mesmo fenômeno vem ocorrendo com os trabalhadores com carteira assinada, diante do renovado dinamismo do setor formal. As contratações, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho, alcançaram 893 mil pessoas até novembro. A massa salarial real, que encerrou 1999 com perda de 5,2%, já apresentava em outubro crescimento de 3,7%.

A continuidade do ajuste fiscal – com a geração de superávits primários em magnitude compatível com a manutenção de trajetória sustentável para o endividamento público – tem sido crucial para assegurar a consistência da política econômica. O excelente resultado das empresas estatais federais e dos Estados e Municípios permitiu que o resultado primário do Governo Central em 2000 ficasse pouco abaixo (como proporção do Produto Interno Bruto – PIB) do observado em 1999. Ainda assim, em 2000, comparado com o ano anterior, houve aumento do superávit primário do setor público consolidado de 3,2% para 3,5% do PIB.

Embora as receitas do Tesouro tenham apresentado pequena queda em termos reais, houve ganho qualitativo importante com dependência bem menor de fatores extraordinários (receitas de concessões, desistências de ações judiciais etc.) do que no ano anterior. Por outro lado, o aumento na arrecadação de impostos associados ao desempenho da economia (Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados e contribuições sociais) permitiu ampliação tanto das transferências a Estados e Municípios quanto dos gastos sociais. Destaca-se também, no âmbito do Governo Central, o desempenho da previdência social, cujo déficit primário caiu em termos reais, em decorrência tanto do menor crescimento das despesas com benefícios quanto do aumento da arrecadação.

Em 2000, os ganhos observados em nível federal estenderam-se também aos Estados e Municípios, cujo superávit primá-

rio praticamente dobra como proporção do PIB. No caso dos Estados, parte importante do desempenho pode ser atribuída ao aumento de arrecadação do ICMS – fruto não apenas da expansão econômica, mas também da dinamização das máquinas arrecadadoras –, resultando em crescimento de cerca de 6% em termos reais. Os acordos de renegociação de dívidas patrocinados pelo Governo Federal, por seu turno, têm garantido que o aumento da arrecadação traduza-se em efetiva ampliação do resultado primário.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, entrou em vigor um novo regime fiscal que estabelece limites à geração de déficit e acumulação de dívidas públicas.

O desempenho fiscal de Estados e Municípios em 2000 adquire dimensão ainda mais relevante ao se considerar que se tratou de ano de eleições municipais, normalmente associado a descontrole dos gastos públicos. Nesse sentido, a consolidação do ajuste fiscal ganhou impulso notável com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e das penalidades a ela associadas. Começa a ganhar corpo um novo regime fiscal, cuja principal virtude está na definição de limites estreitos à possibilidade de geração de déficits e de acumulação de dívidas. Com o respeito à restrição orçamentária, as políticas públicas passam gradualmente a deslocar o foco da ampliação do gasto para o aumento de sua eficiência.

A dívida pública deve cair para 49% do PIB em 2000.

Os reflexos da austeridade fiscal têm-se manifestado na dinâmica da dívida pública. Depois de haver crescido continuamente nos últimos anos, atingindo 49,7% do PIB ao final de 1999, a dívida líquida deve apresentar ligeira queda em 2000, para um nível próximo de 49,0%, a despeito do reconhecimento de dívidas passadas, equivalentes a 0,9% do PIB. Na administração da dívida mobiliária, avançou-se significativamente no sentido de alongar prazos e reduzir a participação de títulos indexados ao câmbio ou à taxa de juros, mesmo com o aumento da volatilidade nos mercados financeiros. A participação dos papéis prefixados no total praticamente dobrou em relação ao final de 1999, o mesmo acontecendo com o prazo médio da dívida, que alcançou 15,42 meses ao final de novembro ante 8,6 meses em dezembro de 1999.

O regime de metas de inflação foi consolidado em 2000, contribuindo significativamente na formação de expectativas pelos agentes econômicos.

Um dos fatos mais marcantes da política econômica em 2000 foi, sem dúvida, a consolidação do regime de metas de inflação. Depois da alteração da política cambial, a definição de metas para a inflação e, sobretudo, o firme compromisso do Banco Central com seu atingimento têm desempenhado papel crucial na formação das expectativas. Em 2000, em particular, a economia defrontou-se com choques significativos na área de preços: correções de tarifas públicas que traziam embutidas a aceleração da inflação observada no final de 1999, aumentos nos preços dos

combustíveis como decorrência da elevação de preços do petróleo no mercado internacional e fortes pressões sobre os preços agrícolas provocados por condições climáticas adversas. Apenas em julho e agosto a taxa de inflação acumulou variação de cerca de 3%, ante 0,6% nos seis primeiros meses do ano.

Ao Banco Central coube a tarefa de antecipar os efeitos de algumas dessas pressões e conduzir a política monetária em contexto de volatilidade dos mercados financeiros e de expansão da demanda. Assim, a trajetória da taxa de juros refletiu as "janelas de oportunidade" que se abriam – momentos em que se verificava relativa melhora do cenário externo e em que as pressões antecipadas sobre a inflação revelavam-se menos intensas. A taxa de juros foi reduzida inicialmente em março (de 19% a.a. para 18,5% a.a.) e depois em junho e julho (quando foi reduzida em três movimentos sucessivos para 16,5% a.a.). Essa postura cautelosa por parte do Banco Central foi fundamental para limitar os aumentos da taxa de inflação aos meses em que ocorreram os choques. De fato, a partir de setembro a inflação voltou a recuar para patamares próximos ao observado no primeiro semestre do ano, garantindo o cumprimento da meta de 6% estabelecida para o ano.

A taxa de juros real em 2000 foi a mais baixa da década de 90.

Apesar das incertezas relacionadas ao cenário externo, que impediram redução mais acelerada da taxa de juros nominal, a taxa de juros real em 2000 foi a mais baixa de toda a década de noventa, se forem excluídos os momentos que se seguem à implantação de programas de estabilização (quando a taxa de juros "descola" da inflação passada). Além disso, teve continuidade em 2000 a flexibilização das condições no mercado de crédito, como por exemplo as reduções dos depósitos compulsórios em março e junho.

As taxas de juros para os tomadores – tanto empresas quanto pessoas físicas – caíram em proporção maior do que as taxas de juros básicas, resultando em redução dos *spreads* de 3,7% a.m. em outubro de 1999 para 2,7% a.m. um ano depois. O volume de empréstimos continuou a crescer, com aumento de 50% nas operações "livres", sendo que para as empresas esse aumento foi de 20% e para as pessoas físicas de 106%.

Destacam-se, por fim, no âmbito da política monetária, as ações do Banco Central no sentido de adaptar as normas de precaução para o funcionamento do sistema financeiro aos parâmetros definidos no Acordo da Basiléia. A partir de 2000, os bancos passaram a apresentar nova classificação de risco para seus empréstimos, e a fazer provisão de recursos de acordo com esses novos padrões. Essa maior transparência na classificação dos créditos,

associada à própria redução dos índices de inadimplência e a medidas complementares, como a implantação da Central de Risco no Banco Central, vem permitindo, inclusive, redução nos níveis de aprovisionamento relativamente ao total de empréstimos, registrando-se queda de 12,6% em março para 7,4% em outubro.

A política cambial caracterizou-se por intervenções bastante pontuais do Banco Central no mercado, sempre no sentido de reduzir a volatilidade. A trajetória da taxa de câmbio refletiu fatores associados, internamente, às expectativas de inflação e dos juros, e, externamente, às oscilações do mercado financeiro internacional e seus impactos em termos de fluxos de capitais esperados para os países emergentes. Em termos médios, a taxa de câmbio deste ano não deverá ser muito diferente daquela observada em 1999 (R$ 1,81/US$), embora ao longo do período tenha havido amplas oscilações: a taxa atingiu um mínimo no final de março (R$ 1,72/US$) e o máximo na primeira semana de dezembro (R$ 1,98/US$), com uma variação de 15,1% entre um ponto e outro.

O Banco Central fez apenas intervenções pontuais no mercado para reduzir a volatilidade do capital.

Conforme destacado, o ano 2000 foi marcado por fortes incertezas no cenário externo. A desconfiança quanto ao ritmo e à intensidade da desaceleração da economia norte-americana, em decorrência das elevações de taxa de juros promovidas pelo *Federal Reserve*, produziu momentos de intensa volatilidade nos preços dos ativos no mercado internacional, com efeitos negativos sobre os fluxos de empréstimos para o Brasil, em especial no segundo trimestre do ano.

De modo geral, observou-se aumento da aversão ao risco por parte dos investidores, agravado ainda pela elevação sustentada dos preços do petróleo, pela depreciação do euro e pelos problemas na Argentina. O *spread* do *C-bond* brasileiro em relação ao rendimento de títulos do Tesouro de igual maturidade chegou a atingir 8,5% em maio, recuou posteriormente mas voltou a crescer para cerca de 8% em novembro em conseqüência da nova onda de instabilidade.

Esse quadro externo adverso, contudo, não impediu que o Brasil financiasse seu déficit em conta corrente de maneira relativamente tranqüila, graças aos investimentos estrangeiros diretos, que deverão atender cerca da metade das necessidades totais de financiamento externo (inclusive saídas de capitais a curto prazo) e superar em 23% as necessidades correntes de financiamento. A importância desses investimentos diretos torna-se ainda maior quando se observa que, ao contrário de anos anteriores, quando entre 25 e 30% dos investimentos diretos eram expli-

cados pelas privatizações, em 2000 a proporção dos investimentos diretos associada ao programa de privatizações caiu para 12%.

O cenário externo desfavorável causou impacto também sobre o saldo da balança comercial. Refletindo a forte desvalorização do euro frente ao dólar e a continuidade de termos de troca desfavoráveis, principalmente nos preços das exportações, a balança comercial acabou por registrar pequeno déficit no ano.

Com a retomada da atividade econômica, as importações voltaram a crescer, principalmente entre os bens intermediários que, em quantidade, aumentaram cerca de 30%. O aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, por seu turno, produziu aumento de 49,7% nas importações de combustíveis, o que sozinho explica cerca de US$ 2,1 bilhões do crescimento das importações totais.

As exportações aumentaram em 15%. No caso dos produtos manufaturados, a expansão foi de 19%.

Apesar dos preços ainda adversos, as exportações também exibiram crescimento vigoroso no ano, expandindo-se, 15% no total e 19% quando se considera apenas os manufaturados.

Em novembro foi anunciada estratégia destinada a promover crescimento mais acelerado das exportações. Ainda que o forte crescimento recente das importações, especialmente entre os intermediários, indique que haveria espaço para substituições mediante políticas voltadas para setores específicos, a ênfase nas exportações justifica-se diante das graves distorções que ainda inibem o esforço exportador em seu conjunto, determinando a opção por políticas horizontais.

Nessa estratégia, destacam-se as medidas destinadas a: reduzir os custos de exportação (logísticos, tributários e financeiros); promover o aumento da base exportadora (incluindo as pequenas e médias empresas); aprimoramento e atualização da pauta (com aumento do valor agregado); estimular a ampliação da capacidade produtiva exportável; incrementar a promoção comercial e o acesso a mercados. Com essa estratégia, espera-se garantir taxas de crescimento elevadas para as exportações nos próximos anos e, assim, aliviar a restrição externa sem sacrifício do crescimento da demanda doméstica.

O crescimento do PIB foi o mais elevado desde 1995.

O crescimento do PIB registrado em 2000 é o mais elevado desde 1995. Diferentemente do observado no imediato pós-Real, o processo recente já reflete o ajuste às sucessivas crises externas, revelando-se portanto bem mais equilibrado e sustentável.

Estima-se que o crescimento da indústria deverá ser superior a 6%.

A indústria, em particular, depois de dois anos de variações negativas, registrou forte recuperação em 2000, devendo fechar o ano com crescimento acima de 6,0%. Os setores de bens de capital e de bens de consumo durável vêm liderando a recuperação, seguidos de perto pelos bens intermediários. Enquanto os dois primeiros ainda contam com razoável margem de capacidade ociosa para prosseguir na expansão, os intermediários já acusam estrangulamentos localizados, com níveis de utilização elevados em segmentos como papel e celulose e petroquímica.

O estreitamento progressivo das margens de capacidade ociosa, a perspectiva de retomada da trajetória de queda dos juros e a continuidade da modernização e ampliação nos setores de infra-estrutura devem constituir-se em fator de estímulo a uma expansão mais vigorosa dos investimentos nos próximos anos.

Estima-se que a taxa de investimento tenha alcançado 19,5% do PIB em 2000, ante 18,9% em 1999. Esse desempenho poderia ter sido ainda melhor não tivesse o setor de construção civil apresentado crescimento inferior ao esperado. Pelo lado do consumo, a sustentação do crescimento virá da continuidade da ampliação do crédito – ainda relativamente baixo como proporção do PIB para padrões internacionais – e da expansão do emprego e da massa salarial, cuja recuperação apenas incipiente em 2000 acabou limitando o desempenho dos segmentos de bens semiduráveis e não-duráveis. Nesse particular, espera-se para 2001 contribuição favorável do setor agropecuário, cujo crescimento em 2000 foi negativamente afetado por condições climáticas adversas.

PIB: Expansão Sustentada do Crescimento Econômico

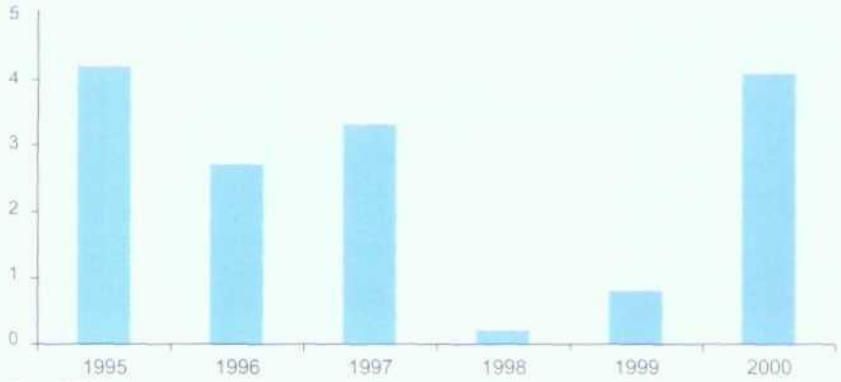
A retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis, superando o ajuste à crise externa, foi a marca do ano 2000. A redução nas taxas reais de juros e o dinamismo das exportações propiciado pelo novo nível da taxa de câmbio estão entre os elementos propulsores desta recuperação, iniciada já em meados de 1999.

Ao longo do ano, o ciclo de crescimento foi-se consolidando graças à expansão do crédito, ao início da expansão do emprego e da massa salarial, bem como às expectativas favoráveis quanto à sustentabilidade do crescimento no futuro. O crescimento do PIB, que atingiu 4% em 2000, vem sendo liderado pela indústria, cuja expansão em 2000 ficou acima de 6,0%, conforme já indicado.

As perspectivas para 2001 são favoráveis. Na ausência de choques adversos no cenário internacional, a dinâmica favorável deverá manter-se. A retomada dos investimentos, que já começa a ganhar impulso, será um dos responsáveis pela manutenção e possível aceleração do crescimento em 2001.

Produto Interno Bruto

Taxa real de crescimento anual (%)



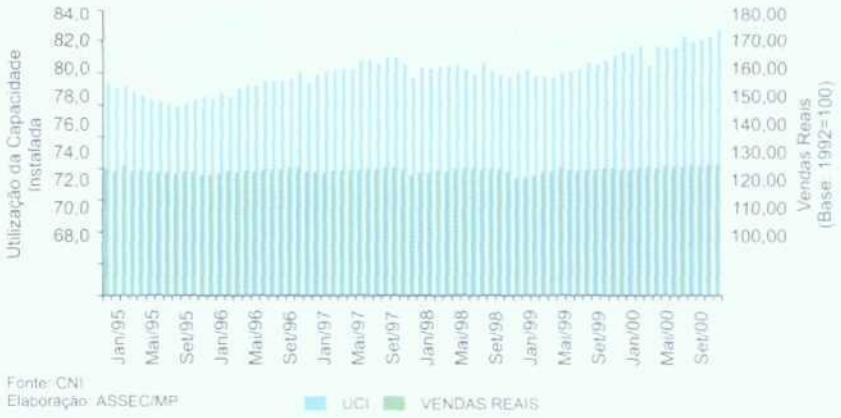
Fonte: IBGE
Elaboração: ASSEC/MP

No acumulado do ano até setembro de 2000, o PIB cresceu 3,9% em termos reais, sendo que, somente no terceiro trimestre, o PIB atingiu crescimento de 1,2% em relação ao segundo trimestre, considerando a série dessazonalizada. Os números desagregados mostram que o PIB industrial – conceito que inclui não só a indústria de transformação, como também a de construção civil – acumulou crescimento superior a 4,5% até o terceiro trimestre.

Os indicadores da indústria de transformação mostram trajetória de crescimento contínua. O grau de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação atingiu 82,1% em novembro de 2000, o maior nível da série iniciada em 1992, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria - CNI. As vendas reais da indústria registraram crescimento de 10,7% no acumulado do ano até novembro.

Indústria de Transformação

Vendas Reais Dessazonalizadas e Utilização da Capacidade Instalada



Fonte: CNI
Elaboração: ASSEC/MP

A produção física industrial mantém firme sua trajetória de expansão, apesar das oscilações mensais dos índices dessazonalizados. O indicador geral atingiu em outubro de 2000 o melhor resultado do Plano Real e dos anos noventa, como também foi o maior nível da série ajustada sazonalmente em mais de vinte anos de apuração pelo IBGE.

Esse crescimento, que acumulou em doze meses taxa de 6,6% até novembro, é liderado pelo setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis, este último favorecido pela expansão da oferta de crédito, dilatação dos prazos de financiamento e a continuidade da queda das taxas de juros para o consumidor.

O crescimento da indústria, liderado pelo setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis, foi favorecido pela expansão do crédito, dilatação dos prazos de financiamento e queda das taxas de juros.

A recuperação da produção de bens de consumo duráveis alcançou variação acumulada de 19,1% em 2000 até o mês de novembro. Ilustrando este movimento, a produção e as vendas internas da indústria automobilística cresceram respectivamente 22,9% e 16,6% no acumulado de janeiro a novembro de 2000 ante o mesmo período de 1999.

A produção de bens de capital cresceu 13% no acumulado de janeiro a novembro de 2000. As vendas de máquinas agrícolas cresceram 25,8% de janeiro a novembro de 2000, em relação ao mesmo período do ano anterior. No setor de bens intermediários (matéria-prima, insumos, peças e componentes), o aquecimento da atividade industrial provoca o crescimento da produção dessazonalizada desde julho de 1999. Em termos acumulados em 2000, o setor apresentou crescimento de 7,3%.



Fonte: IBGE
Elaboração: ASSEC/MP

Produção Física Industrial

Bens de Capital e Bens de Consumo Duráveis

média móvel dessazonalizada de três meses

A produção agrícola aponta na direção de forte expansão na safra de 2001, sinalizando que a agricultura terá impacto fa-

A produção agrícola deverá crescer fortemente em 2001, com impacto favorável sobre o PIB, a balança comercial e a inflação.

vorável sobre o PIB, balança comercial e inflação. Dada a expectativa de regularidade das condições climáticas, existem dois conjuntos de indicações que dão suporte ao esperado aumento de produção agrícola: (*i*) informações de incremento da área plantada superior a 1%; (*ii*) forte crescimento de vendas de máquinas e utensílios agrícolas e de fertilizantes ao longo do ano de 2000.

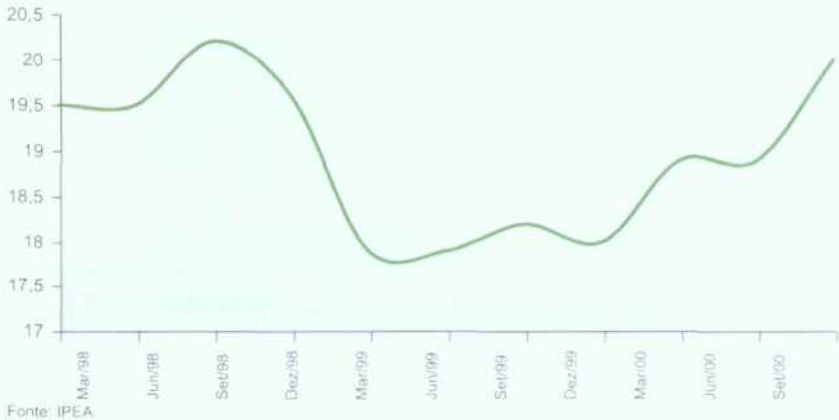
Máquinas Agrícolas
Produção e Vendas Internas
em mil unidades



Fonte: ANFAVEA
Elaboração: ASSEC/MP

As informações relativas às intenções de investimentos de diversos setores da economia brasileira apontam para a retomada dos investimentos. Os desembolsos setoriais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES apresentaram crescimento superior a R$ 4 bilhões (aumento de 39% em doze meses) no período acumulado de janeiro a novembro de 2000, em relação ao mesmo período de 1999. Além disso, vem sendo observado retomada gradual na produção de insumos para construção civil, revertendo trajetória de queda da taxa em doze meses no início deste ano.

Taxa de Investimento
Formação Bruta de Capital
Fixo/PIB



Fonte: IPEA

Estima-se que a taxa de formação bruta de capital fixo atingiu 19,5% do PIB no quarto trimestre de 2000 (ante 18,9% em igual período do ano passado), devendo atingir taxa ligeiramente superior a 20% no final de 2000. Vale lembrar que a taxa de investimento ainda não alcançou níveis mais elevados devido ao desempenho abaixo do esperado do setor de construção civil ao longo de 2000, que responde por parcela significativa da formação bruta de capital fixo.

A taxa de formação bruta de capital fixo atingiu 19,5% do PIB no quarto trimestre de 2000.

A recuperação do investimento começou no final de 1999. Desde o terceiro trimestre de 1999, o crescimento acumulado estimado já é de 5,5%. Um mercado interno em expansão e as oportunidades que se abrem no mercado externo justificam a continuidade do aumento dos investimentos. Esse aumento tende a consolidar os ganhos de produtividade obtidos ao longo dos últimos anos em resposta à abertura comercial, à privatização e à desregulamentação da economia.

Emprego e Renda: Início da Recuperação

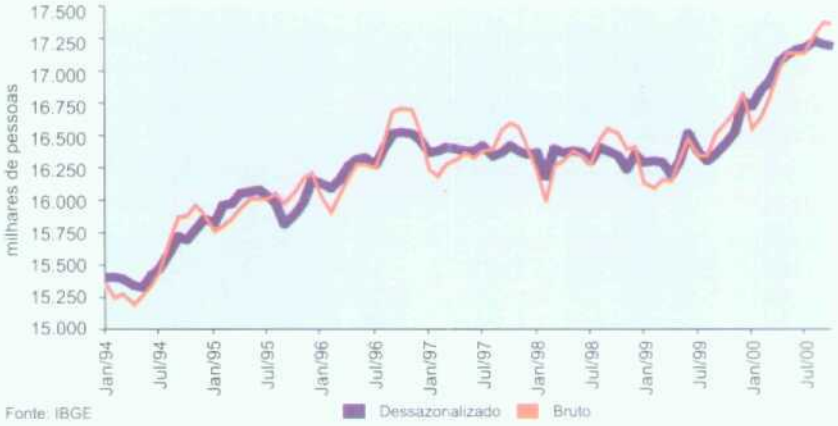
Após a estagnação que sucedeu o bom desempenho do mercado de trabalho no período pós-Real, a ocupação voltou a crescer a partir do segundo semestre de 1999, e, mais recentemente, esse crescimento começou a se refletir em menor taxa de desemprego aberto.

De acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME, realizada pelo IBGE, que reúne informações de seis regiões metropolitanas do País, entre o início de 1997 e meados de 1999 a ocupação manteve-se constante em torno de 16,4 milhões de pessoas ocupadas, apresentando leve tendência de queda. A partir do segundo semestre de 1999, esse quadro inverteu-se, com o crescimento contínuo da população ocupada, que evoluiu a uma taxa de crescimento média da ordem de 5% a.a. desde então. Em agosto de 2000 a PME registrou a marca recorde de 928 mil novos postos de trabalho líquidos no período de 12 meses.

A ocupação voltou a crescer a partir do 2º semestre de 1999, diminuindo a taxa de desemprego.

Em agosto de 2000 o IBGE registrou a marca recorde de 928 mil novos postos de trabalho em 12 meses.

População Ocupada



Fonte: IBGE

Nesse desempenho, merece destaque a participação do setor da indústria de transformação que, desde agosto de 1995, não apresentava criação líquida de empregos em doze meses e, a partir de novembro de 1999, voltou a registrar, mês a mês, variação anual positiva na ocupação. Nos últimos doze meses, o setor industrial contribuiu com 15% do total de empregos criados.

Outro fato que deve ser ressaltado é o crescimento da participação dos empregos formais no total de empregos gerados. Ainda segundo a PME, em dezembro de 1999 os empregos sem carteira correspondiam a 94% do total de empregos gerados em um ano. Em novembro de 2000, esse percentual caiu para 38%, enquanto a participação dos empregos com carteira atingiu 30%. Estes dados são confirmados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, que aponta para crescimento de 883 mil empregos formais entre novembro de 1999 e novembro de 2000 (aumento de 4,3%), com a indústria de transformação contribuindo com 261 mil novos empregos, um crescimento superior a 3,5% em doze meses.

Neste novo cenário para o mercado de trabalho, a taxa de desemprego aberto também já mostra sinais consistentes de melhoria. Após um primeiro momento em que, apesar do crescimento do emprego, houve pequeno aumento da taxa de desemprego dessazonalizada, os dados mais recentes já apresentam trajetória de queda mais expressiva nos últimos meses de 2000.

Comparando os dados relativos à população ocupada com a de desemprego aberto, vemos que, quando se inicia o movimento de recuperação do emprego em agosto de 1999, a taxa de desemprego dessazonalizada continua crescendo até o mês de novembro do mesmo ano. A partir daí, a manutenção do crescimento do emprego, juntamente com o retorno da taxa de crescimento da PEA ao seu ritmo normal, leva à redução da taxa de desemprego.

No último mês de dezembro, a taxa de desemprego foi de 4,8%, a menor taxa desde dezembro de 1997 e a taxa dessazonalizada já é a mais baixa desde o salto observado no início de 1998, quando a taxa de desemprego medida pela PME passou de uma média de 5,7% em 1997 para 7,6% em 1998. Deve-se ressaltar que a taxa de desemprego média de 2000 indicou queda de 5,5% em relação à taxa média de 1999.



Fonte: PME/IBGE
Elaboração: MF/SPE

Taxa de Desemprego Aberto

Juntamente com a recuperação do emprego, o mercado de trabalho brasileiro começa a apresentar sinais de um processo de recomposição salarial. Com o aumento da inflação após a desvalorização cambial, o rendimento médio real acumulou perdas ao longo de todo o ano de 1999.

Em novembro de 1999 o rendimento médio real atingiu 9% de perda em relação ao mesmo período em 1998. A partir de então, e ao longo do primeiro semestre de 2000, os aumentos nominais do rendimento médio foram se aproximando da inflação acumulada em doze meses, com o rendimento real em junho de 2000 já atingindo o mesmo nível observado um ano antes. O repique inflacionário nos meses de julho e agosto manteve o rendimento em patamar próximo ao de 1999, mas a queda da inflação nos meses seguintes deve garantir novos ganhos reais.

O Brasil inaugura processo de recomposição salarial: depois de terem sido reajustados, no 1º semestre de 2000, em percentuais próximos da inflação acumulada, os salários deverão ter ganhos reais devido a novo período de queda da inflação.

Rendimento Médio Real



Fonte: PME/IBGE
Elaboração: MF/SPE

O gráfico abaixo traz o comportamento da massa salarial real dos trabalhadores formais. Em 1999 a massa salarial foi, em média, 6,7% menor que no ano anterior. Já em 2000, apesar de a média do rendimento ainda estar abaixo da registrada em 1999, a recuperação do emprego formal permitiu que a massa salarial média entre janeiro e setembro de 2000 ficasse apenas 0,6% abaixo da média em igual período de 1999. Confirmando-se a expectativa de ganhos reais ao longo do segundo semestre de 2000, a massa salarial deverá fechar o ano registrando ganho real em relação ao ano passado.

Massa Salarial Real – Empregados com Carteira



Fonte: PME/IBGE
Elaboração: MF/SPE

A Consolidação do Esforço Fiscal: a Base da Recuperação

O Plano de Estabilização Fiscal – PEF, proposto inicialmente em outubro de 1998, representou marco no processo de transformação do regime fiscal brasileiro. O plano é composto por dois conjuntos de iniciativas: (i) medidas de natureza estrutural e institucional que objetivam promover o equilíbrio fiscal definitivo das contas públicas, de modo a permitir o crescimento sustentado acompanhado de estabilização econômica; e (ii) um programa fiscal de

curto prazo que visa à obtenção de superávits primários crescentes e suficientes para estabilizar a relação entre dívida e PIB.

Com o apoio do Congresso Nacional, o Governo Federal tem obtido sucesso nos dois conjuntos de medidas. Os resultados fiscais de 1999 e os de 2000 superam em muito os de períodos passados. Além disso, vários foram os avanços institucionais alcançados.

Em relação aos resultados fiscais, não cabe dúvida que o compromisso com a geração de expressivos superávits foi bastante bem-sucedido. Todas as metas trimestrais foram cumpridas desde dezembro de 1998. Passamos de um resultado do setor público consolidado de 0% do PIB em 1998 para um superávit de 3,2% do PIB em 1999 e, em 2000, um superávit acima de 3,5% do PIB, o que mostra não só o elevado grau do esforço fiscal, bem como o compromisso com a sua manutenção.

O superávit do setor público consolidado foi de 3,2% do PIB em 1999 e mais que 3,5% em 2000.

Superávit Primário do Setor Público Consolidado

R$ milhões

Período	Metas do Acordo FMI	Resultado Efetivo
Janeiro – Março 1999	6.006	9.693
Janeiro – Junho 1999	12.883	15.473
Janeiro – Setembro 1999	23.788	30.565
Janeiro – Dezembro 1999	30.185	31.088
Janeiro – Março 2000	7.240	13.581
Janeiro – Junho 2000	16.175	23.714
Janeiro – Setembro 2000	29.000	35.293
Janeiro – Dezembro 2000	36.720	38.160

Fonte: Ministério da Fazenda.

Para 2001 e 2002, as metas para o superávit primário do setor público consolidado são iguais a 3% e 2,7% do PIB, respectivamente. A meta de 2001, que inicialmente, de acordo com o PEF, era de 3,35% do PIB, foi reduzida para 3% em abril de 2000. Ao mesmo tempo, anunciou-se meta para 2002, até então inexistente, mostrando o compromisso com a manutenção de política fiscal responsável.

O objetivo de se reduzir a razão entre dívida e PIB a nível sustentável a longo prazo balizou esta decisão. Projeções realizadas naquela data indicavam que a redução da meta de 2001, acoplada à nova meta de 2002 não afetariam a solvência fiscal do setor público. Esta redução da meta em 2001 abre espaço para, mantida a carga tributária, e sem abrir mão do compromisso

com a austeridade fiscal, ampliar a ênfase nos gastos sociais dos orçamentos da União.

Os cerca de R$ 4 bilhões que foram liberados com a revisão da meta de 2001, de acordo com o projeto de lei orçamentária enviado ao Congresso Nacional em agosto de 2000, vão ajudar a financiar novos programas de saúde e educação, o Plano Nacional de Segurança Pública e o Projeto Alvorada, de combate à pobreza.

Ainda em relação ao ajuste fiscal realizado, devemos destacar dois aspectos. Em primeiro lugar, no âmbito do Governo Federal, apesar de parte do ajuste ter sido obtido com aumento de receitas, em parte extraordinárias, a diminuição de despesas foi substancial para o resultado. Enquanto a receita total aumentou em 0,5% do PIB entre 1999 e 1998, a despesa diminuiu em 1,1% do PIB para o mesmo período. Este resultado é bastante expressivo se levarmos em conta a conhecida rigidez das despesas do setor público.

Em 2000, considerando os resultados de janeiro a novembro, observa-se diminuição da receita em 0,2% do PIB, enquanto a despesa total se manteve constante como proporção do PIB. Em relação à diminuição de receitas, devemos ressaltar que é, em sua maior parte, reflexo da menor arrecadação da conta petróleo, conseqüência do elevado nível dos preços internacionais de petróleo. No entanto, esta frustração de receita está sendo compensada por melhor receita primária da Petrobras, de forma que o impacto no resultado consolidado do setor público é pequeno. Dessa forma, o Governo Central continua gerando elevado superávit primário e o nível de despesas mantêm-se em patamar inferior ao realizado antes da implementação do PEF.

O ajuste fiscal está sendo feito em todos os níveis de governo. Nos Estados e Municípios, o superávit primário das contas públicas praticamente dobrou.

É importante ressaltar que o ajuste deu-se em todos os níveis de governo. Não só o Governo Central teve melhoria substancial de suas contas, mas também as empresas estatais, os Estados e os Municípios.

Quanto a Estados e Municípios, o superávit primário praticamente dobra como proporção do PIB. Além do aumento da arrecadação do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS, decorrente do crescimento econômico e da melhor eficiência na arrecadação, a melhoria dos resultados é, em boa medida, conseqüência dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais com a União, que foram acompanhados por várias mudanças institucionais

para restringir o endividamento adicional daquelas unidades da Federação.

A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal foi fundamental para a mudança de regime fiscal de todos os entes da Federação. A melhoria dos resultados de Estados e Municípios é particularmente relevante quando consideramos que o ano de 2000 foi ano de eleições municipais, normalmente associado a descontrole de gastos.

Resultado Primário do Setor Público

	% do PIB			R$ milhões		
	1998	1999	2000(*)	1998	1999	2000(*)
Governo Central	0,56	2,36	2,02	785	22.673	20.434
Estados e Municípios	(0,19)	0,22	0,59	150	2.150	6.026
Empresas Estatais	(0,36)	0,660	1.10	(1.517)	6.310	11.700
Setor Público Consolidado	0,01	3,24	3,70	(582)	31.088	38.160

(*) dados até novembro (acumulado 12 meses)
Fonte: Ministério da Fazenda.

Em 2000, obtivemos redução do déficit nominal do setor público.

Além da melhoria no resultado primário, observamos também substancial diminuição do déficit nominal. Com o fim do efeito da desvalorização cambial e a redução da taxa de juros, possibilitada pela adoção de política fiscal austera, o déficit nominal do setor público consolidado reduziu-se de 10% do PIB em 1999 para 4,1% do PIB para os doze meses terminados em novembro de 2000. A geração de melhores resultados nominais é de extrema relevância na medida que influi diretamente na trajetória da razão dívida/PIB, variável-chave para a análise da capacidade de solvência do setor público.

Apesar da diminuição substancial do déficit nominal, a razão dívida/PIB não alcançará o nível de 46,5% no final de 2001, como inicialmente era o objetivo do Plano de Estabilização Fiscal – PEF. Isto ocorreu devido à revisão das estimativas do PIB para o próximo ano, decorrente de valor nominal do PIB para 1999 menor do que o esperado. Foi determinante para esse resultado a alta de apenas 4,3% no deflator implícito do PIB para o ano de 1999. Esse deflator não só foi inferior ao IGP-DI (índice utilizado pelo Banco Central como *proxy* para estimar o valor nominal do PIB, até que ele seja divulgado), como também foi menor que todos os principais índices de inflação apurados no País.

A diminuição da estimativa do PIB levou ao aumento da razão dívida/PIB em agosto de 2000 de 44,7% para 48,6%, representando incremento de quatro pontos percentuais. No entanto, apesar de a razão entre dívida e PIB estar em patamar mais ele-

vado, a política fiscal adotada continua tendo como objetivo garantir a estabilidade ou mesmo diminuição desta variável. Neste sentido, as metas nominais para os resultados primários de 2000 e 2001 não foram alteradas, o que representará maior esforço fiscal em pontos percentuais do PIB.

O Aprofundamento das Reformas Estruturais

Houve grande avanço nas reformas estruturais que permitirão equilíbrio definitivo das contas públicas.

Além da melhoria significativa nos resultados fiscais, houve grande avanço nas reformas estruturais que permitirão manter o equilíbrio definitivo das contas públicas.

A aprovação do fator previdenciário possibilita a estabilização do déficit do Regime Geral da Previdência Social.

Entre os avanços a ressaltar, está a evolução na reforma da previdência social. Após a aprovação do fator previdenciário, em novembro de 1999, que indica estabilização do déficit do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, o foco moveu-se para a reforma da previdência do setor público. Em primeiro lugar, aprovou-se a adoção de novo regime de trabalho para os servidores públicos federais, que agora poderão ter sua relação trabalhista governada por contratos do setor privado, conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, o que faz com que sua aposentadoria passe a seguir as regras do RGPS.

Em segundo lugar, está em discussão no Congresso Nacional o projeto de lei complementar que regulamenta os fundos complementares para a previdência do setor público. A Emenda Constitucional nº 20/98 permitiu que a aposentadoria do servidor público fosse limitada ao teto do RGPS, desde que se institua regime de previdência complementar aos servidores. Este novo regime pode ser obrigatório para os servidores a serem contratados, sendo opcional aos servidores já admitidos até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

A previdência social é a maior fonte de desequilíbrio fiscal. O Governo Federal está empenhado em solucionar este problema.

Com essas mudanças, as obrigações de longo prazo da previdência social relativas ao pagamento de benefícios serão reduzidas. A previdência social é a maior fonte de desequilíbrio fiscal no Brasil e o Governo Federal está empenhado na solução deste problema.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas e limites que permitirão uma cultura de gestão fiscal responsável.

Avanço mais notável no capítulo das reformas estruturais ocorrido em 2000 foi a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, um marco para a mudança de gestão fiscal no País.

A LRF é um código de conduta para os administradores públicos, estabelecendo princípios, normas e limites que permitirão a implantação da cultura da gestão fiscal responsável no País. A

lei incorpora a prudência, a prestação de contas e a transparência na administração de recursos públicos, nas três esferas de Governo e nos três Poderes. Assim, é instrumento-chave para permitir a sustentabilidade do ajuste fiscal de longo prazo.

A Lei fixa limites para despesas com pessoal, prevê a aprovação de limites para dívida pública pelo Senado Federal e também determina que sejam estabelecidas metas fiscais. Nenhum governante poderá criar nova despesa continuada (por mais de dois anos) sem indicar sua fonte de receita permanente ou sem reduzir outras despesas também permanentes já existentes. São definidos, ainda, mecanismos adicionais de controle das finanças públicas em anos de eleição.

A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa limites para despesas com pessoal, prevê a aprovação de limites para dívida pública pelo Senado Federal e também determina que sejam estabelecidas metas fiscais.

Ponto particularmente importante na LRF é a proibição de refinanciamento de dívida entre dois entes da Federação. Esta proibição, acompanhada de um conjunto de mudanças nas relações entre União e governos subnacionais, representa o passo mais importante na mudança do chamado regime fiscal do País.

A privatização e o fechamento dos bancos estaduais, o refinanciamento abrangente das dívidas estaduais e municipais, a privatização de empresas estaduais e a adoção da proibição de refinanciamento foram medidas fundamentais para a adoção de prática fiscal responsável em todos os entes da Federação.

A privatização e o fechamento dos bancos estaduais, o refinanciamento abrangente das dívidas estaduais e municipais, a privatização de empresas estaduais e a adoção da proibição de refinanciamento foram medidas fundamentais para a adoção de prática fiscal responsável em todos os entes da Federação.

Para concretizar o ajuste nas contas públicas, diversos países têm recorrido a mudanças no quadro institucional. Regras, transparência, metas e limites estabelecidos em legislação própria têm se mostrado poderosos aliados na busca do equilíbrio fiscal. Seja por iniciativa coletiva ou individual, a verdade é que todos estes movimentos avançam no sentido de limitar a capacidade de entes e esferas do setor público aumentarem seu endividamento e transferirem para gerações futuras o ônus do ajuste.

No Brasil, o tratamento dessa questão crucial não tem sido diferente. Em paralelo ao processo de reformas, temos avançado na institucionalização do compromisso com o equilíbrio e a boa gestão das contas públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal é o ponto culminante deste processo.

Em paralelo ao processo de reformas, temos avançado na institucionalização do compromisso com o equilíbrio e a boa gestão das contas públicas. A Lei de Responsabilidade Fiscal é o ponto culminante deste processo.

No entanto, existe ainda novo desafio: o de implementação da LRF. Para se garantir que seja efetiva, sendo cumprida pelos governantes e cobrada pela sociedade, é necessária a conscientização dos administradores públicos, que precisam estar cientes de suas obrigações, sendo capazes de cumpri-las, e da sociedade,

que deve estar convencida da importância da Lei, de forma a exigir o seu cumprimento.

O Presidente da República enviou ao Senado Federal proposta para a fixação dos limites para a dívida consolidada da União, Estados e Municípios. Ao Congresso Nacional foram propostos os limites da dívida mobiliária da União.

O Governo Federal não tem medido esforços para a efetiva implementação da Lei. Estão sendo desenvolvidas ações que abrangem regulamentação, divulgação, treinamento e apoio financeiro. Ainda, dentro do prazo previsto pela LRF, o Presidente da República enviou ao Senado Federal proposta para fixação dos limites para dívida consolidada da União, Estados e Municípios e, ao Congresso Nacional, proposta de limites para a dívida mobiliária da União.

O Governo Federal está dando continuidade às privatizações. Em 2000, foram vendidos o Banespa e o excedente do controle da Petrobras.

Cabe ressaltar, por fim, a retomada do processo de privatização em 2000. Entre outros, foram vendidos o Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa e o excedente do controle da Petrobras. No décimo ano de vigência do Programa Nacional de Desestatização – PND, criado em 1991, o Governo Federal continua o processo de diminuição da participação direta do Estado na economia.

No âmbito do PND, adicionando a privatização das empresas do setor de telefonia e as concessões dos serviços neste setor, a receita auferida pelo Governo Federal foi de US$ 65,7 bilhões. Além disso, no âmbito dos governos estaduais, a receita acumulada foi de US$ 34,7 bilhões, somando US$ 100,4 bilhões.

A privatização tem tido papel essencial para a dinamização de diversos setores da economia, proporcionando aumento de produção e da oferta de emprego.

Em 2000, a receita auferida foi de R$ 10,7 bilhões, sendo US$ 3 bilhões referentes às privatizações estaduais e US$ 7,7 bilhões das federais. Ao ampliar a fronteira de expansão dos investimentos privados, a privatização tem tido papel essencial para a dinamização de diversos setores da economia, com reflexos positivos sobre o nível de produção e de emprego.

Política Monetária: a Mais Baixa Taxa de Juro Real da Década

Em 2000 a condução da política monetária esteve fortemente condicionada pelo compromisso com o cumprimento das metas de inflação e pelas incertezas oriundas do mercado internacional.

A depreciação do euro, a forte volatilidade no mercado de ações norte-americano, a sustentação do preço do petróleo em patamar elevado e crescente em boa parte do ano, a redução do fluxo de recursos para países emergentes, a crise econômica da Argentina e a ameaça de desaceleração mais forte da economia norte-americana foram fatores que influenciaram negativamente

o comportamento da taxa de câmbio e dos mercados financeiros domésticos de modo geral.

Apesar desse ambiente externo desfavorável, atingiu-se superávit moderado no saldo total do balanço de pagamentos, com recomposição das reservas internacionais líquidas ajustadas. Nesse sentido, destaca-se a ação prudente da política monetária e cambial do Banco Central em evitar a volatilidade e seu possível repasse aos preços domésticos.

Dois anos após o ajuste cambial, a política monetária vem mantendo a estabilidade de preços sem que isso implique sacrifício ao crescimento econômico. A expansão dos agregados monetários vem ocorrendo nos marcos da programação trimestral previamente definida, enquanto o compromisso do Banco Central com o regime de metas de inflação tem sido extremamente bem-sucedido em ancorar as expectativas de preços segundo trajetória de queda gradual da meta inflacionária.

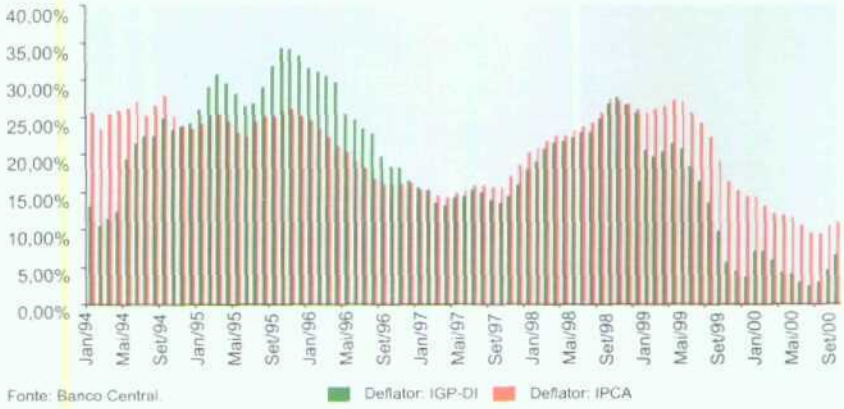
A política monetária vem mantendo a estabilidade de preços sem que isso implique sacrifício do crescimento econômico.

Essa convergência de expectativas foi importante para minimizar os efeitos da instabilidade externa, permitindo que, a despeito dos choques de tarifas de serviços públicos e dos preços de combustíveis e alimentos, a taxa de inflação fechasse o ano situada em 5,97%, abaixo da meta de 6%. Para 2001, as projeções também são favoráveis e apontam inflação ligeiramente inferior à meta central.

O regime de metas da inflação tem sido bem-sucedido. A despeito dos aumentos das tarifas de serviços públicos, preços de combustíveis e alimentos, a taxa de inflação fechou o ano em 5,97%.

Com os resultados favoráveis relativos à inflação, a taxa básica de juros (Selic) foi reduzida gradualmente, passando de 19% no início do ano para 15,75 % em dezembro. Este movimento descendente contribuiu para que a taxa real de juros, deflacionada pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, atingisse em 2000 o patamar próximo de 10%, o menor desde a implementação do Plano Real.

A taxa real de juros, deflacionada pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, foi próxima a 10%, o menor percentual desde a implantação do real.



Fonte: Banco Central

Taxas Reais de Juros

A condução eficiente da política monetária, ao reduzir incertezas e estimular a atividade econômica, vem abrindo espaço para a implementação de medidas que reduzam os custos para o tomador final do crédito, tanto empresas como pessoas físicas.

A redução das exigências de reservas mínimas para depósitos à vista (de 65% para 45%) provocou recuperação do crédito bancário para o setor privado.

O Banco Central continuou com esforços no sentido de melhorar o funcionamento dos mercados de crédito e de facilitar o estreitamento das margens de intermediação do sistema bancário. De outubro de 1999 a outubro de 2000, as margens médias foram reduzidas em mais de 15,5 pontos percentuais. Em parte, isso refletiu redução das exigências de reservas mínimas para depósitos à vista, de 65% em outubro de 1999 para 45% em junho de 2000. Tal redução provocou recuperação sustentada do crédito bancário para o setor privado e, aliada à redução do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF e às medidas destinadas a aumentar a transparência, a segurança e a concorrência das operações de crédito, vem produzindo resultados expressivos no aumento da oferta e na redução do custo dos empréstimos.

A taxa de aplicação geral teve redução de 12,5 pontos percentuais, caindo de 70,6% a.a. em outubro de 1999 para 58,1% a.a. em abril deste ano. A redução mais expressiva (25,2 pontos percentuais) ocorreu nas operações com pessoas físicas, que caíram de 103% a.a. para 77,8% a.a. no mesmo período. Essa queda nos juros nos primeiros seis meses deveu-se integralmente à redução dos *spreads*, já que as taxas de captação ficaram praticamente estáveis, conforme se pode ver na tabela abaixo:

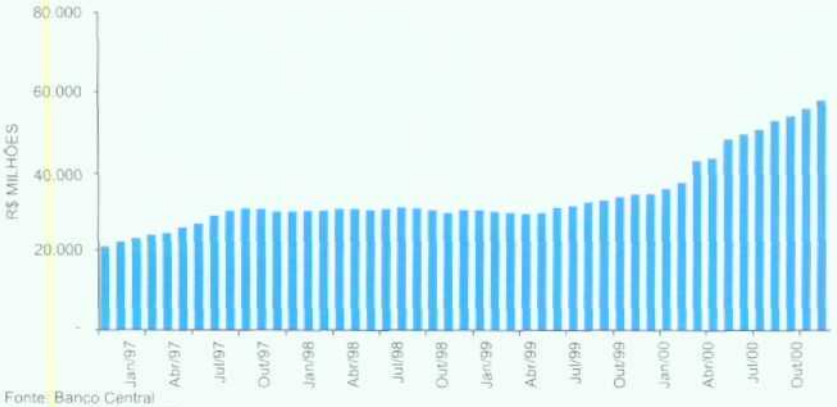
Evolução das Taxas de Juros e do *Spread* Bancário
(% ao ano)

Modalidade	Out/1999	Abr/2000	Set/2000	Out/2000
Taxa de Aplicação Geral	**70,6**	**58,1**	**53,5**	**53,4**
Pessoa Física – geral	103,0	77,8	71,3	71,1
– Cheque Especial	162,3	152,3	149,8	150,5
Pessoa Jurídica	54,8	45,7	34,6	34,4
Taxa de Captação – CDB	**17,9**	**18,0**	**16,2**	**16,3**
Spread Geral	**52,7**	**40,1**	**37,3**	**37,1**
Pessoa Física – geral	85,0	59,8	55,1	54,8
– Cheque Especial	144,4	134,3	133,5	134,2
Pessoa Jurídica	36,9	27,7	18,4	18,1

Fonte: Banco Central

O sistema de regulamentação prudencial continuou sendo aperfeiçoado, particularmente por meio da implementação de sistema prospectivo de classificação de empréstimos e de novo sistema de encargos sobre o capital relacionado ao risco de taxas

de juros. A capitalização dos bancos nacionais foi também revigorada, o que vem ajudando a recuperação do crédito para o setor privado nos últimos meses. Foi reforçada a supervisão bancária, com a criação de departamentos separados para as supervisões *in loco* e à distância, e a contratação e o treinamento de novos funcionários.



Fonte: Banco Central
Elaboração: ASSEC / MP

Empréstimos do Sistema Financeiro
para pessoas físicas

Os esforços contínuos para melhorar a gestão da dívida pública e o funcionamento do mercado secundário para a dívida do Governo, juntamente com o fortalecimento da confiança do mercado e as expectativas de inflação declinante, vêm permitindo ao Governo aumentar o prazo médio da dívida federal interna securitizada, que alcançou 29,3 meses (15 meses para títulos colocados por meio de leilões) ao final de novembro de 2000.

A confiança do mercado e as expectativas de inflação decrescente vêm permitindo o aumento do prazo médio da dívida federal interna.

O prazo médio dos novos títulos aumentou também de 16,8 meses em fevereiro de 2000 para 24,8 meses em agosto de 2000. Ao mesmo tempo, a participação dos títulos pré-fixados aumentou de 9,2% no final de 1999 para 15% no final de agosto de 2000.

Inflação: Consolidação do Novo Regime de Metas

O ano de 2000 foi o primeiro que transcorreu totalmente sob o novo regime cambial e de metas de inflação. Os resultados alcançados confirmam o sucesso da transição para o regime de câmbio flexível sem comprometer a estabilidade de preços.

Os resultados alcançados pela economia confirmam o sucesso da transição para o regime de câmbio flexível com estabilidade de preços.

Após a sucessão de choques em 1999, no câmbio, nas tarifas públicas e nos combustíveis, os índices refluíram no início de 2000. Os preços no atacado, como era esperado, declinaram com maior velocidade que os do varejo, refletindo a estabilidade cambial e a boa safra agrícola.

Após a sucessão de choques em 1999, no câmbio, nas tarifas públicas e nos combustíveis, os índices refluíram no início de 2000.

No caso dos preços ao consumidor, adicionalmente, a variação acumulada no 1° semestre de 2000 do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – IPC-FIPE foi a menor desde a criação destes índices. Neste período, mesmo com os efeitos dos reajustes dos combustíveis e do salário mínimo e da recuperação econômica, o que se observou foram taxas de inflação moderadas e sistematicamente abaixo das expectativas.

IPCA e IPA Acumulados em 12 meses (%)

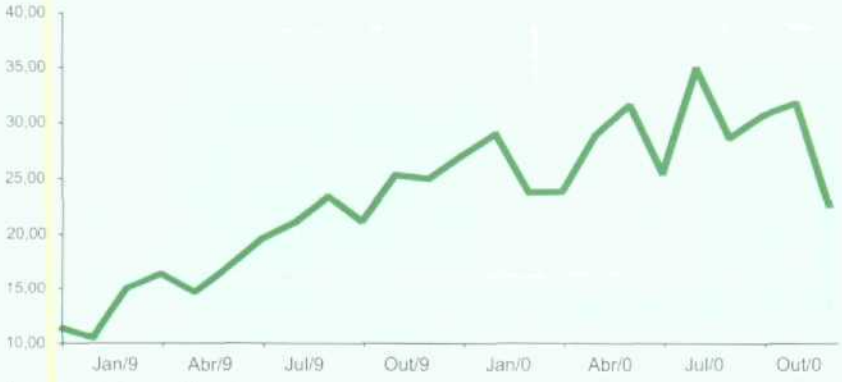


Fonte: Banco Central
Elaboração: MF / SPE

A tendência de queda da inflação foi interrompida em julho e agosto de 2000, em face dos aumentos das tarifas públicas, dos combustíveis e da antecipação da entressafra agrícola. Em setembro a inflação voltou a cair.

A tendência declinante da inflação foi interrompida em julho e agosto diante da concentração de reajustes de preços administrados (energia elétrica e telecomunicações) – cujos contratos prevêem reajustes anuais baseados na inflação passada (Índice Geral de Preços – IGP), de reajuste dos combustíveis e da antecipação da entressafra agrícola. Cabe notar que neste ano a chegada da entressafra teve seus efeitos ampliados pela estiagem e posterior geada no Centro-Sul do País.

Os reajustes de combustíveis foram decorrência do comportamento da cotação internacional do petróleo, que se manteve crescente durante quase todo o ano. Também contribuíram a redução de subsídios no combustível de aviação e a forte elevação dos preços do álcool hidratado e anidro devido à quebra da safra da cana-de-açúcar.

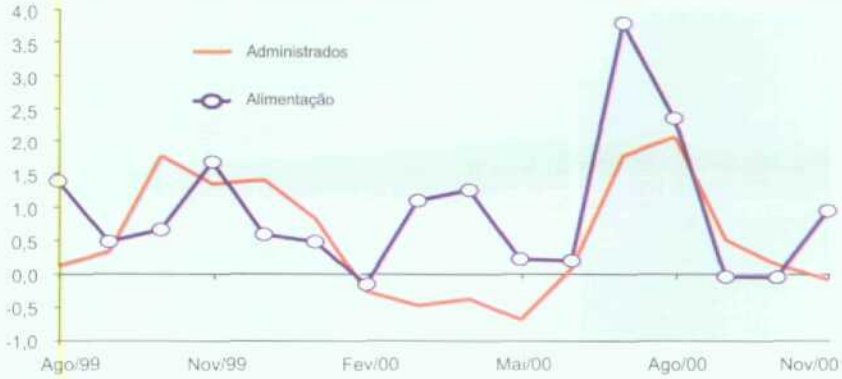


Fonte: Financial Times e Bloomberg
Elaboração: MF/SPE

Cotação Internacional do Petróleo (US$/barril Brent)

Em setembro, à semelhança do observado no início do ano, os índices voltaram a cair, superados os fatores momentâneos de pressão. Mais uma vez, caracterizou-se a maior flexibilidade de preços relativos em comparação ao passado, de modo que aumentos relacionados a causas pontuais e sazonais de oferta, ou seja, a fatores transitórios, não se transmitem à inflação futura.

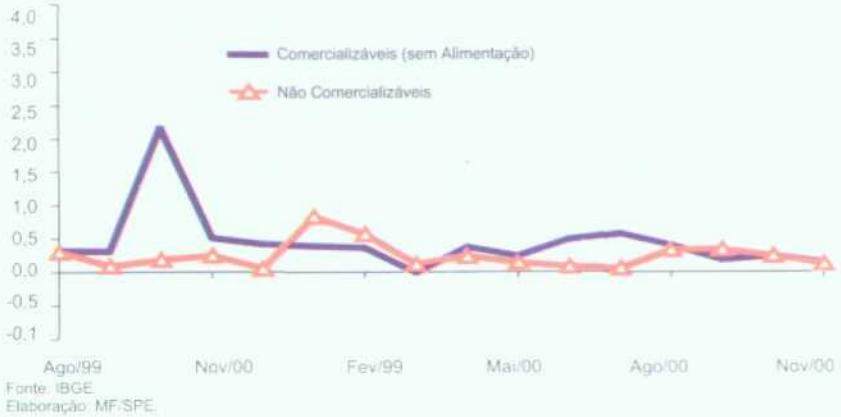
Tal fato é confirmado desagregando-se o IPCA em grupos, quando fica claro que a maior parte do aumento no terceiro trimestre foi causada pelos preços administrados (energia elétrica e combustíveis) e pelos produtos agrícolas, caracterizando essa alta como inflação de oferta. Ao longo do período, destaca-se a estabilidade dos grupos de produtos comercializáveis não-agrícolas e dos não-comercializáveis, que são mais sensíveis a movimentos de salários (serviços não-comercializáveis) e/ou de margens represadas (comercializáveis não-agrícolas).



Fonte: IBGE
Elaboração: MF/SPE

IPCA – Variação Mensal de Grupos (%)

IPCA – Variação Mensal de Grupos (%)



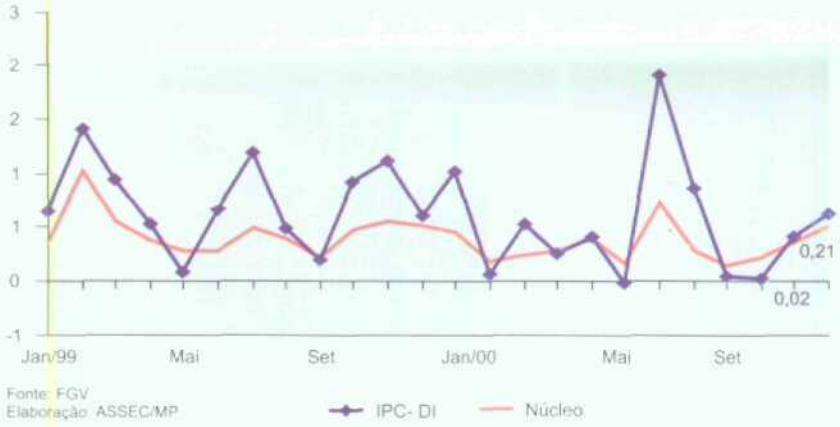
Fonte: IBGE
Elaboração: MF/SPE

Em 2000, consolidou-se o sistema de metas de inflação, implantado ao final de 1999, e no qual o Banco Central fica responsável por alcançar taxa de inflação no ano, medida pelo IPCA, previamente definida pelo Ministério da Fazenda.

Em 2000, consolidou-se o sistema de metas de inflação, implantado ao final de 1999, e no qual o Banco Central fica responsável por alcançar taxa de inflação no ano, medida pelo IPCA, previamente definida pelo Ministério da Fazenda. Esse sistema explicita o compromisso do Governo com a estabilidade de preços, fornecendo horizonte de planejamento para os agentes econômicos.

Dentro desse novo regime, que condiciona a utilização dos instrumentos de política monetária e creditícia, torna-se importante acompanhar o núcleo dos índices de inflação (ou *core inflation*), indicador da tendência de longo prazo da inflação que procura distinguir os efeitos transitórios de choques sobre os preços daqueles resultantes de pressões estruturais relacionadas à oferta e à demanda.

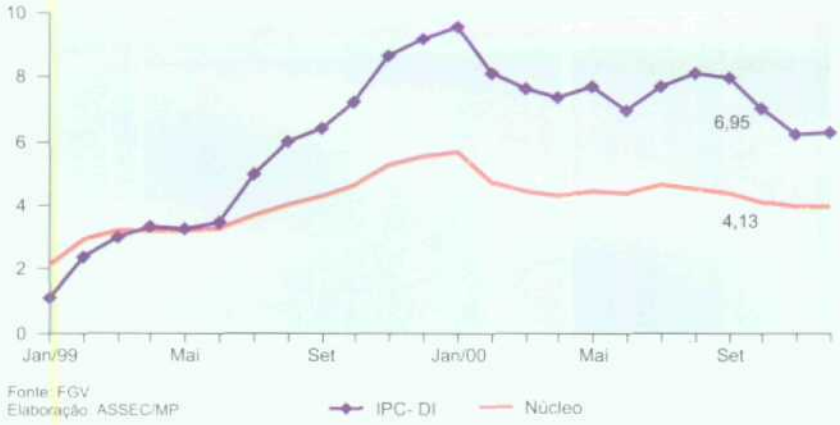
O gráfico a seguir mostra comparação entre o núcleo de inflação calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV para o Índice de Preços ao Consumidor – Disponibilidade Interna - IPC-DI e o índice "cheio". Fica patente a menor volatilidade do índice-núcleo, sobretudo nos momentos de choques específicos de preços, como no início de 2000 (entressafra agrícola) e em julho e agosto (aumentos das tarifas públicas e dos alimentos). Em todas essas ocasiões, a variação mensal do núcleo ficou mais baixa do que o índice de preços ao consumidor. Uma vez esgotadas essas pressões altistas, verificou-se o rápido retorno do índice, confirmando o caráter temporário das pressões e a tendência declinante da inflação.



Fonte: FGV
Elaboração: ASSEC/MP

IPC-DI e Núcleo de Inflação

Variação Mensal (%)



Fonte: FGV
Elaboração: ASSEC/MP

IPC-DI e Núcleo de Inflação

Variação Acumulada em 12 meses (%)

A manutenção do núcleo de inflação em trajetória declinante confirma o acerto da política adotada durante 2000, cujo reflexo pode ser percebido pela população por meio da recuperação do rendimento médio real. Esse aspecto torna-se mais claro quando se observa que o custo médio da cesta básica em 2000 ficou apenas 1,8% acima da média do ano anterior.

Setor Externo: Recuperação mais Lenta em Função da Instabilidade Externa

O desempenho do setor externo continua melhorando, embora em ritmo mais lento do que inicialmente projetado. O déficit da balança comercial passou de US$ 1,2 bilhão no ano de 1999 para US$ 691 milhões em 2000. Tanto as exportações como as importações cresceram vigorosamente, com destaque para as exportações de manufaturados com o aumento de 19% no mesmo período.

O déficit da balança comercial diminuiu de US$ 1,2 bilhão em 1999 para US$ 691 milhões em 2000.

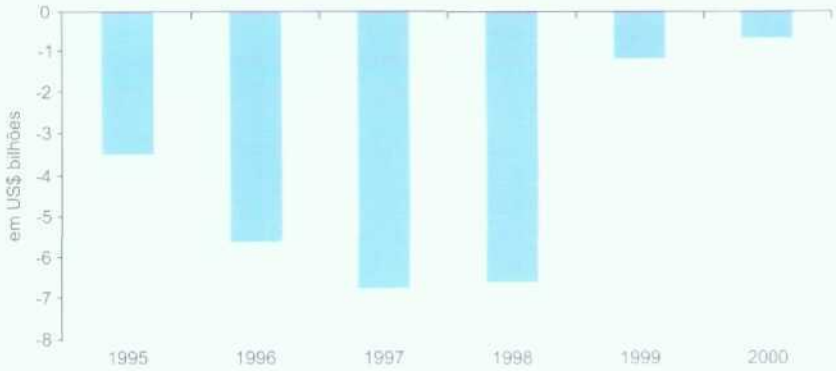
A melhoria do déficit comercial aconteceu a despeito do aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, que provocou crescimento dos gastos com a compra de combustíveis de US$ 2,1 bilhões em relação a 1999.

A melhoria do desempenho da balança comercial foi obtida a despeito da manutenção de termos de troca desfavoráveis para

a economia brasileira. O forte crescimento dos preços do barril do petróleo no mercado internacional provocou aumento do valor das importações de combustíveis da ordem de US$ 2,1 bilhões em relação a 1999.

A desvalorização do euro evitou crescimento mais significativo das exportações para a Europa, além de contribuir para manter os preços de diversos itens da pauta das exportações abaixo dos níveis registrados em anos anteriores. O preço médio das exportações cresceu apenas 2,6% sobre o mesmo período de 1999, frustrando as expectativas de recuperação mais expressiva. Aos preços de exportações e importações que vigoraram em 1998, a balança comercial brasileira teria atingido superávit igual a US$ 4 bilhões em 2000. Deve-se ressaltar que passamos de um déficit médio igual a US$ 4,7 bilhões no período 1995-1999 para um saldo negativo de US$ 691 milhões em 2000.

Balança Comercial – Brasil

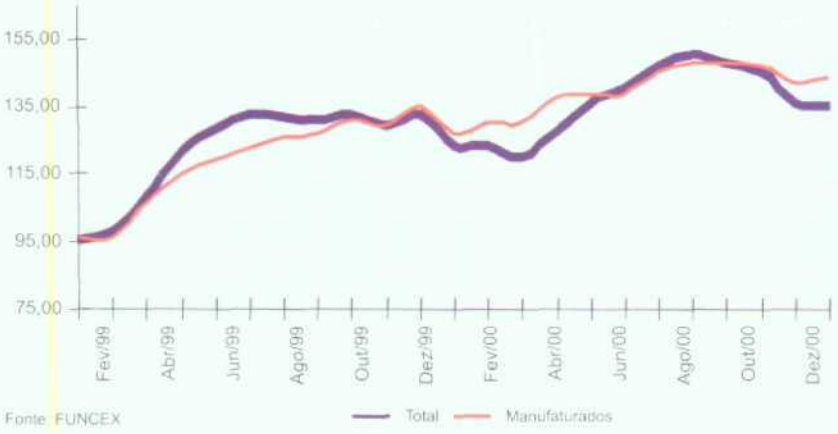


Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Elaboração: ASSEC/MP

O bom desempenho das exportações foi liderado pelos produtos manufaturados, cujo volume cresceu 17,1%.

O vigoroso desempenho das exportações foi liderado pelas exportações de produtos manufaturados, cujo volume cresceu 17,1% em 2000 comparativamente a 1999. O *quantum* exportado de básicos e de bens intermediários cresceu, respectivamente, 8,5% e 4,5% no mesmo período. O aumento é significativo, tendo em vista que no ano anterior, as exportações de básicos e de bens intermediários em *quantum* já haviam crescido a taxas de 8,7% e 7,9%.

As importações totais cresceram 13,2%. Como já ressaltado, o valor das importações foi fortemente afetado pelos preços internacionais do petróleo. Em termos de quantidade, destaca-se o crescimento dos bens intermediários, refletindo estrangulamentos setoriais da produção doméstica e a abertura de exportações em novos setores, que normalmente implica importações de componentes no curto prazo.

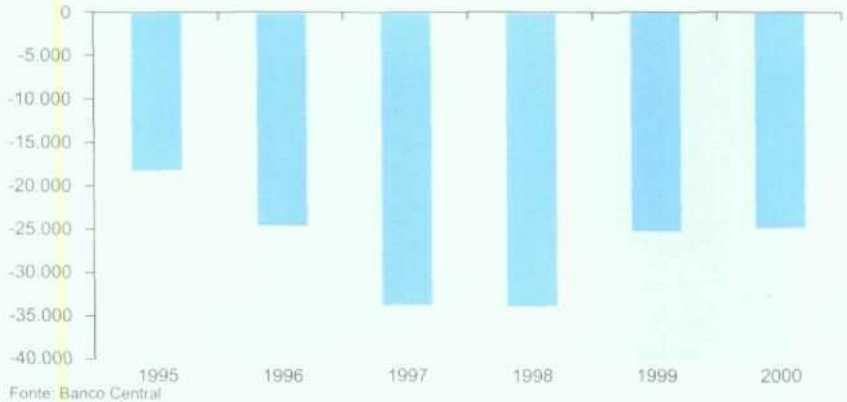


Fonte: FUNCEX

Índice de *Quantum* das Exportações

média móvel de três meses

A balança de serviços registrou déficit acumulado de US$ 25,7 bilhões em 2000, nível ligeiramente inferior ao registrado em 1999, de US$ 25,8 bilhões. O aumento do déficit na conta turismo foi quase que inteiramente compensado pela redução da remessa de lucros e dividendos. Como resultado, o déficit em conta corrente foi de US$ 24,6 bilhões em 2000, inferior a US$ 25,062 bilhões no mesmo período de 1999. Como proporção do PIB, o déficit em conta corrente declinou de 4,7% em 1999 para cerca de 4,2% em 2000.



Fonte: Banco Central
Elaboração: ASSEC/MPI

Saldo em Transações Correntes

em US$ milhões

O déficit em conta corrente foi mais do que integralmente financiado pelos investimentos estrangeiros diretos líquidos, que alcançaram US$ 30 bilhões em 2000, a despeito de retração no ritmo das privatizações. É o segundo ano em que mais de 100% do déficit é financiado com investimento estrangeiro direto.

Os investimentos estrangeiros diretos foram de US$ 30 bilhões, mais do que suficientes para financiar o déficit em conta corrente.

Apesar das incertezas e da instabilidade do cenário externo, consolidou-se a confiança no desempenho econômico do Brasil, ampliando-se o acesso aos financiamentos externos. As emissões líquidas de títulos da dívida de médio e longo prazos atingiram US$ 5,7 bilhões até setembro, principalmente por conta das

Consolidou-se a confiança no desempenho econômico do Brasil, ampliando-se o acesso do País aos financiamentos externos.

emissões de dívida soberana, que alcançaram US$ 11,9 bilhões neste período. Deste total, US$ 6,1 bilhões correspondem à troca de títulos da dívida reestruturada (bônus Brady), sob condições de prazos e custos mais favoráveis.

A dívida externa caiu de US$ 241 bilhões ao final de 1999 (45,6% do PIB) para US$ 231,5 bilhões (40,8% do PIB) em novembro de 2000.

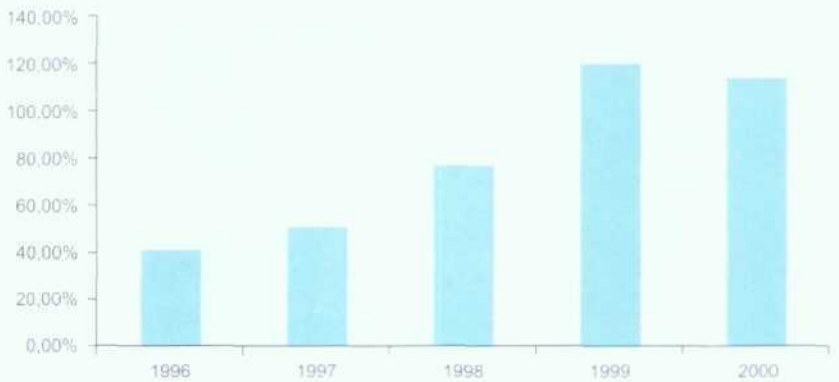
A dívida externa total caiu para US$ 231,5 bilhões (40,8% do PIB) em novembro de 2000, em comparação com cerca de US$ 241 bilhões (45,6% do PIB) ao final de 1999, refletindo, entre outros fatores, o pagamento da maior parte do acordo de ajuda internacional de 1998. Apenas 12% dessa dívida, representando principalmente financiamentos comerciais, tem prazo original menor ou igual a um ano.

Relação Exportação e Dívida Externa Líquida/Exportações Em(%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Assessoria Econômica/MP

Investimento Externo Direto Líquido/Déficit em Transações Correntes



Fonte: Banco Central
Elaboração: Assessoria Econômica/MP

III. Desenvolvimento Social

A área social no ano 2000 beneficiou-se com a consolidação do novo modelo gerencial do Governo, voltado para resultados, introduzido pelo Plano Plurianual 2000-2003. Os programas da área social instituídos pelo Plano deram mais transparência aos problemas que o Governo está combatendo e quanto ao gasto que está sendo realizado.

O novo modelo criou condições favoráveis para o exercício do controle social pelo cidadão e, também, para a intensificação de parcerias com o setor privado e organizações não-governamentais – ONGs no financiamento de ações que contribuam para a obtenção de resultados efetivos na solução de problemas na sociedade.

No âmbito das prioridades do Governo devemos ressaltar o projeto Alvorada, que tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais por meio da melhoria das condições de vida das áreas mais carentes do Brasil. Com investimentos da ordem de R$ 13 bilhões nos próximos três anos, dos quais R$ 4,5 bilhões serão empregados em 2001 em microrregiões e Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano menor ou igual a 0,500.

Os recursos, em parte provenientes do Fundo de Combate à Pobreza – R$ 2,5 bilhões –, serão destinados a programas nas áreas da educação, saúde, previdência e assistência, saneamento básico, recursos hídricos, turismo, trabalho, energia e agricultura familiar.

Educação

A educação passou por reformas profundas nos últimos anos. Foram modificadas as formas de financiamento, a avaliação, os currículos e introduziram-se novas tecnologias.

O sistema educacional brasileiro vem sendo objeto de reformas radicais e profundas, desde o financiamento até a avaliação, passando pela reformulação das estruturas curriculares e a introdução de novas tecnologias. Os indicadores de desempenho apresentam notável evolução como fruto das mudanças estruturais promovidas em estreita colaboração entre as três esferas de Governo, com a sociedade civil e a comunidade educativa em geral.

O Governo Federal revolucionou a produção de informações educacionais e a avaliação do ensino.

O ponto de partida em termos de informação e de avaliação do ensino foi a transformação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP em autarquia independente. Respondendo por todo o sistema de captação, avaliação e armazenamento de informações de toda a área educacional do País, a qualidade do seu trabalho é hoje reconhecida e respeitada internacionalmente.

A partir do Censo Escolar da Educação Básica é possível obter informações que orientam as políticas do Ministério da Educação – MEC voltadas à educação infantil, ensino fundamental e ensino médio nas suas diferentes modalidades: ensino regular, educação especial e educação de jovens e adultos. Os dados do Censo Escolar também orientam a distribuição justa e eqüitativa dos recursos públicos de diversas ações do MEC, como o livro didático, a merenda escolar e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

O INEP realizou, ainda, uma série de censos especiais, coletando informações para subsidiar políticas educacionais específicas. Assim, foram realizados em 2000 o Censo Escolar Indígena, para captar as especificidades e adequação do sistema educacional dirigido a essa parcela da população do Brasil; o Censo da Educação Especial, destinado a identificar carências e identificar fontes de recursos disponíveis para os portadores de necessidades especiais, tendo em vista integrá-los plenamente ao sistema de ensino; o Censo da Educação Profissional, destinado a mapear os cursos ofertados nos diferentes níveis e as áreas mais sensíveis do mercado de trabalho; e o Censo da Educação Infantil, ainda não concluído, visando identificar a atual situação do atendimento às crianças em idade pré-escolar, no intuito de oferecer esse nível de ensino a toda a população e cumprir a determinação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que coloca a educação infantil como etapa inicial da escolarização.

O INEP consolidou e divulgou em 2000 as informações coletadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Realizado a cada dois anos desde 1990, o SAEB objetiva avaliar os sistemas de ensino público e privado, produzindo avaliação consistente da proficiência de alunos do ensino fundamental e médio e identificando fatores associados ao seu desempenho. Essa avaliação permite aos formuladores e gestores das políticas educacionais identificar tendências e fatores de sucesso e fracasso escolares, orientando seus programas para a elevação da qualidade do ensino no País.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB avalia a proficiência de alunos do ensino fundamental e médio. Os dados do SAEB permitem a avaliação das redes de ensino pública e particular.

Pelo terceiro ano consecutivo, foi realizado em 2000 o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que avalia as competências e habilidades dos estudantes ao final da escolarização básica e se constitui em uma alternativa ao vestibular para o ingresso no ensino superior. Atualmente, 151 instituições de ensino superior já utilizam os resultados do ENEM nos seus processos seletivos e o último exame atingiu 390.574 participantes. Em 2001 pretende-se expandir ainda mais a adoção do ENEM por instituições de ensino superior e aumentar o número de participantes concedendo isenção da taxa de inscrição aos alunos carentes e egressos das escolas públicas.

O Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM, que constitui uma alternativa ao vestibular, já é utilizado por 151 instituições de ensino superior. O último exame atingiu 352.334 participantes.

O INEP realiza anualmente o mapeamento das instituições, dos cursos de graduação e do número de alunos neles matriculados. Desde 1996, o Exame Nacional de Cursos vem avaliando cursos de graduação em determinadas áreas de conhecimento em todo o País, com o objetivo de identificar aqueles que oferecem aos seus alunos formação de qualidade e de estimular os demais a alcançar os padrões de excelência desejados. Em 2000, foram avaliados 2.888 cursos em dezoito áreas de conhecimento, abrangendo cerca de 60% dos formandos.

Em 2000, o Exame Nacional de Cursos (Provão) avaliou 2.888 cursos em 18 áreas de conhecimento, abrangendo cerca de 60% dos formandos.

Em associação com a Avaliação das Condições de Oferta do Ensino Superior, o Exame Nacional de Cursos constitui-se em poderoso instrumento para assegurar a expansão do ensino superior com a qualidade desejada e requerida pela sociedade.

Ensino Fundamental

Ao final de 2000 a taxa de escolarização líquida da população de sete a quatorze anos aproximou-se de 97%, antecipando e superando a meta estabelecida pelo Plano Decenal de Educação para Todos (que previa aumentar a cobertura da população em idade escolar para 94%, pelo menos, até 2003). As desigualdades regionais registraram redução significativa.

Ao final de 2000, a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos aproximou-se de 97%, superando as metas do Plano Decenal de Educação.

As políticas aplicadas ao ensino fundamental, marcadas pela descentralização, vêm propiciando a elevação do nível educacional e a melhoria da qualidade do ensino, estimulando não somente a participação do corpo docente e discente, como também da sociedade, ao incentivar a autonomia das escolas.

O programa **Toda Criança na Escola** objetiva assegurar condições de acesso, permanência e êxito escolar a todos os alunos do ensino fundamental.

No Avança Brasil, as principais ações que contribuem para a concretização desses resultados estão agrupadas em dois programas: **Aceleração da Aprendizagem** (renomeado para **Toda Criança na Escola**), que tem por objetivo assegurar a eqüidade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno no ensino fundamental; e **Escola de Qualidade para Todos**, que visa contribuir para a universalização desse nível de ensino, por meio de conjunto de ações integradas que buscam fornecer condições necessárias a um melhor rendimento escolar e absorver o maior contingente possível de crianças na faixa etária de sete a quatorze anos.

Como principal instrumento de mudanças, a sistemática de financiamento do ensino fundamental, por meio do FUNDEF, tem causado impacto pelo seu efeito redistributivo das receitas e, principalmente, por essa redistribuição estar possibilitando a progressiva municipalização do ensino fundamental e a valorização do magistério. Esse resultado foi confirmado pelo balanço do FUNDEF realizado no período 1998-2000.

O FUNDEF tem maior efeito nas regiões mais carentes. No Nordeste, o gasto por aluno subiu 115,9% e no Norte, 114,5%.

A redistribuição das receitas tem efeitos relevantes nas regiões mais pobres. No Nordeste, em 2000, o gasto por aluno do ensino fundamental subiu para R$ 349 *per capita*, significando aumento de 115,9% – sem o FUNDEF seria de R$ 162; na Região Norte o aumento foi de 114,5%, passando para R$ 436 *per capita* – sem o FUNDEF seria de R$ 203.

No Nordeste, os professores municipais com ensino fundamental completo tiveram reajuste de 94,3%, passando a remuneração da categoria de R$ 168 para R$ 326.

Registrou-se também aumento médio de 29,5%, de dezembro de 1997 a junho de 2000, na remuneração dos professores das redes públicas estaduais e municipais. No Nordeste, os professores municipais com ensino fundamental completo tiveram reajuste de 94,3%, passando a remuneração da categoria de R$ 168 para R$ 326.

O estímulo não foi só financeiro. Em dezembro de 1997, professores leigos, com formação até o ensino fundamental, representavam 6,3% do total, no conjunto das redes públicas do País; em junho de 2000, essa proporção já estava reduzida a 3,1%. Até 1998, apenas 23% das redes de ensino desenvolviam atividades voltadas à capacitação desses professores, número ampliado para 73% até junho de 2000. Contribuiu

para tal fato a permissão legal de utilização de parte da parcela de 60% do FUNDEF, até 2001, para fins de habilitação de professores leigos.

O estímulo não foi só financeiro. Em dezembro de 1997, professores leigos, com formação até o ensino fundamental, representavam 6,3% do total, no conjunto das redes públicas do País; em junho de 2000, essa proporção já estava reduzida a 3,1%.

Até 2000 o valor redistribuído atingiu cerca de R$ 17 bilhões, dos quais 55% foram redirecionados aos Estados e 44% aos Municípios. Ressalte-se que em 1998 a participação dos Municípios nos recursos do FUNDEF era de 38%, passando para 44% em 2000, como conseqüência direta das mudanças ocorridas na distribuição do alunado do ensino fundamental entre as redes estaduais e municipais do ensino.

Os Estados que não atingiram, em 1998 e 1999, o valor mínimo de R$ 315 por aluno/ano, receberam complementação de recursos transferidos pelo Governo Federal, da ordem de R$ 424,9 milhões e R$ 674,9 milhões, respectivamente. Para 2000 o valor mínimo passou a ser de R$ 333 para os alunos da 1ª a 4ª séries e de R$ 349,65 para os da 5ª a 8ª séries e os da educação especial, resultando na complementação da União de R$ 587,3 milhões – mais de 38% acima do valor de 1998, aos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Para 2001 está prevista complementação aos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará e Piauí, no valor de R$ 675,4 milhões.

Comparativo do Valor Aluno/Ano na Renda Municipal do Ensino Fundamental – 1998/2000

REGIÃO	1998			1999			2000				
	VALOR ALUNO/ANO NOS MUNICÍPIOS (R$)			VALOR ALUNO/ANO NOS MUNICÍPIOS (R$)			VALOR ALUNO/ANO NOS MUNICÍPIOS (R$)				
								COM O FUNDEF			
	SEM O FUNDEF	COM O FUNDEF	VAR%	SEM O FUNDEF	SEM O FUNDEF	VAR%	SEM O FUNDEF	1ª a 4ª série	5ª a 8ª Série e Educ.Esp.	PER CAP. MÉDIO	VAR%
	(A)	(B)	(B/A)	(A)	(B)	(B/A)	(E)			(F)	(F/E)
N	251	369	47,0	198	364	83,8	203	429	451	436	114,5
NE	170	321	88,8	156	329	110,9	162	343	360	349	115,9
CO	370	371	0,3	303	413	36,3	398	454	477	465	16,7
SD	602	550	(8,6)	551	582	5,6	538	669	703	686	27,5
S	407	482	18,4	440	538	22,3	471	592	621	606	28,6

Fonte: MEC – Balanço do FUNDEF 1998/2000

A matrícula no ensino fundamental da rede pública, de 1997 a 1999, cresceu 7,5% (2,3 milhões de alunos a mais), sendo que a rede municipal teve crescimento de 30,6%. A expansão está sendo maior nas matrículas de 5ª a 8ª séries do que nas de 1ª a 4ª séries, conseqüência da melhoria do fluxo escolar aliada às mudanças do perfil demográfico do País, que apontam queda na taxa de natalidade.

Comparativo de Matrículas do Ensino Fundamental na Rede Pública Estadual e Municipal – 1997/1999

REGIÃO	1997 Total de Alunos	1998 Total de Alunos	1999* Total de Alunos	VAR % 1999/1997
N	2.835.063	3.053.763	3.151.049	11,15
NE	9.911.994	11.107.969	11.480.555	15,82
CO	2.227.159	2.327.287	2.388.475	7,24
SD	11.442.215	11.710.686	11.700.235	2,25
S	4.118.641	4.180.319	4.124.368	0,14
BR	30.535.072	32.380.024	32.844.682	7,56

Fonte: MEC (Censo Escolar 1997/1998/1999)
* Inclusive 90.858 alunos da Educação Especial Fundamental

O Governo Federal, aliado aos órgãos de fiscalização e justiça e, especialmente, à sociedade, tem agido no sentido de coibir o desvirtuamento das finalidades do FUNDEF.

Merece destaque o prêmio UNESCO 2000 concedido ao Fundo, reconhecendo-o como iniciativa capaz de alcançar e mobilizar a sociedade, possibilitando a promoção da justiça social e a correção de distorções na aplicação dos recursos destinados ao ensino fundamental.

Alimentação Escolar

O Governo Federal repassou R$ 901,6 milhões para o fornecimento da merenda escolar aos alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental.

A merenda escolar alimentou 37,2 milhões de alunos durante os 200 dias letivos de 2000.

Mediante transferência periódica – sem formalização de convênio – foram repassados R$ 901,6 milhões às secretarias de educação dos Estados e do Distrito Federal, às prefeituras municipais, às instituições federais e às escolas mantidas por entidades filantrópicas para fornecimento da alimentação escolar aos alunos matriculados no ensino pré-escolar e fundamental das respectivas redes, tendo como base o Censo Escolar de 1999, beneficiando 37,2 milhões de alunos durante duzentos dias letivos. Para 2001 estão previstos R$ 920,2 milhões, que beneficiarão 37,7 milhões de alunos.

Recursos Repassados para Fornecimento da Alimentação Escolar

ANO	DIAS LETIVOS	ALUNOS (EM MILHÕES)	EXECUÇÃO (R$ EM MILHÕES)
1997	180	35,2	676,0
1998	200	35,3	785,5
1999	200	36,9	871,3
2000	200	37,2	901,6

Fonte: GEPLO/DIROF/FNDE.

Livro Didático

Em continuo processo de aperfeiçoamento desde 1995, a escolha do livro didático é pautada numa rigorosa avaliação, onde uma equipe de especialistas analisa sua qualidade e classifica aqueles que poderão ser escolhidos, contribuindo, também, para o aprimoramento do mercado editorial do livro didático pro-

duzido no Pais. A distribuição já atende todas as séries do ensino fundamental.

Nos últimos cinco anos investiu-se na qualidade física e pedagógica do livro, ampliando sua vida útil de um para cerca de três anos, reduzindo custos das novas aquisições. Além da campanha educativa "Menino Maluquinho", todas as prefeituras municipais estão recebendo um *kit* de material informativo e, por meio de georreferenciamento, são disponíveis indicadores de eficiência que permitem fornecer, a qualquer cidadão, as informações sobre o livro didático, desde a produção nas editoras até a chegada nas escolas ou prefeituras. De 1997 a 2000, houve incremento de 25,8% nas quantidades distribuídas.

Para o ano letivo de 2001 já foram enviados os livros selecionados e escolhidos pelos professores de 1ª a 4ª séries, bem como a complementação de 5ª a 8ª séries. Pela primeira vez, três meses antes do ano letivo, iniciou-se o processo de distribuição dos livros para 32,5 milhões de alunos. Os recursos, da ordem de R$ 486,5 milhões oriundos do Orçamento de 2000, propiciaram também a inclusão do Dicionário da Língua Portuguesa, que deverá ser entregue a todos os alunos de 1ª a 4ª séries, ainda no primeiro semestre de 2001, perfazendo a distribuição total de 110 milhões de exemplares.

Pela primeira vez, três meses antes do ano letivo, iniciou-se o processo de distribuição dos livros para 32,5 milhões de alunos.

Livros Didáticos: 1ª a 4ª Séries

ANO	LIVROS (EM MILHÕES)	ALUNOS (EM MILHÕES)	EXECUÇÃO (EM R$ MILHÕES)
1997	87,4	23,2	253,8
1998	100,0	32,0	370,3
1999	72,7	33,3	314,5
2000	110,0	32,5	486,5

Fonte: GEPLO/DIROF/FNDE e SFC/MF.

Transporte Escolar

Preocupado com o acesso dos alunos às escolas, o Governo Federal reforçou a aquisição descentralizada de veículos para transporte escolar, cuja destinação é transportar alunos do ensino fundamental público e da educação especial que vivem em zonas rurais e periferias de centros urbanos, garantindo o seu acesso e permanência na escola. Em 2000 foram adquiridos 1.490 veículos (ônibus, microônibus e peruas) e vinte embarcações, ao custo de R$ 46 milhões. Para 2001 prevê-se a aquisição de 2.289 veículos.

Saúde do Escolar

Voltadas ao atendimento prioritário de alunos matriculados na 1ª série do ensino público fundamental, foram desenvolvidas ações de identificação, prevenção e assistência à saúde visual e auditiva do escolar. Foram adquiridos 184 mil óculos, 1.500 próteses para deficientes auditivos, realizadas 9,2 milhões de consultas otológicas e oftalmológicas e treinados 80.680 professores, ao custo de R$ 15,3 milhões. Para 2001 a meta é assistir a 3,5 milhões de alunos no ensino fundamental, com previsão de R$ 16,1 milhões.

Aceleração da Aprendizagem

A defasagem idade-série é uma das prioridades que o Governo vem combatendo por meio do projeto Correção do Fluxo Escolar: Aceleração da Aprendizagem, a fim de possibilitar aos sistemas públicos de ensino, que atendem às séries iniciais do ensino fundamental, as necessárias condições para enfrentar o fracasso escolar, proporcionando aos alunos meios para a superação de dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Em 2000 foram beneficiados 193 mil alunos e capacitados 10.600 professores.

Dinheiro Direto na Escola

Na linha das ações que visam à melhoria da qualidade do ensino, e que têm a maior relevância para o desempenho dos alunos do ensino fundamental, uma vez que atuam na melhoria dos recursos humanos, do espaço físico e dos equipamentos e materiais das escolas, destacam-se as ações Dinheiro Direto na Escola – PDDE e Fundo de Fortalecimento da Escola – Fundescola.

Entre 1995 e 2000, o Ministério da Educação repassou R$ 1,7 bilhão diretamente às escolas públicas de ensino fundamental e às escolas de educação especial mantidas por ONGs.

O PDDE, iniciado em 1995, vem atender à política de descentralização dos recursos públicos, cobrindo todas as regiões do País. De 1995 a 2000 foram repassados R$ 1,7 bilhão, destinados a escolas públicas e de educação especial mantidas por ONGs, com o objetivo de suprir suas necessidades básicas de funcionamento, incluindo-se, além da manutenção da unidade escolar, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais, avaliação de aprendizagem, implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais. Desta forma, foram atendidas, em média, mais de 130 mil escolas por ano (cerca de 87 mil nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, aproximadamente, 45 mil nas Regiões Sul e Sudeste).

Devido à expansão do número de matrículas no ensino fundamental, continuam tendo prioridade as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, atendendo em 2000, aproximadamente, 130 mil escolas, com repasses da ordem de R$ 312,5 milhões, que beneficiaram cerca de 32 milhões de alunos, cobrindo 70% das escolas dessas regiões.

Outro dado relevante é a instituição de aproximadamente 73 mil unidades executoras – associações de pais e mestres, caixas escolares ou similares – que viabilizaram o repasse de R$ 276 milhões direto às escolas.

Outro dado relevante é a instituição de aproximadamente 73 mil unidades executoras – associações de pais e mestres, caixas escolares ou similares – que viabilizaram o repasse de R$ 276 milhões direto às escolas.

Fundescola

O Fundescola, que atua nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com a finalidade precípua de melhorar o desempenho do ensino fundamental, tem financiado obras para adequação de prédios escolares, aquisição de equipamentos e mobiliário, bem como despesas de manutenção.

O Fundescola atua para melhorar o desempenho do ensino fundamental nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O projeto financia a adequação de prédios escolares, a aquisição de equipamentos e mobiliários e custeia despesas de manutenção.

Voltadas ao aprimoramento da gestão, outras ações são desenvolvidas diretamente pelo MEC, sem repasse de recursos para os Municípios, sobressaindo-se a doação de equipamentos de informática às secretarias de educação, a qualificação técnica dos respectivos secretários, além de encontros com conselheiros do FUNDEF.

Destaque-se a implantação da Escola Ativa em 1.281 escolas localizadas em 212 Municípios dos 247 atendidos pelo Fundescola, beneficiando 52.312 alunos. A Escola Ativa, direcionada a escolas multisseriadas, aplica metodologia apropriada, capacitando professores e fornece material didático específico (livros para alunos e professores) e *kit* composto de jogos pedagógicos e livros para as escolas, além de acompanhar as ações por elas desenvolvidas. Cantinhos de aprendizagem, horta escolar, participação da comunidade na escola, estímulo ao trabalho em equipe, já são algumas das mudanças resultantes dessa metodologia.

Visando contribuir para a valorização da profissão docente, foi encaminhado às secretarias estaduais de educação um conjunto de instrumentos que têm como objetivo orientar as prefeituras e secretarias municipais de educação na elaboração de seus planos de carreira e remuneração do magistério.

Utilizando os meios disponíveis pela TV ESCOLA para o projeto Um Salto para o Futuro, foi estruturada a série Controle Social, com o objetivo de apresentar ao seu público-alvo – profes-

sores, diretores e demais integrantes da comunidade escolar – os mecanismos de controle social criados a partir das políticas educacionais adotadas pelo MEC, incentivando sua participação efetiva, fundamental na exigência dos padrões básicos de qualidade, em âmbito local. Em 2000, além da definição de conteúdo, metodologia, estrutura e estratégia da ação, foram produzidos documentários em diversos Municípios.

Em 2000, foram aplicados R$ 247,6 milhões, incluindo-se os recursos consignados pelo Orçamento Geral da União no PDDE, sendo R$ 95,6 milhões à conta de recursos externos e R$ 152 milhões por meio da contrapartida do Tesouro Nacional, beneficiando mais de cem mil escolas.

O Fundescola atuará, em 2001, com montante de recursos de R$ 324 milhões, dos quais R$ 120 milhões provenientes de recursos externos (Banco Mundial) e R$ 204 milhões previstos na contrapartida do Tesouro Nacional.

Garantia de Renda Mínima

O projeto de Garantia de Renda Mínima beneficiou mais de 800 mil famílias.

Instituído pela Lei n.º 9.533/97, a participação em programas municipais de garantia de renda mínima – PGRM associa a universalização do ensino fundamental à renda, uma vez que incentiva a escolarização dos filhos ou dependentes entre sete e quatorze anos e, ao mesmo tempo, assegura uma renda mínima para suas famílias.

No exercício de 1999 foram atendidos 1.005 Municípios, com recursos repassados pela União da ordem de R$ 39,1 milhões, beneficiando 1.088.070 crianças de sete a quatorze anos em 504.280 famílias.

Em 2000, foram atendidas 852.835 famílias e 1.677.490 crianças, com desembolso, por parte da União, de R$ 161,2 milhões.

Inserido no recém-lançado projeto Alvorada, que mapeia as mais urgentes necessidades sociais do País, com base no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o PGRM contribuirá significativamente para reduzir o índice de evasão e repetência nas escolas.

Para 2001, estão previstos dispêndios da ordem de R$ 1,7 bilhão para atendimento de famílias carentes de Municípios selecionados, podendo o universo de atendimentos vir a ser expandido, face às mudanças que já se encontram em estudo no âmbito governamental.

Educação à Distância

Na área de educação à distância, vêm sendo desenvolvidas ações que oferecem às escolas infra-estrutura e diretrizes que respeitam a autonomia dos diferentes sistemas educacionais, realçam o projeto pedagógico das instituições e colocam a tecnologia a serviço da educação.

O projeto TV Escola, lançado em 1996, envolve a distribuição de equipamentos às escolas de ensino fundamental com mais de cem alunos; tem atuado em diversas áreas, como a promoção do aperfeiçoamento e valorização dos professores da rede pública, a motivação do corpo discente, o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem e a melhoria da qualidade do ensino.

A TV Escola atinge 93% das escolas da rede pública de ensino fundamental – 28 milhões de alunos e 1 milhão de professores.

À fase de compra e instalação maciça de equipamentos, que caracterizou o início do projeto, seguiu-se o investimento na capacitação de professores, elaboração de materiais de apoio e produção e aquisição de programas televisivos, que alimentam a programação do canal televisivo da educação. A TV Escola está presente em cerca de 93% da rede pública brasileira de ensino fundamental, atingindo em torno de 28 milhões de alunos e um milhão de professores. Até o final de 2000, foram produzidos cerca de cinco milhões de exemplares de revistas, grades de programação, cartazes, livros da série estudos, cadernos e guias da TV Escola.

Ao longo do ano 2000, foram transmitidas cerca de 5.000 horas de programação variada e selecionada. A produção própria da TV Escola cresceu, passando de 4.246 minutos acumulados entre 1996 e 1998, para 10.200 minutos em 2000, entre filmes, vinhetas, cartelas, apresentações e interprogramas.

Ao longo do ano 2000, foram transmitidas cerca de 5.000 horas de programação variada e selecionada, durante os sete dias da semana, além da aquisição de direitos de exibição de 17.800 minutos de programas educacionais. A produção própria da TV Escola cresceu, passando de 4.246 minutos acumulados entre 1996 e 1998, para 10.200 minutos em 2000, entre filmes, vinhetas, cartelas, apresentações e interprogramas.

O canal transmite quatorze horas diárias de programas e, nos fins de semana, além da programação da Escola Aberta destinada às comunidades, transmite também, em parceria com o Ministério da Cultura, a série Redescoberta do Cinema Brasileiro, com uma seleção dos melhores filmes de longa metragem já produzidos no Pais.

Em 2000 a capacitação de professores para a utilização pedagógica de televisão e vídeo está sendo realizada em parceria com a Universidade Virtual Pública do Brasil – UniRede, por meio de um curso de extensão à distância. Houve mais de 250 mil inscrições, mostrando não só a aceitação do programa TV Escola,

mas também que há significativa procura por capacitação para incorporar novas tecnologias ao cotidiano escolar. Os recursos disponíveis permitiram alcançar 35 mil professores e dirigentes da rede pública.

Em 2000 o projeto Rádio Escola, implementado em parceria com o Alfabetização Solidária, produziu nova série com mais de cem minutos de programas radiofônicos visando à capacitação de docentes.

Ainda na área de educação à distância, o MEC também implementa o Projeto de Formação de Professores em Exercício – Proformação, um curso de nível médio à distância, destinado a formar professores que não possuem a habilitação em magistério e atuam em classes de alfabetização e nas quatro séries iniciais do ensino fundamental. O Proformação está formando 27.372 professores, distribuídos em 1.107 Municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Informática na Educação

O uso das modernas tecnologias de informática e telecomunicações por educadores e alunos da escola pública tem-se viabilizado por intermédio das ações do Projeto Nacional de Informática na Educação – Proinfo, desenvolvido em parceria com os Estados e Municípios e que tem como peça-chave para o seu sucesso a capacitação de recursos humanos, de modo especial professores, que são preparados em dois níveis: o dos multiplicadores e o das escolas.

Os frutos do Proinfo já estão aparecendo. Há experiências com escolas informatizadas que, por intermédio de parcerias e do empenho de seus professores, desenvolveram projetos com adolescentes carentes/marginalizados, incentivando-os a permanecer em salas de aula. Há também experiências com educação indígena, projetos de integração entre escolas brasileiras e estrangeiras e criação de comunidades virtuais de aprendizagem entre escolas.

Os frutos do Proinfo já estão aparecendo. Há experiências com escolas informatizadas que, por intermédio de parcerias e do empenho de seus professores, desenvolveram projetos com adolescentes carentes/marginalizados, incentivando-os a permanecer em salas de aula.

O processo de capacitação encontra-se em desenvolvimento, ultrapassando-se, na primeira etapa, a meta de mil multiplicadores formados; hoje já são 1.419 e, na segunda etapa, pretende-se capacitar mais de 25.000 professores. Simultaneamente, está sendo desenvolvido projeto de treinamento de técnicos.

O Proinfo já instalou mais de 32 mil computadores, atendendo 2.477 escolas em 1.025 Municípios, e implantou 244 Nú-

O MEC instalou 32 mil computadores em 2.477 escolas de 1.025 Municípios.

cleos de Tecnologia Educacional – NTE. Cada unidade da Federação tem quota percentual definida proporcionalmente ao número de alunos e escolas de sua rede pública de ensino, tanto para a instalação de computadores como para o número de NTEs.

Educação de Jovens e Adultos

A taxa de analfabetismo caiu de 25,4% em 1980 para 13% em 2000. Espera-se que o índice seja menor que 10% em 2002.

Historicamente registra-se que, em 1920, 65% dos cidadãos com mais de quinze anos eram analfabetos, índice que evoluiu para 25,4%, em 1980, caindo para 13%, em 2000. Espera-se que, até 2002, a taxa de analfabetismo, no País, caia para um dígito, ou seja, menos de 10%.

O Censo Escolar 2000 mostra o total de 162.954 pessoas com mais de quinze anos matriculadas em programas presenciais com avaliação no processo (presença obrigatória em sala de aula com avaliação ao término de cada etapa, no decorrer do ano letivo). Não estão incluídas nessa estimativa as ações oferecidas por organizações da sociedade, inclusive ONGs.

O maior desafio do programa **Educação de Jovens e Adultos** é atender aos milhões de analfabetos e estudantes que saíram precocemente da escola, expandindo a oferta de vagas até a 8ª série do ensino fundamental, garantindo o atendimento com escolas adequadas, professores preparados e capacitados e materiais didáticos atualizados, mantendo o aluno na sala de aula com aprendizado de qualidade.

Para alfabetizar jovens e adultos estão sendo repassados recursos para formação de professores e fornecimento de material didático. Além disso, o Conselho do Comunidade Solidária desenvolve o projeto Alfabetização Solidária com universidades e prefeituras.

O atendimento educacional a esse segmento da população faz-se, basicamente, através da transferência de recursos para a formação continuada de professores e provisão de material didático-pedagógico para alunos, e para o Conselho da Comunidade Solidária, para o desenvolvimento do projeto Alfabetização Solidária, em parceria com as universidades e com as prefeituras.

Iniciada em setembro de 2000, a ação de apoio à educação de jovens e adultos no ensino fundamental é dirigida aos alunos egressos do Alfabetização Solidária de quatorze Estados do Norte e Nordeste e de Municípios de outras regiões, onde o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é baixo. O objetivo é estimular jovens e adultos a concluírem, pelo menos, a 8ª série do ensino fundamental.

Em 2001 serão destinados R$ 238 milhões a essa ação. Os recursos reforçarão a contratação e a formação continuada de professores, aquisição de equipamentos para uso em sala de aula e reprodução de materiais didáticos. O montante por Muni-

cípio será definido de acordo com dados do Censo Escolar e os repasses – R$ 200 por aluno por ano – serão feitos mensalmente para as secretarias de educação estaduais e municipais.

Com o apoio financeiro aos sistemas de ensino das redes estaduais e municipais e ONGs, no valor de R$ 18,7 milhões, em 2000 foram atendidos 496.162 alunos e capacitados 37.649 professores, envolvendo 452 prefeituras, dez secretarias de estado e sete instituições não-governamentais. Estima-se que em 2001 sejam treinados cerca de 41 mil professores.

Além disso, a primeira série de programas produzidos pela Rádio Escola – cerca de 165 minutos – será distribuída a mais oitocentos Municípios do Norte e Nordeste, onde se desenvolvem ações de professores alfabetizadores de jovens e adultos, cobrindo todos os mil Municípios atendidos pelo Alfabetização Solidária nessas regiões.

Na soma de todos os seus níveis, o Rádio Escola cresceu 10,6%, atingindo, em 2000, 3,1 milhões de alunos. Essa modalidade de ensino segue a mesma tendência verificada no ensino regular. Há pequeno aumento das matrículas nas turmas de alfabetização (3,7%) e de 1ª a 4ª série (2,3%), e expansão significativa nas classes de 5ª a 8ª série (9,9%) e de ensino médio (33,3%).

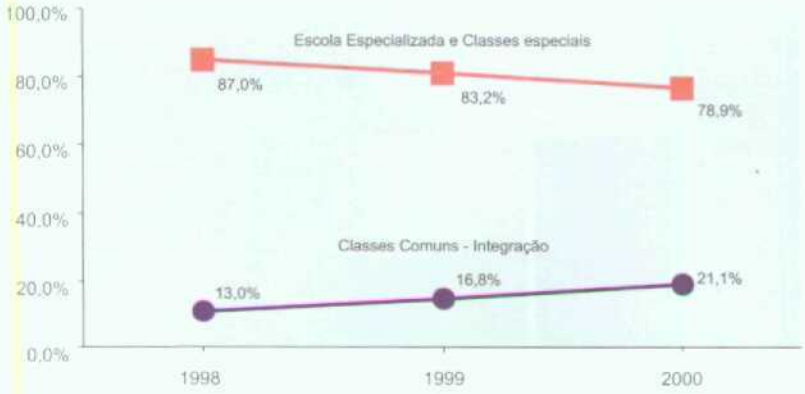
A ação garantia de padrão mínimo de qualidade para a educação de jovens e adultos, para a qual estão programados recursos em 2001 da ordem de R$ 189,7 milhões, está disciplinada em Medida Provisória a proposta que visa reduzir o grau de analfabetismo nas localidades mais pobres das Regiões Norte e Nordeste com a transferência, aos Estados e Municípios, de crédito automático em conta única e específica, aberta e mantida na mesma instituição financeira e agência depositária dos recursos do FUNDEF.

Educação Especial

Um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro é o de garantir às pessoas com necessidades educacionais especiais o acesso à educação com qualidade. O programa **Desenvolvimento da Educação Especial**, destinado a ampliar e melhorar a oferta de oportunidades de atendimento a esse público, tem como referência o respeito aos direitos humanos que pleiteia uma escola para todos, por meio da inclusão escolar de todas as crianças, respeitando suas diferenças culturais, sociais e individuais.

Dados do Censo Escolar revelam que, entre 1998 e 2000, o atendimento a alunos portadores de necessidades especiais aumentou 12,4%, considerando tanto as escolas especializadas como os alunos integrados nas escolas comuns. O atendimento em classes comuns cresceu 82,9%, passando de 41,2 mil, em 1998, para 75,3 mil alunos especiais, em 2000. Esse processo de integração é mais significativo na Região Sul, onde o crescimento chegou a 174%. Os dados mostram, ainda, que, naquele período, a parcela de alunos atendidos em classes de integração passou de 13% para 21,1%.

Entre 1998 e 2000, o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais aumentou 12,4%.



Evolução da Matrícula da Educação Especial por Modalidade de Atendimento – Censo Escolar

Fonte: INEP/MEC

Para permitir efetiva integração do aluno especial à escola regular, o MEC iniciou capacitação de professores que atuam no ensino regular. Em sua fase inicial, o programa atenderá, no mínimo, 135 Municípios e utilizará, inclusive, recursos da educação à distância, possibilitando, assim, maior oferta de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A capacitação de professores do ensino fundamental que já atuam com alunos especiais é realizada em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação e com instituições de ensino superior. Em 2000, cerca de cinco mil professores que trabalham com alunos deficientes mentais e auditivos foram capacitados. Entre os que atendem a diferentes necessidades educativas especiais no ensino regular, foram capacitados 48,2 mil professores das redes estadual, municipal e de organizações não-governamentais.

Foram capacitados cerca de 5 mil professores que lecionam para portadores de deficiências mentais e auditivas.

Em 2000, foram atendidas cerca de 3.400 escolas e 53 mil professores. O número de Municípios que oferecem educação especial cresceu significativamente entre 1997 e 1999, passando de 2.375 para 3.255 (acréscimo de 37% no período). O atendimento atual já atinge, aproximadamente, 59% dos Municípios.

O número de Municípios que oferecem educação especial cresceu significativamente entre 1997 e 1999, passando de 2.375 para 3.255 (acréscimo de 37% no período). O atendimento atual já atinge, aproximadamente, 59% dos Municípios.

O apoio técnico-financeiro aos Estados, Municípios e ONGs tem o objetivo de induzir o desenvolvimento da política de educação especial prioritariamente nas regiões mais pobres do País. Além desse apoio, os alunos com necessidades especiais, atendidos, seja em escolas regulares ou em escolas especiais, vêm sendo beneficiados com recursos dos projetos Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola e Transporte Escolar, bem como pelos recursos para a capacitação de docentes e técnicos, pelo fornecimento de materiais pedagógicos e equipamentos específicos.

O programa apoiou, em 2000, a aquisição de equipamentos específicos para a produção do livro didático em *Braille* e o treinamento de recursos humanos para a implantação de doze Centros de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CAPs, que são organizados a partir de ação conjunta entre o poder público e a iniciativa privada do País.

Em 2000, foram distribuídos aos alunos com deficiência visual 5.000 *kits* de materiais didáticos básicos, compostos de reglete, punção, sorobã, bengala, assinador e papel *braille*.

Em ação conjunta com o Proinfo, foi desenvolvido o Curso de Capacitação de Multiplicadores em Informática na Educação, orientado para a Educação Especial, visando proporcionar formação complementar aos multiplicadores dos núcleos de tecnologia educacional.

Outra iniciativa nessa área é o Projeto de Informática na Educação Especial – Proinesp. Criado para promover o acesso à informática, enquanto recurso pedagógico, o projeto contempla escolas especializadas que atendem a alunos com necessidades educacionais especiais em todo o País.

Para a consecução do Proinesp, em 1999 foram implantados 38 laboratórios de informática. No ano 2000, outros cem laboratórios foram implantados; capacitados duzentos professores das instituições contempladas (escolas especiais) para utilização da informática na educação de alunos com necessidades especiais (cursos básicos), capacitação feita a distância pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; e capacitados noventa multiplicadores dos Núcleos de Tecnologia Educacional em Informática na Educação.

O Instituto Benjamin Constant - IBC atua na área da deficiência visual e desenvolve, atualmente, um importante *software*, o *Braille* Fácil, sistema informatizado para impressão de textos em *Braille*.

O Instituto Benjamin Constant - IBC atua na área da deficiência visual e desenvolve, atualmente, um importante *software*, o *Braille* Fácil, sistema informatizado para impressão de textos em *Braille*. Além disso, por meio de sua página virtual institu-

cional, tornou disponíveis 120 títulos do projeto Livro Didático, adaptados e transcritos para o sistema *Braille*, permitindo aos usuários a impressão do livro didático em *Braille*, de forma descentralizada.

O IBC imprimiu e distribuiu para escolas, entidades e pessoas portadoras de deficiência visual de todo o Brasil cerca de um milhão de páginas de impressos, em aproximadamente 14.000 volumes. Também foram produzidos cerca de 25.000 exemplares de material pedagógico grafo-tátil adaptado às necessidades do aluno deficiente visual.

O IBC imprimiu e distribuiu para escolas, entidades e pessoas portadoras de deficiência visual de todo o Brasil cerca de um milhão de páginas de impressos, em aproximadamente 14.000 volumes.

Na área da deficiência auditiva, o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES atua na formação de recursos humanos e no desenvolvimento de estudos e pesquisas para proporcionar à pessoa portadora de deficiência auditiva inclusão e escolarização com qualidade.

O Instituto elaborou curso de capacitação à distância para profissionais, produziu vídeos pedagógicos, com tiragem inicial de mil cópias, os quais foram enviados para escolas da rede regular de ensino, atingindo a marca de cinco mil treinandos à distância. Na modalidade presencial, mediante cursos realizados no próprio Instituto, foram capacitados cerca de 4.700 profissionais.

Ensino Médio e Educação Profissional

O programa **Desenvolvimento do Ensino Médio** começou a ser executado em 2000. A previsão é que até 2002 logrará a melhoria da qualidade do atendimento a 1,5 milhão de alunos das escolas públicas, a criação de condições para o atendimento de um milhão de novos alunos nas redes estaduais e a absorção progressiva, nessa rede, de 180 mil alunos hoje atendidos nas redes municipais.

O programa **Desenvolvimento do Ensino Médio** criará condições para que mais alunos sejam atendidos nas escolas públicas.

A expansão e reforma do ensino médio, através do projeto Escola Jovem, visa atender a demanda crescente, cuja matrícula aproxima-se da casa dos 8 milhões, elevando para 33% o percentual de estudantes de quinze a dezessete anos que freqüentam esse nível de ensino.

A expansão e reforma do ensino médio, através do projeto Escola Jovem, visa atender a demanda crescente, cuja matrícula aproxima-se da casa dos 8 milhões, elevando para 33% o percentual de estudantes de quinze a dezessete anos que freqüentam esse nível de ensino.

Essa iniciativa responde à demanda dos jovens por maior escolaridade, frente a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, e busca absorver, com qualidade, os alunos egressos do ensino fundamental. Busca, também, adequar qualitativamente o ensino médio ao novo modelo proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

O MEC, junto com seus congêneres da Venezuela e Colômbia, criou a Rede Internacional Virtual da Educação – RIVEd. Apoiada pela UNESCO e pelo BID, a RIVEd produzirá páginas na *web* de apoio ao ensino nas escolas públicas de nível médio dos países participantes e deverá enriquecer e consolidar o uso pedagógico da informática nas escolas.

Desde outubro de 1999, a TV Escola está transmitindo programas voltados ao ensino médio, orientando professores, gestores e alunos quanto aos parâmetros e diretrizes da reforma desse nível de ensino. Em 2000, a capacitação de professores contou com parceria da Universidade Virtual Pública do Brasil – UniRede, por meio da qual, cerca de 34 mil professores da rede pública receberão certificados de extensão universitária ao concluírem o curso de utilização pedagógica de televisão e vídeo.

No biênio 2001/2002, com recursos do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicação – FUST, o ProInfo universalizará o uso da *Internet* nas escolas públicas de ensino médio e expandirá o atendimento às escolas do ensino fundamental. Para isso serão adquiridos e instalados mais de 280.000 computadores em cerca de 14.000 escolas.

No biênio 2001/2002, com recursos do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicação – FUST, o ProInfo universalizará o uso da *Internet* nas escolas públicas de ensino médio e expandirá o atendimento às escolas do ensino fundamental. Para isso serão adquiridos e instalados mais de 280.000 computadores em cerca de 14.000 escolas.

Um dos passos fundamentais da reforma do ensino médio foi separá-lo da educação profissional. Agora os dois existem de forma independente e os cursos profissionais passaram a complementar o ciclo médio.

Um dos passos fundamentais da reforma do ensino médio foi separá-lo da educação profissional. Agora os dois existem de forma independente e os cursos profissionais passaram a complementar o ciclo médio e têm estrutura curricular em módulos, o que permite ao aluno fazer vários cursos curtos, em diferentes momentos de sua vida profissional, com conteúdos flexíveis, que levam em conta as preferências dos estudantes.

Em 2000 foram concluídos os referenciais curriculares para a educação profissional.

Para a consecução destes novos objetivos, foi instituído o programa **Desenvolvimento da Educação Profissional**, cujos principais resultados em 2000 foram a conclusão dos referenciais curriculares da Educação Profissional de nível técnico, de vinte áreas profissionais, o lançamento do projeto Técnico Empreendedor, em parceria entre o MEC e o SEBRAE, a conclusão e divulgação da Pesquisa de Atividade Econômica – PAER em treze unidades da Federação e realização, em parceria com o INEP, do I Censo da Educação Profissional.

O programa, dado o seu caráter reformulador, já está presente em escolas que formam desde profissionais especializados na produção de instrumentos musicais com madeira nativa, extraída de forma sustentada na Amazônia, até as que formam técnicos em eletrificação solar no Recife.

Em 2000 foram assinados 51 novos convênios para a execução de projetos escolares que, somados aos firmados nos anos anteriores, totalizam 168 projetos em execução, com recursos da ordem de R$ 324,6 milhões.

Número de Convênios para Projetos Escolares

Segmento	1998	1999	2000	Total
Estadual	16	11	26	53
Federal	27	15	4	46
Comunitário	1	47	21	69
Total	44	73	51	168

Fonte: SEMTEC/MEC.

Em 2000 foram capacitadas e atualizadas, aproximadamente, 22.500 pessoas, por meio de diversos eventos; em 2001 prevê-se capacitar e atualizar outras quinze mil. Ainda em 2001 será iniciada a elaboração dos referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível tecnológico.

Para subsidiar novos investimentos do programa, dimensionando e caracterizando a demanda de mão-de-obra no País, foi contratado estudo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, de São Paulo. Iniciada há um ano e meio, a Pesquisa de Atividade Econômica e Regional – Paer está investigando que tipo de profissional a indústria e os serviços precisam em cada Estado.

À medida que os números são fechados num Estado, eles são repassados às escolas de ensino profissional para que adaptem os currículos à oferta de novos cursos. Referida pesquisa deverá ser concluída em 2001, completando, assim, o projeto iniciado em 1999.

Ensino Superior

O ensino de graduação, consubstanciado no programa **Desenvolvimento do Ensino de Graduação**, continua em expansão, como resultado das prioridades estabelecidas ao ensino fundamental, bem como dos avanços no ensino médio, na educação profissional e em conseqüência, da exigência do mercado, face à retomada do desenvolvimento econômico do País.

Medidas decisivas foram tomadas visando à melhoria deste nível de ensino. A redefinição dos mecanismos de credenciamento e expansão e a criação do Exame Nacional de Cursos – Provão, implantado em 1996, têm por objetivo alimentar os processos de decisão e de formulação de ações voltadas para a melhoria dos cursos de graduação.

Medidas decisivas foram tomadas visando à melhoria deste nível de ensino. A redefinição dos mecanismos de credenciamento e expansão e a criação do Exame Nacional de Cursos – Provão, implantado em 1996, têm por objetivo alimentar os processos de decisão e de formulação de ações voltadas para a melhoria dos cursos de graduação.

Em 2000, foram avaliados os cursos de Administração, Agronomia, Biologia, Comunicação Social, Direito, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Física, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia e Química. Em 2001, além destes, serão incluídos no Exame os cursos de Farmácia e Pedagogia.

Ao focalizar o número de estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, verifica-se significativo crescimento das matrículas, notadamente nos cursos de doutorado, no qual a expansão atingiu em 1998 patamar 76,7% superior ao de 1994.

Instituições Federais de Ensino

Número de Alunos Matriculados

ANO	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
1994	368.295	24.931	7.169
1995	380.367	26.718	7.935
1996	389.391	28.536	9.038
1997	404.437	27.535	9.899
1998	442.740	34.177	12.669
Variação % 98/94	20,21	37,09	76,72

Fonte: Sistema de Informações do Ensino Superior – SIES/SESu/MEC.

O corpo docente das IFES melhorou sua qualificação. Em 1994 o percentual de professores doutores era de 22,2%. Está, hoje, em 37,8%. O percentual total de professores com titulação de mestrado ou doutorado que, em 1994, era próximo de 60%, subiu para cerca de 75% do total de docentes.

O corpo docente das IFES melhorou sua qualificação. Em 1994 o percentual de professores doutores era de 22,2%. Está, hoje, em 37,8%. O percentual total de professores com titulação de mestrado ou doutorado que, em 1994, era próximo de 60%, subiu para cerca de 75% do total de docentes. Trata-se de política de governo associada à renovação do quadro, por meio de bolsas de estudo, licenças remuneradas e autorizações para novos concursos. De 1995 a 2000, foram autorizados mais de 8.000 novos concursos para professores.

Titulação dos Docentes das IFES

ANO	GRADUADOS		ESPECIALISTAS		MESTRES		DOUTORES		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
1994	8.204	18,13	9.972	22,04	17.041	37,67	10.026	22,16	45.243
1995	7.559	17,53	8.565	19,87	16.485	38,23	10.506	24,37	43.115
1996	6.820	16,08	8.220	19,38	16.365	38,59	11.006	25,95	42.411
1997	6.355	14,73	7.760	17,98	16.557	38,37	12.478	28,92	43.150
1998	5.640	13,19	7.302	17,08	16.379	38,30	13.442	31,43	42.763
1999	4.760	11,07	6.666	15,51	15.888	36,96	15.671	36,46	42.985
2000	4.425	10,39	6.451	15,14	15.614	36,67	16.093	37,80	42.583

Fonte: SIAPE/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Está instalado nas instituições federais de ensino superior o primeiro lote de equipamentos para a modernização de laboratórios e recuperação dos hospitais de ensino.

Convém ressaltar que no ano 2000 a ação Modernização e Qualificação do Ensino Superior começou a render seus primeiros frutos. Já está instalado nas IFES o primeiro lote de equipamentos do projeto, que irá acrescentar recursos da ordem de

US$ 300 milhões na modernização dos laboratórios destinados ao ensino de graduação e na recuperação do parque de equipamentos dos hospitais de ensino.

A ação de reforço ao custeio dos hospitais universitários, executada pelo MEC, garantiu a aplicação de recursos da ordem de R$ 60 milhões. A divisão dos recursos entre os hospitais é baseada em indicadores de desempenho e de comprometimento da receita com pagamento de pessoal terceirizado, com premiação para os que conseguem aumento de produtividade com otimização dos quadros de pessoal.

Os hospitais de ensino oferecem 10.065 leitos à população. Disponibilizam, ainda, 291 leitos de Unidade de Tratamento Intensivo - UTI adulto, 97 de UTI pediátrica e 301 de UTI neonatal, além de 3.677 salas de ambulatório.

No período 1997-2000 aumentou a oferta de serviços dos hospitais universitários, em quantidades de consultas, internações e cirurgias.

Oferta de Serviços dos Hospitais Universitários Federais

PERÍODO	CONSULTAS	INTERNAÇÕES	CIRURGIAS
1997-1°	4.903.835	184.827	225.060
1997-2°	5.247.852	190.951	240.562
1998-1°	4.886.872	186.580	237.563
1998-2°	5.132.018	191.867	260.785
1999-1°	5.939.933	194.192	253.698
1999-2°	6.164.139	195.008	263.768
2000-1°	5.237.625	193.663	289.253
Var. % 2000/1997	6,81	4,78	28,52

Fonte: Sistema de Informações do Ensino Superior - SIES/SESu/MEC.

Visando expandir as oportunidades de ingresso e permanência no ensino superior não-gratuito, foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, destinado a alunos provenientes de famílias de baixa renda.

Para aumentar o ingresso e permanência de alunos de baixa renda no ensino superior pago, foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Lançado no segundo semestre de 1999, o FIES registrou, já naquela ocasião, significativa participação das instituições de ensino superior do País. Nos dois processos seletivos, realizados no semestre de lançamento, houve adesão de 606 instituições de ensino superior, distribuídas em 24 Estados. Inscreveram-se naqueles processos mais de 138.000 candidatos, dos quais foram selecionados 82.296.

Esses números tornam-se ainda mais expressivos quando comparados aos do Crédito Educativo que, em seu último processo seletivo, realizado em 1997, selecionara 29.303 estudantes. Os resultados positivos do FIES em 1999 motivaram a sua continuidade. Desta forma, no primeiro semestre de 2000 foi lançado outro processo seletivo, com a abertura de 50.000 novas vagas.

O número de instituições que aderiram ao FIES 2000 superou amplamente as expectativas. Foram validadas 860 instituições, número 41,9% maior que o total de instituições participantes dos dois processos seletivos anteriores.

Renda *per capita* dos estudantes



Fonte: Financiamento Estudantil - FIES/SESu/MEC

Os critérios de seleção propiciaram o atendimento preferencial aos candidatos mais carentes: 72% dos candidatos pré-selecionados têm renda familiar *per capita* de até três salários mínimos, subindo para 91% quando se adota o teto de cinco salários mínimos. Além disso, 18,09% dos estudantes pré-selecionados têm caso de doença crônica no grupo familiar e 17,82% pertencem a famílias com mais de um membro estudando em faculdade paga.

Com respeito aos valores financeiros, deve-se registrar que, para atender aos 44.447 estudantes pré-selecionados pelo FIES, o Governo Federal gastará R$ 80,4 milhões por semestre, ou seja R$ 1,8 mil por aluno por semestre. Em todas as regiões do País houve aumento no número de instituições participantes.

Há no País mais de 1.290 programas de pós-graduação que atendem quase 90 mil estudantes.

No âmbito do programa **Desenvolvimento do Ensino de Pós-graduação**, as ações de fomento e de avaliação respondem pela montagem e operação de uma rede de instituições universitárias, com mais de 1.290 programas de pós-graduação que atendem a um contingente de quase noventa mil estudantes, ou

seja, cerca de 4% da população estudantil matriculada no ensino superior do País.

Em 2000, foram mantidas 1.499 bolsas, correspondendo a um investimento anual de aproximadamente US$ 37 milhões. Este apoio à capacitação no exterior buscou atender às demandas de professores brasileiros das diversas áreas do conhecimento, de forma cada vez mais articulada com as necessidades e metas fixadas pelas programações institucionais, mediante a concessão de 760 bolsas de doutorado; 308 bolsas de "doutorado-sanduiche"; 128 bolsas de pós-doutorado; 46 de especialização, 11 de mestrado e ainda 246 bolsas de "graduação-sanduiche".

O projeto Demanda Social corresponde à ação de fomento para o apoio à formação de recursos humanos de alto nivel, necessários ao desenvolvimento nacional. Atende à demanda espontânea, mas inclui critérios que buscam interação crescente com as necessidades econômicas, demandadas dos setores produtivos, e com as necessidades sociais, particularmente no campo da educação e da saúde.

Em 2000, o projeto apoiou centenas de cursos de pós-graduação oferecidos por 95 instituições de ensino superior brasileiras e que, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, obtiveram notas iguais ou superiores a três. Foram concedidas 10.142 bolsas, sendo 2.944 de doutorado e 7.198 de mestrado, totalizando um investimento de R$ 100,5 milhões.

Concebido para ter duração de dois anos, o Projeto Fomento à Pós-Graduação – PROF foi criado em 1998, com a participação inicial de sete instituições federais convidadas, cujos programas de pós-graduação eram anteriormente apoiados pelo projeto Demanda Social, bem como com recursos advindos do Projeto Apoio à Pós-Graduação – PROAP. Esta iniciativa, de cunho experimental, visava não apenas obter maior racionalização e efetividade das ações de fomento e apoio da CAPES, como, principalmente, propiciar às universidades participantes maior autonomia e flexibilidade de gestão dos recursos em consonância com a dinâmica das necessidades e das programações de seus respectivos cursos.

Diante dos bons resultados obtidos, a CAPES passou a concentrar seus esforços mais nas tarefas de avaliação e acompanhamento do que nas operações processuais de concessão de bolsas e, em 2000, foi feita a primeira avaliação de desempenho das 9 instituições então participantes do PROF. O PROF contem-

plou com bolsas uma média mensal de 3.038 bolsistas em 2000, sendo 2.200 de mestrado e 838 de doutorado. O total de recursos investidos foi de R$ 51,7 milhões.

Formulado especialmente para atender as especificidades e para propiciar maior flexibilidade às politicas de financiamento na pós-graduação, o Projeto Suporte à Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Particulares – PROSUP tem por característica a concessão de suporte financeiro e apoio aos estudantes bolsistas das Instituições de Ensino Superior Particulares (podendo envolver pagamento de mensalidade de manutenção ao aluno e/ou pagamento das taxas escolares), que ministram programas anteriormente financiados pelo projeto Demanda Social. Em 2000, a CAPES concedeu, nesta modalidade, uma média mensal de 2.644 bolsas de mestrado e 919 bolsas de doutorado para alunos de pós-graduação de instituições de ensino superior particulares, com dispêndio de R$ 24,4 milhões.

O Projeto Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT é voltado para a qualificação do corpo docente e técnico das instituições públicas de ensino superior e visa propiciar condições de escolarização para o cumprimento do desafio constante da meta governamental estabelecida no Plano Nacional de Educação, que prevê, até 2006, cerca de seis milhões de estudantes matriculados no ensino de graduação. Em 2000, o PICDT concedeu 4.342 bolsas, sendo 3.723 de doutorado e 619 de mestrado, contemplando 183 instituições, com um aporte de recursos no valor de R$ 54,5 milhões.

Nesse projeto, o MEC procurou imprimir forte esforço para concretizar politica de desconcentração e de redução das disparidades regionais. É o que se pode comprovar pelos percentuais de destinação de suas aplicações que não seguem as tendências concentradoras apresentadas pelo PIB ou pela distribuição da capacidade instalada de ensino e pesquisa. A Região Nordeste lidera com 31%, seguida pela Região Sul com 28% e a Região Sudeste com 20%. As Regiões Norte e Centro-Oeste têm participação em torno de 10%, cada uma.

Iniciado em 2000, com o objetivo de promover o intercâmbio entre os docentes e discentes de pós-graduação dos diferentes Estados da Federação, o Projeto Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD tem como principal estratégia estabelecer parcerias ou incentivar as já existentes, visando diminuir as discrepâncias regionais.

Por intermédio desse projeto, em 2001 deverão ser financiados 76 projetos (envolvendo 29 instituições, 128 docentes e 118 discentes, dos quais 52 são docentes de instituições de ensino superior que farão o seu doutorado), ao custo estimado de R$ 2,2 milhões.

Em 2000, foi desenvolvido o Sistema de Avaliação da Pós-Graduação, merecendo destaque as seguintes atividades: ajustamento do sistema de avaliação ao processo de diferenciação da pós-graduação brasileira; realização da avaliação anual dos programas de pós-graduação e início dos preparativos para a realização da avaliação geral trienal de 2001. Foram avaliados, em 2000, 1.291 programas, responsáveis pela oferta de 2.605 cursos (1.934 de mestrado e 671 de doutorado). Para atender ao perfil de programas avaliados, foi expandido para 44 o número de áreas de avaliação, sendo criadas duas novas áreas: ensino de ciências e programas multidisciplinares.

Saúde

A Emenda Constitucional nº 29/2000 assegura recursos mínimos, com aumentos progressivos até 2004, para o financiamento da saúde nos três níveis de governo.

Dentre as mudanças institucionais verificadas em 2000, deve ser dada especial atenção à Emenda Constitucional nº 29/2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, nas três esferas de governo.

A Constituição de 1988 assegurou a universalidade no acesso do cidadão à saúde e indicou a responsabilidade das três esferas de governo na execução e no financiamento das ações e dos serviços de saúde. No que tange ao financiamento, a Emenda nº 29 determina expressamente os níveis mínimos de participação de cada esfera de governo.

Entre 2000 e 2004, os Municípios terão de elevar seus gastos com a saúde de 7% para 15% da arrecadação. Os Estados aumentarão os gastos de 7% para 12% da arrecadação. Em 2000, a União elevou a aplicação de recursos na saúde em 5%. Entre 2001 e 2004, os gastos federais serão corrigidos pela variação nominal do PIB.

Os Estados e o Distrito Federal terão que aumentar gradativamente seus gastos em ações e serviços de saúde, elevando-os a patamares mínimos de 7%, em 2000, e de 12%, até 2004. Esses percentuais devem incidir sobre o que arrecadarem com os impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, sobre heranças (transmissão *causa mortis*) e sobre o valor líquido das transferências constitucionais (cota-parte do ICMS).

A exemplo dos Estados, os Municípios e o Distrito Federal destinarão a ações e serviços de saúde o mínimo de 7% do produto da arrecadação sobre os impostos Predial e Territorial Urbano – IPTU, sobre Serviços – ISS, sobre Transmissão Inter-Vivos e das transferências derivadas de impostos. Esse percentual deverá atingir progressivamente patamares não inferiores a 15% em 2004.

No âmbito da União, foi prevista a aplicação mínima de recursos em ações e serviços de saúde, para o exercício de 2000, equivalente aos valores apurados no exercício anterior acrescidos de 5%. Para os exercícios compreendidos entre 2001 a 2004, serão assegurados os recursos apurados no ano anterior corrigidos pela variação nominal do PIB.

Atualmente, de cada R$ 10,00 gastos em saúde pública, R$ 7,00 são provenientes do Governo Federal. Além disso, a expansão do gasto federal levou alguns Estados e Municípios a uma retração da aplicação de recursos próprios.

Os recursos do Fundo Nacional de Saúde passaram a ser transferidos automaticamente para fundos estaduais e municipais.

O processo de descentralização da execução das ações e dos recursos na área da saúde foi intensificado mediante a trans-

ferência automática e regular de recursos federais do Sistema Único de Saúde – SUS. As transferências dão-se diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais, conhecidos como repasse fundo-a-fundo. Paralelamente, o modelo assistencial também vem sendo reorganizado em novas bases e critérios, onde a prioridade está no caráter preventivo e na atenção integral à saúde.

Nesse contexto, o programa **Saúde da Família** tem sido o eixo estruturante do novo modelo de assistência à saúde, tendo por objetivo ampliar o acesso da população aos serviços básicos de saúde, por meio de Agentes Comunitários e de Equipes de Saúde da Família.

O programa **Saúde da Família** amplia o acesso da população aos serviços básicos de saúde, por meio de Agentes Comunitários de Saúde e Equipes de Saúde da Família.

As 10.473 equipes atuantes em 3.090 Municípios beneficiam 36.131.850 pessoas, tendo alcançado a meta de 99,7% estabelecida para o ano de 2000. Os 145.299 Agentes Comunitários de Saúde em operação no País, são responsáveis pelo monitoramento mensal da saúde de mais de 51% da população brasileira, em 4.610 Municípios.

Os 145.299 Agentes Comunitários de Saúde em operação no País, são responsáveis pelo monitoramento mensal da saúde de mais de 51% da população brasileira, em 4.610 Municípios.

Com vistas a ampliar a cobertura populacional pelas Equipes de Saúde da Família, foi introduzida nova sistemática para o cálculo diferenciado de incentivo financeiro, de forma a beneficiar aqueles que dispõem de maior cobertura populacional com as Equipes.

Faixas de cobertura populacional e valores anuais do incentivo por Equipe de Saúde da Família

Faixas	% de cobertura populacional	Incentivo (R$ 1,00)		
		Agentes	Equipe	Total
1	0,0 - 4,9	13.200	28.008	**41.208**
2	5,0 - 9,9	13.200	30.684	**43.884**
3	10,0 - 19,9	13.200	33.360	**46.560**
4	20,0 - 29,9	13.200	38.520	**51.720**
5	30,0 - 39,9	13.200	41.220	**54.420**
6	40,0 - 49,9	13.200	44.100	**57.300**
7	50,0 - 59,9	13.200	47.160	**60.360**
8	60,0 - 69,9	13.200	50.472	**63.672**
9	70,0 ou +	13.200	54.000	**67.200**

Fonte: Portaria GM/MS nº 1.329.

Os primeiros resultados do incentivo diferenciado começam a aparecer, conforme mostra o gráfico a seguir, onde se observa o crescimento de Municípios com mais de dez equipes, de

2,7 para 5,24%, em detrimento do grande número de Municípios com apenas uma equipe, de 59,2 para 46,21%.

Evolução da distribuição de Municípios por número de equipes



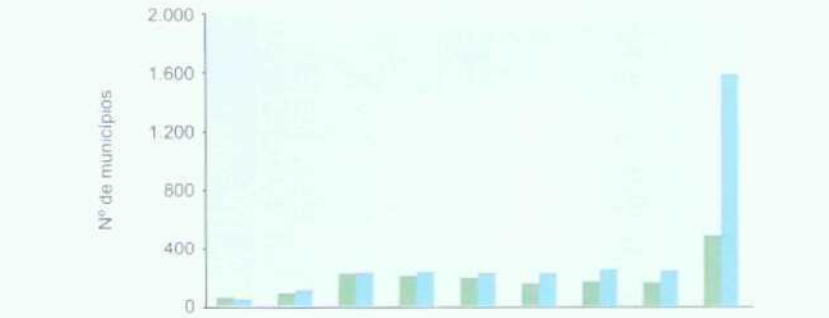
Equipes	1	2	3	4	5	6 a 9	10 e +
Municípios Dez/99	59,2	16,4	9	4,3	3,6	4,8	2,7
Municípios Nov/00	46,21	21,04	10,45	6,67	4,08	6,31	5,24

Fonte: SPS/MS

Há que se levar em conta que 1.407 Municípios, 25,5% do total, possuem população inferior a 5.000 habitantes e a média de cobertura populacional de uma equipe é de 3.450 pessoas, logo se justifica, em parte, a concentração de Municípios com apenas uma equipe que possibilita a cobertura populacional próxima de 100%.

No gráfico a seguir, observa-se que 1.571 Municípios se encontram na faixa 9, ou seja, 70% ou mais de sua população está coberta pelo programa.

Evolução da distribuição de Municípios por faixa de cobertura populacional



Faixas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
Municípios Out/99	55	83	216	200	189	148	164	158	481	1.694
Municípios Nov/00	43	102	222	227	221	221	245	237	1.571	3.089

Fonte: SPS/MS

Na área de alimentação e nutrição, destaca-se o programa **Alimentação Saudável**, que visa à redução e ao controle da desnutrição e das carências por micronutrientes nos serviços de saúde, bem como à promoção da alimentação saudável nos diferentes ciclos de vida.

Com a instituição do Incentivo de Combate às Carências Nutricionais – ICCN, em 1998, foi possível alcançar Municípios menores, aumentando de maneira expressiva o volume de recursos financeiros que passaram a ser transferidos fundo-a-fundo, com maior controle e eqüidade, eliminando a burocracia dos convênios. Em 2000 foram habilitados para receber o incentivo 5.011 Municípios, com o total de 870 mil beneficiários, compreendendo crianças, gestantes e idosos.

Com a instituição do Incentivo de Combate às Carências Nutricionais – ICCN, em 1998, foi possível alcançar Municípios menores. Em 2000 foram habilitados para receber o incentivo 5.011 Municípios, com o total de 870 mil beneficiários, compreendendo crianças, gestantes e idosos.

Na Região Nordeste, foi verificado declínio da desnutrição em 13,6%, entre junho de 1999 e abril de 2000, nos Municípios que tinham o incentivo. Essa taxa de declínio é superior a mais de duas vezes a tendência de queda que vinha sendo anteriormente observada na Região, de 5% ao ano, e a mais do que quatro vezes a verificada para o Brasil, como um todo, na última década, de 2,9% ao ano.

Na Região Nordeste, foi verificado declínio da desnutrição em 13,6%, entre junho de 1999 e abril de 2000, nos Municípios que tinham o incentivo.

Adicionalmente, foram distribuídos quatro milhões de doses de vitamina A para atender crianças de seis até 59 meses de idade da Região Nordeste e Vale do Jequitinhonha, áreas onde a deficiência alimentar é endêmica.

Está sendo implementado o Plano Nacional para a Promoção da Alimentação Adequada e do Peso Saudável, que visa à adoção de hábitos e de práticas importantes para a saúde. Entre as várias ações a serem desenvolvidas, destaca-se a produção de material educativo para a formação de professores, a ser veiculado pela TV Escola, com potencial para atingir os 37 milhões de alunos do ensino fundamental.

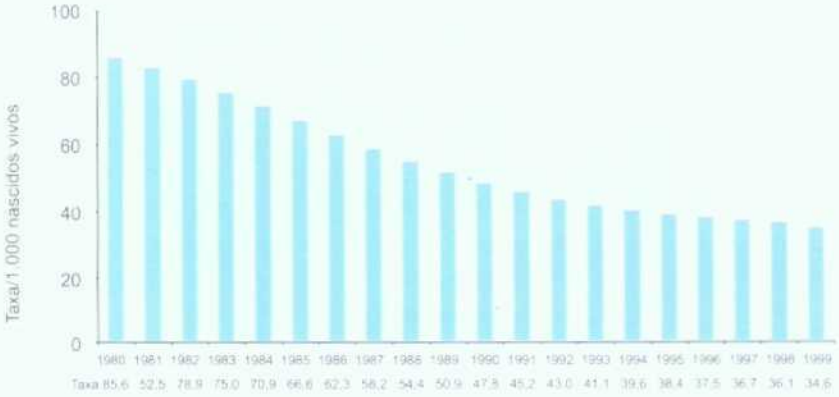
No tocante à saúde da criança, as ações desenvolvidas até 1999 foram sistematizadas no programa **Saúde da Criança e Aleitamento Materno**, o qual tem por objetivo reduzir a morbimortalidade de crianças de até cinco anos de idade, com ênfase na redução da mortalidade neonatal e no incentivo ao aleitamento materno.

O programa **Saúde da Criança e Aleitamento Materno** objetiva a redução da morbimortalidade de crianças de até 5 anos.

Os indicadores apurados apontam a melhoria das condições básicas de vida das crianças nessa faixa etária: a mortalidade infantil em crianças com até um ano de idade, por mil nascidos vivos, decresceu de 47,8 no início da década de 1990 para 34,6 em 1999; as internações por diarréia registraram, no período de 1995-1999, queda de 50%; na área urbana, o aleitamento materno de crianças até os seis meses de idade evoluiu de 47%, em 1989, para 84,1% em 1999.

A mortalidade infantil em crianças com até um ano de idade, por mil nascidos vivos, decresceu de 47,8 no início da década de 1990 para 34,6 em 1999; as internações por diarréia registraram, no período de 1995-1999, queda de 50%; na área urbana, o aleitamento materno de crianças até os seis meses de idade evoluiu de 47%, em 1989, para 84,1% em 1999.

Mortalidade Infantil Brasil – 1980-1999



Fonte: IBGE

Uma das ações relevantes desse programa refere-se à implantação da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano. Essa rede, que coletou em 1999 aproximadamente 100 mil litros de leite humano, compreende 132 unidades em 22 Estados, as quais prestam assistência gratuita à população de recém-nascidos de alto risco e de prematuros, no que diz respeito à coleta, estoque, distribuição de leite humano pasteurizado, controle de qualidade e promoção da amamentação.

O projeto Carteiro Amigo, em parceria com a Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, beneficiou mais de 550 mil crianças e gestantes da Região Nordeste e outras 440 mil nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

O projeto Carteiro Amigo, em parceria com a Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, contou com a participação de 5.623 carteiros em ações de incentivo e de divulgação de informações sobre a importância do aleitamento materno às gestantes e nutrizes. O projeto beneficiou mais de 550 mil crianças e gestantes da Região Nordeste e outras 440 mil nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

A iniciativa Hospitais Amigos da Criança conta hoje com 166 hospitais credenciados, em 21 Estados. A meta é atingir 50% dos 657 hospitais que atendem mil ou mais partos por ano.

O programa apoiou oitenta cursos que capacitaram 2.202 profissionais da rede SUS nas áreas de aleitamento materno, assistência ao recém-nascido, desenvolvimento infantil e assistência integrada às crianças doentes.

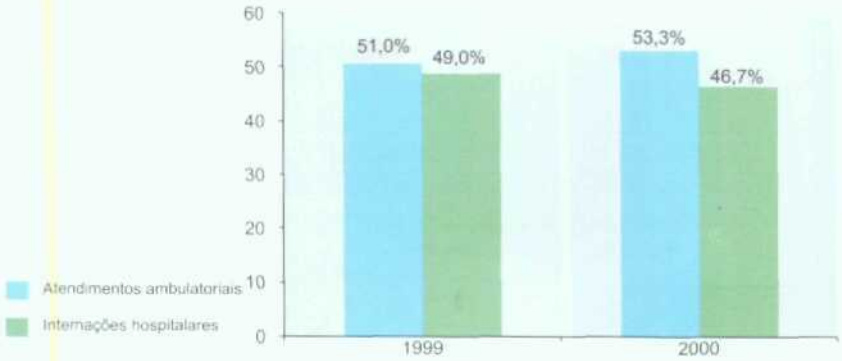
Desde a instituição dos incentivos financeiros do Piso de Atenção Básica - PAB, verifica-se tendência de declínio na remuneração por serviços produzidos. Todavia, este tipo de pagamento persistirá até que todos os Estados e Municípios estejam habilitados à gestão plena nos respectivos sistemas de saúde.

Quando comparados os anos de 1999 e 2000, a proporção dos gastos com internação, em relação aos gastos totais da assis-

tência ambulatorial e hospitalar no SUS, reduziu de 49% para 46,7%. Por conseguinte, a participação do gasto com assistência ambulatorial passou de 51% para 53,3%. Estes resultados podem ser atribuídos à política de reorganização do modelo de atenção à saúde, que tem conferido prioridade a ações de caráter preventivo, a exemplo do Saúde da Família.

Os recursos federais repassados aos Estados e Municípios para o custeio das ações do programa **Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar do SUS** financiaram, aproximadamente, 12 milhões de internações hospitalares e 1,5 bilhão de procedimentos ambulatoriais - dos quais 63% corresponderam às ações e serviços básicos de saúde.

Os recursos federais repassados a Estados e Municípios financiaram 12 milhões de internações hospitalares e 1,5 bilhão de procedimentos ambulatoriais.



Percentual do gasto Federal para o custeio da assistência à saúde no SUS, segundo tipo de atendimento – Brasil – 2000*

Fonte: SIA/SUS - SIH/SUS.
*Estimativa com base na média mensal de janeiro a setembro de 2000

De janeiro a setembro de 2000, o SUS pagou o total de R$ 3,67 bilhões em hospitalizações.

O programa **Valorização e Saúde do Idoso**, que busca a promoção da valorização da pessoa idosa no que concerne a sua saúde, independência funcional e assistência social, vem dando continuidade à campanha de vacinação do idoso contra *influenza* (gripe), difteria e tétano. Quando do seu lançamento em 1999, a campanha foi direcionada para a população acima de 65 anos, tendo sido aplicadas 7,5 milhões de doses. A população-alvo foi ampliada em 2000, sendo ofertada a vacinação para pessoas com mais de sessenta anos e aplicadas 9,3 milhões de doses. A cobertura de 70% da população-alvo foi considerada surpreendente, inclusive para países desenvolvidos.

Contra a gripe, difteria e tétano, foram aplicadas 9,3 milhões de doses de vacinas em pessoas com mais de 60 anos. A cobertura de 70% da população-alvo foi considerada surpreendente, inclusive para países desenvolvidos.

O Ministério da Saúde tem reformulado a política de assistência, leis e práticas relacionadas à saúde dos idosos, destacando-se a adoção e aplicação de normas de funcionamento das instituições geriátricas e similares, sujeitas à fiscalização pelos ges-

tores do SUS, a cooperação técnica entre as secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e entre os centros de referência em geriatria e gerontologia para treinamento de equipes interprofissionais e a inclusão da geriatria como especialidade clínica, para efeito de concursos públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

23,1% dos pagamentos de hospitalizações pelo SUS, R$ 847 milhões, foram destinados à população com mais de 60 anos – o que corresponde a 7,8% da população.

Cumpre registrar que 23,1% dos pagamentos de hospitalizações pelo SUS, R$ 847 milhões, foram destinados à população com mais de 60 anos – o que corresponde a 7,8% da população.

O número de casos de tétano neonatal caiu de 60 para 30 entre 1999 e 2000.

Ainda em relação à vacinação, o programa **Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis**, responsável por prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização, vem promovendo ações voltadas para a eliminação do tétano neonatal, o que possibilitou a redução do número de casos de sessenta para trinta, entre 1999 e 2000.

Essa redução de 50% propiciou uma incidência de menos de um caso para cada mil nascidos vivos. Para se alcançar a meta de eliminação da doença, pretende-se vacinar todas as mulheres em idade fértil, garantindo coberturas vacinais homogêneas em todos os Municípios.

Em 1999 o Brasil implantou um plano emergencial estratégico visando à erradicação do sarampo até o final de 2000, num esforço conjunto com trinta países do Continente. Para tanto, foi reforçada a vigilância da doença, bem como as ações de vacinação a ela referentes, em todos os Municípios.

Uma grande campanha foi realizada em 17 de junho de 2000, quando foram vacinadas mais de dezesseis milhões de crianças, entre um e onze anos, o que corresponde a 100% de cobertura vacinal.

Em 2000 foram confirmados apenas 35 casos de sarampo em nosso País, confirmando que estamos com esta doença em processo de erradicação no Brasil.

Em 2000 foram confirmados apenas 35 casos de sarampo em nosso País, confirmando que estamos com esta doença em processo de erradicação no Brasil. Estes resultados refletem a ação conjunta dos governos federal, estadual e municipal e a participação da sociedade brasileira diante de mais este desafio de saúde pública.

As ações nacionais de imunização atingiram todos os Municípios.

As ações nacionais de imunização, durante o ano 2000, concentraram esforços para descentralizar as atividades de vacinação, alcançando 100% dos Municípios e aumentando a homogeneidade nas coberturas vacinais. Neste processo de expansão, iniciado em 1999, foram implantados centros de referência em

todas as unidades federadas, com a oferta de imunobiológicos para pacientes especiais como os imunocomprometidos e hepatopatas.

As atividades de vacinação, desenvolvidas na rotina dos serviços de saúde e nas campanhas, têm contribuído para maior cobertura das populações suscetíveis. Tais atividades representam um dos fatores decisivos na redução da mortalidade infantil e na garantia da manutenção da erradicação da poliomielite.

Merece também destaque a intensificação da vacinação contra febre amarela no biênio 1999-2000. Nesse período foram vacinadas mais de 40 milhões de pessoas, principalmente nas áreas endêmicas e nos Estados onde se registraram casos.

Merece também destaque a intensificação da vacinação contra febre amarela no biênio 1999-2000. Nesse período foram vacinadas mais de 40 milhões de pessoas, principalmente nas áreas endêmicas e nos Estados onde se registraram casos.

Em consonância com outras ações preventivas, o programa **Saneamento Básico** tem como objetivo prover saneamento básico em Municípios com menos de 30.000 habitantes para eliminar as condições ambientais responsáveis pela ocorrência de agravos ou que ofereçam riscos iminentes ao seu aparecimento.

De maneira descentralizada, foi oferecido apoio técnico e financeiro aos Municípios para o desenvolvimento de ações de abastecimento de água, saneamento domiciliar, coleta e tratamento de esgoto sanitário e de resíduos sólidos. A oferta de apoio foi baseada em critérios epidemiológicos para prevenção e controle de agravos. Para tanto, foram alocados R$ 404,1 milhões em benefício de 550 mil famílias pertencentes a populações de baixa renda.

Além das ações citadas, foram investidos R$ 58,1 milhões em obras de drenagem e manejo ambiental para o controle da malária, em melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas e em saneamento básico em aldeias indígenas, totalizando outras 136 mil famílias.

136 mil famílias foram beneficiadas com obras de drenagem e manejo ambiental para controle da malária, com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas, e com saneamento básico.

Importante apoio técnico e financeiro foi dado pelo Ministério da Saúde aos demais gestores do SUS, por meio do programa **Qualidade e Eficiência do SUS,** que tem por objetivo elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento prestado à população mediante a modernização gerencial, física e tecnológica do SUS.

Contribuindo para o alcance do objetivo do programa, o Ministério da Saúde tem implementado conjunto de ações estratégicas para melhoria da qualidade da assistência secundária e terciária. Dessa forma, vem investindo recursos financeiros em

reformas, equipamentos e no aprimoramento da gestão dos hospitais, sobretudo nas áreas de UTI, transplante, neurocirurgia, urgência, emergência e assistência à gestação de alto risco.

Visando à implantação dos sistemas estaduais de referência hospitalar para o atendimento de urgência e emergência, foram firmados convênios para que 195 hospitais recebam equipamentos e para que 44.845 profissionais sejam capacitados em todo o País.

Da mesma forma, para a implantação dos sistemas estaduais de referência hospitalar à gestante de alto risco, há convênios para beneficiar 226 hospitais com equipamentos e para capacitar outros 35.939 profissionais de saúde.

O Reforsus beneficiou 1.181 estabelecimentos de saúde com obras, aquisição de equipamentos médico-hospitalares e modernização gerencial. Foram implantados, aparelhados e adequados 328 unidades de saúde, localizadas em 281 Municípios, onde residem 26,9 milhões de habitantes.

Nessa mesma linha de ação, o projeto Reforsus, por meio de investimentos em obras, equipamentos médico-hospitalares e modernização gerencial, beneficiou 1.181 estabelecimentos de saúde em todo o País. Até o momento, foram implantadas, aparelhadas e adequadas 328 unidades de saúde, localizadas em 281 Municípios, abrangendo população de 26,9 milhões de habitantes.

O Cartão Nacional de Saúde, por outro lado, contribuirá para a organização da atenção à saúde de duas formas: a estruturação e integração de sistemas de informação que permitam a identificação do usuário e a possibilidade real de organizar a gestão a partir das necessidades da população e dos fluxos de usuários dentro do sistema de saúde.

O processo de implantação do Cartão Nacional de Saúde foi iniciado com projeto-piloto em 44 Municípios, cobrindo cerca de 13 milhões de usuários do SUS.

O processo de implantação do Cartão Nacional de Saúde foi iniciado com projeto-piloto em 44 Municípios, cobrindo cerca de 13 milhões de usuários do SUS. No momento, o projeto está cadastrando unidades de saúde e definindo local de instalação dos terminais de atendimento. Foi ainda emitido o cartão, e feita a conscientização para o seu uso, nos Municípios de Aracaju (SE), Cerro Azul (PR), Florianópolis (SC) e São José dos Campos (SP).

Os critérios de expansão do projeto estarão sendo discutidos com Estados e Municípios até meados de 2001. O cadastramento dos usuários, em todos os Municípios, terá início neste ano e se espera atingir cobertura de 140 milhões de habitantes, aproximadamente.

Foram enviadas 2,47 milhões de cartas aos usuários do sistema, no período de abril de 1999 a novembro de 2000. A remessa das cartas visou à identificação de possíveis irregularida-

des e à avaliação da qualidade da assistência prestada na rede de serviços.

Do total de respostas, 34% apresentaram denúncias – as quais foram enviadas às respectivas secretarias estaduais e municipais de saúde para averiguação e adoção de providências cabíveis, 28% solicitaram algum tipo de informação, 20% elogiaram o serviço, 11% apresentaram reclamações diversas, 6% com dados incorretos e 1% apresentou sugestões.

O Disque-Saúde registrou 1,7 milhão de atendimentos no período de janeiro a outubro de 2000, superando a meta anual prevista no PPA. A participação da sociedade através deste serviço contribui para o controle social e o aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde.

O Disque-Saúde registrou 1,7 milhão de atendimentos no período de janeiro a outubro de 2000, superando a meta anual prevista no PPA. A participação da sociedade através deste serviço contribui para o controle social e o aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde.

Paralelamente a esse processo foram realizadas auditorias analíticas e operacionais em 1.784 unidades prestadoras de serviços de saúde, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de saúde.

Com o objetivo de elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento prestado à população, teve início, em fins de 2000, a capacitação de 46.056 trabalhadores da área de enfermagem e o fortalecimento das escolas técnicas de saúde, no seio do programa **Profissionalização da Enfermagem**.

Foram capacitados 46 mil trabalhadores da área de enfermagem.

A meta de qualificação prevista para o período 2000-2003 é de 225 mil profissionais de saúde. No primeiro cadastramento, foram identificados 130 mil trabalhadores que não possuem a qualificação legalmente exigida, que lhes permita prestar cuidados de saúde à população.

A meta de qualificação prevista para o período 2000-2003 é de 225 mil profissionais de saúde. No primeiro cadastramento, foram identificados 130 mil trabalhadores que não possuem a qualificação legalmente exigida, que lhes permita prestar cuidados de saúde à população.

O contrato de empréstimo com o BID foi assinado em setembro de 2000, tendo sido iniciada a qualificação daqueles 46.056 trabalhadores em dezembro. Até fevereiro de 2001, serão 87 mil trabalhadores-alunos em todo o Brasil. Para isto, estão sendo formadas mais de duas mil turmas de qualificação profissional e escolarização, levando-se em conta a proximidade dos locais de trabalho.

Na área de ensino, o Ministério da Saúde tem exercido importante papel, na consolidação do projeto Escola de Governo, o qual potencializa a capacitação de gestores e profissionais do SUS por meio de cursos à distância.

A atuação do programa **Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da Aids**, cujos objetivos são a redução da incidência da infecção pelo vírus da Imunodeficiência Humana – HIV e de outras Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST, a ampliação do acesso e da qualidade do diagnóstico, o tratamento e a assistência aos portadores, garantiu aumento do acesso da população-alvo aos serviços de DST e Aids.

Aumentou o atendimento da população para prevenção, controle e assistência de portadores de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Foram atendidas 2,7 milhões de mulheres (192,89% a mais que em 1999) e 1,5 milhão de crianças, adolescentes e adultos jovens (111,22% a mais que em 1999).

Em 2000, foram atendidas 2,76 milhões de mulheres, representado crescimento de 192,89% em relação ao ano anterior. O mesmo fato foi registrado em relação à população de crianças, adolescentes e adultos jovens, com 1,54 milhões de atendimentos, aumento de 111,22% em relação ao ano de 1999.

Além das medidas voltadas para o esclarecimento sobre riscos de contato, 200 milhões de preservativos foram fornecidos pelo Ministério da Saúde para distribuição à população, o que corresponde a 40% do total consumido no País.

90 mil pessoas portadoras do HIV/AIDS receberam medicamentos para tratamento. Estima-se que com essa terapia foram evitadas 146 mil internações, resultando em economia de cerca de US$ 472 milhões..

No último exercício, 90 mil pacientes portadores de HIV receberam medicamentos anti-retrovirais de última geração, adquiridos e distribuídos pelo Ministério da Saúde. Com essa terapia, estima-se em 146 mil o número de internações evitadas, resultando em economia da ordem de US$ 472 milhões.

A produção nacional de similares e genéricos tem garantido a redução dos custos e a sustentabilidade da política de universalização do acesso aos medicamentos anti-retrovirais. Vale assinalar a ampliação, em mais de 70%, do número de gestantes diagnosticadas e tratadas com AZT injetável, com o objetivo de reduzir a transmissão do vírus HIV de mães infectadas para recém-nascidos.

O programa **Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica** teve como foco principal em 2000 o estabelecimento das bases geopolítica e de informações, que darão suporte ao processo de descentralização das ações nacionais integradas para prevenção e controle do câncer nos próximos anos.

A estratégia principal do programa é a capacitação gerencial e técnica das secretarias municipais de saúde para desenvolvimento das ações no nível local. Em 2000 foram treinados 4.252 representantes municipais para esse fim. As ações de controle do tabagismo e fatores de risco de câncer atingiram 1.964 escolas,

43.432 professores, 900.935 alunos, 490 unidades de saúde e 1.708 ambientes de trabalho.

Os esforços empreendidos na prevenção e vigilância para controle do câncer foram coroados com a promulgação, em dezembro de 2000, do Projeto de Lei nº 10.167, que restringe a publicidade de produtos do tabaco.

Os esforços empreendidos na prevenção e vigilância para controle do câncer foram coroados com a promulgação, em dezembro de 2000, do Projeto de Lei nº 10.167, que restringe a publicidade de produtos do tabaco.

O ano de 2000 marca, também, a inauguração do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário, que ampliará a possibilidade de transplante de medula óssea no País, para pacientes que não possuem doador aparentado.

No que tange aos aspectos normativos e de regulação na área de saúde, foi promulgada a Lei nº 9.961/2000, a qual cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantam, em todo o território nacional, a assistência suplementar à saúde.

O Governo Federal criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar para regulamentação, controle e fiscalização da assistência suplementar à saúde.

As ações da ANS integram o programa **Saúde Suplementar**, que visa garantir aos consumidores de planos ou seguros de assistência à saúde os serviços contratados e sua adequação ao estabelecido na regulamentação do setor.

O número de operadoras habilitadas, com registros provisórios, já atinge 2.733 e o trabalho de acreditação das mesmas está em desenvolvimento e consta das metas para o exercício de 2001. Foram efetuadas 1.949 fiscalizações em operadoras, com vistas a autuar excessos e descumprimentos das normas e das regulações vigentes e verificar denúncias e irregularidades pontuais. Para o exercício de 2001 estima-se o monitoramento completo das operadoras habilitadas.

Foram efetuadas 1.949 fiscalizações em operadoras de planos ou seguros de saúde.

Foi implantado o sistema de ressarcimento às unidades do SUS. Tal sistema possibilitará o repasse de recursos financeiros adicionais ao SUS em função do atendimento médico prestado pelo mesmo a segurados de planos e seguros privados de assistência à saúde. Até julho de 2000, foram identificados atendimentos cujo ressarcimento potencial poderá atingir o valor de R$ 158 milhões.

Com vistas a ampliar a difusão de informações sobre saúde suplementar, será implantada central de atendimento ao consumidor, por meio do serviço de discagem direta gratuita.

Com vistas a ampliar a difusão de informações sobre saúde suplementar, será implantada central de atendimento ao consumidor, por meio do serviço de discagem direta gratuita.

O Ministério da Defesa tem participado de diversas atividades na área da saúde, em especial no controle e prevenção das doenças imunopreveníveis, da malária e das doenças sexualmente transmissíveis e Aids.

Na Amazônia, os navios da Marinha, conhecidos pelos ribeirinhos como Navios da Esperança, e as organizações militares da área do Comando do 4° Distrito Naval, realizaram palestras sobre higiene, tratamento da água, vacinações e distribuição de medicamentos.

Na Amazônia, os navios da Marinha, conhecidos pelos ribeirinhos como Navios da Esperança, e as organizações militares da área do Comando do 4° Distrito Naval, realizaram palestras sobre higiene, tratamento da água, vacinações e distribuição de medicamentos. Os navios de assistência hospitalar Carlos Chagas, Oswaldo Cruz e Doutor Montenegro realizaram nove viagens de atendimento médico-hospitalar, alcançando quatorze pólos de saúde da área e realizando cerca de 25.000 atendimentos médicos, seis mil odontológicos, quarenta cirurgias, seis mil exames laboratoriais, além da aplicação de dez mil vacinas em apoio às campanhas do Ministério da Saúde.

O Exército contribuiu, de forma sistemática, em campanhas de saúde de nível nacional, na assistência à saúde das populações de comunidades carentes ribeirinhas e fronteiriças.

O Exército contribuiu, de forma sistemática, em campanhas de saúde de nível nacional, na assistência à saúde das populações de comunidades carentes ribeirinhas e fronteiriças. Destacaram-se, também, sua participação em obras de saneamento ambiental e na ativação e funcionamento de hospitais da Região Amazônica nas cidades de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.

A Aeronáutica seguiu ofertando seus meios aéreos para campanhas de vacinação, para missões de misericórdia, atendimento a vítimas de desastres naturais e atenção médica e odontológica.

Da mesma forma, a Aeronáutica seguiu ofertando seus meios aéreos para campanhas de vacinação, para missões de misericórdia, atendimento a vítimas de desastres naturais e atenção médica e odontológica a comunidades carentes situadas em localidades de acesso unicamente por via aérea.

Após processo de seleção para a escolha de hospital que reunisse as melhores condições de acolher uma filial do Instituto do Coração (InCOR), em Brasília, o Ministério da Defesa, por intermédio do Hospital das Forças Armadas, assinou convênio com o Congresso Nacional, em outubro de 2000, para prestação de serviços na área de especialização daquela renomada instituição.

Trabalho

O processo de modernização tecnológica por que passa o Brasil, decorrente de sua crescente integração à economia globalizada, tem gerado alterações consideráveis no mercado de trabalho. Nesse contexto, ao longo do ano 2000, o Governo Federal empenhou-se em não somente garantir a continuidade dos postos de trabalho já existentes, mas providenciar as condições necessárias para que novas vagas fossem abertas, preocupando-se também com a qualidade do emprego e com a segurança do trabalhador.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, a geração liquida de novos empregos formais atingiu 893 mil empregos, entre janeiro e novembro de 2000. Isso representa variação da ordem de 4,3% em relação ao ano de 1999.

Foram criados 893 mil empregos formais entre janeiro e novembro de 2000, 4,3% a mais que em 1999.

Proteção e Benefícios ao Trabalhador

O programa **Novo Emprego e Seguro-Desemprego** visa à inserção produtiva do trabalhador no mercado de trabalho e ao atendimento aos requerentes do benefício do seguro-desemprego, envolvendo recursos da ordem de R$ 17,6 bilhões para o período 2000-2003.

A intermediação de mão-de-obra representa uma das linhas básicas de atuação do programa, implementada por intermédio do Sistema Nacional de Emprego – SINE. Composto de órgãos estaduais e parcerias com as centrais sindicais, a iniciativa tem por finalidade a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho, de forma ágil e não-onerosa, a custos menores e tempo de espera mais curto, beneficiando tanto o trabalhador quanto o empregador.

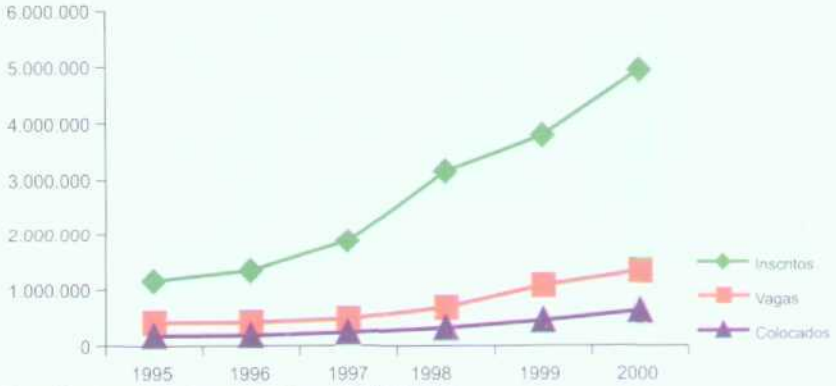
No período 1996-1999, inscreveram-se nos postos de atendimento do SINE cerca de dez milhões de trabalhadores. Esses mesmos órgãos captaram aproximadamente 2,5 milhões de vagas, das quais cerca de um milhão foram ocupadas.

No período 1996-1999, inscreveram-se nos postos de atendimento do SINE cerca de dez milhões de trabalhadores. Esses mesmos órgãos captaram aproximadamente 2,5 milhões de vagas, das quais cerca de um milhão foram ocupadas.

Os resultados da intermediação de mão-de-obra em 2000 apresentaram melhoria significativa em relação a 1999. O desempenho, em termos de vagas ofertadas e trabalhadores inseridos pelo SINE no mercado de trabalho, corresponde a mais da metade do resultado do quadriênio 1996-1999, conforme mostram o quadro e o gráfico a seguir:

Em 2000, as vagas ofertadas e os trabalhadores inseridos pelo SINE no mercado de trabalho corresponde a mais da metade do resultado no quadriênio 1996-1999.

Desempenho da Intermediação de Mão-de-Obra 1995-2000



Fonte: Departamento de Emprego e Salário — DES/SPPE/MTE.
Obs: Os dados foram estimados a partir das informações disponíveis até 30/11/2000.

Para 2001, a estimativa é que cerca de 700 mil trabalhadores sejam colocados ou recolocados pelo SINE, ao custo de aproximadamente R$ 85 milhões.

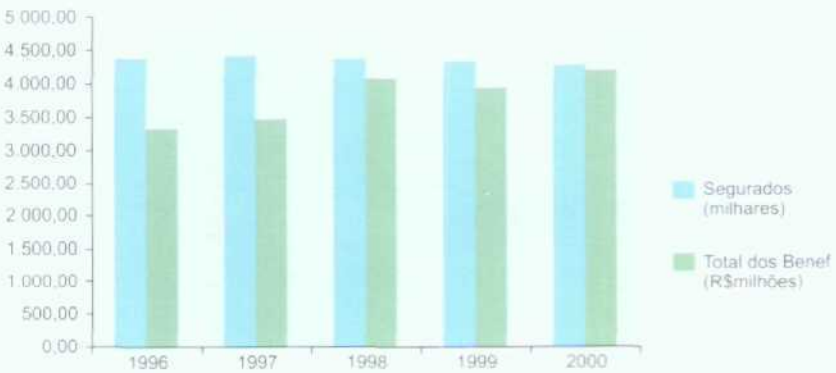
O seguro-desemprego, por sua vez, é benefício temporário, criado com a finalidade de prestar assistência financeira ao trabalhador em situação de desemprego involuntário. Entre 1996 e 1999, tiveram acesso ao programa 17,43 milhões de trabalhadores, ao custo de aproximadamente R$ 14,74 bilhões.

O seguro-desemprego, por sua vez, é benefício temporário, criado com a finalidade de prestar assistência financeira ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.

Em 2000, estima-se que foram beneficiados aproximadamente 4,18 milhões de trabalhadores, representando despesas na ordem de R$ 4,05 bilhões, o equivalente a 0,4% do PIB.

Estima-se que foram beneficiados com o seguro-desemprego aproximadamente 4,18 milhões de trabalhadores em 2000.

Desempenho do Seguro-Desemprego 1996-2000



Fonte: Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE/MTE.
Obs: Os dados foram estimados a partir das informações disponíveis até 30/11/2000.

O valor médio do benefício em 2000 foi de aproximadamente 1,5 salário mínimo, representando cerca de 32% do rendimento médio do trabalhador com carteira assinada, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em média, foram pagas 4,4 parcelas, o que é compatível com o tempo médio de procura de trabalho nas áreas

O valor médio do benefício em 2000 foi de aproximadamente 1,5 salário mínimo, representando cerca de 32% do rendimento médio do trabalhador com carteira assinada.

metropolitanas, de aproximadamente 4,5 meses, de acordo com a mesma pesquisa.

Para 2001, estima-se que serão beneficiados cerca de 4,2 milhões de trabalhadores, envolvendo recursos da ordem de R$ 4,3 bilhões. Além disso, entrará em vigor nova modalidade de seguro-desemprego, destinada ao trabalhador doméstico, inovação introduzida em 2000.

Entrará em vigor nova modalidade de seguro-desemprego, destinada ao trabalhador doméstico, inovação introduzida em 2000.

Outra ação importante do programa é a concessão de bolsa-qualificação ao trabalhador com contrato de trabalho suspenso, alternativa cuja implementação exige previsão em convenção ou acordo coletivo entre empregados e empregadores.

O programa **Assistência ao Trabalhador**, por meio de suas principais ações, o abono salarial e o benefício alimentação ao trabalhador, cuja condição básica é o vínculo empregatício, tem como objetivo o combate às desigualdades individuais de renda, mediante a concessão de benefícios aos trabalhadores.

O abono salarial consiste no pagamento anual de um salário mínimo a todo empregado que tiver trabalhado pelo menos trinta dias em empresas, entidades privadas e órgãos públicos contribuintes do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, no ano de referência. Para recebê-lo, o empregado, cujas remunerações médias mensais não tenham excedido dois salários mínimos no período, também deve estar cadastrado há pelo menos cinco anos no sistema PIS/PASEP.

No período 1996-1999, foram pagos benefícios de R$ 2,5 bilhões, atingindo a média de 5,24 milhões de trabalhadores a cada ano. No ano 2000, dados preliminares de janeiro a dezembro indicam que foram beneficiados 5,6 milhões de trabalhadores, tendo sido despendidos R$ 766 milhões. Para 2001, estima-se que 5,2 milhões de trabalhadores estarão recebendo o benefício do abono salarial, totalizando despesas de cerca de R$ 740 milhões.

O benefício alimentação ao trabalhador foi criado para estimular as empresas a fornecerem refeições ou alimentações aos seus empregados, permitindo a dedução dessas despesas em até 4% do imposto de renda devido. No período 1997-1999, foram beneficiados, em média, 7,5 milhões de trabalhadores por ano. Estima-se que nove milhões de trabalhadores foram beneficiados em 2000. O desafio para o período do PPA 2000-2003 é aumentar o

Nove milhões de trabalhadores foram beneficiados com o fornecimento de refeições e alimentos.

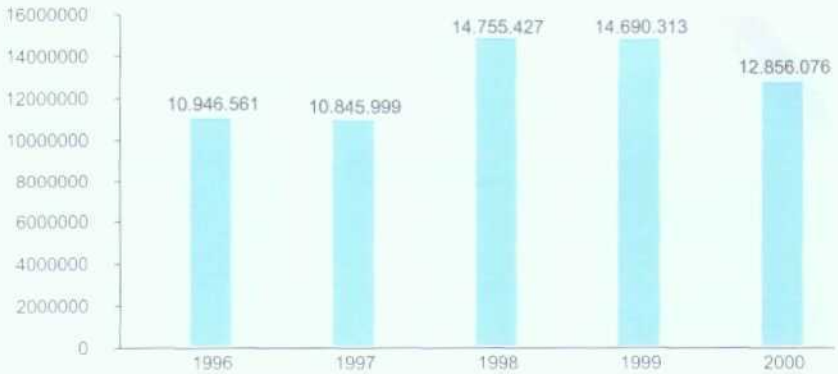
número de empresas participantes para atingir a meta de doze milhões de trabalhadores beneficiados com o auxílio-alimentação.

O programa **Trabalho Seguro e Saudável** objetiva reduzir em 40% os acidentes de trabalho fatais até 2003.

Em relação à saúde do trabalhador, foi criado o programa **Trabalho Seguro e Saudável**, com o objetivo de reduzir em 40% os acidentes de trabalho fatais e, no mínimo, 25% da taxa de morbidade por agravos decorrentes do trabalho, até 2003. Entre 1996 e 1999, cerca de quatrocentos mil trabalhadores sofreram acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

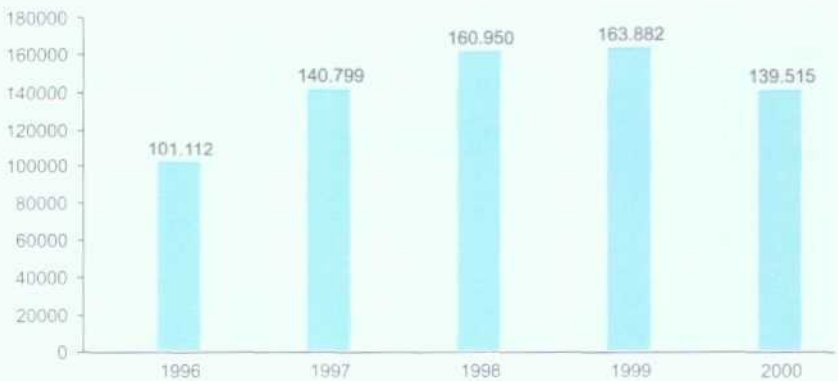
O programa combina ações diversificadas de natureza educativa, preventiva, de fiscalização do cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho e de pesquisa sobre as doenças e acidentes relacionados ao trabalho. Em 2000 a fiscalização alcançou 12,86 milhões de trabalhadores.

Total de Trabalhadores Alcançados pela Fiscalização Período 1996 a 2000



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho – DSST/SIT/MTE.

Total de Fiscalizações Realizadas Período 1996 a 2000



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho – DSST/SIT/MTE.

O setor rural tem sido priorizado nas ações de fiscalização. Em 2000 foi lançada a Campanha Nacional de Prevenção de Aci-

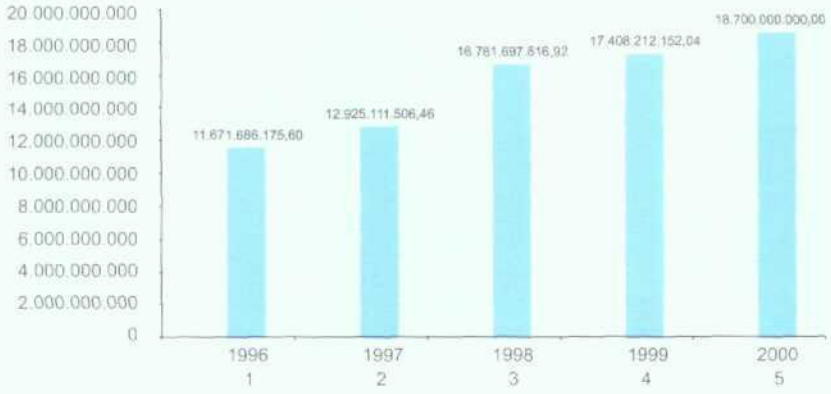
dentes do Trabalho na Área Rural – CANPATR, de forma regionalizada, com o objetivo de promover discussões e o encaminhamento de proposta de acordos e convenções na área de segurança e saúde no trabalho, além de propiciar aos empregadores, trabalhadores e população em geral, conhecimento e meios para prevenir os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Também no âmbito da fiscalização, está sendo executado o programa **Trabalho Legal**, que tem como objetivos assegurar o cumprimento dos direitos do trabalhador e estimular a negociação e a cooperação entre trabalhadores e empregadores.

Nesse sentido, foi lançada em março de 2000, campanha de combate à informalidade, que visa elevar o nível da formalização da mão-de-obra no mercado de trabalho do Brasil, no período 2000-2002. Em 2000, foram formalizados os vínculos empregatícios de aproximadamente 880 mil trabalhadores.

Em 2000, 880 mil trabalhadores tiveram seu vínculo empregatício formalizado.

A fiscalização também tem importante papel no esforço para garantir o fortalecimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. O exame do desempenho de sua arrecadação nos últimos anos mostra tendência consolidada de crescimento, conforme o gráfico a seguir:



Fonte: Secretaria de Inspeção do Trabalho - MTE.

Evolução da Arrecadação do FGTS (R$)

No que concerne à promoção da cidadania, uma das principais ações é o combate ao trabalho escravo e degradante, executado em articulação com diferentes órgãos do Governo e entidades da sociedade civil. O programa **Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante** tem por objetivo erradicar, até 2003, o trabalho escravo e quaisquer outras formas degradantes de trabalho, por meio da fiscalização e autuação, resguardando os direitos dos trabalhadores.

De janeiro a setembro de 2000, 437 trabalhadores foram libertados de situação análoga à escravidão.

No período de janeiro a setembro de 2000, as 19 ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel atingiram 89 estabelecimentos, tendo sido libertados 437 trabalhadores que se encontravam em situação análoga à escravidão.

O combate à discriminação no emprego e na profissão também é realizado por meio da execução do projeto Brasil, Gênero e Raça. Este projeto objetiva conscientizar empregados e empregadores sobre práticas discriminatórias no mercado de trabalho, combatendo-as por meio de ações concretas de promoção da igualdade de oportunidades.

A implementação das ações fica por conta dos Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação no Emprego e na Profissão, em funcionamento ou em processo de implantação nas Delegacias Regionais do Trabalho em todo o País, agindo em parceria com sindicatos, empresas, Ministério Público, universidades, órgãos estaduais e municipais, além de outras associações civis.

Empregabilidade

Cerca de R$ 4 bilhões do FAT serão gastos para qualificar 20 milhões de trabalhadores entre 2000 e 2003. No período 1995-2000, foram qualificados 11,3 milhões de trabalhadores, tendo sido aplicados R$ 1,76 bilhão.

O programa **Qualificação Profissional do Trabalhador – Planfor**, financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, tem por objetivo articular a capacidade e competência existentes na área de capacitação laboral, de modo a prover qualificação a vinte milhões de trabalhadores, ao custo de aproximadamente R$ 4 bilhões, no período do PPA 2000-2003. O Planfor contribui para o aumento da empregabilidade e da renda, a elevação da produtividade e da competitividade, o aumento da estabilidade do trabalhador no mercado de trabalho e, especialmente, para a redução da pobreza.

O programa é executado de forma descentralizada, por meio de dois instrumentos: os Planos Estaduais de Qualificação - PEQs, gerenciados pelas secretarias estaduais de trabalho, com a participação das comissões estaduais e municipais de emprego, e as Parcerias Nacionais e Regionais, com centrais sindicais e confederações patronais.

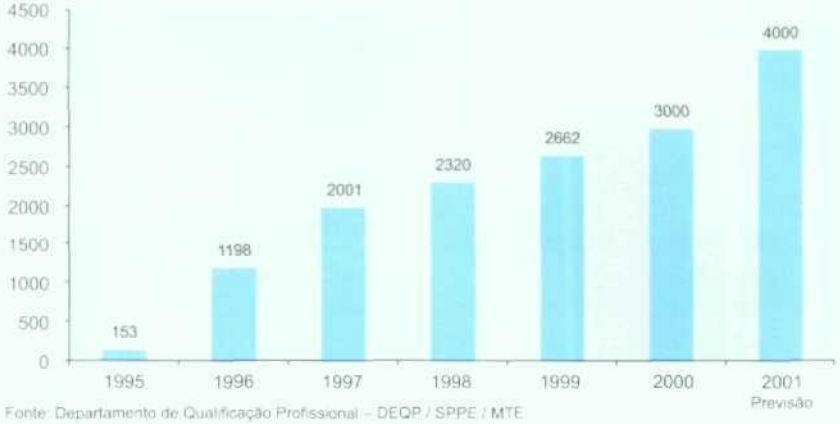
O público-alvo do programa é composto por desempregados, beneficiários do seguro-desemprego, trabalhadores sob risco de perda do emprego, trabalhadores autônomos, cooperados, autogestionados, pequenos e microprodutores do setor urbano e rural e outras populações socialmente vulneráveis.

No período 1995-2000, foram qualificados 11,3 milhões de trabalhadores, tendo sido aplicados R$ 1,76 bilhão. Em 2000 fo-

ram beneficiados cerca de 4.000 Municipios (73% do total do Pais). Para atingir esses resultados, foram mobilizadas aproximadamente 1.500 entidades executoras de ações de capacitação profissional, contratadas pelas Secretarias Estaduais de Trabalho. Em 2000 foram qualificados 3 milhões de trabalhadores, com aplicação de cerca de R$ 459 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, dos quais 66% foram destinados aos Planos Estaduais de Qualificação – PEQs e 34% às parcerias.

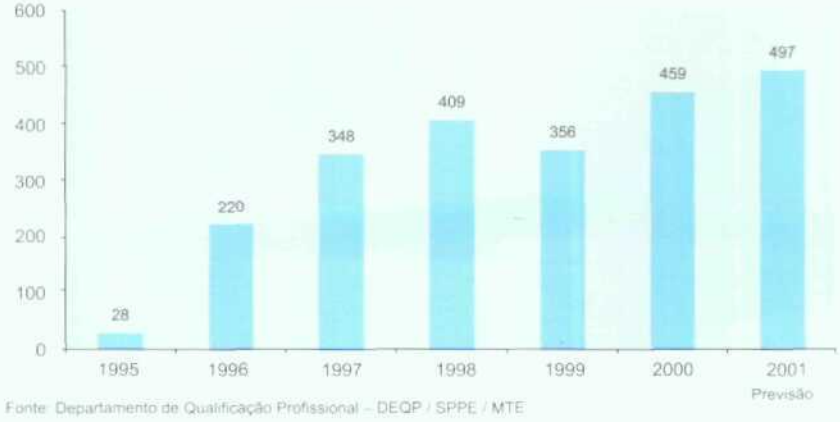
Em 2001, estima-se que quatro milhões de trabalhadores serão qualificados ou requalificados, com investimentos de R$ 488 milhões, sendo R$ 351 milhões para os Planos Estaduais de Qualificação – PEQs e R$ 137 milhões para as parcerias nacionais ou regionais.

Em 2001, 4 milhões de trabalhadores deverão ser qualificados ou requalificados pelo programa **Qualificação Profissional do Trabalhador**.



PLANFOR
Treinandos
(Em Milhares)

Fonte: Departamento de Qualificação Profissional – DEQP / SPPE / MTE



PLANFOR
Recursos Aplicados
(Em R$ milhões)

Fonte: Departamento de Qualificação Profissional – DEQP / SPPE / MTE

Para melhorar a efetividade das iniciativas de qualificação, bem como do seguro-desemprego e da intermediação de mão-de-obra, está em pleno funcionamento, em todo o Pais, o Sistema de Gestão Integrada de Ações de Emprego, o SIGAE. Trata-se de um

conjunto de mecanismos de controle eletrônico de execução e de integração das ações desses programas, cuja estrutura prevê a participação da sociedade. Os cidadãos podem ter acesso às informações do Sistema por meio da Internet, na página do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).

Fomento ao Trabalho

Com recursos do FAT, são financiadas iniciativas voltadas para o fomento do trabalho, como o programa de **Geração de Emprego e Renda – Proger**. Esse programa têm como objetivo prover crédito às pequenas e microempresas, além de cooperativas e associações de produção.

A concessão do financiamento, dentro do Proger, nas modalidades urbana e rural, está vinculada às ações de capacitação e assistência tecnológica e gerencial dos empreendimentos beneficiados. De forma a garantir maior transparência na aplicação dos recursos e objetivando otimizar sua efetividade, o programa prevê, em seu arranjo institucional, a participação da sociedade civil organizada, por meio da atuação das comissões estaduais e municipais de emprego, na definição de prioridades e no acompanhamento de sua execução nos níveis estadual e municipal.

As operações de crédito têm como agentes financeiros o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep.

Considerando o programa nas suas duas modalidades, urbana e rural, as taxas de crescimento do número de operações de crédito e valores contratados são expressivas, principalmente na modalidade urbano. O número de operações contratadas evoluiu de 81.545, em 1995, para uma projeção de 206.264 operações de crédito em 2000. Relativamente ao ano de 1999, quando se realizaram 83.931 operações, o incremento deverá ser da ordem de 146%.

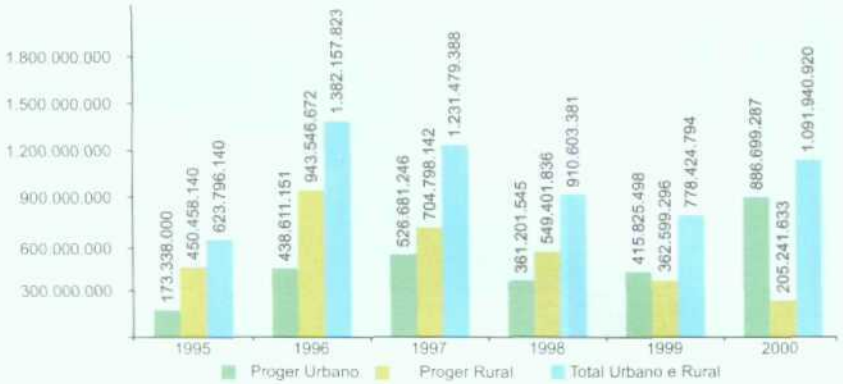
O financiamento para a geração de emprego e renda aumentou de R$ 623 milhões em 1995 para R$ 1 bilhão em 2000.

Em termos de valores contratados, ocorreu aumento de R$ 623 milhões, em 1995, para cerca de R$ 1 bilhão em 2000. Comparando-se esse desempenho com o verificado em 1999, da ordem de R$ 778 milhões, o incremento deve atingir 31%.



Fonte: Departamento de Emprego e Salário – DES/SPPE/MTE

Proger Urbano e Rural Quantidade de Operações 1995 a 2000



Fonte: Departamento de Emprego e Salário DES/SPPE/MTE

Proger Urbano e Rural Valores Aplicados 1995 a 2000

Relações de Trabalho

O aperfeiçoamento e a expansão do mercado de trabalho exigem reformas de ordem legal. Fundamentado na promoção do direito coletivo e da via negocial para a solução dos conflitos, o processo de reforma da legislação trabalhista objetiva fortalecer as entidades representativas dos atores sociais, seja garantindo-lhes autonomia e legitimidade, seja por meio da prática da cooperação e da autocomposição.

Foi dentro desse contexto que se promoveram, nos últimos seis anos, alterações substanciais na legislação laboral. A implementação de iniciativas como a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e o aperfeiçoamento dos institutos do contrato de trabalho por prazo determinado, da suspensão do contrato de trabalho com qualificação profissional e da compensação da jornada, mais conhecida como "banco de horas", constituem provas do compromisso do Governo com a atualização do quadro legal trabalhista, visando ao desenvolvimento do País.

Em 2000, dando prosseguimento ao processo de aperfeiçoamento da legislação trabalhista, o Ministério do Trabalho e Emprego esteve empenhado na introdução de importantes marcos, como o rito sumaríssimo, as comissões de conciliação prévia, o condomínio de empregadores e a lei da aprendizagem.

Previdência Social

Tendo grande interface com milhões de brasileiros em diversos pontos do País, a previdência social vem garantindo aos segurados e empresas-contribuintes continua melhoria no padrão de atendimento. A ampliação da cobertura previdenciária, a redução dos prazos de atendimento, a comodidade do usuário e a promoção do controle social sobre a qualidade dos serviços têm sido as prioridades.

Em 2000, o Regime Geral de Previdência Social - RGPS beneficiou 18,4 milhões de pessoas, o que corresponde à cobertura de 84% da população com mais de setenta anos e 60,3% das pessoas com mais de sessenta, com dispêndios de cerca de R$ 65,8 bilhões, valor equivalente a 6% do PIB. Apesar de expressiva, a estrutura de proteção da previdência social ainda não atinge 60% da população economicamente ativa.

Em 2000, o Regime Geral da previdência social beneficiou 18,4 milhões de pessoas. Com aposentadorias e pensões foram gastos R$ 65,8 bilhões (6% do PIB). A cobertura atinge 84% da população com mais de 70 anos e 60,3% das pessoas com mais de 60 anos.

A promulgação da Lei nº 9.876/99, que alterou a fórmula de cálculo dos benefícios e criou incentivos para os trabalhadores por conta própria se filiarem ao RGPS constituiu um grande avanço no sentido de propiciar e estimular a filiação à previdência social de cerca de 38 milhões de trabalhadores que estão à margem deste sistema de proteção social. A partir desta lei, o salário-maternidade, por exemplo, antes restrito a seguradas empregadas, foi universalizado.

Apesar de expressiva, a estrutura de proteção da previdência social ainda não atinge 60% da população economicamente ativa.

A promulgação da Lei nº 9.876/99 constituiu um grande avanço no sentido de propiciar e estimular a filiação à previdência social de cerca de 38 milhões de trabalhadores que estão à margem deste sistema de proteção social.

Com igual objetivo, foi lançado, no âmbito do programa **Previdência Social Básica**, o projeto Estabilidade Social, que prevê medidas complementares àquelas instituídas pela Lei nº 9.876/99. Campanhas informativas estão sendo deflagradas em diversos pontos do País, para que o trabalhador brasileiro conheça os direitos e deveres previdenciários. Diversos serviços foram disponibilizados, facilitando a filiação do trabalhador ao RGPS, além do serviço de informações pela Internet PrevNet e do Serviço Grátis de Teleatendimento – PrevFone, o contribuinte individual também já pode se inscrever utilizando os quiosques de auto-atendimento PrevFácil.

Diversos serviços foram disponibilizados, facilitando a filiação do trabalhador ao RGPS, além do serviço de informações pela Internet PrevNet e do Serviço Grátis de Teleatendimento – PrevFone, o contribuinte individual também já pode se inscrever utilizando os quiosques de auto-atendimento PrevFácil.

O programa está ainda patrocinando, em parceria com a Fundação da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - Funprev e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, o curso Formadores em Previdência Social, que objetiva transformar membros da sociedade organizada em agentes multiplicadores das ações de previdência social.

Em 2000, diversas profissões não-convencionais foram reconhecidas para fins de filiação junto à previdência social na condição de contribuinte individual.

Estudos vêm sendo realizados detalhando o perfil dos não-contribuintes e propondo medidas para a expansão da cobertura previdenciária, além de outros que visam a antecipar as tendências do mercado de trabalho e os impactos sobre a previdência, como também as transformações no mercado de trabalho e impactos sobre mecanismos de financiamento da previdência.

Outras medidas importantes para a política previdenciária estão em curso: o aperfeiçoamento da legislação (especialmente quanto ao setor rural e clubes de futebol profissional); período básico de cálculo dos benefícios por incapacidade; alteração do período de carência; e perda da qualidade de segurado.

Associada à reforma legal do RGPS, atenção especial tem sido conferida a dois outros componentes fundamentais para a gestão do novo modelo previdenciário: a modernização tecnológica e o fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

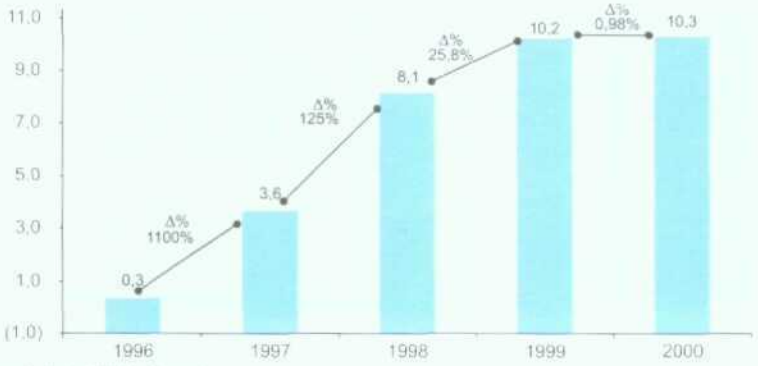
Em 2000, cerca de R$ 13,2 milhões oriundos de empréstimo externo contratado junto ao Banco Mundial financiaram, entre outras ações, o plano estratégico do INSS e o plano diretor de informática da previdência social. Para 2001, estão previstos dispêndios de R$ 7,8 milhões na conclusão desses projetos e de R$ 43,7 milhões na implantação do Projeto de Apoio à Modernização da Previdência Social – Proprev, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O projeto prevê a concepção de novo modelo de gestão da arrecadação, transformando o atual processo fragmentado de arrecadação, fiscalização, cobrança administrativa e judicial em novo modo de gerenciamento que contemple todas as etapas envolvidas na obtenção e controle de receitas previdenciárias.

A previdência deu passo importante para aumentar a eficácia de sua administração tributária ao implantar o Sistema de Gerência por Segmentação - SGS. Inicialmente monitorando o cumprimento tributário dos 10 mil maiores contribuintes do INSS, o SGS controla atualmente 50 mil empresas.

No que diz respeito ao equilíbrio financeiro, o RGPS vem apresentando resultados favoráveis. Em 2000, o déficit previdenciário foi equivalente a 0,9% do PIB, o que representa queda de 0,1% em relação a 1999.

No que diz respeito ao equilíbrio financeiro, o RGPS vem apresentando resultados favoráveis. Em 2000, o déficit previdenciário foi equivalente a 0,9% do PIB, o que representa queda de 0,1% em relação a 1999. Após crescimentos sucessivos do déficit

entre 1995 e 1999, a diferença entre a arrecadação de contribuições previdenciárias e as despesas com pagamento de benefícios em 2000 foi 0,6% acima da registrada em 1999, contra um crescimento do déficit de 25,8% entre 1998 e 1999.



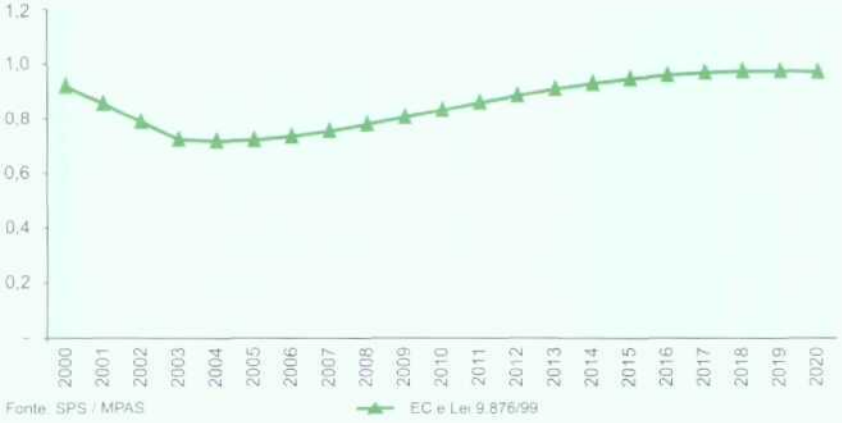
Fonte: Fluxo de Caixa / INSS, elaborado SPOA / MPAS
Obs.: valores corrigidos pelo INPC

Evolução do Déficit Previdenciário – (1996 - 2000)

Em R$ bilhões (INPC)

A diferença entre a arrecadação de contribuições previdenciárias e as despesas com pagamento de benefícios em 2000 foi 0,6% acima da registrada em 1999, contra um crescimento do déficit de 25,8% entre 1998 e 1999.

Como resultado das novas regras de elegibilidade dos benefícios instituídas pela Emenda Constitucional nº 20 e da alteração da fórmula de cálculo dos benefícios do RGPS pela Lei nº 9.876/99, mediante a ampliação do período de contribuição computado para efeito de cálculo do valor dos benefícios e a instituição do fator previdenciário, a tendência do déficit previdenciário, após um período de queda mais acentuada, é estabilizar-se, a partir de 2014, em nível pouco superior a 0,9% do PIB, patamar atual.



Fonte: SPS / MPAS

Evolução do Déficit Previdenciário do RGPS, com taxa de crescimento de 3,5% do PIB – 2000/2020

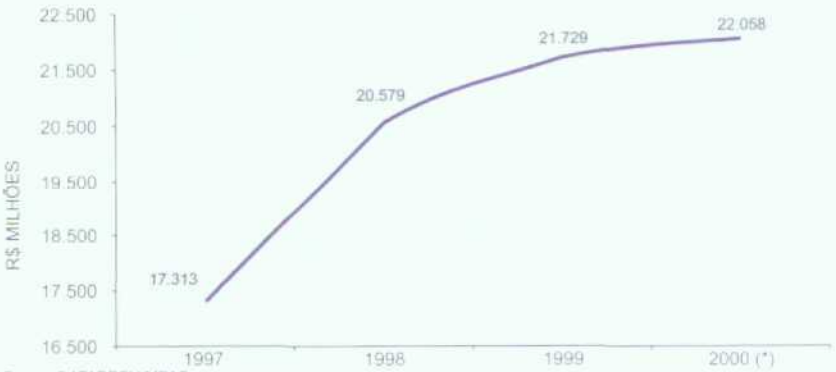
Mediante a ampliação do período de contribuição computado para efeito de cálculo do valor dos benefícios e a instituição do fator previdenciário, a tendência do déficit previdenciário, após um período de queda mais acentuada, é estabilizar-se, a partir de 2014, em nível pouco superior a 0,9% do PIB, patamar atual.

Em 2000, o ritmo de novas concessões sofreu redução, à exceção do salário-maternidade, que cresceu com a ampliação da cobertura a todas as seguradas e a realização do pagamento do benefício pela previdência e não mais pela empresa. Em novembro de

1999, quando as regras foram alteradas, a concessão foi de 20,1 mil benefícios, passando, em 2000, à média mensal de 69,1 mil.

Em 2000 a concessão do salário-maternidade totalizou 829 mil benefícios. Em contrapartida, o crescimento de 5,8% das despesas com benefícios em geral foi menor que as taxas verificadas de 10,3% em 1997 e 1998, principalmente em função das aposentadorias por tempo de contribuição, as de maior valor, que, com as novas regras de concessão estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 20/98, estão sendo postergadas.

Aposentadorias por Tempo de Contribuição Evolução dos Gastos – a preços de dez/00

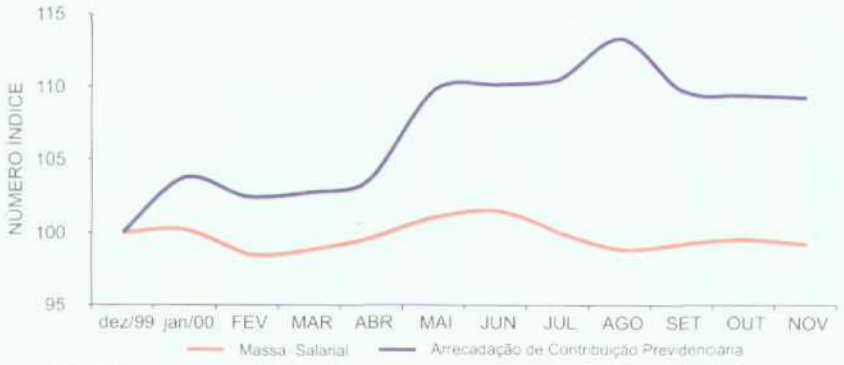


Fonte: DATAPREV/MPAS
Obs.: Valores corrigidos pelo IPCA / IBGE
(*) - Estimativa

Refletindo a recuperação da economia, a arrecadação da previdência social em 2000 aumentou 6,8% em relação a 1999.

O desempenho da arrecadação de contribuições previdenciárias foi positivo, superando em 6,8% o de 1999 (Valores deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). Diversos fatores contribuíram para os ganhos de arrecadação verificados no período, especialmente a recuperação da economia e medidas relativas à recuperação de créditos.

A arrecadação de contribuições previdenciárias superou o desempenho da massa salarial, que cresceu com a elevação do número de empregos formais. De janeiro a novembro, enquanto a massa salarial manteve-se no mesmo patamar, a arrecadação cresceu 9,3%.



Fonte: PME/IBGE e Fluxo de Caixa/INSS, elaborado pela SPOA/MPAS
Obs.: Corrigido pelo INPC
(*) - Pessoas Ocupadas nas Regiões Metropolitanas

Arrecadação de Contribuição Previdenciária *versus* Massa Salarial (*)

No que se refere à recuperação de créditos, apenas com a retenção de parcela do crédito previdenciário de pessoas jurídicas que entraram com ações contra a previdência social, instituída pela Lei n.º 9.073/98, o ingresso de recursos foi de R$ 885,8 milhões, 21,9% superior ao registrado em 1999.

No que se refere à recuperação de créditos, apenas com a retenção de parcela do crédito previdenciário de pessoas jurídicas que entraram com ações contra a previdência social, instituída pela Lei n.º 9.073/98, o ingresso de recursos foi de R$ 885,8 milhões, 21,9% superior ao registrado em 1999.

A sistemática de venda de Certificados da Dívida Pública – CDP, como alternativa para quitação de débitos previdenciários, tem sido extremamente positiva. Em 2000 foram resgatados R$ 198,2 milhões junto ao Tesouro Nacional.

O Projeto de Recuperação Fiscal – Refis, que promove a regularização de débitos fiscais e previdenciários de pessoa jurídica com a Receita Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o INSS, proporcionou à previdência social receita adicional de R$ 264,5 milhões no exercício.

O Projeto de Recuperação Fiscal – Refis, que promove a regularização de débitos fiscais e previdenciários de pessoa jurídica com a Receita Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o INSS, proporcionou à previdência social receita adicional de R$ 264,5 milhões no exercício.

As dívidas de universidades e hospitais também vêm sendo recuperadas. Os repasses relativos à quitação de dívidas de universidades junto à previdência social, por meio do Fundo do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, foram iniciados em março de 2000 e totalizaram R$ 311,7 milhões, enquanto cerca de R$ 25,3 milhões de dívidas de hospitais foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS.

A quitação de outros débitos, como o da Rede Ferroviária Federal e da Fundação IBGE, somando R$ 239,5 milhões, também contribuíram para o incremento da arrecadação.

Além dessas medidas, a competência atribuída à Justiça do Trabalho para executar de ofício contribuições sociais decorrentes de sentenças e a retenção de 11% do valor bruto registrado na nota fiscal de prestação de serviços pela empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra,

implantada a partir de março de 1999, facilitou a recuperação de créditos previdenciários. Em 2000, os recolhimentos efetuados pela Justiça do Trabalho somaram R$ 578,5 milhões. Com relação à sub-rogação, os valores recolhidos em 2000 foram de R$ 674,8 milhões.

O programa **Desenvolvimento de Regimes de Previdência Social de Estados e Municípios** vem apoiando a reforma da previdência do serviço público dos Estados. Em 2001, será iniciado o processo de reestruturação da previdência social dos Municípios. Desde sua implantação, em 1999, 25 Estados foram incluídos no programa. Financiado com recursos da União e recursos de empréstimo contraído junto ao Banco Mundial, sua execução é realizada através de convênio de cooperação técnica entre os Ministérios da Fazenda e da Previdência e Assistência Social.

Em 2000, foi iniciada a estruturação das bases de dados dos servidores estaduais que integram o Sistema Integrado de Informações Previdenciárias – Siprev, cujo objetivo é padronizar as bases de dados dos Estados. Dezessete Estados foram beneficiados com equipamentos para a instalação do sistema, dos quais sete já iniciaram sua instalação.

Pretende-se, ao término do programa, que todos os Estados estejam ligados ao Ministério da Previdência e Assistência Social através do Siprev, com suas bases de dados estruturadas e integras, contemplando os dados de todos os servidores estaduais.

Quiosques de auto-atendimento foram instalados em 152 agências da previdência social, reformuladas em 2000.

Tendo como orientação um novo padrão de atendimento aos usuários, o programa **Qualidade do Atendimento na Previdência Social** vem promovendo a reformulação de toda rede de agências da previdência social. Em 2000, 152 unidades totalmente reformuladas foram entregues à clientela previdenciária, onde foram disponibilizados quiosques de auto-atendimento. Desde o início do programa, 213 unidades já foram reformuladas. A expectativa é de que em 2001 outras 255 sejam implantadas.

Além de inovações tecnológicas, as novas unidades contam com servidores qualificados e treinados. Em 2000, doze mil servidores foram capacitados para atuar segundo este novo modelo, estando previsto para 2001 o treinamento de mais onze mil servidores.

Outra estratégia adotada por este programa tem sido colocar novas modalidades de atendimento à disposição dos usuários, facilitando o acesso a direitos e o cumprimento de deveres

junto à previdência social. Pelo PrevNet é possível a obtenção da Certidão Negativa de Débito – CND, a emissão de Guia da Previdência Social, consolidada para recolhimento em atraso da contribuição dos trabalhadores autônomos e equiparados e de empregados domésticos, bem como o cálculo do valor de contribuições. Além disso, pelo PrevNet, a empregada segurada pode habilitar-se ao salário-maternidade. O número de acessos saltou de 3,9 milhões em 1999 para 12,4 milhões em 2000.

No PrevFácil estão disponíveis informações sobre processos de concessão e revisão de benefícios, constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais, além do fornecimento de extratos de pagamento de benefícios e contribuições previdenciárias e de comprovantes de rendimentos anuais, dentre outros documentos. O PrevFone é também canal de acesso à Ouvidoria-Geral da Previdência Social, para reclamações e sugestões. Mais de 10,2 mil atendimentos foram efetuados pelo PrevFone em 2000, incremento significativo em relação aos anos de 1998 e 1999, quando foram atendidas 8,4 mil consultas.

No PrevFácil estão disponíveis informações sobre processos de concessão e revisão de benefícios. O PrevFone é também canal de acesso à Ouvidoria-Geral da Previdência Social, para reclamações e sugestões. Mais de 10,2 mil atendimentos foram efetuados pelo PrevFone em 2000, incremento significativo em relação aos anos de 1998 e 1999, quando foram atendidas 8,4 mil consultas.

Outro aspecto privilegiado tem sido a unificação das informações e da linguagem no âmbito da previdência social, o que beneficia tanto as empresas e os segurados em geral, quanto os servidores no desempenho de suas funções. A estratégia adotada tem sido disponibilizar via Internet uma base única de atualização de dados e serviços, garantindo a qualidade das informações, bem como a atualização imediata da legislação previdenciária e correlatas, a serem utilizadas tanto pelo público interno quanto externo.

Tendo como meta aumentar a taxa de cobertura do sistema de previdência complementar, de 2,9% para 10% da população ocupada, ao final de 2003, o programa **Previdência Complementar** vem direcionando seus esforços para aumentar a confiabilidade e a credibilidade do sistema. Encontra-se em andamento o Projeto SPC 2000, resultado de Convênio de Cooperação Técnica Não-Reembolsável celebrado entre o Brasil e o BID, que visa a aprimorar o marco regulatório da previdência complementar no País e desenvolver instrumentos técnicos e gerenciais de supervisão do setor. Além disso, o projeto irá desenvolver banco de dados operacional que compilará, de forma unificada, todas as informações cadastrais, protocolares, contábeis, atuariais e financeiras das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPPs.

Tendo como meta aumentar a taxa de cobertura do sistema de previdência complementar, de 2,9% para 10% da população ocupada, ao final de 2003, o programa **Previdência Complementar** vem direcionando seus esforços para aumentar a confiabilidade e a credibilidade do sistema.

Assistência Social

Em virtude das diversidades e potencialidades de cada microrregião do País, a assistência social é exercida mediante modelo de gestão descentralizada, cuja unidade básica é o Município, sendo portanto imprescindível a existência de instrumentos que assegurem a qualidade dos serviços assistenciais e a eficiência na alocação dos recursos.

O desenvolvimento de sistemáticas de avaliação e de monitoramento tem tido prioridade no programa **Gestão da Política de Assistência Social**, permitindo o monitoramento das entidades e instituições que compõem a rede de atendimento da assistência social, o acompanhamento pelo gestor local da qualidade dos serviços prestados pelas entidades de assistência social e a identificação dos destinatários.

O programa tem suporte no Sistema de Acompanhamento Físico e Financeiro das Ações de Assistência Social – SIAFAS, cujas informações básicas – cadastro de entidades, planos de ação, metas e cronograma de dispêndios – são alimentadas pelos Estados e Municípios responsáveis pela prestação de serviços. Este sistema viabilizou o repasse direto de recursos às entidades, dando maior transparência ao processo.

O referido sistema de acompanhamento fará parte da Rede Articulada de Informação para Assistência Social, projeto desenvolvido mediante parceria entre a Secretaria de Estado de Assistência Social e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Em 2000, teve continuidade, em parceria com o Ministério da Educação, a capacitação de conselheiros, gestores e técnicos de assistência social. Mediante a utilização da TV Escola, foram alcançadas mais de quinze mil pessoas em todo o País. A capacitação à distância, por intermédio da Série Debate: Brasil Urgente da TVE-Brasil, tem viabilizado a ampliação de debates sobre temas relevantes para a formulação de políticas sociais.

O fortalecimento do papel das Comissões Intergestoras Tripartite (formadas por gestores da política de assistência social das três esferas do governo) e Bipartite (compostas por gestores estaduais e municipais de diferentes regiões), criadas em 1999, também foi intensificado, assegurando direção única para a política de assistência social em todas as esferas de governo. O obje-

tivo é a maior representatividade do Estado para habilitar novos Municipios à gestão da política de assistência social e qualificar os institutos legais - conselho, fundo e plano de assistência social.

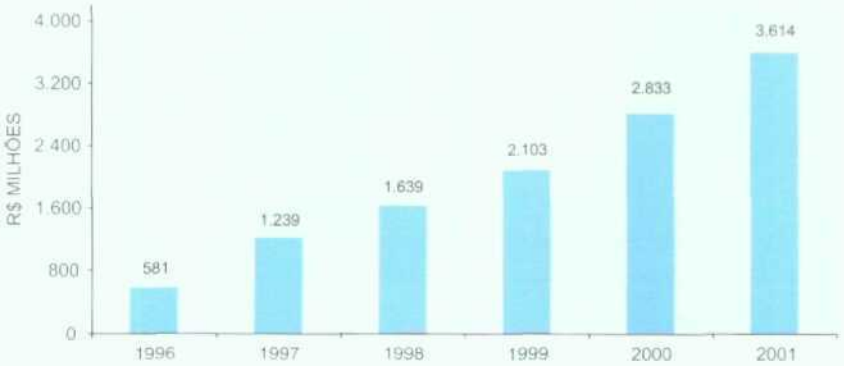
O principal desafio da assistência social em 2000, com a coordenação do projeto Alvorada, foi criar as condições para estabelecer o gerenciamento intensivo de programas e ações, com foco em resultados e seletividade de Municipios, visando à melhoria, no menor tempo possivel, da condição de vida das populações carentes nos Estados com os menores Índices de Desenvolvimento Humano.

O projeto Alvorada pretende melhorar as condições de vida das populações carentes nos Estados com menores Índices de Desenvolvimento Humano.

Em 2000, o projeto Alvorada demandou a capacitação de aproximadamente quinze organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela implantação dos Portais do Alvorada, na Internet, em 27 microrregiões selecionadas das Regiões Norte e Nordeste.

Entre 1996 e 2000 foi significativa a expansão dos recursos alocados e aplicados pela assistência social: de R$ 581 milhões desembolsados em 1996, na prestação de serviços e pagamento de benefícios assistenciais pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, atingiu-se em 2000 o valor de R$ 2,8 bilhões. Em 2001 esse valor deverá atingir cerca de R$ 3,6 bilhões.

O desembolso do Fundo Nacional de Assistência Social passou de R$ 581 milhões em 1996 para R$ 2,8 bilhões em 2000.



Fonte: SIAFI
(**) 2001 – Lei nº 10.171/01

Fundo Nacional de Assistência Social

Recursos Aplicados – 1996 a 2000

Atenção à Criança

O programa **Atenção à Criança**, desenvolvido em parceria com entidades não-governamentais, atendeu, em 2000, 1,54 milhão de crianças carentes em creches, pré-escolas, dentre outras modalidades de atendimento, com dispêndios de R$ 258,1 milhões.

Em 2000, mais de 1,5 milhão de crianças carentes de até 6 anos foram atendidas em creches e pré-escolas pelo programa **Atenção à Criança**.

Em 2000, foram instituídas novas modalidades de atendimento a crianças de até seis anos, mantendo-se as metas míni-

mas pactuadas e fixando-se valores mensais de referência por modalidade de atendimento, correspondentes ao apoio financeiro da União no co-financiamento de serviços assistenciais, com determinação para que esses valores sejam complementados com recursos próprios dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. As formas vigentes de atendimento serão preservadas até que os sistemas municipais de ensino assumam integralmente o serviço, conforme preceitua a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Tem sido recomendada, entretanto, prioridade, no âmbito da assistência social, ao atendimento a crianças de até três anos.

Atendimento às Crianças de 7 a 14 Anos

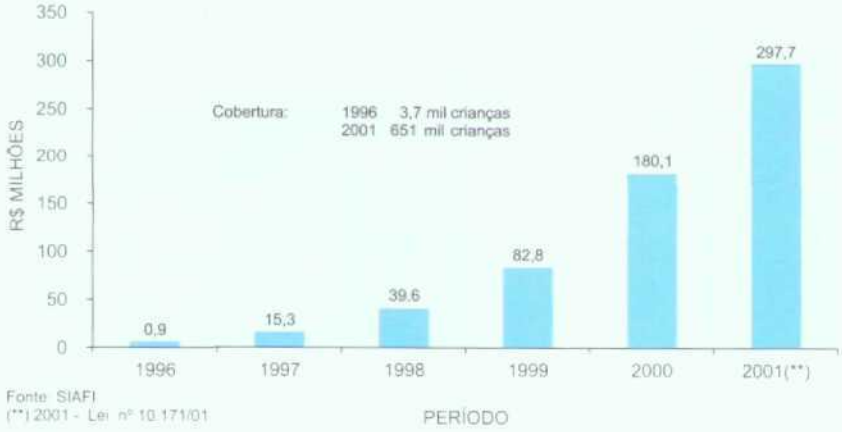
Dois programas na área de assistência social destinam-se à faixa etária de sete a quatorze anos: **Erradicação do Trabalho Infantil** e **Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**.

O programa **Erradicação do Trabalho Infantil**, iniciado em 1996, vem atribuindo prioridade a famílias com filhos na faixa etária de sete a quatorze anos, submetidos a trabalhos considerados perigosos, insalubres, penosos ou degradantes, tanto na área rural quanto na urbana. As ações deste programa consistem em promover o ingresso e a permanência de crianças e adolescentes na escola, por meio da concessão da Bolsa Criança-Cidadã às famílias, bem como manter essas crianças e adolescentes em um turno complementar à escola, no qual são desenvolvidas atividades de reforço escolar, esportivas, artísticas, culturais e lúdicas.

O programa também focaliza a família, à qual são oferecidas ações socioeducativas e de geração de trabalho e renda, visando à melhoria de sua qualidade de vida.

Para a erradicação do trabalho infantil foram gastos R$ 180 milhões. O programa promoveu o ingresso, o retorno e garantiu a permanência de 394 mil crianças e adolescentes nas escolas, em 976 Municípios. Em 2001, pretende-se alcançar 651 mil crianças e adolescentes.

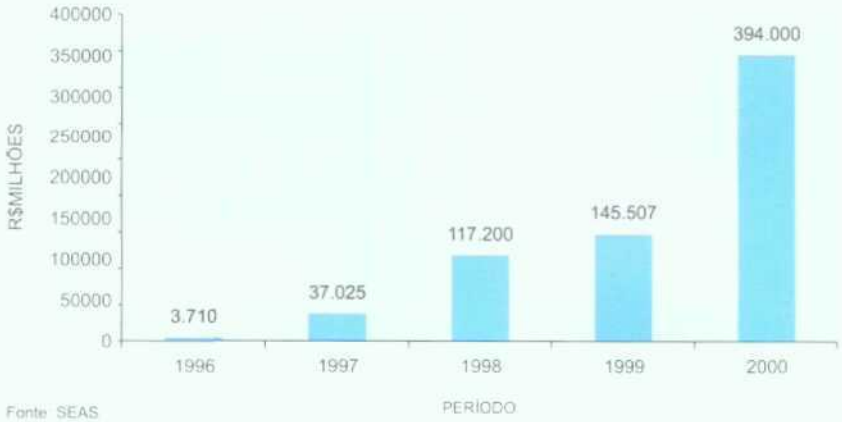
A ampliação dos recursos em 2000 possibilitou maior abrangência geográfica, bem como a extensão do atendimento para a área urbana, onde são encontradas crianças trabalhando em lixões, comércio ambulante, como engraxates, flanelinhas, comércio de drogas, venda e distribuição de jornais. Com desembolso de R$ 180 milhões, o programa atingiu 394 mil crianças e adolescentes em 976 Municípios, distribuídos em 27 unidades da federação. Em 2001, pretende-se alcançar 651 mil crianças e adolescentes, de forma a atender o universo de crianças que trabalham em situação penosa.



Fonte SIAFI
(**) 2001 - Lei nº 10.171/01

Erradicação do Trabalho Infantil

Evolução dos Dispêndios



Fonte SEAS

Erradicação do Trabalho Infantil

Nº de Crianças e Adolescentes Atendidos

Implantado inicialmente em 1997, no Estado do Amazonas, como resposta às denúncias internacionais de exploração sexual de crianças na região amazônica, o programa **Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes** foi reformulado e ampliado. Foram investidos cerca de R$ 5 milhões no financiamento de ações socioeducativas de caráter preventivo e de atendimento especializado de casos notificados, em vários Municípios, beneficiando 31,2 mil crianças.

No combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes foram investidos cerca de R$ 5 milhões em ações socioeducativas de caráter preventivo e no atendimento médico e psicoclínico de 31.200 crianças.

No âmbito do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CONANDA, foram aprovados o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, as reestruturações do sistema nacional de notificação de denúncias de violência sexual infanto-juvenil e a Rede de Informação sobre a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Juventude

O programa **Centros da Juventude** visa ao atendimento de jovens menores de 24 anos em risco pessoal e social em comunidades de baixa renda, proporcionando-lhes acesso à informação através da Internet e alternativas de socialização nas áreas de esporte e cultura, estimulando a formação de lideranças comunitárias, em espaços denominados Centros da Juventude.

Esses centros têm sido implantados em Municípios onde existem altos índices de jovens advindos de famílias de baixa renda, portadores de doenças sexualmente transmissíveis - inclusive AIDS; e sujeitos à exposição, ao uso e ao comércio de drogas; elevados índices de exploração sexual de adolescentes e de gravidez na adolescência, bem como fora da escola e de qualquer forma de trabalho, analfabetos e com baixo índice de escolaridade e elevados índices de mortalidade juvenil por causas externas.

Mais de vinte e quatro mil jovens de 15 a 24 anos, em risco pessoal e social, foram capacitados como Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano.

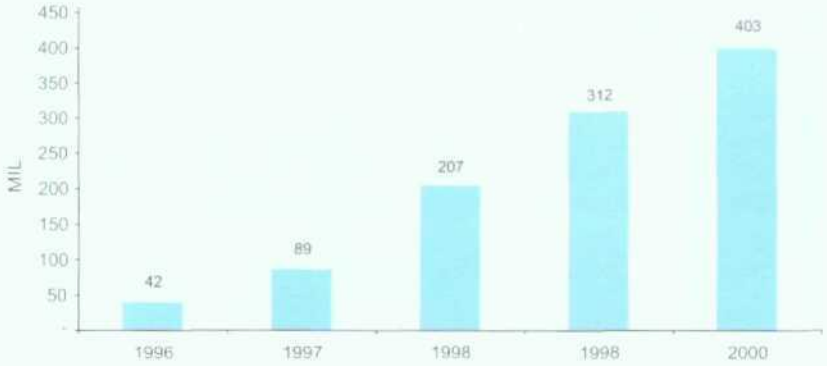
Além do investimento de R$ 300 mil na construção de dezesseis centros, em 2000 foram ainda aplicados R$ 24,7 milhões na concessão de bolsas e na capacitação de 24,7 mil jovens de 15 a 24 anos, como Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano. O objetivo é estimulá-los a exercer o seu papel social na comunidade, além de promover sua reinserção no sistema educacional e iniciação no mundo do trabalho.

O programa conta também com a colaboração da iniciativa privada, que participa com recursos equivalentes aos do Governo Federal, além de disponibilizar material didático, lanche e outros serviços para os Municípios.

Atendimento a Pessoas Idosas

O programa **Valorização e Saúde do Idoso** assistiu 393 mil idosos em domicílios, asilos, casas-lares e centros de convivência. Foram aplicados R$ 32,6 milhões.

No âmbito do programa **Valorização e Saúde do Idoso**, foram assistidos 393 mil idosos em diversas modalidades: asilar, domiciliar, centros de convivência, entre outras, sendo aplicados cerca de R$ 32,6 milhões. O programa tem assegurado o atendimento de necessidades básicas, buscando a integração na família e na comunidade.



Fonte: SINTESE

Benefícios de Prestação Continuada

Evolução do Quantitativo de Pessoas Idosas Beneficiadas

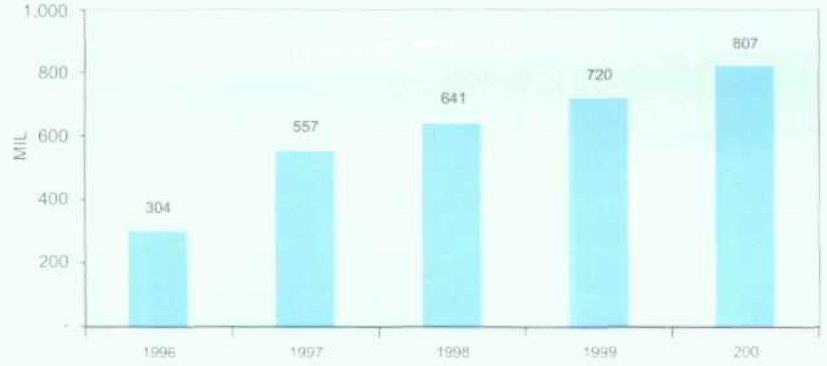
Em 2000 foram gastos R$ 639,5 mil com o pagamento de benefícios de prestação continuada a 403 mil pessoas idosas com renda familiar per capita de até ¼ do salário mínimo. Concedido desde 1996, o número de beneficiários cresceu 859,7% no período.

Atendimento às Pessoas Portadoras de Deficiência

O programa **Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência** utilizou R$ 68,8 milhões (no âmbito da rede conveniada que presta serviços de ação continuada) no atendimento de 141 mil pessoas carentes portadoras de deficiência. O novo marco regulatório, introduzido pela Secretaria de Estado de Assistência Social, veio facilitar a expansão dos serviços de reabilitação na comunidade, a inserção da família e a ampliação da rede de atendimento para os Municípios abrangidos pelo projeto Alvorada.

Foram aplicados R$ 68,8 milhões no atendimento de 141 mil pessoas carentes portadoras de deficiência. 807 mil pessoas carentes portadoras de deficiência e incapacitadas para o trabalho foram beneficiadas com um salário mínimo mensal.

Em 2000, 807 mil pessoas portadoras de deficiência consideradas incapazes para o trabalho e para uma vida independente, foram beneficiadas com um salário mínimo mensal, a título de benefício de prestação continuada, demandando recursos da ordem de R$ 1,4 bilhão. Em 2001, a previsão é alcançar 900 mil pessoas portadoras de deficiência.



Fonte SINTESE

Benefícios de Prestação Continuada

Evolução do Quantitativo de Pessoas Portadoras de Deficiência Beneficiadas

O programa empenhou-se ainda na eliminação de barreiras arquitetônicas, mediante a construção de rampas de acesso, passagens para pedestres, adaptação de banheiros públicos e implantação de pontos de sinalização horizontal e vertical, beneficiando 78 mil portadores de deficiência, com recursos da ordem de R$ 500 mil. Além disso, foram capacitados cerca de 28,3 mil profissionais da área e portadores de deficiência, por intermédio de cursos e eventos, com investimento de R$ 1,3 milhão.

Desenvolvimento Urbano

Como destaque da área de desenvolvimento urbano em 2000, deve-se ressaltar a elaboração do projeto de lei de diretrizes nacionais para a prestação de serviços de saneamento básico, incluído na agenda prioritária do Governo Federal, que busca solucionar o problema da regulamentação do setor de saneamento no País. Participaram desse processo os técnicos e especialistas de diversos ministérios e instituições financeiras federais, bem como agentes econômicos públicos e privados.

Igualmente importante foi a publicação do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico – 1999, que consolida o Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SNIS, que incorpora dados quantitativos e indicadores de desempenho dos prestadores dos serviços de saneamento de 26 Estados, do Distrito Federal e de 200 Municípios.

O programa **Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano** é dirigido para a busca da eficiência e eficácia na implementação da Política de Desenvolvimento Urbano do Governo Federal, mediante a aferição de resultados das atividades finalísticas. No seu âmbito, estão sendo concebidos dois sistemas integrados: o Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU, que possibilitará a verificação da focalização da política de desenvolvimento urbano; e o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos – SMAPP, que definirá os indicadores de aferição dos resultados, avaliando a eficiência e a eficácia de suas ações.

Integra o programa a ação Levantamentos de Informações para Gestão Territorial, executada pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, em cujo âmbito foi concluído o atlas temático do Projeto Porto Seguro – Santa Cruz de Cabrália. Encontra-se em fase de negociação com o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – COARIDE, os recursos necessários para a conclusão dos estudos, do mapeamento hidrológico e da seleção de áreas para disposição de resíduos sólidos na Região do Entorno de Brasília.

O programa **Gestão Urbana** tem por objetivo aumentar a eficiência e eficácia da gestão urbana e da qualidade e produtividade na prestação de serviços de saneamento básico e transporte urbano.

Sua ação Estudos para a Modernização e Reordenamento Institucional do Setor de Saneamento conta com recursos de US$ 300 milhões, a serem financiados pelo Banco Mundial – (50%), pelo *Japan Bank for International Cooperation* – JBIC (35%) e pelos recursos de contrapartida provenientes dos prestadores de serviços (15%).

A ação Financiamento a Municípios para a Modernização da Administração e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, conduzida pelo BNDES, visa a apoiar as prefeituras municipais na sua reorganização institucional. Em 2000, foram feitas contratações com 21 Municípios, totalizando o valor de R$ 82,1 milhões em financiamentos.

Em 2000, R$ 63 milhões foram contratados para a melhoria da estrutura viária urbana e complementação da urbanização de assentamentos de populações de baixa renda. Entre 1995 e 1999, foram gastos R$ 678 milhões, beneficiando 927 mil famílias.

O programa **Infra-Estrutura Urbana** foi criado com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, mediante a melhoria da estrutura viária urbana e complementação da urbanização de assentamentos informais de populações de baixa renda. No período 1995-1999, foi contratado o valor de R$ 678 milhões, beneficiando 927 mil famílias. Em 2000, o valor contratado foi de R$ 63 milhões, beneficiando 84,8 mil famílias.

O **Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-Habitat** objetiva melhorar a qualidade e a produtividade dos setores de construção habitacional, de saneamento básico e a prestação do serviço público de transporte rodoviário coletivo urbano. Deve proporcionar ganhos de eficiência ao longo de toda a cadeia produtiva, por meio da qualificação de empresas, da adequação de materiais e componentes às normas técnicas brasileiras, da formação ou requalificação de recursos humanos, do aperfeiçoamento da normalização técnica e da melhoria da qualidade de laboratórios.

Com as associações nacionais de fabricantes de dezoito materiais de construção, foi estabelecida a meta de elevar a 90% o volume da produção nacional produzido em conformidade com as normas técnicas, até 2002. Foi também definido o Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras – SIQ, com base na certificação ISO 9000, que permitirá às empresas atuarem com melhor qualidade e maior produtividade, em benefício do consumidor. Atualmente, há mais de seiscentas empresas construtoras se qualificando nos moldes do PBQP-Habitat.

O Governo Federal autorizou a contratação de R$ 346 milhões para execução de obras para saneamento básico e infra-estrutura, que beneficiarão 347 mil famílias de baixa renda.

O programa **Morar Melhor** objetiva universalizar os serviços de saneamento básico e melhorar as condições de habitabilidade e de infra-estrutura urbana para a população em estado de

exclusão social. Constitui-se em instrumento da política social do Governo, dirigido a áreas com frágil base econômica, com renda média baixa, que exercem pouca ou nenhuma atratividade para a iniciativa privada. Em 2000, foi autorizada a contratação de R$ 346 milhões para execução de obras que visam a atender a 347 mil famílias.

O programa **Saneamento é Vida** visa a ampliar a cobertura e melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico pelas concessionárias públicas e privadas. Os recursos para financiamento do programa provêm de empréstimos com instituições financeiras internacionais e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, destinados às seguintes modalidades: implantação, expansão e melhorias operacionais nos sistemas de água e esgotos; coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos; desenvolvimento institucional; e elaboração de projetos.

O contrato de empréstimo com o Banco Mundial, que viabilizou a primeira fase do programa, beneficiou os Estados da Bahia, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina e encerrou-se em junho de 2000. Foram financiados R$ 541,6 milhões, sendo R$ 262,3 milhões provenientes do Banco Mundial e R$ 279,3 milhões de contrapartida nacional.

No ano 2000 não foi efetivada nenhuma contratação de ações financiadas com recursos do FGTS, devido às Resoluções do Conselho Monetário Nacional (nºs 2.553/1999 e 2.668/2000), que dispõem sobre o contingenciamento do crédito ao setor público. Esta situação engendrou a criação de grupo de trabalho com a participação de diversos ministérios e instituições financeiras públicas para estudar alternativas para a retomada dos financiamentos a concessionárias públicas, considerando as necessidades de investimentos no setor, a sustentabilidade das empresas de saneamento, o controle das contas públicas e o orçamento do FGTS.

O programa **Nosso Bairro** objetiva melhorar a condição de vida das famílias com renda mensal de até três salários mínimos, que vivem em assentamentos que oferecem pouca ou nenhuma atratividade para a iniciativa privada, situados nas aglomerações urbanas, por meio de ações integradas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana, em parceria entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Neste programa, as ações de financiamento a Estados e Municípios para implantação de melhorias habitacionais, para o provimento de infra-estrutura em conjuntos habitacionais, para

a produção de conjuntos habitacionais, para urbanização de áreas e para implantação, ampliação ou melhoria de infra-estrutura urbana são financiadas com recursos do FGTS.

Em 2000, foram investidos R$ 123,5 milhões neste programa, beneficiando 50.577 famílias e gerando 12.406 empregos diretos ou indiretos.

Nosso Bairro

Nome da ação	Valor do Investimento (em R$ milhões)	Nº de famílias beneficiadas	Empregos gerados	Nº de obras
Financiamento a Estados e Municípios para a produção de conjuntos habitacionais	20,0	2.244	1.924	4
Financiamento a Estados e Municípios para urbanização de áreas	46,0	33.339	4.425	6
Financiamento a Estados e Municípios para implantação, ampliação ou melhoria da infra-estrutura urbana	8,0	7.633	1.331	3
Melhoria das condições habitacionais, da infra-estrutura e de saneamento básico	49,5	7.361	4.726	6
Total	123,5	50.577	12.406	19

Fonte: SEDUR/PR.

Para incentivar 82 Municípios a melhorarem as condições habitacionais, de infra-estrutura e saneamento, o Governo investiu R$ 49,5 milhões. A aplicação dos recursos beneficiará 7.361 famílias.

O projeto de Melhoria das Condições Habitacionais, de Infra-estrutura e de Saneamento Básico tem por objetivo apoiar os Municípios, fortalecendo sua capacidade institucional, técnica e administrativa para solucionar os problemas habitacionais urbanos, evitando o surgimento de assentamentos subnormais. O valor total do projeto, para um horizonte de quatro anos, é de US$ 417 milhões, sendo US$ 250 milhões oriundos do Banco Mundial e US$ 167 milhões referentes à contrapartida da União. Em 2000, foram investidos R$ 49,5 milhões, beneficiando 82 Municípios, 7.361 famílias e gerando 4.726 empregos.

No âmbito dos projetos integrados de saneamento básico, o acordo de empréstimo da União com o Banco Mundial, relativo ao projeto de assistência técnica ao Prosanear, foi assinado em setembro de 2000, com previsão de início das ações em 2001. Os recursos destinados a esse projeto são da ordem de US$ 49 milhões, sendo US$ 30 milhões de origem externa e US$ 19 milhões de origem interna.

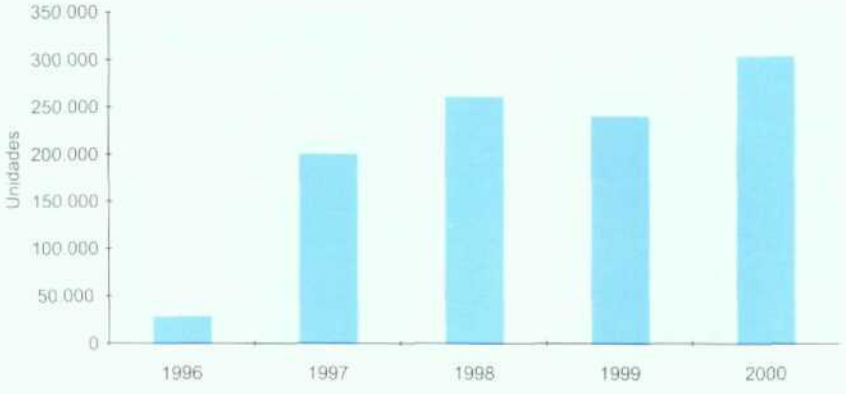
O programa **Carta de Crédito** destina-se a assegurar linha de crédito direta ao cidadão, outorgando-lhe o poder de escolher a melhor alternativa para resolver seu problema de moradia, dentro das modalidades de aquisição de unidade pronta, cons-

trução de habitação e conclusão, ampliação ou melhoria da habitação existente. O programa favorece o modelo concorrencial e abrangente para o mercado habitacional, que irá contribuir para a ampliação e estabilização da estrutura produtiva do setor.

O programa foi lançado em 1995 e teve seus primeiros créditos concedidos em 1996. A operacionalização do programa é simples, descentralizada e atende a necessidade dos diferentes segmentos de renda da sociedade. Além disso, abrange todo o território nacional e pode ser facilmente integrado a outros programas e ações desenvolvidas pelas demais esferas de governo.

Em 2000 foram concedidos mais de 335 mil créditos, enquanto para 2001 o foco do programa será melhorar a qualidade das aplicações centrando os esforços no aprimoramento do processo de planejamento, envolvendo, cada vez mais, os executores do programa na definição das metas, na integração a outras ações e programas, no aperfeiçoamento da estrutura operacional e normativa e na melhoria do sistema de acompanhamento e controle das operações.

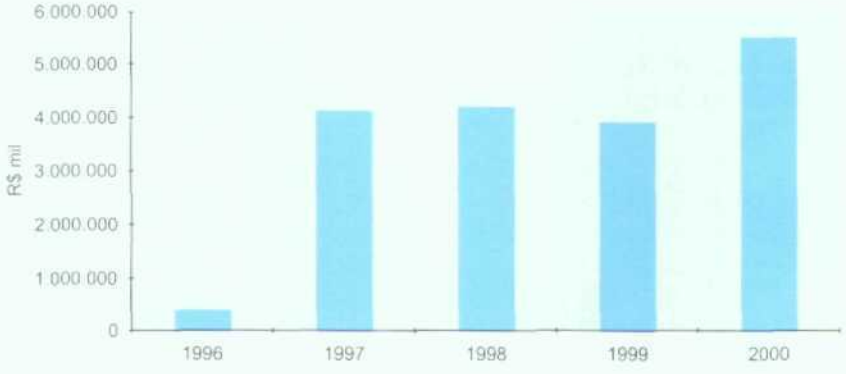
335 mil cartas de crédito foram concedidas em 2000, para a aquisição de moradia, construção de habitação e conclusão ou ampliação de obras.



Fonte: Caixa Econômica Federal

Programa Carta de Crédito

Número de Créditos Concedidos
(Total anual não acumulado)



Fonte: Caixa Econômica Federal

Programa Carta de Crédito

Valor dos Créditos Concedidos
(Total anual não acumulado)

O programa **Minha Casa**, criado em abril de 1999, objetiva alterar o paradigma da casa própria, oferecendo às famílias com rendimento mensal de até seis salários mínimos, arrendamento residencial com opção futura de compra. É dirigido às regiões metropolitanas e centros urbanos de grande porte, incluindo todas as capitais, onde o déficit habitacional brasileiro demonstra sua mais cruel expressão, por intermédio das favelas, cortiços e áreas invadidas. A meta do Minha Casa é atender a, aproximadamente, 200 mil famílias, totalizando recursos da ordem de R$ 3 bilhões.

O programa é financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal – CEF. O FAR é formado por recursos oriundos de empréstimo junto ao FGTS, somado a recursos provenientes de outros fundos e programas em extinção: Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS; Fundo de Investimento Social - Finsocial; Programa de Difusão Tecnológica para Construção de Habitação de Baixo Custo - Protech; e Fundo de Desenvolvimento Social - FDS.

Para atender às famílias com rendimento mensal de até 6 salários mínimos, residentes em centros urbanos de grande porte, o Governo Federal criou o programa **Minha Casa**. Até novembro de 2000, foram financiadas 23.667 moradias.

Em 1999, foram realizados 65 empreendimentos com o total de 6.960 unidades residenciais, tendo sido investido o valor de R$ 131,4 milhões. Em 2000 foram realizados 197 empreendimentos, totalizando 23.667 unidades residenciais, correspondente ao investimento de R$ 460,6 milhões. Para 2001, está prevista a realização de outros setenta empreendimentos que irão corresponder a 9.759 unidades residenciais, com um investimento de R$ 190,5 milhões.

O programa **Transporte Rodoviário Urbano** foi criado com o objetivo de melhorar a qualidade na prestação do serviço público de transporte coletivo urbano, nos Municípios com população superior a 75 mil habitantes, sendo financiado com recursos da CEF. A concepção das ações do programa está sendo reavaliada, tendo em vista que os contratos vigentes para a prestação dos serviços firmados com as administrações municipais não foram ainda adequados à legislação federal que regulamenta a delegação da prestação de serviços públicos por meio da concessão dos serviços.

Também em atenção ao problema dos transportes coletivos nas cidades de médio e grande porte brasileiras, como os congestionamentos e os elevados índices de mortalidade por acidente de trânsito, foi criado o Grupo Executivo de Transporte Urbano – GTRAN, com a finalidade de promover a articulação institucional, desenvolver estudos e coordenar projetos de interesse do transporte urbano. Este Grupo produziu o documento denominado Política Nacional de Transporte Urbano, divulgado no dia 5 de dezembro de 2000.

Segurança e Direitos da Cidadania

Segurança Pública

O Governo Federal, em resposta à crescente onda de violência e criminalidade no País, adotou várias iniciativas direcionadas para a segurança do cidadão e da sociedade, culminando, em 2000, no lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública. Este Plano envolve os diferentes órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, de entidades privadas e da sociedade civil em geral, com o propósito de integrar e harmonizar esforços para prevenir a violência, reprimir a criminalidade, reduzir a impunidade e aumentar o grau de segurança e justiça no País.

O Plano Nacional de Segurança Pública exige o envolvimento dos três níveis de Governo, entidades privadas e sociedade civil para prevenir a violência, reprimir a criminalidade, reduzir a impunidade e aumentar o grau de segurança no País.

Para viabilização do Plano, foi criado o Fundo Nacional de Segurança Pública, que conta com recursos do Tesouro Nacional no valor de R$ 1,3 bilhão, no período 2000-2002 destinados prioritariamente ao programa **Segurança do Cidadão**, em projetos de reaparelhamento e treinamento das polícias, policiamento ostensivo e implantação da polícia comunitária e de um sistema de acompanhamento de polícias. Em 2000, cerca de R$ 257 milhões foram aplicados em ações concretas, cujos resultados ocorrerão a médio e longo prazos, sendo R$ 34 milhões na Região Norte, R$ 67 milhões na Região Nordeste, R$ 46 milhões na Região Centro-Oeste, R$ 70 milhões na Região Sudeste e R$ 40 milhões na Região Sul.

Entre 2000 e 2002, O Fundo Nacional de Segurança Pública investirá R$ 1,3 bilhão para reaparelhar e capacitar as polícias, efetuar policiamento ostensivo e implantar polícias comunitárias.

O Congresso Nacional também tem participado deste esforço ao aprovar projetos de lei que contribuem para a concretização do Plano, dentre os quais destacam-se a criação de mais duas mil vagas no Departamento de Polícia Federal, cujo primeiro concurso público, para provimento de 320 cargos, foi realizado em 2000, e a obrigatoriedade da identificação criminal.

A proposta de alteração do Código de Processo Penal completará o ciclo de modernização e atualização de instrumentos legais de combate à criminalidade.

No âmbito do programa **Modernização da Polícia Federal**, destaca-se a melhoria da segurança nos portos de Santos e Rio de Janeiro, na qual foram investidos R$ 3,1 milhões na aquisição de cinco embarcações para a Polícia Federal, bem como a formação de sessenta policiais, de modo a incrementar a atividade de policiamento marítimo. Foram criados sete novos Núcleos Especiais de Policiamento Marítimo nos portos de Rio Grande (RS), Itajaí (SC), Vitória (ES), Paranaguá (PR), Foz do Iguaçu (PR), Recife (PE) e Belém (PA).

O projeto Fortalecimento Institucional da Academia Nacional de Polícia, de US$ 5,8 milhões, visa fortalecer a qualidade do policiamento no Brasil, por meio do fornecimento de equipamentos, materiais pedagógicos, intercâmbio e cooperação internacional, melhorando a segurança pública, inclusive na prevenção e a repressão às drogas.

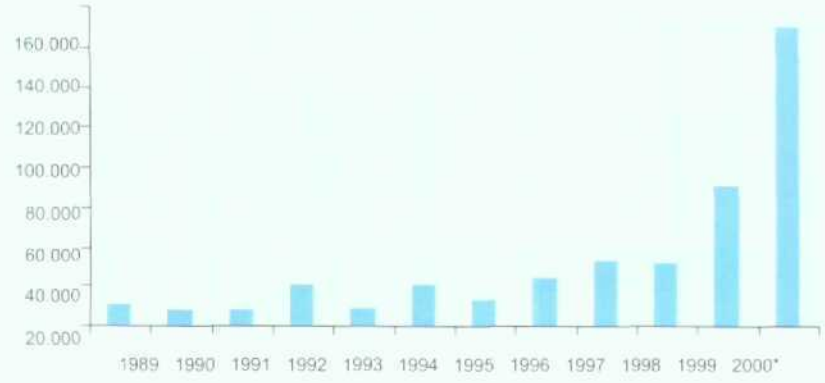
Está em fase de estruturação o projeto Fortalecimento do Controle de Precursores Químicos, no valor de US$ 9 milhões, que visa o efetivo controle descentralizado de precursores químicos em todo o País, reduzindo, assim, o desvio de substâncias utilizadas na produção de drogas ou produtos afins para mercados ilícitos. Ambos os projetos estão sendo executados em convênio e com recursos compartilhados com o Programa das Nações Unidas para o Controle de Drogas – UNDCP.

Destaque especial faz-se ao investimento previsto de US$ 425 milhões, decorrentes da assinatura dos contratos de financiamento do projeto Pró-Amazônia, que possibilitará a participação e integração da Polícia Federal nos Sistemas de Vigilância e de Proteção da Amazônia (SIPAM-SIVAM), e do projeto Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal – Promotec, por meio dos quais o Departamento de Polícia Federal irá ampliar sua presença e melhorar a qualidade dos serviços prestados à comunidade em todo o território nacional.

Em 2000, foram adquiridos 2.600 equipamentos de uso individual e 906 veículos, para as ações da Polícia Federal, bem como inauguradas dezenove novas unidades operacionais. Em 2001, a desoneração do Fundo para o Aparelhamento e a Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Funapol de compromissos administrativos, significará aumento substancial dos recursos para investimento no órgão.

Em 2000, foram apreendidos 156,6 mil quilos de maconha, representando o dobro das apreensões realizadas em 1999 e cerca do triplo da média do quadriênio 1996/1999.

O programa **Combate ao Crime Organizado**, em decorrência dos investimentos efetuados e das ações desenvolvidas no âmbito da Polícia Federal, e com o firme propósito de combater o crime organizado relacionado com o narcotráfico, apresentou como resultados em 2000 a apreensão de 156.654 mil quilos de maconha, mais que o dobro do ano de 1999 e de mais de três vezes e meio em comparação à média do quadriênio 1996/1999. Foram, ainda, apreendidas três toneladas de cocaína, bem como procedeu-se à erradicação de dois milhões de pés de maconha nos Estados do Maranhão, do Pará, de Pernambuco e no sertão norte e oeste baiano. Com essas ações, conseguiu-se descapitalizar as organizações criminosas em mais de R$ 45 milhões.



Apreensões de maconha em kg

Fonte: DOPS/SDF/MJ

Para impedir a entrada de substâncias entorpecentes e prevenir crimes ambientais, implementou-se o Plano Cobra, que visa ao patrulhamento dos rios situados na Região Amazônica, com reforço de efetivo policial na fronteira do Brasil com a Colômbia.

A ação governamental no combate ao crime organizado deflagrou, ainda, investigações de evasão de divisas e lavagem de dinheiro, especialmente nas cidades de Foz de Iguaçu (PR), Belém (PA), Fortaleza (CE) e Rio de Janeiro (RJ), identificando e prendendo uma organização criminosa responsável pela lavagem de aproximadamente US$ 30 bilhões.

Por meio da operação Xingu, reprimiu-se a extração ilegal de madeira em reservas indígenas no sul do Pará, além de operações visando ao combate ao contrabando de animais silvestres e contra o meio ambiente. A Polícia Federal destacou-se, ainda, na ação à repressão de roubos de valores, ocorridos em aeronaves e em aeroportos brasileiros, desmantelando quadrilhas e recuperando bens.

O programa **Controle do Tráfego Internacional em Portos, Aeroportos e Fronteiras** possibilita a fiscalização do tráfego internacional em 36 pontos distribuídos ao longo de 16.500 km de fronteira terrestre, em 92 portos distribuídos ao longo de oito mil km de litoral e em 54 aeroportos internacionais.

Direitos Humanos

O programa **Direitos Humanos, Direito de Todos** desenvolve ações que contribuem para a defesa e a promoção dos direitos humanos, visando ao pleno exercício da cidadania, a construção de uma cultura de paz e a consolidação da democracia. Dentre as ações de garantia e defesa de direitos destacam-se o

O Governo Federal investiu no funcionamento de conselhos de Direitos Humanos, do Negro e do Idoso, e em serviços de orientação e assistência a grupos discriminados. Foram fornecidos 66 mil documentos básicos a 20 mil pessoas.

fortalecimento dos Conselhos de Direitos Humanos, do Negro e do Idoso nos Estados do Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Paraíba, com investimento de R$ 145,5 mil; o fornecimento de 66 mil documentos básicos, beneficiando aproximadamente 20 mil pessoas em 55 Municípios, com o aporte de R$ 517,2 mil; serviços de orientação e assistência a grupos discriminados, que combatem a discriminação contra negros, idosos e homossexuais, promovendo o exercício da tolerância e o respeito à diversidade, implantados em treze Estados com investimento de R$ 243,8 mil.

As ações de promoção de direitos humanos tiveram investimento de R$ 160 mil para a implementação do Pacto contra a Violência Intrafamiliar, que atingiu cerca de 30 mil pessoas em situação de violência doméstica.

As ações de promoção de direitos humanos tiveram investimento de R$ 160 mil para a implementação do Pacto contra a Violência Intrafamiliar, que atingiu cerca de 30 mil pessoas em situação de violência doméstica, nas comunidades onde se constataram os mais elevados índices dessas violações, ou seja, Municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza e Feira de Santana.

Investiram-se R$ 1,2 milhões na capacitação em direitos humanos, destacando-se a formação de agentes de direitos humanos, dirigida a dez mil profissionais de segurança pública e líderes comunitários de todas as regiões brasileiras.

Investiram-se R$ 1,2 milhões na capacitação em direitos humanos, destacando-se a formação de agentes de direitos humanos, dirigida a dez mil profissionais de segurança pública e líderes comunitários de todas as regiões brasileiras. Os agentes estão aptos a retransmitirem os conhecimentos adquiridos e a difundir uma consciência de respeito aos direitos humanos a todos os cidadãos.

O Serviço Civil Voluntário foi expandido para 22 Estados, atingindo mais de treze mil jovens na faixa dos dezoito e dezenove anos, com recursos no montante de R$ 15,5 milhões.

O Serviço Civil Voluntário foi expandido para 22 Estados, atingindo mais de treze mil jovens na faixa dos dezoito e dezenove anos, desenvolvido em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, secretarias estaduais de trabalho e organizações não-governamentais e financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, com recursos no montante de R$ 15,5 milhões.

Para articular melhor as instituições responsáveis pelo desenvolvimento dessas e outras ações de direitos humanos, em todo o País, foi criada a Rede Nacional de Direitos Humanos, instrumento de sistematização, divulgação e intercâmbio de informações, experiências e denúncias sobre violações de direitos.

Nove Núcleos de Combate à Discriminação no Trabalho estão funcionando nas Delegacias Regionais do Trabalho.

No âmbito do programa **Gestão da Política de Direitos Humanos**, deve-se destacar a implantação de nove Núcleos de Combate à Discriminação no Trabalho, operando nas Delegacias Regionais do Trabalho. A iniciativa tem demonstrado a importância do estabelecimento de mecanismos institucionais para a promoção da igualdade no ambiente de trabalho e para o combate à discriminação, especialmente a que envolve gênero, raça e orien-

tação sexual. Para o ano 2001, a meta é a implantação de outros nove núcleos.

O Governo Federal deu especial atenção ao programa **Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**. No seu âmbito, foram investidos R$ 3,9 milhões na instalação da Autoridade Central Administrativa Federal de Adoção e do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, criando a base para a definição do projeto de Cooperação em Adoção Internacional, conforme dispõe a normativa de Haia.

Apoiou-se a implantação de duas defensorias públicas no Pará e em Minas Gerais, de três delegacias especializadas em investigação de crimes contra crianças e adolescentes no Amapá, no Rio Grande do Norte e no Mato Grosso do Sul e dos quatro módulos do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência em doze Estados, bem como a manutenção de unidades de defesa em seis Estados.

Já se encontram implantados 3.182 conselhos municipais de direitos e 2.519 conselhos tutelares.

Estão em funcionamento 3.182 conselhos municipais de direitos e 2.519 conselhos tutelares.

A ação do Governo Federal na classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, foi objeto de atualização, com a inclusão da faixa etária de dezesseis anos e do horário das 22 horas, bem como da exigência de anexação, ao pedido de classificação, do certificado de registro de obras audiovisuais expedido pelo Ministério da Cultura.

O Governo Federal está consciente de que o sistema administrativo de execução de medidas socioeducativas aos adolescentes em conflito com a lei necessita ser urgentemente reordenado, abolindo-se a ociosidade, as práticas educativas inconstantes, o acentuado confinamento e punições brutais. Desta forma, está executando o programa **Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei**, no qual foram investidos R$ 4,7 milhões em 2000.

Neste programa foram desenvolvidas ações de capacitação dos agentes operadores do sistema de segurança, justiça e atendimento de onze Estados, envolvendo 5.134 pessoas. Para a modernização dos serviços de atendimento a esses adolescentes, foram distribuídos 808 equipamentos diversos para apoiar os programas socioeducativos de vinte Estados.

Foram investidos R$ 2,2 milhões para reduzir a violência entre jovens e adolescentes nas escolas.

Na ação preventiva, o Governo Federal vem desenvolvendo o programa **Paz nas Escolas**, empregando recursos da ordem de R$ 2,2 milhões, que tem o objetivo de contribuir para a redução da violência entre jovens e adolescentes nas escolas do País. Por estratégia, o programa privilegia as parcerias com organizações não-governamentais e o apoio às iniciativas de combate à violência, oriundas da sociedade. O programa desenvolveu ações que atingiram quatorze Estados e veiculou campanha nacional de sensibilização para o problema da violência nas escolas, através do rádio, da televisão e de 250.000 cartazes distribuídos nas escolas do País.

Em conjunto com as secretarias estaduais de educação, o programa capacitou 5.656 professores para a implementação, em suas escolas, dos novos parâmetros curriculares transversais de ética e cidadania, o que beneficiará cerca de 1,5 milhão de alunos. Mediante convênio com organização não-governamental especializada, promoveram-se palestras de sensibilização e cursos de formação de multiplicadores de direitos humanos para 2.914 policiais que atuam na segurança de escolas.

O programa executou, ainda, ações de apoio à criação de grêmios estudantis, como estímulo ao envolvimento dos jovens com as questões que lhe dizem respeito, especialmente a violência nas escolas, atendendo a 118 grêmios.

O programa **Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas** objetiva garantir a proteção de pessoas expostas a ameaças por colaborarem com a investigação criminal.

Como forma de contribuir significativamente para a redução da impunidade, o programa **Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas**, visa garantir proteção a vítimas e testemunhas expostas a grave ameaça por colaborarem com a investigação criminal.

O programa, em parceria com os governos estaduais e entidades da sociedade civil de direitos humanos, envidou esforços para que o Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e a Testemunhas fosse ampliado para os Estados de Goiás, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Acre e do Amazonas e deu continuidade à ação já desenvolvida nos Estados da Bahia, do Espírito Santo, do Mato Grosso do Sul, do Pará, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo, com um investimento de cerca de R$ 3,6 milhões em 2000. Criado em julho de 1999, esse sistema é responsável pela proteção de 229 pessoas em todo País.

De igual modo, visando qualificar os agentes operadores dos programas estaduais de proteção a testemunha e técnicos envolvidos, investiram-se R$ 120,4 mil na realização de curso de extensão universitária, tendo como parceira a Universidade Fe-

deral do Rio de Janeiro, onde estão sendo capacitados quarenta técnicos, e na realização do III Seminário Nacional de Assistência a Vítimas e Testemunhas, com a participação de especialistas de outros países, que propiciaram a troca de experiências internacionais.

Na manutenção e expansão dos Centros de Assistência a Vítimas de Crimes, foram investidos R$ 543,3 mil, nos Estados da Paraíba, de Santa Catarina, de São Paulo e de Minas Gerais. Cerca de 3.500 pessoas foram assistidas.

Destaca-se, ainda, a criação do Serviço de Proteção ao Depoente Especial, no âmbito da Polícia Federal, destinado a garantir proteção a réus colaboradores e demais casos que não comportam ingresso no programa.

O programa **Combate à Violência contra a Mulher** visa minimizar as manifestações de violação dos direitos da mulher, constantes do documento Estratégias da Igualdade, resultante dos compromissos assumidos pelo Brasil na VI Conferência Mundial da Mulher em Pequim e ratificados na Conferência de Beijing+5, realizada em Nova York, em maio de 2000, com a promoção de políticas públicas voltadas para a eliminação das formas de discriminação da mulher, assegurando-lhe condições mínimas de liberdade e igualdade de direitos para a plena participação nas atividades políticas, econômicas e socioculturais do País.

Merece destaque a ação de proteção e garantia da integridade física e psicológica das mulheres e filhos menores vítimas de violência, realizada pelas casas-abrigo. Para esse fim, foram investidos R$ 800 mil em 2000 para construção de casas-abrigo nos Municípios de Campo Grande (MS) e Uberlândia (MG) e para apoio à manutenção e capacitação do corpo técnico de quarenta casas-abrigo, beneficiando cerca de vinte mil mulheres vítimas de violência.

Outros resultados relevantes foram a instalação de 69 telessalas em penitenciárias para educação formal, abrangendo 100% das penitenciárias femininas, a participação e a realização de trinta eventos e cinco campanhas sobre combate à violência contra a mulher e de sensibilização e capacitação de mulheres para concorrerem a cargos eletivos municipais. Também foram realizadas oficinas sobre discriminação no trabalho, com enfoque em doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e saúde da mulher, em dezesseis Estados, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, Delegacias da Mulher e Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher.

O programa **Defesa Jurídica Gratuita** objetiva garantir o acesso do cidadão necessitado à Justiça, no âmbito da União, com a orientação jurídica e a defesa gratuitas, por meio da atuação de defensores públicos. As ações mais relevantes do programa em 2000 foram a instalação de três núcleos, em Recife (PE), Juiz de Fora (MG) e Porto Alegre (RS), bem como a prestação de assistência jurídica no âmbito da Justiça Militar, tendo sido assistidas 10.146 pessoas.

Proteção aos Povos Indígenas

O programa **Território e Cultura Indígenas** vem atuando no sentido de garantir às populações indígenas o pleno exercício de seus direitos coletivos com respeito à integridade territorial e cultural. Suas ações referem-se ao reconhecimento da diversidade cultural, à importância da questão fundiária, à proteção do meio ambiente em áreas indígenas e à preservação dos acervos culturais dessas sociedades.

Em 2000, executou-se a demarcação de 9 milhões de hectares em áreas indígenas.

Em 2000, executou-se a demarcação de 9.284.602 ha em áreas indígenas, encontrando-se ainda 17 terras indígenas em demarcação, 4 em processo de licitação e 30 com a licitação concluída, no montante de 6.865.370 ha. Houve ainda a correção de limites de 1.309 km em 7 terras indígenas. Paralelamente, foram identificadas 17 terras indígenas, estando outras 47 em processo de identificação, contemplando-se diversas etnias em 16 Estados. Efetivaram-se, ainda, ações de regularização fundiária, culminando no registro de 27 terras indígenas, beneficiando aproximadamente 27.250 índios, e na remoção e indenização de 500 ocupantes não-índios de diferentes áreas indígenas.

O programa **Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas** objetiva garantir a assistência e promover o etnodesenvolvimento das comunidades indígenas, por meio de ações nas áreas de saúde, educação, atividades produtivas, assistência jurídica e melhoria de infra-estrutura nas aldeias.

Foram aplicados R$ 12,4 milhões em terras indígenas no desenvolvimento da agricultura, pecuária, extrativismo e melhoria da infra-estrutura de postos indígenas.

Em 2000, foram aplicados R$ 12,4 milhões no desenvolvimento de atividades produtivas nas áreas de agricultura, pecuária, extrativismo e na melhoria da infra-estrutura dos postos indígenas, com um resultado de 7.471 ha de culturas de subsistência, 106 projetos de agroindústrias, 150 projetos de pecuária e a capacitação de 408 técnicos para produção em terras indígenas.

Na educação indígena específica, em articulação com as secretarias estaduais e municipais de educação e as organizações não-governamentais, foram realizadas ações de apoio à ca-

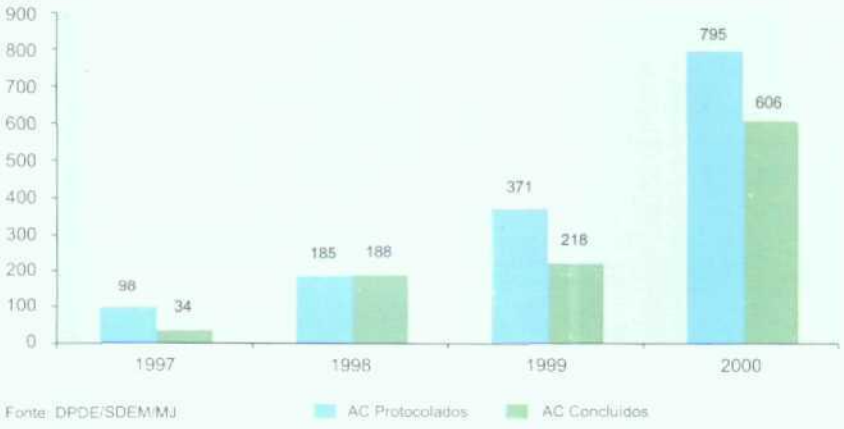
pacitação de 400 professores indígenas e técnicos em educação intercultural, à continuidade de escolarização de índios e ao funcionamento de 715 escolas nas aldeias, atendendo a 71.782 alunos do ensino fundamental. Fora das aldeias foram mantidas 24 casas de estudantes e atendidos 10.608 alunos do ensino fundamental, 1.300 do ensino médio e 366 do ensino superior.

Na área de saúde, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, foram mantidos 34 distritos sanitários e unidades de saúde para atendimento à população indígena.

Direitos do Consumidor

Em 2000, foram investidos R$ 160 mil no programa **Defesa Econômica e da Concorrência**, na modernização da instrução de atos de concentração e de processos administrativos, resultando na redução do tempo de análise na proporção de 32%, comparativamente a 1999. Também ocorreu aumento significativo na demanda, uma vez que o número de atos de concentração protocolados em 2000 foi 114% maior do que os protocolados em 1999. Quanto aos atos concluídos, o número acumulado em 2000 é 178% superior ao de 1999.

Ocorreu aumento significativo na demanda, uma vez que o número de atos de concentração protocolados em 2000 foi 114% maior do que os protocolados em 1999. Quanto aos atos concluídos, o número acumulado em 2000 é 178% superior ao de 1999.

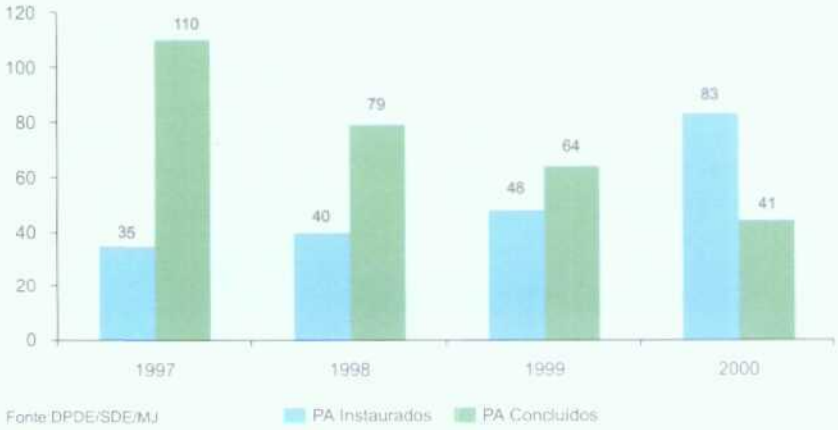


Fonte: DPDE/SDEM/MJ

Evolução do Número de Atos de Concentração – AC Protocolados e Concluídos

Com relação aos processos administrativos, uma vez que foram melhoradas as rotinas de análise de atos de concentração, foi possível concentrar maior esforço dos técnicos na análise de condutas, o que vem resultando numa melhor efetividade da atuação do Sistema. Acrescenta-se que o sistema trabalhou intensamente para contar com meios de fiscalizar o cumprimento das suas decisões. Como conseqüência, procedeu à cobrança extrajudicial de 76 multas impostas, cujo pagamento resultou numa arrecadação de cerca de R$ 4,1 milhões.

Evolução do Número de Processos Administrativos – PA – 2000



Fonte DPDE/SDE/MJ

O programa **Defesa dos Direitos do Consumidor** direcionou suas ações na consolidação e melhoria do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e na promoção da conscientização do consumidor e do fornecedor quanto aos seus direitos e deveres.

Assim, foi iniciada a implantação do Sistema Integrado de Informações de Defesa do Consumidor, que é responsável pela ligação entre os agentes que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

O Manual para Criação de PROCONs Municipais encontra-se em edição final, com previsão de produção e distribuição no primeiro trimestre de 2001. Já foram distribuídos trezentos exemplares, produzidos manualmente, para o Estado de Minas Gerais em projeto-piloto. Na mesma linha, encontra-se em elaboração o Manual para Criação de Associações Civis de Defesa do Consumidor, que deverá ser produzido com apoio do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor, no primeiro semestre de 2001.

Em 2000, foram distribuídos noventa mil exemplares da Cartilha do Consumidor e do Código de Defesa do Consumidor. Em 2001 pretende-se distribuir 150.000 exemplares.

Em 2000, foram distribuídos noventa mil exemplares da Cartilha do Consumidor e do Código de Defesa do Consumidor. Em 2001 pretende-se distribuir 150.000 exemplares.

Também em 2000 foi concluído e submetido à consulta pública, dada a relevância da matéria, o que recomenda a ampla divulgação da proposta, o anteprojeto de lei que cria a Agência Nacional de Defesa do Consumidor e da Concorrência, com prazo para o encaminhamento de sugestões até 31/01/2001.

Sistema Penitenciário

O Governo Federal, consciente de que a superpopulação carcerária se inscreve como um dos problemas mais graves do

Sistema Penitenciário Nacional, instituiu o programa **Reestruturação do Sistema Penitenciário**, que objetiva a execução de projetos e a oferta de serviços que propiciem a melhoria da qualidade de vida da população carcerária e que favoreçam a ressocialização dos internos.

Para efeito de alocação de recursos destinados às obras de construção ou reforma de estabelecimentos penitenciários em todo o território nacional, foi adotado o critério de maior densidade da população carcerária. Esta medida possibilitará, em médio prazo, a redução do déficit de vagas existente no País. Em 2000, foram geradas 16.921 novas vagas, totalizando a criação de 44.597 vagas no período de 1995-2000.

Com o programa **Reestruturação do Sistema Penitenciário** foram criadas 16.921 novas vagas, totalizando 44.597 vagas, criadas entre 1995 e 2000.

Foi criada a Central Nacional de Apoio e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas, que vem apoiando as diversas unidades da Federação no acompanhamento e fiscalização das medidas restritivas de direitos, impostas aos condenados. Sete Estados encontram-se com suas centrais instaladas, prevendo-se para 2001 a instalação nos demais Estados.

O apoio do Governo Federal ao mutirão da execução penal, que objetiva o acompanhamento processual dos sentenciados que não podem arcar com o ônus de honorários advocatícios, resultou no atendimento de 24.201 sentenciados em todo o País.

As ações de qualificação profissional, que visam à preparação do preso para ingressar no mercado de trabalho, permitiram a profissionalização de 3.135 encarcerados e a capacitação de 1.775 profissionais do sistema penitenciário.

Destaca-se, especialmente, a implantação do Telecurso 2000, de educação não-convencional, por melhor atender as características singulares do público-alvo do sistema. Promoveu-se a instalação de 93 telessalas, para atendimento a 4.650 internos, tendo sido selecionados os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, onde existe a maior concentração da população carcerária do País.

Outra ação relevante foi o auxílio social aos presos e seus familiares e ao egresso, de maneira a reduzir os agravos provocados pelo encarceramento de um membro da família, atingindo 14.316 pessoas.

Trânsito

O ano de 2000 foi marcado pela conclusão de importantes iniciativas integrantes do programa **Educação e Segurança no Trânsito**. Destaca-se a instalação de seis câmaras temáticas de apoio ao Conselho Nacional de Trânsito - Contran, que têm papel de integrar a sociedade civil nas decisões emanadas do Conselho. Também foi promovido amplo debate com a sociedade, da Política Nacional de Trânsito, a partir do I Encontro do Sistema Nacional de Trânsito.

Com recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, da ordem de R$ 26,2 milhões, foram desenvolvidos o projeto de Redução de Acidentes nas Estradas - PARE 2000, o projeto de Prevenção de Acidentes e Doenças no Setor de Transportes, o projeto de Redução da Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito e o projeto "Educação no Trânsito. Uma Lição de Vida".

Os seminários e o roteiro de municipalização, que incentivaram e subsidiaram os Municípios no processo de integração ao Sistema Nacional de Trânsito – SNT resultaram em significativo incremento na municipalização do trânsito. De 250 Municípios integrados ao SNT em 1999, chegou-se a 320 em 2000, com investimento de R$ 60 mil.

Na educação de condutores e pedestres, foram investidos R$ 2,3 milhões com a campanha nacional pela disseminação das faixas de pedestres, durante a Semana Nacional de Trânsito, a partir do tema "Faixa de Pedestre: A Vida Pede Passagem".

Na educação de condutores e pedestres, foram investidos R$ 2,3 milhões com a campanha nacional pela disseminação das faixas de pedestres, durante a Semana Nacional de Trânsito, a partir do tema "Faixa de Pedestre: A Vida Pede Passagem". Durante o evento, foi lançado o projeto Rumo à Escola, em parceria com a UNESCO, iniciando a adoção do ensino de trânsito como prática educativa cotidiana nas escolas municipais do ensino fundamental, por intermédio de apoio pedagógico ao desenvolvimento de atividades em sala de aula.

Com o mesmo objetivo foi lançado o Manual Brasileiro de Sinalização, dando início à série com o Manual de Sinalização de Áreas Escolares, publicação de fundamental importância para a segurança dos jovens estudantes.

O programa **Segurança nas Rodovias Federais** propiciou a redução de 6% dos acidentes, 2,07% do total de feridos e 1% dos mortos em relação a 1999.

Os investimentos no programa **Segurança nas Rodovias Federais** propiciaram em 2000 a redução de 6% no total de acidentes, 2,07% no total de feridos e de 1% no total de mortos, em relação a 1999.

Serviços de Utilidade Pública

A atuação do programa **Reconhecimento de Utilidade Pública**, em 2000, foi marcada pela avaliação das entidades detentoras de títulos de utilidade pública federal, no sentido de verificar aquelas que não atendem aos requisitos para a obtenção e manutenção de tal concessão, acarretando considerável renúncia fiscal para a União.

Desta forma, foram formalizados e concluídos 580 processos de entidades que apresentavam irregularidades, sendo que foram citadas 180 e cassados os títulos de dezoito entidades.

Em contrapartida, foram concedidos 612 títulos de utilidade pública federal e indeferidos 109.

Quanto à qualificação de entidades como organizações sociais de interesse público, foram deferidos 62 pedidos, enquanto outros 223 foram indeferidos.

Com o objetivo de otimizar o acesso do cidadão ao acervo das normas legais em vigor, foram investidos R$ 800 mil no âmbito do programa **Gestão da Política na Área da Justiça**, na edição de 31.200 CDs com as informações cadastrais das serventias judiciais e extrajudiciais públicas e privadas, bem como a inclusão destas informações na Coletânea de Programas Oficiais do Governo Federal – "Declara Fácil", em parceria com o Banco do Brasil, com tiragem de 250 mil cópias.

Cultura

O Ministério da Cultura é o responsável pela proteção do patrimônio histórico nacional, por assegurar ao cidadão o pleno exercício dos direitos culturais, pelo acesso às fontes da cultura nacional, bem como o incentivo e a valorização da difusão e da produção cultural no País.

A política cultural é desenvolvida em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual, traduzidas pela retomada do cinema nacional, por novos mecanismos de financiamento à cultura, mediante o apoio de empresas públicas e privadas, nas atividades de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, inclusive os museus nacionais e casas históricas, nos esforços concentrados na área da leitura, do livro e das bibliotecas, na ampliação dos programas de música e de artes cênicas, no desenvolvimento de linhas de intercâmbio no plano nacional e internacional e na crescente capacidade de difusão cultural.

Na procura de diversificar as fontes de financiamento, maior abertura foi conferida na aplicação das leis de incentivo, submetidas a reformas que facilitaram o seu uso público.

Em 2000, o percentual da arrecadação das loterias, destinado ao Fundo Nacional de Cultura, passou de 1% para 3%.

Buscou-se, ainda, fortalecer parcerias com governos estaduais e municipais, organismos internacionais e iniciativa privada. A Lei nº 9.999/2000 propiciou o aumento de 1% para 3% da participação do Fundo Nacional de Cultura – FNC nas receitas oriundas da arrecadação das loterias, concursos de prognósticos e similares, fortalecendo os investimentos em novos projetos, ampliando a programação e impulsionando as atividades artísticas.

Em 2000, investiu-se cerca de R$ 414 milhões em cultura: R$ 270 milhões oriundos de incentivos fiscais e R$ 144 milhões do Orçamento Geral da União.

Em 2000, os investimentos finalísticos na área cultural atingiram R$ 414 milhões, sendo R$ 270 milhões decorrentes da captação à conta das leis de incentivos fiscais e R$ 144 milhões do Orçamento Geral da União, totalizando no período 1996-2000 dispêndios da ordem de R$ 1.768 milhões, sendo R$ 518 milhões dos orçamentos anuais e R$ 1.250 milhões de incentivos fiscais, correspondendo à realização de aproximadamente cinco mil projetos.

Duas grandes linhas de ação foram desenvolvidas: a preservação do patrimônio histórico, artístico e arqueológico e a produção e difusão cultural, envolvendo aproximadamente setecen-

tos convênios com entidades do meio cultural, de Estados, Municípios e instituições culturais sem fins lucrativos.

Patrimônio Histórico e Cultural

Na área do patrimônio histórico, artístico e arqueológico foram desenvolvidas ações com o objetivo de reverter o quadro de degradação dos bens de caráter histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, acervos, monumentos e bens integrados. Tais ações refletiram políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias, geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

Até 2003, o programa **Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico** vai investir mais de US$ 200 milhões.

Nessa ótica, o programa **Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico**, resultado da parceria do Ministério da Cultura com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com a participação da UNESCO, contempla financiamento ao patrimônio histórico, de abrangência nacional, que vai mobilizar, até 2003, mais de US$ 200 milhões. Representa o maior investimento já feito na preservação do patrimônio num único período de Governo. Os recursos provêm de empréstimo do BID, do orçamento da União, contrapartida dos Estados e Municípios e de instituições financeiras e empresas participantes.

As cidades selecionadas para a primeira fase de implantação do programa representam os conjuntos patrimoniais mais importantes do País: Ouro Preto (MG), Olinda (PE), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Salvador (BA), contempladas em 2000. São Luís (MA) e São Paulo (SP) serão incluídos em 2001, assim como mais 20 Municípios que participarão do programa.

Em Ouro Preto, serão realizadas obras voltadas para a urbanização do Vale dos Contos, recuperação de edificações privadas e de monumentos tombados, seus entornos e largos, estendendo-se ao longo do centro histórico.

Em Olinda, o projeto foi concebido como um roteiro que atravessa toda a colina histórica, envolvendo seus principais edifícios e na revalorização dos espaços públicos.

No Rio de Janeiro, serão contempladas a restauração e a reciclagem de uso dos imóveis nos arredores da Praça Tiradentes. O tratamento dos logradouros públicos, incluindo recuperação de passeios e vias públicas, iluminação, sinalização e mobiliário urbano, a restauração do monumento a Dom Pedro I e o

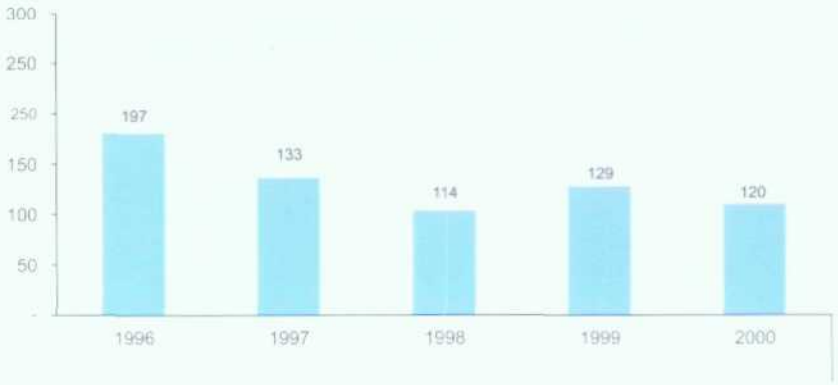
conjunto de esculturas com alegorias da República. Aspecto importante do projeto é a revitalização dos usos culturais, resgatando a vocação histórica de lazer e diversões presente na área desde o Império.

Em Recife, os focos de intervenção serão a Igreja Madre de Deus e o seu entorno, como o Cais da Alfândega, a Rua da Moeda e a Rua Madre de Deus. Pretende-se revitalizar e reciclar o uso dos imóveis, com ênfase no comércio diversificado e na habitação.

Em 2000, foram realizadas 120 obras de preservação de bens imóveis do patrimônio histórico.

No desenvolvimento do programa **Brasil Patrimônio Cultural**, das ações voltadas para o patrimônio cultural não abrangidas pelo Monumenta, quase 700 bens imóveis foram conservados, revitalizados e/ou restaurados no período 1996-1999. Em 2000, foram realizadas 120 obras de preservação de bens imóveis do patrimônio histórico.

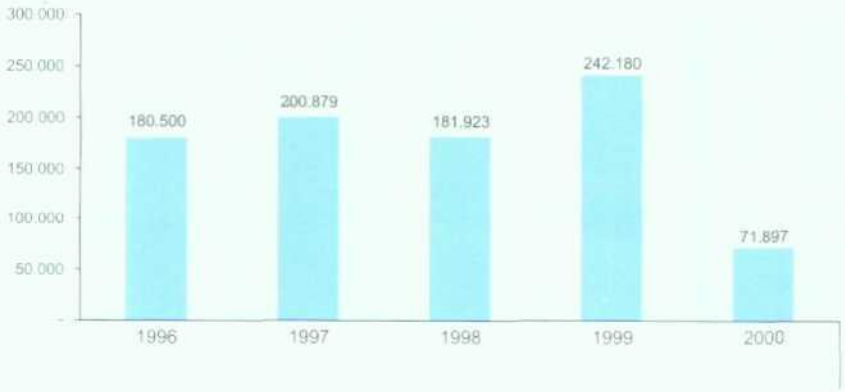
Nº de Bens Imóveis do Patrimônio Preservados/ Restaurados



Fonte:IPHAN/Minc

Dentre as obras de restauração e preservação de bens do patrimônio histórico realizadas em 2000, destacam-se o início da recuperação física e restauração do Monumento Nacional dos Mortos da 2ª Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, os afrescos da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Lagoa do Ouro (PE), da Igreja de São Gonçalo do Amarante (RN), recuperação do telhado da Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, em Petrópolis (RJ), restauração dos bens móveis e integrados da Igreja de Santa Teresa da Ordem Terceira do Carmo, em João Pessoa (PB), obras de cobertura definitiva da nave da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Mariana (MG), reurbanização da Praça Getúlio Vargas, em São Cristóvão (SE), instalação de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas em monumentos tombados do Estado de Minas Gerais, reforma dos equipamentos de luz e som das ruínas de São Miguel das Missões (RS).

A preservação e restauração dos bens móveis do patrimônio cultural envolveu cerca de 877 mil peças de acervos e de bens integrados, no período 1996-2000.



Fonte IPHAN/Minc

Nº de Bens Móveis do Patrimônio Preservados/ Restaurados

Coube ao projeto Resgate, como parte das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, o repatriamento de mais de 300 mil documentos da nossa História, relativos ao período colonial do País, guardados no Arquivo Ultramarino de Lisboa e em outros países europeus. Microfilmagens, CD ROMs, catálogos e o acesso pela Internet tornaram esses documentos acessíveis para uso pelos arquivos públicos, institutos históricos, universidades e centros de pesquisas regionais.

No ano do V Centenário do Descobrimento do Brasil, foram repatriados mais de 300 mil documentos do período colonial, no âmbito do Projeto Resgate..

Diversos tombamentos de bens do patrimônio cultural foram efetivados em 2000, destacando-se a região da Luz, no centro de São Paulo, devido à sua importância cultural e histórica. Essa região é agora Patrimônio Nacional, composta pela Pinacoteca do Estado, o Jardim e a Estação da Luz, a Praça Júlio Prestes, o Edifício Martinelli e o Museu de Arte Sacra. No Rio de Janeiro, o Sítio Roberto Burle Marx e a escultura de Nossa Senhora do Rosário, de Aleijadinho, tiveram seu tombamento aprovado.

Para disseminar as diferentes manifestações populares, que abrangem o folclore, o artesanato, as festas tradicionais, as feiras populares, as lendas e mitos, por todas as regiões do País, e garantir o fortalecimento do patrimônio imaterial brasileiro, destacaram-se os apoios ao XXXV Festival Folclórico de Parintins (AM), aos tradicionais festejos juninos dos Estados da Paraíba e Ceará e à produção artesanal da cidade de Juazeiro (CE).

Em agosto de 2000 foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial como patrimônio cultural brasileiro.

Museus

Um dos aspectos mais significativos na promoção e valorização da memória e do patrimônio cultural nacional manifesta-se por meio dos museus nacionais, cujos acervos e atividades vêm adquirindo nova relevância e dinamização, interesse e credibilidade junto ao público das diferentes regiões do País.

O programa **Museu, Memória e Futuro** está revitalizando museus e casas históricas pertencentes à União.

O programa **Museu, Memória e Futuro** visa revitalizar os museus e casas históricas da União, dando-lhes condições de sustentabilidade, de modo a possibilitar o cumprimento de seus objetivos e seu papel cultural e social. Até 2003 espera-se alcançar freqüência de visitação de mais de três milhões de pessoas por ano, hoje em torno de 2,5 milhões de pessoas por ano.

Nesse sentido, ações serão desenvolvidas para transformar esses espaços em instituições permanentes a serviço da sociedade, abertas ao público e voltadas para a conservação, estudos e divulgação dos acervos.

Em 2000, as ações de modernização em quinze museus nacionais foram voltadas para a climatização, capacitação de técnicos, aquisição de equipamentos e aparelhamento técnico no Museu Histórico Nacional e no Paço Imperial (RJ). No Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG), foi implantado novo projeto museográfico e reformulada sua exposição permanente.

Foram inventariadas mais de quinze mil peças museológicas e promovidos vários eventos, destacando-se, no Museu Imperial, as exposições "Visão do Rio Antigo na Coleção Geyer" e "Grandes Doações – 60 Anos de Museu Imperial". No Museu da República, expôs-se "Eu, Getúlio", mostra de caráter multimídia, que retrata o perfil do estadista republicano. No Paço Imperial, realizaram-se três marcantes exposições: "Expressionismo Alemão", "Brasil 500 Anos – Imagens do Inconsciente" e "Quando o Brasil era Moderno". No Museu de Belas Artes, destaque-se o apoio a uma das maiores exposições ocorridas no ano, "Esplendores de Espanha: de El Greco a Velázquez".

Cinema, Som e Vídeo

O programa **Cinema, Som e Vídeo** objetiva aumentar a exibição de filmes nacionais no País e a inserção competitiva no mercado internacional.

O programa **Cinema, Som e Vídeo** objetiva o incremento da participação de filmes brasileiros no mercado nacional, bem como sua inserção competitiva no mercado internacional.

No setor das atividades audiovisuais, é perceptível a melhoria conquistada pelo cinema nacional nos últimos cinco anos, tanto na qualidade das produções quanto em termos de público.

Essa retomada é explicada basicamente pela alteração da legislação do audiovisual, da divulgação dos mecanismos de incentivos fiscais existentes e do apoio a projetos com recursos dos orçamentos anuais.

Em 2000 foram despendidos na área do audiovisual, recursos orçamentários de mais de R$ 14 milhões, o que possibilitou o apoio a 131 projetos de produção, comercialização, distribuição e/ou exibição de curtas, médias e longas-metragens, bem como a premiação a roteiros e documentários.

Em 2000, foram investidos recursos orçamentários de mais de R$ 14 milhões na área de audiovisual.

No exterior, a presença do cinema brasileiro foi assegurada com a exibição de filmes brasileiros nos principais festivais mundiais, destacando-se os longas-metragens "Cruz e Sousa – O Poeta do Desterro" e "Eu Tu Eles", indicado para concorrer na disputa de melhor filme estrangeiro no prêmio Oscar 2001.

No exterior, a presença do cinema brasileiro foi assegurada com a exibição de filmes brasileiros nos principais festivais mundiais.

No Brasil, foram realizados mais de 60 eventos culturais, incluindo o apoio à realização de festivais, dentre eles a Mostra de Cinema de Tiradentes (MG), o Festival de Cinema e Vídeo de Curitiba, o Cine Ceará, o Rio Cine Festival 99, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, o Festival de Cinema de Recife, o Festival de Gramado – Cinema Latino e Brasileiro, o Festival de Cinema de Natal e a Jornada Internacional de Cinema da Bahia. Destaca-se o evento Grande Prêmio Cinema Brasil, responsável pela homenagem ao talento de cineastas, produtores, atores e técnicos de cinema, no qual concorreram todas as produções lançadas no mercado brasileiro no ano de 1999 e cuja segunda edição ocorrerá em fevereiro de 2001, contemplando dezessete categorias na área da produção cinematográfica.

Música e Artes Cênicas

No programa **Música e Artes Cênicas**, as ações desenvolvidas em 2000, no valor de mais de R$ 20 milhões, possibilitaram a concessão de prêmios em diversas categorias, o apoio à montagem e realização de espetáculos de teatro e dança, a participação em mostras e festivais, como também a realização de 133 eventos culturais entre cursos, seminários, exposições, encontros, oficinas, incluídas aí as atividades de divulgação da arte e da cultura do País no exterior. Destacam-se a realização dos projetos Pernambuco em Concerto; os Festivais de Dança de Recife (PE), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Joinville (SC), Triângulo Mineiro (MG), Belo Horizonte (MG); o Festival de Teatro, Dança e Música de João Pessoa (PB); o Festival Nacional da Canção Popular de Cascavel (PR) e a ópera O Guarani, de Carlos Gomes, em Vitória (ES).

No intercâmbio cultural, foram apoiadas mais de 600 pessoas entre produtores, artistas, técnicos e especialistas nos diversos segmentos culturais, convidados a participar de eventos e/ou cursos no País e no exterior, para a troca de conhecimentos e experiências em suas áreas de atuação, totalizando quase três mil pessoas desde 1996.

A criação e a manutenção de bandas de música nos Municípios brasileiros tem por objetivo valorizar e difundir a música instrumental no Brasil. Desde 1996 já foram apoiadas mais de 1.500 bandas em todo o País. Em 2000 foram apoiadas cerca de 500 bandas de música.

A criação e a manutenção de bandas de música nos Municípios brasileiros tem por objetivo valorizar e difundir a música instrumental no Brasil, incentivando a participação de jovens em conjuntos musicais e promovendo a utilização da música como instrumento de socialização e cidadania. Desde 1996 já foram apoiadas mais de 1.500 bandas em todo o País. Em 2000 foram apoiadas cerca de 500 bandas de música.

Espaços cênicos e teatros foram apoiados, destacando-se o Teatro Municipal de Canela (RS), o Teatro Ruth Escobar, em São Paulo (SP), e o Teatro Municipal da Casa de Cultura, de Telêmaco Borba (PR).

O Concurso Nacional de Textos Teatrais Inéditos contou com a inscrição de 1.338 textos, 967 dirigidos ao público adulto e 371 ao público infantil, representando importante incentivo ao teatro, possibilitando aos novos talentos a oportunidade de mostrar os seus trabalhos e gerando oportunidades para o processo produtivo. Ainda em 2000, foram concedidas 36 bolsas de estudo e trabalho no País e no exterior, destinadas ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais ligados à criação artística e cultural nas áreas de música e artes cênicas.

Livro e Leitura

O programa **Livro Aberto** tem como meta a implantação e modernização de bibliotecas públicas em Municípios brasileiros, mediante a aquisição de acervos bibliográficos, mobiliários, equipamentos e capacitação de recursos humanos, possibilitando o acesso da população ao conhecimento e ao enriquecimento intelectual, universalizando a informação e incentivando o hábito da leitura nas comunidades.

Foram implantadas 300 bibliotecas em 2000. Entre 1996 e 1999, o número de bibliotecas implantadas é maior que 700. Outras 70 bibliotecas existentes foram modernizadas.

Suas ações, iniciadas em 1996, possibilitaram, até 1999, a implantação de mais de 700 bibliotecas públicas e a modernização de mais de 70, representando investimentos de R$ 34 milhões. Em 2000, foram implantadas mais de 300 bibliotecas.

Em conseqüência, o índice de Municípios com bibliotecas públicas foi ampliado de 60% em 1996 para 77% em 2000. Espe-

ra-se que cerca de 90% dos Municípios brasileiros tenham pelo menos uma biblioteca pública instalada até 2003.

Também foram concedidas às editoras estrangeiras, sete bolsas de tradução e publicação de títulos de autores brasileiros em diversos idiomas e doze bolsas para escritores brasileiros com obras em fase final de conclusão, nas categorias narrativa, poesia e ensaio literário.

O PROLER, projeto de incentivo à leitura criado em 1992 e vinculado à Fundação Biblioteca Nacional, prosseguiu com êxito o objetivo de estruturar rede nacional de leitura. Parcerias estabelecidas permitiram o fortalecimento de ações de promoção da leitura entre alunos e professores, mediante a realização de cursos à distância, via Internet, e de 25 cursos voltados à formação continuada do professor.

O concurso "Os Melhores Programas de Incentivo à Leitura junto a Crianças e Jovens de todo o Brasil" totalizou 613 projetos, distribuídos em oficinas, debates, seminários e palestras, atingiu 9.187 profissionais e promoveu diversos encontros de leitura em bibliotecas, com grupos de alunos da rede pública.

Na área de editoração foram publicados, nos últimos quatro anos, mais de trezentos mil exemplares de títulos, abrangendo obras literárias, científicas, acadêmicas, jornais, periódicos, revistas, CD-ROM e outros. Destaque-se, também, a co-edição de livros, realizada pela Fundação Biblioteca Nacional, em parceria com diversas editoras, e distribuídos às bibliotecas públicas de todo o País.

Produção e Difusão Cultural

Com o objetivo de aumentar a produção e a difusão cultural para resgatar e consolidar a identidade nacional no País e no exterior, o programa **Produção e Difusão Cultural** têm-se caracterizado pela notável expansão de produtividade no estímulo às manifestações e no acesso aos bens e serviços culturais.

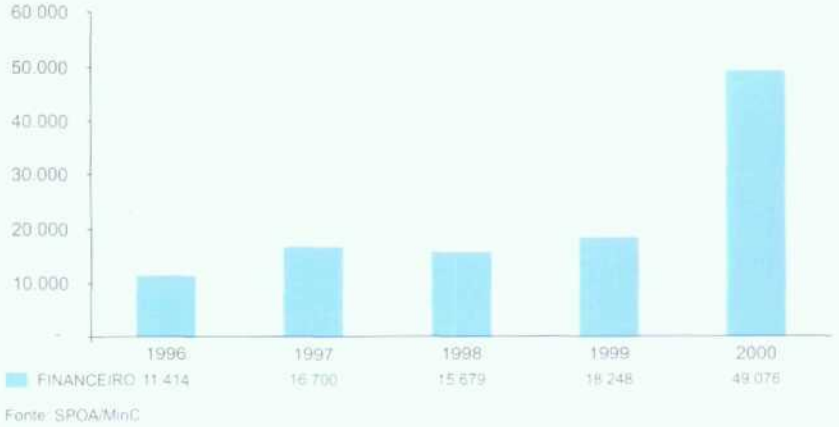
Atividades diversas foram desenvolvidas no decorrer de 2000, representando investimentos da ordem de R$ 49 milhões, distribuídos no apoio a projetos, no País e no exterior, para implantação de 208 espaços culturais, na realização de 108 eventos culturais, na distribuição de mais de 80 mil exemplares de material sobre arte e cultura, envolvendo livros, discos, jornais, revistas e CD-ROM e na concessão de onze prêmios para os diversos segmentos culturais.

O programa **Produção e Difusão Cultural** permitiu a implantação de 208 espaços culturais, realização de 108 eventos, concessão de 11 prêmios e distribuição de mais de 80 mil exemplares de livros, discos, jornais, revistas e CD-ROM.

O Gráfico mostra o comparativo dos investimentos realizados, no período 1996-2000, que somaram em torno de R$ 111 milhões.

Evolução das Aplicações – Produção e Difusão Cultural

(R$ milhões)



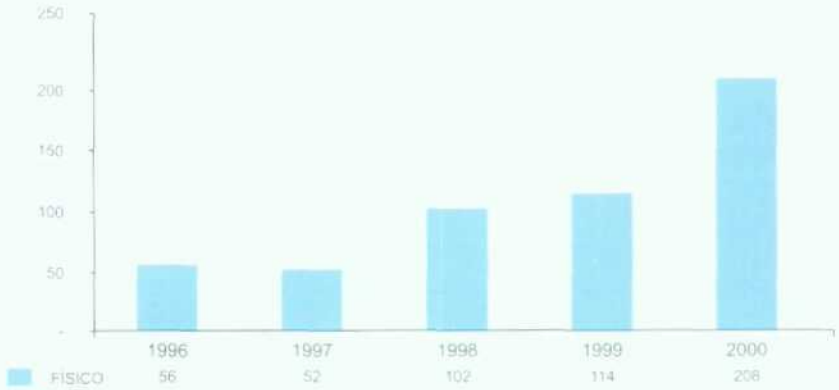
Fonte: SPOA/MinC

Quase 2 milhões de pessoas visitaram a exposição Mostra do Redescobrimento.

A realização da exposição itinerante Mostra do Redescobrimento constituiu o panorama mais arrojado projetado sobre a arte brasileira, abrangendo desde as culturas pré-coloniais até a contemporaneidade, alcançando quase dois milhões de visitantes em 2000.

Mais de quinhentos espaços culturais de múltiplo uso foram implantados entre 1996 e 2000, permitindo o desenvolvimento de atividades culturais, como as artes plásticas, o teatro, a dança e a música. Os espaços culturais da União registraram aumento da freqüência de público de 800 mil pessoas, em 1996, para mais de um milhão, em 2000.

Implantação de Espaços Culturais



Fonte: Funarte/MinC

Importantes investimentos foram destinados à recuperação e modernização dos espaços culturais da Fundação Nacional

de Artes – Funarte, em Brasília, à Sala Funarte e à Casa do Teatro Amador.

Das iniciativas realizadas no exterior, destacam-se as parcerias com o Ministério das Relações Exteriores para a promoção da imagem do Brasil e a ampliação do mercado externo dos produtos de bens e serviços representativos da nossa cultura, como as exposições Oscar Niemeyer, em Buenos Aires; a Exposição de Heloisa Novaes e a Exposição Fotojornalística sobre os Índios da Amazônia, em Paris; a recuperação do pavilhão brasileiro no espaço da bienal de Veneza, na Itália; o 38° Festival Villa Lobos, em Paris; e o Festival Brasil 500 Anos do Reino Unido, na Inglaterra.

Cultura Afro-Brasileira

A partir de 1995, novas políticas para a inclusão e participação da população negra no processo de desenvolvimento do Brasil foram desenvolvidas, visando à avaliação do impacto negativo causado pela discriminação, à valorização da diversidade brasileira, à superação das injustiças históricas e à preservação da cultura e da memória afro-brasileira.

No programa **Cultura Afro-Brasileira,** o reconhecimento, demarcação e titulação das comunidades remanescentes de quilombos resultaram, em 2000, na identificação de 724 comunidades, sendo 43 oficialmente reconhecidas e 18 tituladas. As comunidades de Kalunga (GO), Mocambo (SE), Rio das Rãs (BA), Castainho (PE), Mata Cavalo (MT) e Furnas da Boa Sorte (MS) receberam sua titulação.

Foram identificadas 724 comunidades remanescentes de quilombos, sendo 43 oficialmente reconhecidas e 18 tituladas.

Mediante parcerias com os governos estaduais e municipais e organizações não-governamentais, foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Remanescentes de Quilombos, assim como planos locais específicos para a valorização de cada comunidade, capacitando e formando mão-de-obra especializada, fortalecendo a agricultura local, melhorando e enriquecendo o artesanato, desenvolvendo o turismo e elevando o Índice de Desenvolvimento Humano de sua população.

No Quilombo dos Palmares, patrimônio cultural tombado em 1985, foi inaugurada a Vila dos Palmares, parque temático que reproduz trecho do que teria sido o mocambo de Macacos, capital do quilombo dos Palmares. Sua ambientação foi calcada em dados históricos recolhidos pelo projeto Resgate no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, reproduzindo as palhoças utilizadas à época.

Foi reconhecido como território cultural afro-brasileiro o local onde se localizava a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Pirenópolis (GO), edificação construída no final do século XVIII. A Casa da Flor, em São Pedro da Aldeia (RJ) foi restaurada por ser importante referência arquitetônica da cultura afro-brasileira.

O documento preparatório do Brasil à Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que se realizará na África do Sul, em 2001, está sendo conduzido pela Fundação Cultural Palmares, mediante o apoio à realização de diversas atividades.

Esportes

A grande mudança que deverá ocorrer na implantação das políticas de esporte a partir de 2001 está fundamentada na extinção do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto – INDESP, transformado em Secretaria do Ministério do Esporte e Turismo, desde outubro de 2000.

Esporte Social

O programa **Esporte Solidário**, desenvolvido nas regiões de reconhecida carência assistencial, em parceria com Estados, Municípios e instituições oficiais ou privadas, promove a valorização das atividades lúdico-esportivas, estimulando a prática esportiva aliada a ações de reforço escolar, reforço alimentar e educação para a saúde.

O programa atinge 135.497 pessoas em 334 Municípios de 24 unidades da Federação, contando com 511 núcleos de esporte, para cuja manutenção foram despendidos R$ 8,5 milhões em 2000.

Cerca de 135 mil pessoas em 334 Municípios participam do programa **Esporte Solidário**, que estimula a prática esportiva aliada ao reforço escolar, reforço alimentar, educação para a saúde e educação artística.

Ação relevante desse programa é o apoio a prefeituras municipais para a construção, modernização e adequação de quadras, ginásios e outros espaços esportivos, nas áreas de reconhecida carência e de população de baixa renda, a qual, em 2000, beneficiou 1.302 comunidades.

Projeto complementar de grande relevância às ações deste programa é o **Pintando a Liberdade**, integrante do programa **Reestruturação do Sistema Penitenciário**, o qual tem por objetivo a ressocialização e profissionalização dos internos do sistema penal, por meio da utilização da mão-de-obra ociosa de presidiários na produção de materiais esportivos (bolas, redes, uniformes, etc.). Além da remuneração pelo trabalho executado, o interno é beneficiado com a redução da pena que lhe foi imputada, na proporção de um dia para cada três trabalhados. Para esse fim, o INDESP destinou R$ 3,6 milhões em 2000, resultando na produção de 296 mil itens esportivos utilizados nos núcleos de esporte.

Com o apoio dos Poderes Executivo e Judiciário, o projeto **Pintando a Liberdade** encontra-se disseminado em dezoito unidades da Federação, abrangendo uma população carcerária em torno de 4.440 detentos, incluindo-se 340 menores infratores. A remissão da pena gerou economia aos cofres públicos, no ano de 2000, na ordem de R$ 5,7 milhões.

Com o objetivo de contribuir para inserção social, a melhoria da qualidade de vida e a formação da cidadania, por meio da prática esportiva e do lazer, considerando as dimensões culturais e educacionais, o programa **Esporte Direito de Todos** promoveu eventos esportivos de identidade cultural e criação nacional.

Destacaram-se a realização, em parceria com o Governo do Estado do Pará, dos III Jogos dos Povos Indígenas, em Marabá (PA), de 15 a 21 de outubro, com a participação de 631 atletas indígenas oriundos de 35 nações e 31 etnias, e a promoção dos 24º Jogos Escolares Brasileiros, de 12 de outubro a 5 de novembro, em sete cidades de diferentes regiões do País, em sua fase classificatória, culminando com a final em Campinas (SP), atingindo cerca de 3.600 estudantes.

Com relação à ação de funcionamento de núcleos de esporte, podemos destacar o segmento da terceira idade. O programa mantém 99 núcleos de atendimento à terceira idade, em 12 Estados e 48 Municípios, tendo proporcionado assistência a 16.031 idosos. As atividades para este segmento têm sido implementadas em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano de Ação Governamental Integrado para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso e em articulação com entidades do setor público e privado, buscando-se viabilizar, por meio da prática de atividades físicas, esportivas e de lazer, a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, a promoção de sua autonomia e de sua participação efetiva na sociedade, bem como a capacitação técnica de pessoal especializado para o atendimento das necessidades desta faixa etária.

Esporte de Rendimento

O Brasil Potência Esportiva objetiva melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais.

O programa **Brasil Potência Esportiva** tem como objetivo melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior.

Em 2000, deve ser sublinhado o apoio à participação do Brasil nos Jogos Olímpicos de Sydney, por meio do repasse de R$ 4,1 milhões para o Comitê Olímpico Brasileiro.

A participação dos atletas brasileiros nos jogos Paraolímpicos de Sidney foi coroada de êxito, onde obtiveram 22 medalhas.

O maior destaque deve ser reservado à participação do Brasil nos Jogos Paraolímpicos de Sydney, quando foram repassados R$ 4,2 milhões ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, resultando na conquista de 22 medalhas: seis de ouro, dez de prata e seis de bronze, sendo o melhor e mais expressivo resultado brasileiro em Paraolimpíadas.

IV. Infra-Estrutura

A politica governamental no setor de infra-estrutura prossegue orientada para a redução do papel do Estado como provedor e operador direto dos serviços, reforçando suas atribuições de coordenação, normatização e supervisão.

Buscando promover a modernização da infra-estrutura e a melhoria dos serviços de telecomunicações, energia e transportes, dentro da opção estratégica do desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda, o Governo Federal vem promovendo a modernização e ampliação da infra-estrutura nestes setores. Suas ações concentram-se nos investimentos estratégicos, tendo em vista a importância destes para a retomada do crescimento e para a diminuição das desigualdades sociais e regionais.

No setor de energia, prossegue a consolidação dos marcos regulatórios, seja no segmento de energia elétrica, seja no de petróleo e gás, de modo a garantir o atendimento das demandas de energia elétrica, de derivados de petróleo e de gás natural, em conformidade com as necessidades dos consumidores. Destaca-se, também, a instalação do Conselho Nacional de Politica Energética – CNPE.

Para orientar os investimentos em infra-estrutura, o Governo identificou portfólio de empreendimentos prioritários nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Os projetos foram reunidos em grupos de investimentos, de forma a ampliar o efeito sobre o desenvolvimento, reduzir os riscos e atrair o interesse de empresas privadas.

A iniciativa privada terá papel preponderante em empreendimentos da infra-estrutura econômica – transporte, energia e telecomunicações. Nestes setores, calcula-se que serão necessários aportes da ordem de US$ 100 bilhões. Mais da metade interessa de perto à iniciativa privada por consistir em oportunidades de negócios.

Nesse contexto, o Governo Federal articulou a criação, pela iniciativa privada, da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos – ***Investe Brasil***, sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, constituída por representantes de setores da iniciativa privada e do setor público, especializada na atração de investimentos diretos nacionais e internacionais e na promoção do País entre os investidores nacionais e estrangeiros.

Transportes

O sistema de transportes no Brasil vem experimentando, nos últimos anos, evolução sem precedentes, tanto na composição da sua estrutura física como na concepção do seu gerenciamento. As manifestações dessa transformação se distribuem por todas as partes do território nacional, influenciando fortemente a produção de riquezas e o desenvolvimento social.

Eis algumas evidências dessa transformação:

- os 38 portos públicos brasileiros já competem de igual para igual com os de outros países, depois de ter sua operação privatizada e os custos tarifários sensivelmente reduzidos, em alguns casos, em até 70%;

- as ferrovias, que estavam sucateadas e davam prejuízo, hoje, depois de concedidas, batem recordes de produção, geram impostos e, sobretudo, empregos, decorrentes dos investimentos realizados e em curso, além de servir de estímulo à ampliação e consolidação das novas fronteiras agropecuárias;

- no segmento de transporte ferroviário de passageiros, em processo de estadualização, os investimentos federais contribuem para a implantação, ampliação e modernização de metrôs em oito capitais brasileiras;

- os brasileiros estão redescobrindo as hidrovias, com destaque para a Madeira/Amazonas, que anualmente bate recordes de transportes de grãos, ajudando no surgimento de um Brasil novo e produtivo nas regiões Centro-Oeste e Norte;

- outro segmento que se revigora, a navegação de cabotagem, cresceu 20% nos últimos 4 anos, retirando cargas das rodovias e barateando o custo dos transportes;

- o ressurgimento da cabotagem e das hidrovias, por sua vez, esquenta a demanda da construção naval, com a encomenda de novos navios, revigorada também pela equalização dos custos de financiamento com os de outros países;

- no setor rodoviário o Brasil realiza, entre outras, uma das maiores obras de duplicação em andamento no mundo: a rodovia do Mercosul, obra que vai melhorar a integração de Estados responsáveis por 75% do PIB nacional, com a

Argentina, o Paraguai e o Uruguai. O sucesso do programa de concessões rodoviárias garante a sua ampliação em 2001, e o restante da malha, reconhecidamente desgastada em grande parte, ganha ousado e inovador programa de manutenção, sem a cobrança de pedágio.

O crescimento da utilização das rodovias e hidrovias, bem como a interação entre estes modais e as rodovias, vão diminuindo os custos de transportes, tornando os produtos mais competitivos no exterior e mais acessíveis aos brasileiros. Reduz-se assim o "custo Brasil" e atrai-se mais investimentos, o que gera mais desenvolvimento e empregos.

Tais resultados refletem a atual política governamental de transportes, que tem como objetivo elevar os investimentos, modernizar as estruturas institucionais e descentralizar as ações e responsabilidades antes concentradas na esfera federal. Como nos demais setores de infra-estrutura, trata-se de reduzir o papel do Estado, como provedor e operador direto dos serviços, e reforçar suas atribuições de coordenação, normatização e supervisão, inerentes ao poder concedente.

A política de transportes busca elevar os investimentos, modernizar as estruturas institucionais e descentralizar ações antes concentradas na esfera federal.

Nesse sentido, está em tramitação no Congresso Nacional projeto de lei que propõe a criação das Agências Nacionais de Transportes Terrestres e de Transportes Aquaviários, que se incumbirão de regular e fiscalizar os serviços concedidos na área de transportes, e do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, que se responsabilizará pela execução dos projetos determinados pela política de transportes.

Transporte Terrestre

No âmbito do programa **Manutenção da Malha Rodoviária Federal**, em 2000 foram restaurados 1.736 km de rodovias, dos quais 920 km com recursos do empréstimo do Banco Mundial – BID e contrapartida da União, e 816 km de restauração da malha complementar.

Em 2000, foram restaurados 1.736 km de rodovias.

O ano de 2000 registrou o início do programa **Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada**, com objetivo de recuperar e manter em bom estado trechos de rodovias federais sob gestão terceirizada. Busca-se estabelecer nova forma de gestão da malha rodoviária, mediante a execução integrada de serviços de restauração e manutenção de trechos rodoviários contínuos, com extensão não inferior a 300 km, envolvendo contratos de preços fixos, avaliados por desempenho. Na primeira etapa do programa serão executados serviços em cerca de 5.800

km de rodovias pavimentadas, com custo aproximado de US$ 274 milhões.

O arrendamento da malha ferroviária federal garantiu investimentos privados da ordem de R$ 1,7 bilhão.

As ações do Governo Federal no modal ferroviário, estruturadas no programa **Serviços de Transporte Ferroviário de Carga**, objetivam a garantia da qualidade da prestação dos serviços e o estímulo à expansão e aos investimentos privados na malha. Com o arrendamento da malha ferroviária federal garantiu-se investimentos pelos atuais concessionários, da ordem de R$ 1,7 bilhão. Os arrendatários estão operando crescentes volumes de carga, registrando-se o transporte de 266,7 milhões de toneladas em 2000.

No âmbito do programa **Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros**, cujo objetivo é prestar o serviço de transporte ferroviário urbano de passageiros e melhorar os sistemas para sua transferência aos governos locais, em 2000, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU deu seqüência às ações de descentralização dos sistemas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Salvador.

No sistema de Belo Horizonte foram concluídas as obras civis de estações e infra-estrutura do trecho São Gabriel – Via Norte, estando em execução a superestrutura da via e o Terminal de Integração Rodoferroviário de São Gabriel, uma das metas para a efetivação da transferência do sistema. Foram aplicados no sistema R$ 62 milhões.

No sistema de Recife foram concluídos 55% das obras civis de estações e infra-estrutura da modernização da Linha Sul, e de aproximadamente 90% da extensão da Linha Centro até Timbi. Em 2000, foram investidos R$ 76 milhões e a principal meta é a conclusão da infra-estrutura e estações do trecho Tip-Timbi, com o início de sua operação programado para junho de 2001.

Em Fortaleza foram concluídas a terraplanagem e obras de arte corrente em toda a extensão da variante de carga do projeto do Trem Metropolitano – Metrofor. O trecho subterrâneo, na região central de Fortaleza, conta com cinco frentes de serviços. Foram transferidos pela CBTU e aplicados pelo Metrofor R$ 120 milhões financiados pelo *Japan Bank for International Cooperation – JBIC*.

Em Salvador foram contratadas as empresas de gerenciamento e supervisão das obras do Metrosal, que implicam a reabilitação do trecho Calçada – Paripe e a construção do trecho Lapa

– Pirajá. Foram aplicados R$ 33 milhões na execução de obras civis, gerenciamento e supervisão.

Nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió foram efetuadas intervenções para assegurar a continuidade do transporte nas respectivas regiões metropolitanas. Em agosto de 2000 foi iniciada, emergencialmente, a recuperação da via permanente do sistema de Maceió, danificada pela forte chuva ocorrida no período, com dispêndios de R$ 5 milhões.

Em continuidade às ações complementares do projeto do sistema do Rio de Janeiro, já estadualizado, destaca-se a conclusão da recuperação de seis trens-unidades, a remodelação de quatro estações, a construção de cinco passarelas para pedestres e a implantação do segundo circuito entre Deodoro e Santa Cruz, totalizando investimentos de R$ 34 milhões.

A transferência dos serviços de transporte ferroviário urbano de Porto Alegre, de responsabilidade da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S. A. – Trensurb, encontra-se em negociação com o governo local. Foram concluídos, em novembro de 2000, 2,45 km de extensão da Expansão Norte, correspondentes ao segmento Unisinos – São Leopoldo (Centro), já em operação, prevendo-se acréscimo na demanda da ordem de 20 mil usuários por dia. Foram ainda desencadeadas importantes ações relativas à continuidade do metrô até Novo Hamburgo, numa extensão de 9,3 km, toda em via dupla elevada, com quatro novas estações. Para tanto, foram contratados a elaboração do projeto básico de engenharia, em fase final de conclusão, e o respectivo Estudo de Impacto Ambiental – EIA, em andamento. Na linha 2 (trecho Assis Brasil – Centro – Azenha), foram contratados, em setembro de 2000, os Estudos de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, com previsão de conclusão para meados de 2001. Foram aplicados na expansão do sistema R$ 44 milhões.

Transporte Aquaviário

O País conta atualmente com 38 portos públicos, todos com as operações portuárias executadas pelo setor privado. O processo de arrendamento encontra-se em estágio avançado, já tendo sido assinados 145 contratos, enquanto outros 107 deverão ser licitados. Desde 1996 a área portuária total arrendada ao setor privado evoluiu de 1,4 para 7,4 km², representando acréscimo de 421% no período.

O País conta com 38 portos públicos, operados pelo setor privado. A expectativa de investimentos no setor é de que sejam aplicados mais de R$ 3,2 bilhões, sendo R$ 900 milhões investidos pelos arredantários.

A expectativa de investimentos privados para aplicação em infra e superestrutura portuária atinge mais de R$ 3,2 bilhões, sendo que mais de R$ 900 milhões investidos pelos próprios arrendatários.

Desde a edição da Lei dos Portos (Lei nº 8.630/93), foram celebrados 92 Contratos de Adesão, regulando a exploração de terminais de uso privativo e realizadas vistorias para habilitação ao tráfego internacional de 96 instalações portuárias públicas e/ou privadas.

A movimentação de cargas nos portos brasileiros vem crescendo, atingindo 433 milhões de toneladas em 2000. O transporte de cargas em contêineres, importante indicador da modernização do setor, passou de 906 mil unidades em 1993 – ano da promulgação da Lei dos Portos – para 1,5 milhão de unidades em 2000.

Os resultados alcançados decorrem da política de redução tarifária - que em Santos, por exemplo, atingiu cerca de 70% -, da redução média da ordem de 50% no tempo de permanência dos navios nos terminais e do programa de arrendamento de instalações portuárias.

Foram aplicados em 2000, R$ 186 milhões para a melhoria dos serviços de navegação interior, de cabotagem e de longo curso.

No âmbito do programa **Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário**, foram aplicados, em 2000, R$ 186 milhões no desenvolvimento e melhoria dos serviços de transportes de navegação interior, de cabotagem e de longo curso. Os investimentos são traduzidos pela entrega e entrada em operação de 49 embarcações, sendo 39 destinadas à navegação interior, compreendendo, principalmente, barcaças para graneis sólidos e líquidos e empurradores. Dentre as outras dez embarcações, destacam-se o primeiro navio gaseiro criogênico construído no Brasil, envolvendo alta tecnologia, e em operação na cabotagem, e duas destinadas ao apoio marítimo às plataformas de exploração de hidrocarbonetos; as sete restantes são rebocadores operando na navegação de apoio portuário.

Em 2000, foram assinados contratos para construção de dezoito embarcações, no valor de R$ 174 milhões, financiados pelo Fundo da Marinha Mercante, destacando-se três propaneiros para operarem no tráfego de cabotagem.

Para reverter a situação de retração dos investimentos na renovação e ampliação da Marinha Mercante, nos segmentos das navegações de longo curso e cabotagem, o Governo Federal estabeleceu medidas alterando as condições de financiamento para a

construção de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante, equalizando os custos dos navios construídos no Brasil com os construídos no exterior. As novas condições irão reativar a indústria de construção naval de grande porte, em especial o parque do Estado do Rio de Janeiro, com a conseqüente geração de empregos.

Encontra-se em fase final de desenvolvimento o "Sistema Mercante", que, ao ser implantado, deverá aperfeiçoar o recolhimento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.

O programa **Manutenção de Hidrovias** despendeu cerca de R$ 17 milhões na integração dos trechos mais viáveis dos corredores estratégicos de transportes, aumentando significativamente a oferta de transporte fluvial, propiciando melhor e mais econômico escoamento das safras agrícolas destinadas ao mercado interno e à exportação.

O programa **Manutenção de Hidrovias** despendeu cerca de R$ 17 milhões na integração de trechos dos corredores estratégicos de transporte.

Os portos hidroviários brasileiros movimentaram, no último triênio, cerca de 20 milhões de toneladas de cargas por ano, propiciando uma produção anual de transporte recorde, da ordem de 30 bilhões de toneladas.quilômetro.

Corredores Multimodais

No âmbito do programa **Corredor Araguaia-Tocantins**, realizou-se a complementação do balizamento de 2.600 km dos rios Araguaia, Tocantins e Guamá/Capim. Deu-se prosseguimento à construção das eclusas de Tucuruí, compreendendo as obras civis e os equipamentos eletromecânicos, com investimento de R$ 68 milhões, sendo R$ 38 milhões no ano de 2000. Concluiu-se o projeto básico e foi realizada a licitação das obras de construção da eclusa de Lajeado, no rio Tocantins, para que a navegação transponha o desnível criado pela barragem da hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães. O valor do empreendimento é de R$ 334 milhões, com prazo de execução de 900 dias.

A ferrovia Norte-Sul, administrada pela Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. – Valec, no trecho de 230 km entre Açailândia e Estreito (MA), encontra-se em operação. A implantação do pátio multimodal no Município de Estreito propiciou a redução em mais de 20% do frete para escoamento da produção de soja da região de Balsas, pelo porto de Itaqui. Em prosseguimento às obras da ferrovia, está sendo executada a construção da ponte sobre o rio Tocantins, com 1.272 metros de extensão, com conclusão programada para março de 2001.

No programa **Corredor Fronteira Norte**, a rodovia BR-174, com aproximadamente 1.000 km de extensão, no trecho entre Manaus e a fronteira do Brasil com a Venezuela (marco BV-8), com investimento de R$ 168 milhões, financiados pela *Corporación Andina de Fomento* – CAF, está em fase de conclusão, restando apenas a construção de duas pontes de concreto no Estado de Roraima, tendo sido concluída a ponte sobre o rio Branco, com 700 metros de extensão.

No programa **Corredor Nordeste**, no porto de Suape, próximo a Recife, foram construídos 935 metros de cais. No Complexo Portuário de Pecém (CE), foram concluídas as obras do Pier 2, estando em andamento as obras do quebra-mar (90% executado), da tubovia (80%), da ferrovia de acesso (75%) e do sistema adutor de água (80%).

No programa **Corredor Oeste-Norte**, a recuperação da BR-174 no Estado de Mato Grosso, da BR-364 nos Estados de Rondônia e Acre e da BR-163 nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possibilitarão o escoamento de grãos do extremo oeste com menores custos. As obras incluem o restabelecimento de condições adequadas de tráfego em segmentos estratégicos destas rodovias. A BR-174 em Mato Grosso encontra-se restaurada, enquanto a BR-364 em Rondônia e Acre já possui 196 km das obras concluídas.

Pela Hidrovia do rio Madeira foram transportadas, em 2000, mais de 900 mil toneladas de soja para exportação, 200% a mais que em 1999.

A implantação da Hidrovia do rio Madeira vem garantindo a navegação segura, eficiente e a custos competitivos, ensejando incrementos de carga a cada ano. Foram transportadas em 2000 mais de 900 mil toneladas de soja para exportação, um crescimento de 200% em relação ao desempenho registrado em 1999.

No programa **Corredor Sudoeste** foram realizadas as rotineiras desobstruções de passagens críticas no canal de navegação do rio Paraguai, na extensão de 680 km, no trecho entre Cáceres e Corumbá. A movimentação total pela hidrovia atingiu 2,2 milhões de toneladas, representando incremento de 6,5% em relação a 1999. Também teve prosseguimento a construção da ferrovia Ferronorte, pelo setor privado.

No programa **Corredor São Francisco**, os serviços de dragagem, balizamento e sinalização, executados nos 1.371 km de extensão do canal de navegação da Hidrovia do São Francisco, entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), ofertam uma infra-estrutura capaz de absorver a demanda potencial da hinterlândia do rio, importante fator nesta fase de transição do processo de privatiza-

ção da navegação. Foram iniciados em setembro de 2000 os serviços de derrocamento dos pedrais existentes na divisa dos Estados de Minas Gerais e Bahia, com previsão de conclusão para o final do primeiro semestre de 2001.

Nos programas **Corredor Leste, Corredor Transmetropolitano** e **Corredor Mercosul**, destaca-se a ligação rodoviária entre Belo Horizonte (MG) e Osório (RS), estratégica para o processo de integração regional. Em seu primeiro trecho, a duplicação da rodovia Fernão Dias (BR-381), ligando Belo Horizonte a São Paulo, encontra-se com 95% das obras executadas, estando sua conclusão prevista para o final de 2001. No trecho entre São Paulo, Curitiba e Florianópolis (BR-116, BR-101 e BR-376), cerca de 80% dos serviços de duplicação e recuperação estão executados, prevendo-se a conclusão das obras também para o final de 2001.

Até o final de 2001 será concluída a duplicação do primeiro trecho da rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo.

O Rodoanel de São Paulo, nos 32 km de seu trecho oeste, foi, no exercício de 2000, o empreendimento de melhor performance do Corredor Transmetropolitano, atingindo 50% de execução física, totalizando R$ 80 milhões a participação de recursos do Governo Federal no financiamento da obra.

Transporte Aéreo

O programa **Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária** tem por objetivo aumentar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileiro, elevando o nível de utilização da capacidade dos aeroportos de grande porte. A expansão e a modernização dos aeroportos sob administração da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – Infraero, foram realizadas com a aplicação de recursos próprios e recursos oriundos de parcerias com governos estaduais e municipais.

Destacam-se as seguintes obras em andamento: a segunda etapa da construção do terminal de passageiros do Aeroporto de Belém, a ampliação dos terminais de passageiros dos aeroportos de Recife e de Salvador, a construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, a construção da quarta etapa do Aeroporto Internacional de Brasília e a construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre.

No âmbito da modernização e ampliação aeroportuária, destacam-se as construções dos novos terminais de passageiros nos aeroportos internacionais do Rio de Janeiro e de Porto Alegre.

Energia

No processo de reestruturação do setor energético nacional, foi instalado o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, órgão de assessoramento do Presidente da República, com o objetivo de formular políticas e diretrizes para promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, assegurar a universalização do consumo energético nacional e estimular o desenvolvimento de fontes alternativas renováveis de energia, de forma a obter-se, gradativamente, uma matriz energética que preserve o interesse nacional em sua plenitude.

As principais realizações de 2000, no âmbito do programa **Gestão da Política de Energia**, foram:

- a elaboração do Plano Decenal da Expansão do Setor Elétrico, para o período 2000-2009;
- a definição das usinas integrantes do Plano Prioritário de Termeletricidade, bem como incorporação das usinas termelétricas de co-geração ao Plano, visando atender, de forma mais ágil e eficiente, parte substancial das novas necessidades do País;
- o estabelecimento das regras de preços do gás natural e da garantia do seu suprimento para os empreendimentos termelétricos;
- a segunda rodada de licitações nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás, quando foram vendidos 91% dos blocos oferecidos;
- a regulamentação do livre acesso do mercado a dutos curtos e longos de transporte de petróleo e derivados e aos terminais aquaviários;
- a divulgação do Balanço Energético Nacional - 2000, contendo estatísticas de produção, comércio externo e consumo de energia desde 1970.

Petróleo e Gás Natural

As principais diretrizes do Governo Federal, no segmento de petróleo e gás, estão voltadas para a consolidação do marco regulatório setorial instituído pela Emenda Constitucional nº 9, a promoção de oportunidades de investimentos, a dinamização dos processos autorizativos e licitatórios de concessões e a ga-

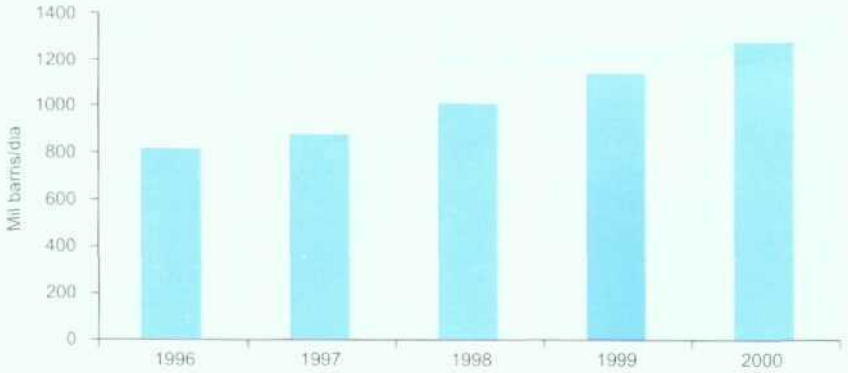
rantia do atendimento das demandas de derivados de petróleo e de gás natural, em conformidade com as necessidades dos consumidores.

A oferta de petróleo e gás natural cresceu 12% em 2000, em comparação a 1999. Foram produzidas em média 1.271 barris ao dia de petróleo e 36,4 milhões de m³ por dia de gás natural.

As ações voltadas para uma maior oferta de petróleo e gás natural ao mercado, integrantes do programa **Oferta de Petróleo e Gás Natural**, permitiram que a produção interna atingisse a média de 1.271 mil barris por dia, ou seja, 12% a mais que a média registrada em 1999, em razão do significativo acréscimo de produção na bacia de Campos.

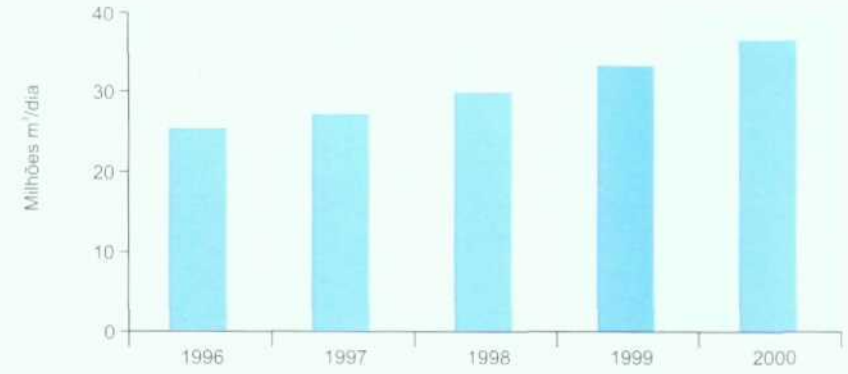
Na produção de gás natural, os resultados obtidos são traduzidos pela produção média diária de 36,4 milhões de m³, representando aumento de 12% em relação ao ano anterior.

Produção de Óleo – País



Fonte: Petrobras

Produção de Gás Natural – País



Fonte: Petrobras

Os investimentos em exploração e produção, da ordem de R$ 5,26 bilhões, dos quais R$ 3,86 bilhões com recursos próprios da Petrobras, resultaram no aumento da produção de óleo e gás dos atuais campos e em dez novas descobertas, sendo sete nas bacias terrestres e três nas bacias marítimas.

Investimentos na exploração e produção resultarão em importantes descobertas de petróleo e gás natural em águas ultraprofundas da Bacia de Campos.

Das descobertas marítimas, o principal resultado do ano foi obtido no bloco BC-600 da Bacia de Campos, que confirmou a existência de acumulações de óleo de boa qualidade em águas ultraprofundas (lâmina d'água de 2.243 metros), abrindo, deste modo, nova fronteira para atuação da Petrobras em território nacional. A definição mais precisa das reservas, da produtividade e da comercialidade da área será feita com a continuidade da investigação exploratória. Os dados iniciais permitem estimar que o volume recuperável desta descoberta possa ser da ordem de 550 milhões de barris de óleo.

Outra descoberta marítima, na bacia de Camamu, revestiu-se de particular importância por ter sido a primeira descoberta comercial em regime de parceria e por representar a mais significativa descoberta no âmbito da unidade de negócios da Bahia, desde 1983, com volume potencial descoberto podendo atingir 20 bilhões de m^3 recuperáveis de gás natural.

O processamento de petróleo teve média diária de 1.594 mil barris, 2,8% superior ao ano anterior. O recorde foi de 1.679 barris por dia, alcançado em junho de 2000.

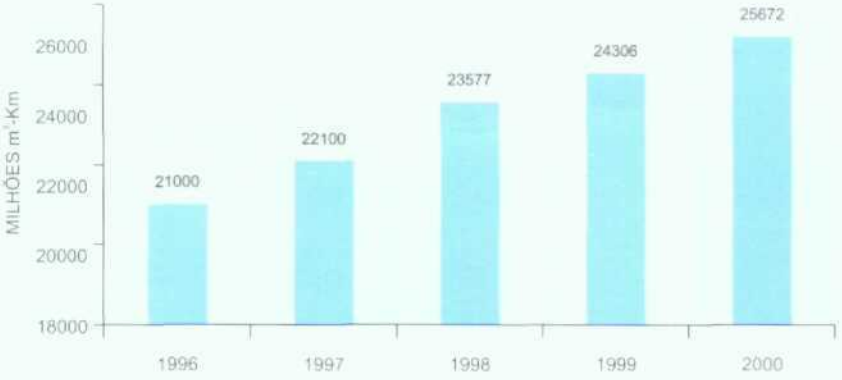
Como definido no programa **Refino de Petróleo**, o processamento de petróleo atingiu a média diária de 1.594 mil barris, 2,8% superior a 1999, destacando-se o recorde, alcançado em junho de 2000, de 1.679 mil barris por dia. No período 1996-2000 o crescimento da carga processada de petróleo foi de 23%.

Dos investimentos realizados no parque de refino, em 2000, no valor de R$ 700 milhões, cabe destacar, a conclusão da unidade de destilação atmosférica na refinaria de Manaus (REMAN) e o início de construção das unidades de hidro tratamento nas refinarias Gabriel Passos (REGAP), Duque de Caxias (REDUC) e Presidente Getúlio Vargas (REPAR) destinadas a aumentar a produção de diesel, reduzindo a importação do produto.

Em 2000, foram transportados mais de 25 milhões de m^3/km de petróleo e 3.878 bilhões de m^3/km de gás natural. O crescimento do volume de gás natural transportado foi de 162% entre 1999 e 2000.

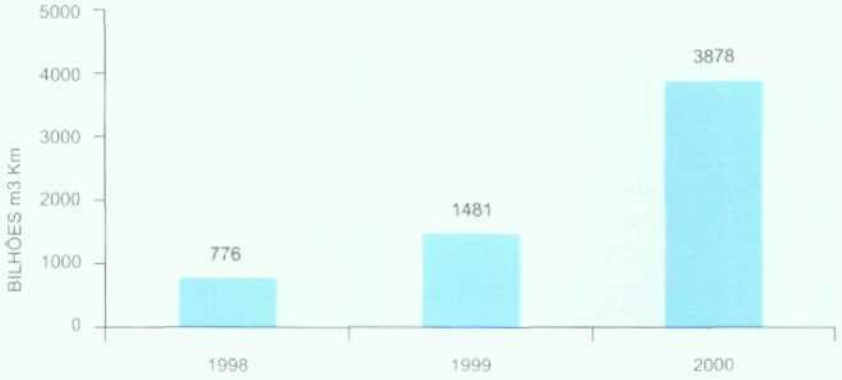
A ampliação da infra-estrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, no âmbito do programa **Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural**, possibilitou o transporte de 25.672 milhões de m^3/km de petróleo e derivados, nível 5,6 % superior ao do ano anterior. Com relação ao gás natural, foram transportados 3.878 bilhões de m^3/km, índice 162 % superior ao realizado em 1999. Os investimentos foram da ordem de R$ 200 milhões.

Transporte de Petróleo e Derivados em Dutos



Fonte: Petrobras.

Transporte de Gás Natural em Dutos



Fonte: Petrobras

Entre os projetos relacionados ao gasoduto Brasil-Bolívia, destaca-se o trecho Sul, ligando Campinas (SP) a Porto Alegre (RS), no total de 1.165 km, que entrou em operação em março de 2000.

Também entrou em funcionamento a fase I do gasoduto Uruguaiana - Porto Alegre, responsável pela captação de gás da Argentina para a Termelétrica de Uruguaiana.

Prosseguem as negociações da Petrobras com os Governos dos Estados do Amazonas e de Rondônia e com parceiros privados, no sentido de viabilizar a execução integral do Projeto Urucu – Coari, que prevê novo gasoduto de vinte polegadas de diâmetro interligando Coari a Manaus, com 420 km de extensão, e outro interligando Urucu a Porto Velho, com 500 km de extensão e doze polegadas de diâmetro.

De igual importância foi a assinatura de contrato relativo ao projeto Cabiúnas, em parceria com grupos japoneses, no valor

de US$ 850 milhões, para a melhoria da capacidade de escoamento do gás da bacia de Campos.

No âmbito do programa **Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados,** foram transportados 192 bilhões de toneladas/milhas, nível 2% superior ao de 1999.

Em 2000, o sistema Petrobras operou, em média, 119 navios-tanque, representando uma capacidade total de transporte da ordem de 7,1 milhões de toneladas de porte bruto (tpb), sendo 62 navios próprios, com 3,7 milhões de tpb.

Foi reativado, em Angra dos Reis, o plano de construção naval Navega Brasil, com a entrega pela Transpetro aos estaleiros nacionais de cartas-convite relativas à licitação para contratação da construção de quatro novos navios, no valor total estimado de US$ 150 milhões.

No âmbito do programa **Abastecimento de Petróleo e seus Derivados**, foram assinados 21 contratos com 12 companhias (cinco nacionais), com o comprometimento mínimo de 96 poços exploratórios e 46 quilômetros de linhas sísmicas.

No âmbito do programa **Abastecimento de Petróleo e seus Derivados**, realizou-se a segunda rodada de licitação de blocos para contratação das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. Foram 21 novos contratos assinados com doze companhias, das quais cinco nacionais, com o comprometimento mínimo de 96 poços exploratórios e cerca de 46 quilômetros de linhas sísmicas.

Com isso, o número de concessões aumentou para 406, sendo 122 contratos de exploração, 42 para desenvolvimento e 242 destinados à produção.

Foram concedidas autorizações a quinze empresas para o levantamento de dados sísmicos não-exclusivos em 13 bacias sedimentares, que representam 1/4 de toda a sísmica 2D, levantada durante 44 anos de pesquisa, e duas vezes toda a sísmica 3D, levantada anteriormente.

É oportuno destacar o aumento da arrecadação da União, dos Estados e dos Municípios através das participações governamentais, que incluem participação especial, *royalties*, bônus de assinatura e pagamento pela ocupação ou retenção de área. Como exemplo, a arrecadação com a cobrança de *royalties*, que em 1997 foi de cerca de R$ 190 milhões, atingiu montante de R$ 1,9 bilhão em 2000. As participações especiais também apresentaram bom desempenho durante o exercício, com arrecadação aproximada de R$1 bilhão.

Perseguindo o objetivo do programa **Proteção dos Interesses dos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível**, a Agência Nacional do Petróleo vem atuando no sentido de estreitar o relacionamento com o consumidor, tendo implantado o Centro de Relações com o Consumidor – CRC, que visa atuar, internamente, como promotor da perspectiva dos consumidores e, externamente, como canal de comunicação direta com o público usuário da indústria regulada.

No âmbito do programa **Atuação Internacional na Área de Petróleo**, a Petrobras desenvolveu atividades em onze países: Angola, Argentina, Bolívia, Cazaquistão, Colômbia, Cuba, Estados Unidos, Guiné Equatorial, Nigéria, Reino Unido e Trinidad & Tobago, associada a 82 companhias de petróleo e com direitos em 149 contratos, dentre os quais opera 35.

Esse esforço representou apropriação de 137 milhões de barris de óleo equivalente de reserva total. Essas atividades exploratórias resultaram na descoberta de óleo no campo de Guando, na Colômbia, com reservas estimadas de 200 milhões de barris (60 milhões de barris, representam a parcela da Petrobras). De igual importância foi a descoberta do campo de Akpo, na Nigéria, com reservas estimadas da ordem de 480 milhões de barris de óleo (sendo de 77 milhões de barris a parcela da Petrobras).

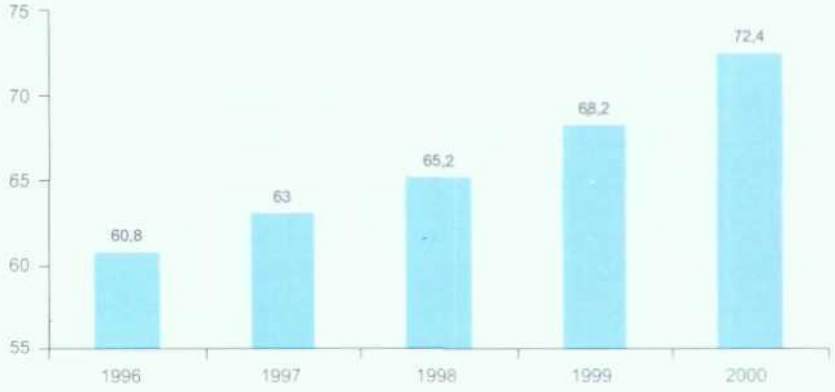
Energia Elétrica

As principais diretrizes governamentais para o setor de energia elétrica consistem na consolidação do marco regulatório, como balizador do funcionamento do novo modelo setorial, visando garantir a segurança para o investidor privado e os direitos do consumidor quanto à oferta, qualidade do serviço e modicidade de tarifas; na capacitação dos agentes institucionais, públicos e privados, para o novo modelo de forte participação da iniciativa privada; na busca do equilíbrio das relações entre produtores, distribuidores, comerciantes e consumidores; e na promoção da construção de usinas termelétricas nos principais centros de carga do País, para melhor equilíbrio da Matriz de Energia Elétrica, no curto prazo, diminuindo os riscos de déficit dos sistemas.

No ano 2000, a capacidade total de geração de energia elétrica do País elevou-se de 68.200 MW para 72.400 MW, representando crescimento de 4.200 MW, superando em muito a média anual de 2.460 MW do período 1996-1999.

A capacidade de geração de energia elétrica passou de 68.200 MW para 72.400 MW em 2000.

Capacidade Instalada de Geração Elétrica – (GW)



Fonte: Balanço Energético Nacional — MME

No programa **Integração Elétrica Norte-Sul**, destaca-se o início da construção da segunda casa de força da UHE Tucuruí, com 4.125 MW, que elevará a sua potência final para 8.125 MW.

Associada à entrada em operação dessa obra, está prevista para dezembro de 2002 a implantação do terceiro circuito, em 500 kV, interligando as subestações de Tucuruí e Presidente Dutra, no Maranhão e o segundo circuito do sistema de transmissão interligação Norte – Sul, também de 500 kV, mediante a assinatura do contrato de concessão em novembro de 2000. Este empreendimento permitirá a ampliação do escoamento da energia de Tucuruí para o Sistema Interligado Sul – Sudeste.

Ainda nesse Eixo está sendo implantada a UHE – Luiz Eduardo Magalhães, com a entrada em operação da primeira máquina programada para dezembro de 2001, agregando mais 170 MW ao sistema interligado, completando a sua motorização em outubro de 2002, com 850 MW.

No programa **Energia no Eixo Arco Norte**, destaca-se o sistema de transmissão de 230 kV, com 190 km, interligando Santa Elena, na Venezuela, à Boa Vista (RR), com capacidade de transferência de até 200 MW, o que resolverá o atendimento à Roraima no horizonte de 10 anos. O sistema de transmissão já está concluído no trecho brasileiro, aguardando a conclusão pelo lado venezuelano. Os problemas ambientais, no território venezuelano, postergaram a entrada em operação da linha para o primeiro semestre de 2001.

No programa **Eixo de Energia Madeira Amazonas**, deu-se continuidade aos estudos para implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, de 11.000 MW, no rio Xingu, no Estado do Pará, com vistas à licitação da concessão em 2001.

Entrou em operação comercial a UTE Termonorte I, em Porto Velho (RO), integrante do Plano Prioritário de Termeletricidade, acrescentando 64 MW ao sistema de geração de Rondônia. No Acre, a UTE Barro Vermelho, de 40 MW, entrou em operação comercial em dezembro de 2000.

No sistema de transmissão associado a UHE Tucuruí, foi concluído o terceiro banco de autotransformadores da subestação de Vila do Conde, com energização prevista para fevereiro de 2001, agregando-se mais 750 MVA de transformação ao sistema elétrico do Estado do Pará e aumentando a oferta de energia para as comunidades do nordeste do Estado e para a área metropolitana de Belém.

Está prevista para 2001 a entrada em operação da interligação elétrica dos Estados do Acre e Rondônia, por meio de sistema de transmissão em 230 kV, com 494 km, aliado a entrada em operação da primeira unidade da UTE Termonorte II, de 73,8 MW, consumindo diesel, o que permitirá o atendimento àqueles Estados até julho de 2003.

No programa **Energia nos Eixos Centro-Oeste**, três empreendimentos de geração tiveram seu comissionamento iniciado: a UHE Manso, com capacidade de 210 MW, a UTE William Arjona, de 120 MW e a UTE Cuiabá I, de 480 MW, agregando-se 485 MW ao sistema em 2000 e, a partir de 2001, com a entrada de todas as unidades geradoras, 866 MW.

Com relação aos sistemas de transmissão, destaca-se a conclusão da subestação de Rondonópolis, que agregará ao sistema de Mato Grosso uma capacidade de transformação de 100 MVA.

Também foram iniciados quatro empreendimentos hidrelétricos, que agregarão 436 MW ao sistema até 2003, com a operação das usinas de Guaporé, de 120 MW, Jauru, de 110 MW, Ponte de Pedra I, de 30 MW, e Ponte de Pedra II, de 176 MW. Foram também iniciadas dezoito obras nos sistemas de transmissão.

No programa **Energia nos Eixos do Nordeste**, destaca-se o início da implantação da UTE Termobahia, de 460 MW, na Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, empreendimento com a participação da Petrobras e a continuidade das obras da UHE Itapebi, de 450 MW.

No segmento de transmissão, foram concluídos em 2000 os sistemas em 500 kV entre Xingó (SE), Jardim (SE) e Camaçari

(BA), com 410 km, e entre Presidente Dutra (MA), Teresina II (PI), Sobral III (CE) e Fortaleza II (CE), com 753 km. Foram concluídas quatro novas subestações e ampliações de diversas outras.

Ainda na área de transmissão, foi realizada a ampliação do sistema de Tucuruí, no Maranhão, sendo adicionados 201 MVA de capacidade de transformação, com destaque para a energização do autotransformador da subestação Porto Franco, com 100 MVA.

A entrada em funcionamento de Angra II agregou 1.309 MW à capacidade instalada no Estado do Rio de Janeiro.

O programa **Energia na Rede Sudeste** teve como destaques a entrada em operação comercial da Usina Nuclear Angra II, agregando 1.309 MW de capacidade instalada no Estado do Rio de Janeiro, a energização da linha de transmissão Ivaiporã – Itaberá III, em 765 kV e o início da implantação da usina termelétrica TermoRio, no Rio de Janeiro, junto à Reduc.

No programa **Energia no Eixo Sul**, destacam-se as obras de:

- interligação elétrica com a Argentina, agregando 1.000 MW de potência ao sistema interligado brasileiro, mediante a implantação da conversora de freqüência de Garabi e da construção de 354,6 km de linhas de transmissão, em 525 kV, conectando Santo Ângelo a Itá, além do sistema de integração regional, em 230 kV;

- implantação da UTE Uruguaiana, de 600 MW, composta de duas turbinas a gás de 160 MW e de uma unidade térmica a vapor de 280 MW, operando em ciclo combinado;

- motorização da UHE Itá, com entrada de três unidades geradoras de 290 MW, de um total de cinco unidades que agregarão mais 1.450 MW de capacidade instalada;

- construção da UHE Machadinho, com 1.140 MW, encontrando-se concluídas em torno de 75% das atividades necessárias à motorização da usina.

O programa **Luz no Campo** tem como meta levar energia elétrica a 1 milhão de propriedades e domicílios rurais até 2002.

No meio rural, destaca-se o programa **Luz no Campo**, que tem como meta levar energia elétrica a um milhão de propriedades e domicílios rurais até 2002. Até 2000, foram celebrados contratos com 43 concessionárias, representando 22 Estados e o Distrito Federal, perfazendo o total de R$ 2,35 bilhões, sendo R$ 1,54 bilhão financiados com recursos da Reserva Global de Reversão.

Destaca-se, ainda, o programa **Energia das Pequenas Comunidades**, que visa à disponibilização de sistemas fotovoltáicos energéticos e de bombeamento para responder à demanda social de localidades isoladas, tais como escolas, postos de saúde e centros comunitários. Já foram instalados, nas suas quatro fases, cerca de 2.500 sistemas de bombeamento de água, 379 sistemas de iluminação pública e 3.000 sistemas de geração de eletricidade.

Para promover o combate ao desperdício e o uso racional e eficiente da energia elétrica em 2000, as ações do programa de **Combate ao Desperdício de Energia Elétrica – PROCEL** concentraram-se na melhoria da qualidade dos serviços, na redução dos impactos ambientais e na economia de energia, estimada acima de 2.050 GWh, significando acréscimo de aproximadamente 10% em relação ao ano anterior.

Integra o programa e o Plano Nacional de Segurança Pública, o projeto Iluminação Pública Eficiente "Reluz", que visa desenvolver ações de combate ao desperdício e de incentivo ao uso eficiente da energia elétrica. Tem como meta tornar eficientes oito milhões de pontos de iluminação pública e instalar um milhão de novos pontos eficientes. O projeto prevê investimentos da ordem de R$ 1 bilhão.

O programa **Abastecimento de Energia Elétrica**, que tem por objetivo assegurar condições para o pleno atendimento aos consumidores de energia elétrica, promoveu, entre 1998 e 2000, outorgas de concessão de 48 empreendimentos hidrelétricos, que resultarão em acréscimo, quando concluídos, de 18.370 MW na capacidade instalada.

Entre 1998 e 2000 foram outorgadas concessões de 48 empreendimentos hidrelétricos que resultarão em acréscimo de 18.370 MW na capacidade instalada.

O Plano Prioritário de Termeletricidade, lançado no início de 2000, irá aumentar a oferta de energia no País em mais de 15.000 MW até 2003. As 49 usinas, situadas em dezoito Estados, vão alterar a matriz energética, aumentando de 7% para 20% a geração de energia de origem térmica nos próximos dez anos.

O Plano Prioritário de Termeletricidade irá aumentar a oferta de energia no País em mais de 15.000 MW até 2003. Nos próximos 10 anos, a participação da geração de energia por via térmica aumentará para 20%. Serão investidos cerca de R$ 12 bilhões.

O plano vai receber investimentos da iniciativa privada da ordem de R$ 12 bilhões e contará com a participação da Petrobras, da Eletrobrás, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e da Agência Nacional de Petróleo.

Estima-se a geração de 25 mil empregos diretos na fase de implementação das usinas, 50 mil empregos indiretos nas regiões onde serão instaladas as termelétricas e 2 mil empregos definitivos na operação das usinas. Além disso, pelo menos 20% dos equipamentos ficarão a cargo da indústria nacional.

Para estimular investimentos voltados ao aproveitamento de recursos como energia eólica, solar e de biomassa, em 1999 foram criados incentivos como a simplificação do processo de autorização e o uso dos recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC para empreendimentos pertencentes a sistemas isolados de geração.

No que se refere ao aproveitamento de energia eólica, esse esforço resultou em 6 novos empreendimentos com capacidade de cerca de 20 MW autorizados entre 1998 e 2000.

Atualmente, o produtor independente de energia está presente em diversas modalidades de geração. Ao longo dos últimos três anos, foram outorgados a estes produtores a concessão de 27 empreendimentos hidrelétricos, além de autorizadas as construções de 62 Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs (potência entre 1 e 30 MW).

As PCHs representam importante segmento de produção de energia elétrica para uso localizado, promovendo a oferta em áreas isoladas e em pequenos centros consumidores. São possíveis mercados para as PCHs, além dos Municípios, as próprias concessionárias regionais, as cooperativas agrícolas, as agroindústrias, as indústrias de papel, as minerações, etc.

Para estímulo desses empreendimentos, o Ministério de Minas e Energia criou um incentivo às PCHs, a ser gerenciado pela Eletrobrás, pelo qual deverão ser inseridos no sistema elétrico brasileiro cerca de 1.500 MW até 2003.

O programa **Qualidade dos Serviços de Energia Elétrica** implantou registradores automáticos para medição da qualidade dos serviços, com a instalação de 1.277 sensores em residências, fábricas e centros comerciais da Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A partir de 2001, cerca de trinta mil "fiscais eletrônicos" deverão ser instalados no Brasil, reforçando a busca por mais qualidade no fornecimento de energia elétrica.

Também foram criados novos indicadores de qualidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica. A partir de 2001, os indicadores de qualidade tradicionais constarão das contas de energia elétrica e todos os consumidores conhecerão seus indicadores de freqüência e duração das interrupções de energia elétrica.

No atendimento à população da área do reservatório de Itaparica, na área de abrangência do programa **Reassentamento de Itaparica**, foram entregues 1.106 títulos de propriedade rural

aos produtores instalados em perímetros irrigados em 2000. A entrega dos títulos significa o encerramento das obrigações da Cia. Hidrelétrica do São Francisco – Chesf com esses produtores. As atividades complementares como operação, manutenção e assistência técnica passam ao encargo da Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf.

Encontram-se em fase de celebração acordos entre a Chesf e prefeituras municipais das áreas afetadas pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica. Esses dispositivos legais definem a transferência das responsabilidades pela execução dos serviços públicos, como transporte, saúde, educação e segurança, até então prestados pela Chesf.

Comunicações

Desde 1995, o Governo Federal estabeleceu por meta dotar o País de um Estado moderno, mais ágil, com menor grau de participação operacional em atividades econômicas e maior nível de eficiência nas funções clássicas de provedor de educação, saúde, segurança e regulador das atividades econômicas. Para tanto, definiu como prioridades o programa de privatizações, com seus postulados da defesa da concorrência e do consumidor e a recuperação fiscal do Governo, instituindo as agências reguladoras para a fiscalização dos serviços concedidos à exploração pelo setor privado.

As telecomunicações responderam por US$ 31 bilhões, representando 35% do total arrecadado pelo programa de privatizações. A previsão de investimentos no setor é de R$ 75 bilhões entre 2000 e 2003, e de R$ 110 bilhões até 2005.

Foi promovido o programa de privatizações mais ambicioso de que se tem notícia. O setor de telecomunicações respondeu por US$ 31 bilhões, cerca de 35% do volume total arrecadado. Além disso, no setor de telecomunicações, a previsão de investimentos entre os anos de 2000 e 2003 é de R$ 75 bilhões, atingindo o montante superior a R$ 110 bilhões no ano de 2005.

O Brasil é hoje um país em transformação com alto grau de confiabilidade econômica. A população de 165 milhões de habitantes apresenta índices cada vez maiores de poder de compra dos serviços e dos equipamentos de telecomunicações, o que vem sendo comprovado pelo fato de que hoje já estão em funcionamento no País cerca de 23,2 milhões de acessos móveis, contra 5,6 milhões em julho de 1998. Um notável crescimento de 310% em apenas dois anos.

Nesse ritmo de crescimento, estima-se que até 2005, considerando o ingresso de mais competidores nas bandas C, D e E, já estarão em operação algo em torno de 58 milhões de aparelhos celulares.

Ao iniciar o processo para implantação dos serviços nas Bandas C, D e E, denominado de Serviço Móvel Pessoal – SMP, cuja faixa de operação atribuída pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL é a de 1.8 GHz, foram colocados em Consulta Pública os documentos da estrutura regulatória, apresentados a investidores nacionais e estrangeiros o potencial do mercado brasileiro até 2005 e definidas as condições de participação para investimentos em novos negócios nas telecomunicações móveis.

De acordo com o cronograma previsto pela Agência, a licitação da denominada Banda "C", deverá ocorrer no primeiro se-

mestre de 2001, com operação prevista a partir de julho de 2001, atuarão nas três áreas geográficas, que correspondem às três regiões do Plano Geral de Outorgas – PGO para a prestação do serviço de telefonia fixa. Em fevereiro e março de 2001 deverão ser homologados os vencedores das licitações das Bandas "D" e "E", que entrarão em operação a partir de janeiro de 2002.

As obrigações de universalização são as que objetivam possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviços de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição sócioeconomica, e também as destinadas a permitir a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público.

O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, aprovado pela Lei nº 9.998, tem por finalidade proporcionar os recursos alternativos para a universalização dos serviços de telecomunicações. Para a aplicação desses recursos, foi proposta a inclusão no PPA 2000 – 2003 do programa **Universalização dos Serviços de Telecomunicações,** com investimentos no periodo superiores a R$ 3 bilhões, com o objetivo de garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimentos de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidades com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial.

Mais de R$ 3 bilhões serão investidos para garantir os serviços de telefonia à população de baixa renda e em localidades com menos de 100 habitantes.

Os recursos serão aplicados em consonância como Plano Geral de Metas para Universalização de Serviço de Telecomunicações – PGMU, contemplando:

- atendimento a localidades com menos de cem habitantes e comunidades de baixo poder aquisitivo, a áreas remotas e de fronteira de interesse estratégico;

- implantação de acessos individuais para prestação de serviço telefônico e de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da Internet, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde, incluindo os equipamentos terminais para operação pelos usuários, além da redução das contas destes serviços;

- instalação de redes de alta velocidade, destinadas ao intercâmbio de sinais e à implantação de serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas;

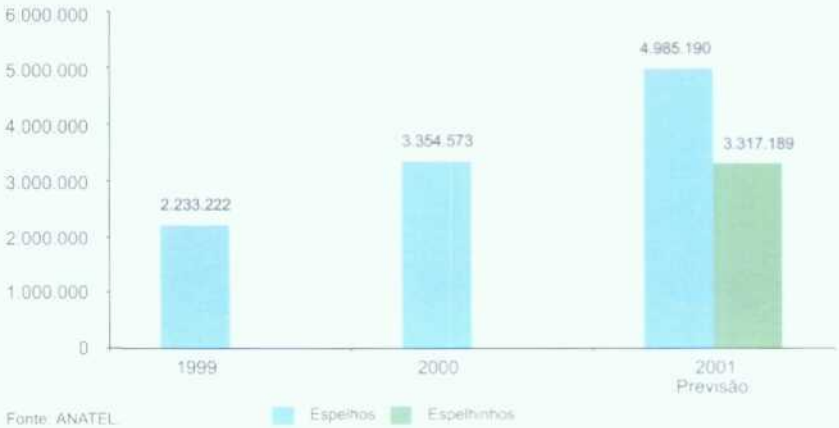
- implantação de acessos individuais para órgãos de segurança pública e de serviços de telecomunicações em unidades do serviço público, civis ou militares, situadas em pontos remotos do território nacional;

- fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a deficientes carentes e a instituições de assistência a deficientes;

- a implantação de telefonia rural.

Com o encerramento da fase de licitação das empresas-espelho, está sendo agilizado o processo de competição na telefonia. Foram licitadas as concessões para as Empresas-Espelho, correspondentes à Telemar, à Telesp, e a Brasil Telecom, tendo sido vencedoras as empresas Vésper S.A., para prestação de serviços na região de Telemar, a Vésper São Paulo para operar na área da Telesp e a Global Village Telecom para a área da Brasil Telecom. Para a telefonia de longa distância a empresa Intelig venceu a licitação para operação dos serviços prestados pela Embratel.

Acessos Instalados (Espelhos e Espelhinhos) – Brasil



Fonte: ANATEL

Com a definição da competição em todos os serviços de telefonia, estão sendo licitadas agora as licenças das empresas chamadas 'espelhinhos', que poderão atuar na telefonia municipal, porém integradas ao sistema nacional, com tecnologia que permite a mesma qualidade do serviço prestado pelas concessionárias e espelhos. Em 2001 começarão a surgir os primeiros resultados das empresas-espelhinhos. Juntas, as empresas autorizadas – espelhos e espelhinhos – deverão instalar, no próximo ano, 10,5 milhões de terminais, cobrindo uma área com 111,7 milhões de habitantes. Em termos percentuais, estas empresas que até julho cobriam 38,6% da população brasileira, em fins de 2001 terão elevada essa participação para 70,3%.

Serviço Telefônico Fixo Comutado Local – Brasil

ATENDIMENTO PELAS AUTORIZADAS	2000	2001
População dos Municípios atendidos pela espelho	63.888.851	83.274.211
População dos Municípios atendidos pelas espelhinhos (1)	0	34.392.313
População total dos Municípios atendidos pelas autorizadas	63.888.851	117.666.524
População do Brasil (2)	165.581.982	167.492.798
% População com possibilidade de escolha de operadora local	38,6 %	70,3 %

(1) – Inclui as Licitações n.os 1,2,3,4,5 e 6 / 2000 – SPB / ANATEL(*)
(2) – População conforme publicação da Fundação IBGE, Resolução n.º 28, de 25/08/1998.
Fonte: ANATEL.

A ação reguladora da ANATEL abriu espaços para atuação de empresas no segmento de provimento de capacidade espacial. Foram abertas oportunidades para o lançamento de novos satélites brasileiros, contribuindo para a ocupação do arco orbital segundo os interesses nacionais.

Foram autorizadas entidades e empresas a adquirirem capacidade espacial diretamente com a Intelsat. Até setembro de 2000, 12 satélites geoestacionários e quatro sistemas não-geoestacionários foram autorizados a operar no Brasil, nas bandas C e Ku.

No âmbito do programa **Qualidade dos Serviços de Telecomunicações**, foi desenvolvida por consultoria contratada pela ANATEL, metodologia para avaliação da satisfação dos usuários com relação a qualidade dos serviços de telecomunicações em operação no País. Essa metodologia será posta em prática por processo periódico de pesquisa de opinião pública que avaliará a satisfação dos usuários. Pretende-se a formação e divulgação de uma série histórica com os índices de satisfação dos usuários, por empresa e por região, permitindo a análise da evolução da qualidade e a identificação das melhores prestadoras de serviço. Inicialmente serão pesquisados os serviços telefônicos fixo comutado e o móvel celular. Em um segundo momento, serão pesquisados os demais serviços de telecomunicações.

Complementarmente à atividade de fiscalização, está prevista para 2001 a instalação de 29 postos de radiovideometria, com a finalidade de verificar o uso dos canais, em seus aspectos técnicos, de acordo com a legislação vigente e os contratos de concessão de serviços, por intermédio do tratamento digital do som e da imagem, em 27 plataformas, instaladas nas capitais brasileiras, sendo 12 assistidas e as demais remotamente controladas.

Na sede da ANATEL, em Brasília, será instalado o centro nacional, responsável pela supervisão nacional das atividades.

Criado em setembro de 1998, o Centro de Atendimento (Call Center), está voltado para a defesa dos direitos dos usuários dos serviços de telecomunicações. Cerca de 92% das ligações dirigidas para o 0800-332001 são solucionadas no ato da chamada e as demais são encaminhadas às prestadoras, que têm o prazo máximo de cinco dias úteis para contatar os usuários e fornecer-lhes esclarecimentos ou solução para o problema apresentado.

As bibliotecas convencional e virtual da ANATEL são outros instrumentos de comunicação interativa com a sociedade. Além disso, foi criada a Sala do Cidadão que já funciona em Belém, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Manaus e Curitiba. No decorrer de 2001, todas as 27 capitais brasileiras contarão com este serviço prestado diretamente à sociedade.

Em 2000, a população beneficiada pelos serviços de TV a Cabo e TV por Assinatura em Microondas passou de 76,7 para 84,3 milhões de habitantes. Os contratos com operadores desses serviços arrecadaram R$ 85 milhões.

No ano de 2000, o programa **Serviços de Comunicação de Massa** concluiu licitações que resultaram na assinatura de 75 novos contratos, totalizando 239 contratos com operadoras de TV a Cabo e 23 assinaturas de novos Termos de Autorização, resultando em 73 assinaturas com operadoras de TV por assinatura em Microondas (MMDS), passando a população beneficiada de 76,7 para 84,3 milhões de habitantes e arrecadando R$ 85,0 milhões.

O serviço de TV a cabo, que até 1999 já atendia a 16,1 milhões de domicílios, passou a estar disponível a 18,4 milhões de domicílios, enquanto que a TV por assinatura, na modalidade MMDS, cresceu de 14,2 milhões para 16,6 milhões de domicílios.

Com a expansão do setor de televisão por assinatura, em suas várias formas de transmissão, foi alcançado, em 2000, o total de 3,4 milhões de assinantes, com 21 milhões de domicílios, em 409 Municípios brasileiros, na área de cobertura.

Em dezembro de 2000, o mercado de TV por assinatura, apresentava as seguintes proporções:

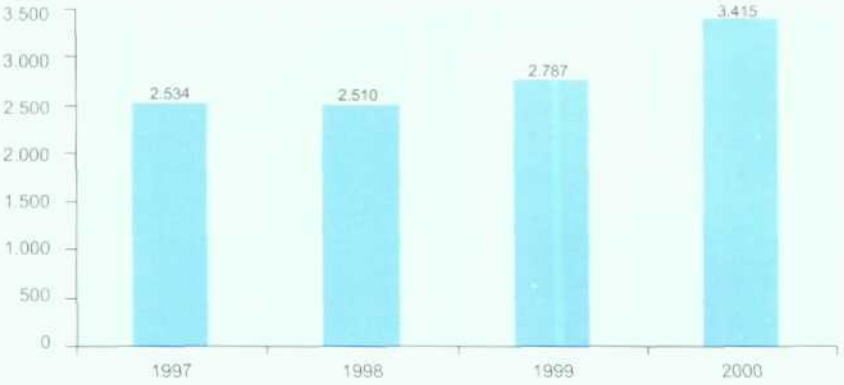
% de Assinantes por Tecnologia



Fonte: Ministério das Comunicações

Evolução dos Assinantes do Serviço de TV por Assinatura

(1.000 Assinantes)



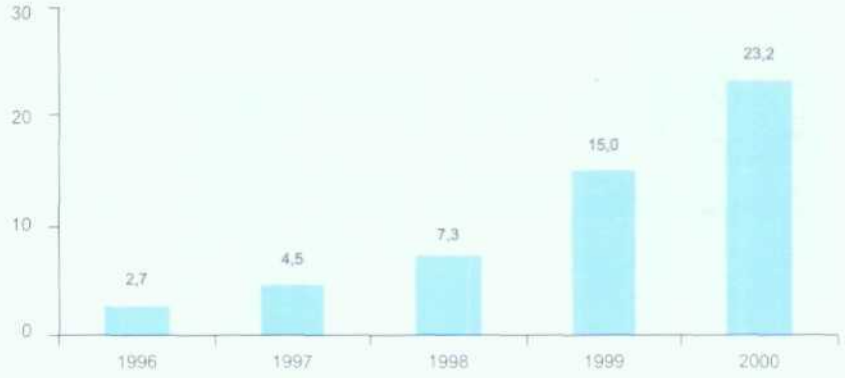
Fonte: Ministérios das Comunicações

No âmbito do programa **Serviços Privados de Telecomunicações**, a abertura da competição no serviço de telefonia móvel celular teve como conseqüência fundamental a redução de custos e tarifas. A entrada de novas operadoras revigorou o setor e abriu novos horizontes para que cidadãos das mais diversas faixas de renda tivessem oportunidade de usufruir dos benefícios da moderna tecnologia das comunicações.

Em 2000, foram instalados 7,5 milhões de acessos celulares, totalizando 23,2 milhões o número de celulares no País.

Foram instalados 7,5 milhões de acessos telefônicos em 2000, superando em 15% a meta de 6,5 milhões dos acessos previstos para o ano 2.000. Sendo assim, a planta telefônica de celulares passou de 2,7 milhões de acessos em 1996, para 23,2 milhões, ao final de 2000, elevando a meta da densidade telefônica de 0,9 acessos por 100 habitantes para 13,6 no mesmo período, projetando-se atingir a marca de 45 milhões de acessos celulares no País, em 2003.

Telefonia Celular
(milhões)

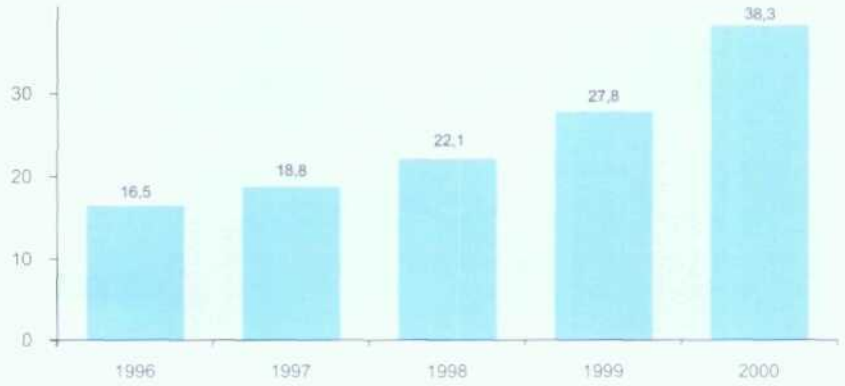


Fonte: ANATEL

O País atingiu a marca de 38,3 milhões de telefones fixos instalados. Este volume superou a meta de 35 milhões para 2000 e é 162% maior que o número de telefones existentes em 1995.

No programa **Telefonia Fixa** foi atingida a marca de 38,3 milhões de acessos fixos instalados no Brasil, sendo 10,6 milhões neste ano, superando a meta inicial de 35,0 milhões previstos para dezembro de 2000. Isto representa uma evolução de 162% em relação aos 14,6 milhões de acessos existentes em dezembro de 1995. Para 2001, prevê-se um total de 40,5 milhões de acessos.

Terminais fixos instalados
(milhões)



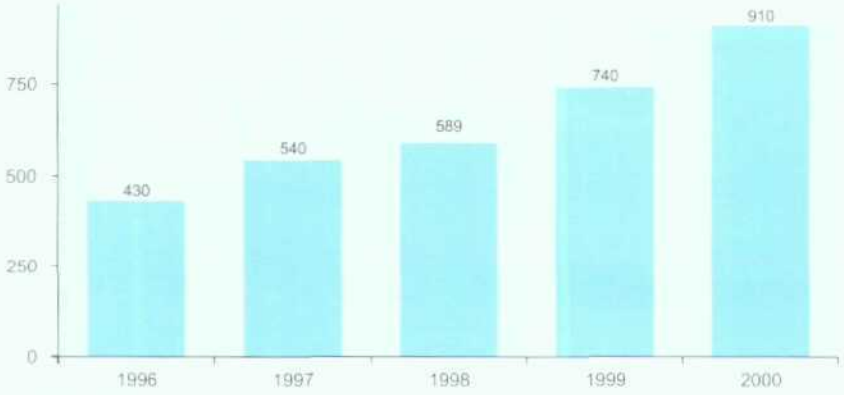
Fonte: ANATEL

Em 2000, o Brasil passou a ter 910 mil telefones públicos instalados.

No ano 2000, alcançou-se 910 mil telefones de uso público em serviço, correspondendo a 99,7 % da meta estipulada para dezembro de 2000. Isto representa um crescimento de 148 % em relação aos 366,7 mil telefones de uso público existentes em dezembro de 1995.

Telefones de uso público

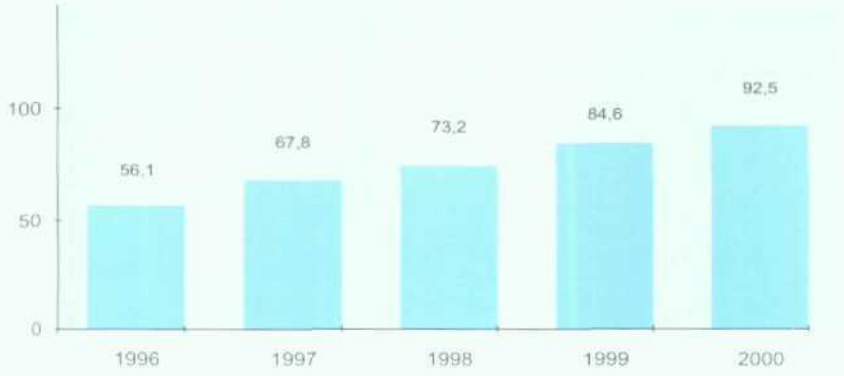
(mil)



Fonte: ANATEL

A taxa de 92,5% na digitalização da rede local do serviço telefônico fixo comutado, alcançada em dezembro de 2000, supera a meta de 85% estabelecida para ser alcançada a partir de 31/12/2001 e significa evolução de 102,0% em relação à taxa de 45,8% verificada em dezembro de 1995.

Grau de Digitalização da Rede Local

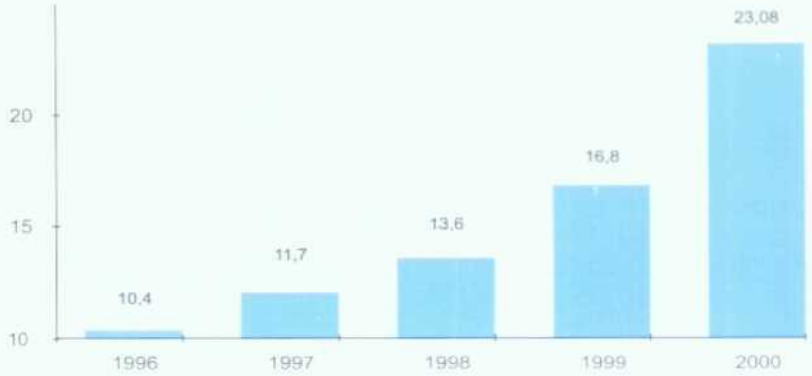


Fonte: ANATEL

O número de acessos fixos instalados por 100 habitantes cresceu 148% em relação a 1995, evoluindo de 9,3 naquele ano para 23,8 acessos por 100 habitantes em dezembro de 2000.

Densidade Telefônica

(acessos p/100 habitantes)



Fonte: ANATEL

O Ministério das Comunicações liberou 125 editais para serviço de radiodifusão em 738 localidades, que deverão gerar 22 mil empregos e investimentos de R$ 300 milhões.

No exercício de 2000, o Ministério das Comunicações liberou 125 editais para o serviço de radiodifusão, objeto do programa **Universalização dos Serviços de Radiodifusão**, referentes a 738 localidades, em todo o território nacional, devendo gerar aproximadamente 22.000 novos empregos com um investimento de R$ 300 milhões.

Com referência às concorrências em andamento, foram liberadas 53 novas outorgas, sendo 34 para freqüência modulada, 2 para televisão e 17 para onda média.

Para o serviço de radiodifusão educativa, foram liberadas 43 outorgas para freqüência modulada e 24 outorgas para televisão.

O Congresso Nacional referendou 73 outorgas, no exercício de 2000, sendo 55 referentes a 1998 e 18 a 1999.

No atendimento a reivindicações das comunidades em explorar o serviço de rádio comunitária em pequenas localidades, bairros, vilas ou distritos, liberou 557 novas outorgas, sendo que 14 foram referendadas pelo Congresso Nacional.

Para o Serviço de Retransmissão e Repetição de Televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, que tem por objetivo atender às localidades onde o sinal da estação geradora não alcança ou chega em condições precárias, foram autorizadas 305 novas outorgas em todo o território nacional, no exercício de 2000.

Na área de fiscalização, por infringir a legislação do serviço de radiodifusão, foram advertidas 80 empresas, multadas outras 542 empresas e revogadas 16 outorgas.

Serviços Postais

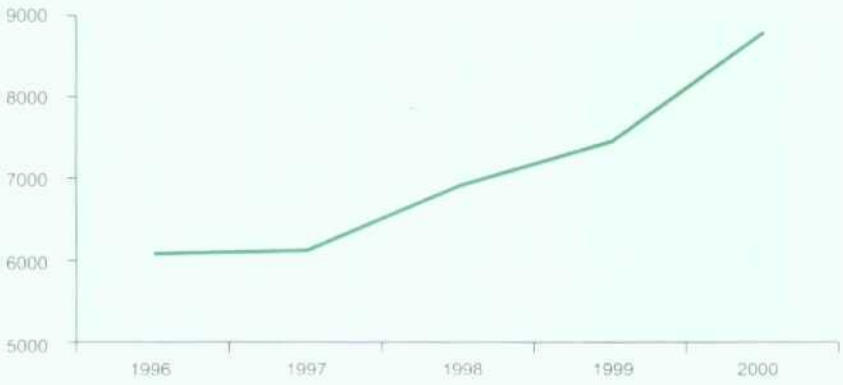
No setor postal, o ano de 2000 foi marcado pela estruturação do programa **Serviços Postais**, buscando alcançar níveis de excelência na sua qualidade.

Merecem destaque nesse Programa as ações de ampliação da infra-estrutura dos serviços financeiros postais através do *Banco Postal*, instalado, em uma primeira etapa, em 36 Municípios até então sem nenhum atendimento bancário; o projeto Agências de Correios Comunitárias para prestação de serviços postais básicos às populações das pequenas localidades, tendo sido instaladas, este ano, 389 novas unidades em 2000; e o projeto Caixas Postais Comunitárias que, com a instalação de 177.854 unidades, beneficiou 584 mil famílias, equivalentes a uma população de cerca de 2,04 milhões de habitantes.

Com recursos da ordem de R$ 355,7 milhões, as metas principais do programa para 2001 são a instalação do Banco Postal em pelo menos 1.000 Municípios que não contam com agência bancária e dar continuidade aos projetos de Agências de Correios Comunitárias e de Caixas Postais Comunitárias, que desde a sua criação, em 1998, já beneficiaram 3,4 milhões de brasileiros que não dispunham de endereço para o recebimento de correspondências.

Com relação ao tráfego total dos correios, no ano 2000, o número de objetos postados superou a previsão inicial, alcançando 8,78 bilhões, representando incremento da ordem de 18% em relação ao tráfego de 1999. No período 1996-2000, o tráfego postal cresceu 43,3%.

8,78 bilhões de objetos foram postados em 2000, 18% a mais do que em 1999. Entre 1996 e 2000, o tráfego postal cresceu 43,3%.



Evolução do Tráfego Postal
(em milhões de unidades)

Fonte: ECT

Merece destaque também a produtividade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, medida pelo indicador

A produtividade dos Correios, medida pelo Tráfego Postal por Empregado, cresceu 35,4% nos últimos quatro anos.

de desempenho Tráfego Postal por Empregado, que apresentou índice de crescimento de 35,4% no período 1996-2000, mesmo com a elevação do número de empregos, permanecendo a ECT como a maior empregadora pública do País.

Em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a ECT distribuiu 110 milhões de livros didáticos a 170 mil escolas públicas em todo o País, beneficiando 32,5 milhões de alunos da 1ª a 8ª séries, na maior operação já realizada no Brasil, com 100% de eficiência.

Está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto da Lei Geral do Sistema Nacional de Correios, para regulamentar o funcionamento do setor.

Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto da Lei Geral do Sistema Nacional de Correios, que propõe novo ordenamento institucional para o setor, que já representa 1% do PIB nacional. O compromisso de cidadania, assumido junto à sociedade, será assegurado por uma agência reguladora e pela ECT, transformada na Correios do Brasil S/A, às quais caberão os deveres da universalização, além de concorrer, em um ambiente cada vez mais competitivo, com cerca de doze mil empresas presentes no mercado de serviços de correios operados em regime privado.

No âmbito do Mercosul, os estudos para a formulação de um marco regulatório postal único para a região deverão estar concluídos em 2001, o que nos aproxima ainda mais da edição de diretrizes postais unificadas entre os parceiros deste organismo de integração regional.

V. Desenvolvimento da Produção Nacional

O desafio do setor produtivo é aumentar a competitividade dos produtos nacionais para atender à demanda do mercado interno e aumentar a participação brasileira nas exportações mundiais. Para a sociedade brasileira, o reflexo será a redução dos preços e a melhoria da qualidade dos produtos, além do crescimento do número de empregos em decorrência do crescimento da atividade econômica.

Em 2000, o PIB cresceu cerca de 4%, a produção industrial aumentou quase 7% e foi reduzido o índice de desemprego.

O Brasil encontrou a trilha do desenvolvimento sustentado. A confiança dos investidores externos – que nos últimos dois anos canalizaram mais de US$ 60 bilhões para o País – e a melhoria progressiva das análises feitas pelas agências internacionais de avaliação de riscos traduzem isso de forma irrefutável.

Financiamento do Desenvolvimento

As operações aprovadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES totalizaram 27,6 bilhões em 2000. O valor desembolsado em 2000 foi 17% maior do que em 1999, superando em mais de R$ 2 bilhões o valor desembolsado em 1998.

Desempenho do Sistema BNDES

Ano	Valor (R$ bilhões correntes)		Variação (% sobre ano anterior)	
	Desembolso	Aprovação	Desembolso	Aprovação
1997	19,125	18,991	-	-
1998	21,302	23,026	11,4	21,2
1999	19,975	19,539	-6,2	-15,1
2000	23,393	27,625	17,1	41,4

OBS.: Os valores de desembolso incluem as aplicações no mercado secundário.
Fonte: BNDES.

Setorialmente, o crescimento foi bastante equilibrado, com destaques para infra-estrutura, a agricultura e os setores de educação e saúde. Nestes últimos, embora pequenos ante o orçamento do Sistema BNDES, estão alguns projetos de grande impacto na reestruturação dos provedores desses serviços públicos, como o de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior (R$ 75 milhões) e o de Fortalecimento e Modernização das Entidades Filantrópicas de Saúde Integrantes do Sistema Único de Saúde (R$ 157 milhões).

O setor de infra-estrutura apresentou crescimento de R$ 2,3 bilhões, com o setor de telecomunicações sendo responsável por R$ 4,7 bilhões do desembolso do período. O financiamento às exportações apresentou em 2000 crescimento de 49,5%. O BNDES também manteve sólida e crescente atuação nos setores de comércio e serviços.

Desembolsos do Sistema BNDES por setor*

(em milhões de reais correntes)

	2000	1999	Variaçao %
Total do Sistema	**23.393**	**19.975**	**17,1**
Agropecuária	**1.885**	**1.275**	**47,8**
Indústria Extrativa	**82**	**257**	**-68,3**
Indústria de Transformação	**4.716**	**4.818**	**-2,1**
Comércio e Serviços	**10.630**	**7.867**	**35,1**
Infra-Estrutura**	8.547	6.241	37,0
Educação e Saúde***	490	328	49,3
Comércio e Serviços	1.593	1.298	22,8
Exportação**	**5.733**	**3.835**	**49,5**
Operações no Mercado Secundário***	**347**	**1.923**	**-82,0**

* Foi utilizada a classificação do CNAE com os seguintes destaques:
** Infra-estrutura compõe-se dos setores de:
- produção e distribuição de eletricidade, gás e água;
- construção;
- transporte, armazenagem e comunicações.
*** Compõe-se dos setores de educação, saúde e serviço social.
**** Financiamento à exportação (BNDES-Exim).
***** Aquisição de ações em Bolsas de Valores (BNDESPAR).
Fonte: BNDES

Dentre as empresas do Sistema BNDES, a FINAME foi a que apresentou maior crescimento, de R$ 2,7 bilhões. Embora em termos de valor, o crescimento das linhas tradicionais e da exportação tenham sido maiores, o destaque, em termos relativos, foi o FINAME Agrícola. Esta linha mostrou grande dinamismo nos últimos dois anos, cooperando com a retomada de investimentos do setor agrícola. Na BNDESPAR, houve deslocamento de suas aplicações do mercado secundário para aplicações diretas, o que sinaliza um retorno dos mercados de capitais à estabilidade, depois das sucessivas crises internacionais do período 1997-1999.

Desembolsos das empresas do Sistema BNDES em milhões de reais correntes

	2000	1999	Crescimento %
Total do Sistema	**23.393**	**19.975**	**17,1**
BNDES	**13.656**	**11.825**	**15,5**
FINEM	9.390	8.229	14,1
BNDES Automático	1.760	1.849	-4,8
BNDES-exim	2.124	1.443	47,2
outras	382	304	25,8
FINAME	**7.557**	**4.884**	**54,7**
agrícola	1.360	740	83,8
exportação	3.610	2.392	50,9
outros	2.587	1.752	47,7
BNDESPAR	**2.180**	**3.266**	**-33,3**
diretas	1.833	1.343	36,5
mercado	347	1.923	-82,0

Fonte: BNDES.

A Caixa Econômica Federal, no apoio aos programas de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (278.426 operações), Inovação para a Competitividade (36.599 contratos), Jovem Empreendedor (8.293 operações), vem financiando o desenvolvimento técnico-econômico das micro, pequenas e médias empresas. Em 2000, esses programas representaram financiamentos que na sua totalidade somaram mais de R$ 1,5 bilhão.

Possuidor da maior rede de agências do País, o Banco do Brasil levou os financiamentos a todo o território nacional, com vistas ao desenvolvimento das diferentes regiões do País e segmentos econômicos. O destaque fica por conta dos programas de financiamento a segmentos específicos da área rural, por sua grande aceitação, em função de encargos prefixados.

O Banco do Brasil realizou mais de 400 mil operações de crédito para pequenos empreendedores, num total de R$ 3,5 bilhões.

No âmbito do **Brasil Empreendedor**, o Banco do Brasil realizou mais de 400 mil operações de crédito para pequenos empreendedores (para capital de giro e investimentos), aplicando cerca de R$ 3,5 bilhões.

O Banco do Nordeste conferiu prioridade no ano de 2000 a programas e ações de forte impacto social na geração de emprego e renda e na inserção de novos agentes no processo produtivo, em especial as micro e pequenas empresas.

O programa Crediamigo, de crédito popular, que atende também o setor informal da economia, aplicou no ano de 2000 R$ 111,6 milhões em 197 mil operações de crédito, registrando crescimento de 71% em relação a 1999.

Para se aproximar mais dos agentes produtivos nordestinos, muitos dos quais nunca tinham entrado numa agência bancária, o Banco do Nordeste tornou-se presente em todos os 1.955 Municípios onde atua, incentivando as potencialidades locais, estruturando a base produtiva e estimulando sua inserção econômica em mercados mais amplos e competitivos.

Em 2000, os Fundos Constitucionais de Financiamento foram contemplados com recursos na ordem de R$ 1,95 bilhão assim distribuídos: R$ 389 milhões para o Fundo da Região Centro-Oeste (FCO); R$ 389 milhões para o Fundo da Região Norte (FNO) e R$ 1,17 bilhão para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Fundo / Ano	FCO	FNO	FNE	Total
1996	243.795	243.795	731.385	1.218.975
1997	273.612	273.612	820.835	1.368.059
1998	304.754	304.754	914.262	1.523.770
1999	337.526	337.526	1.012.578	1.687.630
2000	389.809	389.809	1.169.427	1.949.045
Total	**1.549.496**	**1.549.496**	**4.648.487**	**7.747.479**

Repasses anuais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN aos Fundos Constitucionais de Financiamento

Valores Nominais - 1996/2000

R$ mil

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional – STN e SPOA do Ministério da Integração Nacional.

Em 2000, os recursos do FNO contribuiram para o aumento do valor bruto da produção da Região, tendo sido gerados mais de 13.608 novos empregos diretos, sendo 80,7% no setor rural e 19,3% no industrial.

No ano 2000 foram repassados pela União recursos da ordem de R$ 961,2 milhões para os três Fundos Fiscais de Investimento: o de Investimento da Amazônia – FINAM, o do Nordeste – FINOR e o de Recuperação Econômica do Estado do Espirito Santo – FUNRES, tendo sido liberados R$ 822,4 milhões para a implantação de projetos aprovados, sendo R$ 528 milhões para o FINAM, R$ 283,8 milhões para o FINOR e R$ 10,7 milhões para o FUNRES.

A União repassou R$ 961,2 milhões para os Fundos Fiscais de Investimento da Amazônia, do Nordeste e do Espirito Santo.

ANO/FUNDO	FINAM	FINOR	FUNRES	TOTAL
1996	156.646	402.064	14.988	573.698
1997	257.263	468.044	22.802	748.109
1998	346.119	410.543	13.335	769.997
1999	401.930	329.595	18.551	750.076
2000	549.656	396.245	15.348	961.249

Fundos Fiscais de Investimento – FINAM – FINOR – FUNRES

Repasses da STN - Valores Nominais - R$ 1.000 - (1996-2000)

Fontes: STN/SUDAM/SUDENE/GERES.

ANO/FUNDO	FINAM	FINOR	FUNRES	TOTAL
1996	245.053	422.809	6.112	673.974
1997	278.554	410.582	1.429	690.565
1998	356.989	363.000	10.761	730.750
1999	374.871	252.614	15.272	642.757
2000	527.980	283.757	10.699	822.436

Aplicação de Recursos – R$ 1.000

Fontes: STN/SUDAM/SUDENE/GERES.

Desenvolvimento Regional

Os desafios impostos ao Ministério da Integração Nacional, no que tange ao desenvolvimento regional, referem-se à gestão de forma integrada das políticas públicas, a qual exige intensa busca de parcerias e articulações para responder às demandas de elevação dos padrões de competitividade e de redução das desigualdades regionais e a sustentabilidade ambiental.

Outra questão relevante diz respeito à gestão do ordenamento territorial, que demanda ações em nível micro e mesorregional compatíveis com a nova territorialização proposta pelos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e com os programas do Plano Plurianual – PPA 2000-2003, exigindo políticas regionais diferenciadas de acordo com as heterogeneidades sociais e do espaço regional.

A gestão integrada de políticas públicas, a valorização da dinâmica espacial do desenvolvimento sustentável e a focalização em espaços reduzidos do território nacional, formam a base da política de integração nacional do Governo.

As novas políticas regionais focalizam espaços menores, estimulando os Estados e Municípios a engajarem-se em programas integrados de desenvolvimento regional, cabendo ao nível federal esta iniciativa quando se tratar de programas relativos a áreas que abranjam dois ou mais Estados ou que envolvam regiões de fronteira com países vizinhos.

O programa **Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso - Prodeagro** objetiva o desenvolvimento socioeconômico da população do Estado de Mato Grosso, de pequenos produtores rurais e da população indígena, estabelecendo um equilíbrio entre o binômio ocupação e preservação.

Os principais resultados alcançados em 2000 foram: a conclusão da rodovia MT-175 e a restauração das rodovias estaduais MT-170, MT-246, MT-270, MT-343, atingindo o total de 111,6 km; coleta de dados relativos a uma área de 172.000 km² objetivando a conclusão do Zoneamento Socioeconômico Ecológico; a recuperação de 33.000 ha de áreas degradadas; o cadastramento fundiário de 404.100 ha de imóveis rurais; a implantação de 166 projetos comunitários geradores de alternativas econômicas; a formação de professores e agentes de saúde indígena; e a conclusão do macrozoneamento da Área de Proteção Ambiental da Chapada dos Guimarães.

Para 2001, estão previstas a conclusão das ações de regularização fundiária, com ênfase na implantação da malha fundiária estadual em meio digital e interligação dos cartórios; a celebração de novos convênios dos projetos de Apoio Direto às Inicia-

tivas Comunitárias; a fiscalização ambiental; e a finalização das obras de pavimentação das rodovias MT-250 e MT-475.

O programa **Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – Planafloro** objetiva viabilizar a ocupação econômica e auto-sustentada do Estado de Rondônia, por meio da melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e do manejo adequado dos recursos naturais, beneficiando, também, comunidades indígenas e famílias de seringueiros e de pescadores artesanais. Destacam-se como realizações do programa o prosseguimento das obras de pavimentação e restauração das rodovias estaduais RO-370 e RO-473.

O programa **Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira** possibilita a integração da população da faixa de fronteira ao restante do País, ampliando e consolidando a presença do Estado nessas longínquas regiões e garantindo a defesa nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

Em 2000, foram despendidos, em 55 dos 570 Municípios localizados na faixa de fronteira, R$ 8,2 milhões para a realização de 59 obras, com destaque para saneamento básico, construção e recuperação de escolas, creches e centros comunitários, além de pavimentação de estradas e vias urbanas.

No programa **Pólo Industrial de Manaus**, destaca-se como ação significativa o resultado de suas exportações, que somaram cerca de US$ 800 milhões, o que representa aumento de mais de 93% em relação ao mesmo período de 1999. Por sua vez, estas exportações representaram quase 9% do faturamento do Pólo, de quase US$10 bilhões.

Desenvolvimento de Mesorregiões Diferenciadas

O Congresso Nacional instituiu quatorze programas que objetivam o desenvolvimento integrado e sustentável de mesorregiões diferenciadas, em todo o território nacional, de modo a garantir a integração de determinados subespaços de dimensão menor que o das macrorregiões - pelos quais a questão regional era tradicionalmente tratada – e que apresentam graves carências sociais e insuficiência de dinamismo econômico, necessitadas de articulação institucional pública e privada.

A escolha de mesorregiões com problemas sociais graves e a necessidade imperiosa de crescimento, são estratégias privilegiadas de ação governamental para reduzir as disparidades regionais.

Em 2000, houve avanço nas questões de apoio institucional, com o levantamento de dados preliminares para reconhecimento das potencialidades e carências de cada uma das mesorregiões e com a identificação de projetos estruturantes necessários e de atores para implementá-las.

Agricultura e Desenvolvimento Agrário

Várias modificações foram feitas na política agrícola e do agronegócio, estimulando a competitividade e o desenvolvimento.

As mudanças nas prioridades da política agrícola e a necessidade de melhorar a capacidade competitiva dos produtores nacionais colocaram como necessidade urgente a adequação da legislação e das normas que tratam da produção e comercialização agrícolas. Neste sentido, várias modificações de cunho institucional e/ou legal foram implementadas no ano de 2000.

No âmbito do Congresso Nacional, foram aprovadas novas leis sobre armazenagem de produtos agropecuários (Lei nº 9.973/2000) e classificação de produtos vegetais (Lei nº 9.972/2000), que deverão permitir a modernização do sistema de armazenagem, da comercialização e dos mercados agrícolas.

Na esfera do Poder Executivo, outra medida para dinamizar a comercialização agrícola foi a internacionalização do mercado de futuros, mediante autorização para investidores estrangeiros operarem com contratos de futuros e de opções em produtos agrícolas no Brasil.

Foram tomadas medidas estimuladoras à participação do setor privado no seguro agrícola e nos mercados de futuro e opção agrícolas. Na questão do seguro agrícola, foi transferida da alçada do Brasil Resseguros S/A para a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e publicadas novas regras de gestão do Fundo, dando maior estímulo às seguradoras privadas para operarem no ramo agrícola.

Produção e Abastecimento na Safra 1999/2000

A safra de 2000 permitiu atender 90% das necessidades internas de consumo.

As estimativas de colheita das principais lavouras de grãos e fibras indicam que, apesar de problemas climáticos ocorridos em algumas regiões do País, a produção manteve-se nos mesmos patamares da safra 1998/1999, permitindo atender a mais de 90% das necessidades internas de consumo.

Colheita de Grãos e Fibras – Safra 1999/2000

CULTURA	MIL TONELADAS 1998/1999 (a)	MIL TONELADAS 1999/2000 (b)	VARIAÇÃO (%) (b/a)
ALGODÃO EM CAROÇO	923,800	1.187,400	28,5%
ARROZ	11.582,200	11.533,800	-0,4%
FEIJÃO	2.895,700	3.079,786	6,4%
MILHO	32.393,400	31.640,816	-2,3%
SOJA	30.765,000	31.886,611	3,6%
TRIGO	2.402,800	1.747,700	-27,3%
OUTROS*	1.475,000	1.710,600	16,0%
BRASIL	82.437,900	82.786,713	0,4%

Fonte: CONAB
* Outros: amendoim, aveia, centeio, cevada, girassol, mamona e sorgo.

O expressivo aumento da produção de algodão (28,5%) decorreu do aumento da área cultivada (18,7%) e dos ganhos na produtividade média das lavouras (10,1%). A forte redução na produção de trigo (27,3%) foi ocasionada pelas geadas ocorridas no Estado do Paraná, enquanto que a redução de 2,3% na produção de milho deveu-se ao longo período de seca nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e região norte do Paraná.

O destaque positivo a ser mencionado foi a recuperação da produção na região do semi-árido nordestino, onde adversidades climáticas comprometeram as safras dos anos de 1998 e 1999, impondo enorme sacrifício a uma região de pequenos produtores e provocando o aumento da pobreza. A volta da estabilidade climática, o apoio oficial e os esforços dos agricultores tornaram possível o aumento de 30% na produção de feijão e milho e de 15% na de mandioca, produtos essenciais da dieta alimentar da população daquela área.

O balanço oferta/demanda para o ano 2000 dos principais produtos de alimentação da população brasileira indica que o suprimento foi realizado sem problemas. O comportamento da oferta e da demanda dos principais grãos e fibras, com os dados de estoque inicial e final, produção, importação, exportação e consumo, para os anos de 1998/1999 e 1999/2000, são os seguintes:

Quadro de Suprimento de Produtos Agrícolas

Em mil toneladas

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
ALGODÃO EM PLUMA	98/99	91,5	520,1	280,3	849,5	3,9	38,5
	99/00	38,5	700,3	300,0	910,0	20,0	108,8
ARROZ EM CASCA	98/99	476,6	11.582,2	1.310,0	11.699,3	30,0	1.639,5
	99/00	1.639,5	11.533,8	885,0	11.700,0	85,0	2.273,3
FEIJÃO	98/99	113,1	2.895,7	90,0	2.950,0	2,0	146,8
	99/00	146,8	3.079,8	90,0	2.950,0	2,0	364,6
MILHO	98/99	3.122,3	32.393,4	1.100,0	35.000,0	-	1.615,7
	99/00	1.615,7	31.640,9	2.600,0	35.700,0	-	156,6
ÓLEO DE SOJA	98/99	267,7	3.971,0	159,2	2.780,0	1.433,0	184,9
	99/00	184,9	3.952,0	100,0	2.860,0	1.100,0	276,9
TRIGO	1999	845,4	2.403,0	7.733,3	10.050,0	-	931,7
	2000	931,7	1.748,0	8.400,0	10.250,0	-	829,7

Elaboração: CONAB.

Com saldo positivo de US$ 14 bilhões, o agronegócio vem se tornando cada vez mais importante para o equilíbrio das contas externas nacionais.

O valor das exportações agropecuárias brasileiras têm representado, nos últimos anos, cerca de 40% do valor de nossas exportações, enquanto que o valor das importações de produtos agropecuários tem tido participação aproximada de apenas 10% no total importado. Os saldos comerciais obtidos pelo agronegócio aproximam-se de US$ 14 bilhões anuais. Em 2000, os dados acumulados até o mês de novembro, publicados pela Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, indicam tendência de manutenção dos resultados obtidos em 1999.

Exportações (X) e Importações (M) Brasileiras em 2000

(US$ milhões)

CLASSE DE PRODUTOS	1999 (Janeiro a Novembro)			2000 (Janeiro a Novembro)		
	X	M	Saldo	X	M	Saldo
COMÉRCIO GLOBAL (a)	43.338,0	44.814,0	-1.476,0	50.427,0	50.905,0	-478,0
AGRONEGÓCIO (b)	17.898,0	5.809,0	12.089,0	18.282,0	6.299,0	11.983,0
PARTICIPAÇÃO (b/a)	41,3%	13,0%	—	36,2%	12,4%	—

Fonte dos dados primários: SECEX. Elaboração: MA/ SPC.

Crédito e Apoio ao Produtor Rural

Com o propósito de facilitar a decisão de plantio por parte dos agricultores e de criar condições para uma boa distribuição temporal da oferta ao longo do período de comercialização, o Governo Federal tem feito esforço especial para oferecer volume crescente de financiamento de capital de giro para custeio e comercialização, com taxas de juros controladas. O crédito rural destinado à safra 1999/2000 e a previsão para 2000/2001 são os seguintes:

Crédito Rural: Recursos Programados

Em milhões

APLICAÇÃO	Safra 1999/2000 (a)	Safra 2000/2001 (b)	(b)/(a) %
1 – JUROS FIXOS			
Custeio/Comercialização	5.562,0	6.730,0	21,0
Investimentos/Programas	1.950,0	3.110,0	59,5
2 – JUROS LIVRES			
Custeio/Comerc./Invest.	791,7	1.450,0	83,2
TOTAL	8.303,7	11.290,0	36,0

Fonte: Relatórios do BACEN (RECOR), BNDES, BB, BNB-BASA E FEBRABAN.
Elaboração: SPA/MA. Dados preliminares, sujeitos a alterações.
Obs.: Os dados não incluem o PRONAF.

A fim de aperfeiçoar os instrumentos de acesso ao crédito privado e induzir aporte de recursos de fontes alternativas aos financiamentos rurais, foi criada a Cédula de Produto Rural – CPR com liquidação financeira. Este novo mecanismo, que complementa a CPR com liquidação mediante a entrega física do produto, teve ótimo desempenho em 2000. De acordo com dados publicados pelo Banco do Brasil, essa modalidade de crédito representou aproximadamente dois terços do total de R$ 503,74 milhões dos negócios lastreados em CPR.

A criação da Cédula de Produto Rural com liquidação financeira melhora o acesso ao crédito privado.

Os estoques públicos formados até outubro de 2000, por meio de Aquisições do Governo Federal - AGF e de Contrato de Opção, foram os seguintes:

Estoques Públicos

Em toneladas

Mês	Feijão	Sisal	Arroz		Algodão		Milho
	AGF		AGF	Contrato Opção	AGF	Contrato Opção	Contrato Opção
Total	93.177	3.037	517.058	294.328	263	19.696	7.155

Fonte e elaboração: CONAB.

O plano de retenção sobre as exportações de café cru, compromissado em 20% das exportações de café verde para o exterior, reteve até dezembro o montante de 1,9 milhão de sacas, do total previsto de três milhões. Em 2001, pretende-se continuar com o plano, desde que haja maior participação dos demais países exportadores.

Acesso ao Mercado Externo e Promoção do Produto Nacional

A abertura da economia brasileira aos fluxos internacionais de mercadorias e capitais intensificou a inserção do País nos negócios mundiais e levou à formulação de nova posição negociadora nos foros e relações internacionais.

No campo da qualidade e inocuidade de produtos, avançou-se significativamente nos temas afetos à aplicação das medidas sanitárias e fitossanitárias, a fim de viabilizar e ampliar acordos bilaterais. Foram estabelecidas negociações com a China, Rússia, Chile, Uruguai, Canadá, Argentina, União Européia e Estados Unidos da América, destinadas à redução de barreiras sanitárias impostas aos produtos agropecuários brasileiros. Com a União Européia, a orientação é buscar um acordo sanitário e fitossanitário que efetivamente facilite a comercialização. Paralelamente, o Brasil também negociou habilitação como exportador de carne suína para a Rússia, procedentes dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal, e de carne de aves para a União Européia.

As negociações sobre o comércio de produtos agrícolas no âmbito da OMC foram retomadas, com propostas mais consistentes por parte do Brasil, visando aumentar o acesso aos mercados internacionais.

Nos foros onde se discutem os assuntos pertinentes à Organização Mundial do Comércio – OMC, o fato relevante no ano 2000 foi o reinício das negociações agrícolas inseridas no artigo 20 do Acordo sobre Agricultura resultante da Rodada Uruguai. Na primeira Sessão Especial de negociações do COA, realizada em março de 2000, foram definidos o programa de trabalho, o escopo das negociações e o cronograma de reuniões da chamada primeira fase de negociações, com final previsto para março de 2001.

O Brasil, por meio do Grupo de Cairns, apresentou propostas sobre as três áreas previstas na negociação (acesso a mercados, apoio interno e subsídios às exportações), pretendendo ainda apresentar texto sobre restrições às exportações na próxima reunião. Além dessas propostas, o Brasil preparou individualmente texto de apoio à proposta sobre subsídios às exportações, à qual aderiram outros países latino-americanos.

Para estimular as exportações, produtos agrícolas foram promovidos em feiras e eventos no País e no exterior.

Para facilitar o aproveitamento de novas oportunidades comerciais e ampliar as exportações, foi implantado grande esquema de promoção do agronegócio brasileiro, através da participação em feiras e eventos no Brasil e no exterior – França, China, Estados Unidos, Reino Unido e Itália – com apresentação e degustação de produtos como café, carne bovina, frutas, cachaça, pescado, castanha-do-pará, chocolate, biscoitos, melado de cana, guaraná, noz macadâmia e açúcar e arroz orgânicos, além de, em parceria com o setor privado e outros Ministérios, levar o Café do Brasil às Olimpíadas, por meio do patrocínio de atletas e da presença do "cafezinho brasileiro" em diversos pontos da capital australiana.

Fomento à Produção

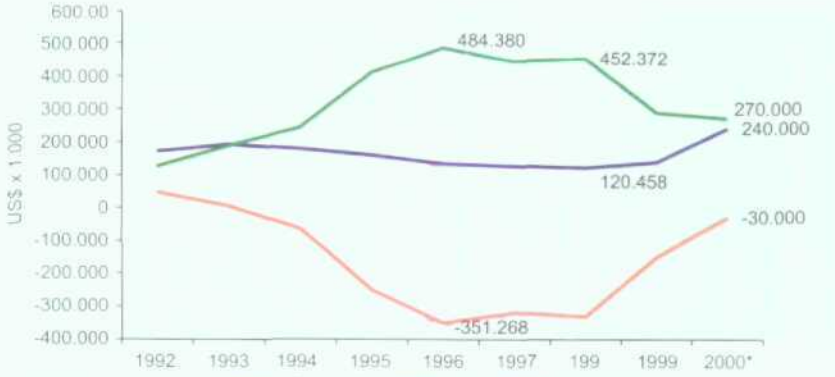
O programa **Desenvolvimento da Fruticultura** está instituído em parceria e integração entre organismos públicos e privados e objetiva a expansão da competitividade das cadeias fruticolas, com conseqüente aumento da produção e renda do setor.

As ações desse programa abrangem a produção e a comercialização interna e externa e visam ao aproveitamento das vantagens comparativas do Brasil, notadamente do semi-árido nordestino, na produção de frutas e hortaliças. Dentre essas ações, merece destaque a certificação de qualidade, uma vez que, dentro de poucos anos, será praticamente impossivel exportar tais produtos sem o cumprimento de normas rigidas de qualidade.

Os programas **Desenvolvimento da Pesca** e **Desenvolvimento da Aqüicultura** estão associados ao estabelecimento de ambiente propicio ao desenvolvimento dos mercados, aproveitamento racional dos recursos pesqueiros existentes na Zona Econômica Exclusiva – ZEE e em águas oceânicas alhures, e à adoção de medidas de recuperação, sustentabilidade e competitividade dos principais recursos pesqueiros sobrexplorados nas áreas litoráneas.

Os produtos da pesca e da aqüicultura têm grandes potencialidades de produção interna e de comercialização externa.

A série histórica do comportamento do comércio externo de produtos do setor pesqueiro na década de noventa é mostrada no gráfico a seguir. Pode-se constatar que os expressivos déficits verificados entre 1996 e 1998 vêm sendo revertidos, com o aumento das exportações e redução das importações, o que tem sido possibilitado pelo aumento da produção interna.



*Estimativa
Fonte: Ministério da Agricultura

Balança Comercial de Pescado Brasileira – 1992 a 2000

Produto negociado FOB (US$ x 1.000)

O objetivo do programa **Irrigação e Drenagem** é garantir a expansão da produção agricola, oriunda de áreas irrigáveis, com o aumento concomitante da oferta de emprego e ampliação da

O programa **Irrigação e Drenagem** objetiva expandir a produção agricola irrigada, por meio da organização em bases empresariais.

renda de pequenos, médios e grandes negócios, por meio da organização, em bases empresariais, e de estudos de viabilidade de mercado.

Com esse objetivo, foram alocados recursos para elaboração de planos diretores, estudos e projetos de irrigação e execução de obras de infra-estrutura de uso comum em diversos perímetros irrigáveis, o que criará condições para o aumento da produção agrícola sustentável nos próximos anos.

A emancipação de projetos públicos de irrigação também constituiu ação estratégica no ano 2000, com destaque para os perímetros de Jaíba (MG), Barreiras (BA), Formoso H (BA) e Nilo Coelho (PE), representando área superior a 53 mil hectares.

Estão previstas, para 2001, a realização de 242 estudos e a continuidade na execução das obras de infra-estrutura de uso comum, que poderão gerar mais 2.622 hectares irrigáveis e a emancipação de 14.830 hectares de perímetros de irrigação já implantados.

Defesa Sanitária

Uma das exigências da sociedade moderna, que cresce rapidamente em importância, está na sanidade dos produtos ofertados aos consumidores. Para tanto, o programa **Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas** visa melhorar a qualidade dos alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários domésticos e internacionais.

É essencial manter o funcionamento das ações fitossanitárias, o monitoramento da biossegurança dos vegetais modificados geneticamente e a oferta das garantias exigidas no comércio agropecuário internacional.

A febre aftosa está classificada como doença da lista A pela Organização Internacional de Epizootias - OIE e tem como característica ser altamente contagiosa e de rápida difusão, fato que cria fortes barreiras ao livre comércio de carne bovina entre países. Por isso, é prioridade do Governo a execução do programa **Erradicação da Febre Aftosa** em todo o território nacional. A situação atual de controle está mostrada no mapa adiante:



Fonte: Ministério da Agricultura

Zonificação para Febre Aftosa (FA) no Brasil

Evolução no ano 2000

- Zona livre de FA*, sem vacinação
- Zona livre de FA, com vacinação
- Ampliação da zona livre com vacinação
- Zona tampão
- Florestas e alagados
- Rios

(*) Condição suspensa temporariamente

O controle da febre aftosa, visando à sua erradicação, avançou significativamente em 2000, apesar da ocorrência de 34 focos da doença no Brasil.

Em 2000, foram registrados 34 focos da doença no Brasil, sendo que, após quase sete anos de ausência, foram notificados 22 casos no Rio Grande do Sul. As medidas de controle incluíram abate e destruição de todos os animais doentes e dos contatos das propriedades afetadas e vizinhas, perfazendo cerca de onze mil animais sacrificados.

Com esta ocorrência, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina perderam o *status* de área livre de febre aftosa. O Governo Federal, três meses após a completa extinção dos focos, restabelecerá internamente a condição de zona livre sem vacinação. Caberá aguardar doze meses da extinção dos focos para solicitar reconhecimento internacional desta situação junto ao OIE.

Estão em fase de finalização os trabalhos de ampliação da zona livre de febre aftosa para os Estados pertencentes ao Circuito Pecuário Leste: Mato Grosso do Sul, Tocantins e parte de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, área com cerca de 55 milhões de bovinos. É meta do Governo encaminhar ao OIE a solicitação de ampliação da zona livre até dezembro de 2000, para ser analisada e votada pelos 159 países-membros em maio de 2001.

Também está em curso um conjunto de medidas sanitárias visando declarar os principais Estados produtores de suínos da região Centro-Sul como áreas livres de Peste Suína Clássica e a

intensificação de ações fitossanitárias para o controle do Cancro Cítrico, da Sigatoka Negra, da Mosca das Frutas e prevenção contra o ingresso de pragas quarentenárias (exóticas) no território nacional, caso típico das embalagens de madeira que acondicionam produtos agrícolas importados.

Desenvolvimento Agrário

Ao priorizar de forma pioneira a agricultura familiar e consolidar sua estreita relação com a reforma agrária, aglutinando em um mesmo Ministério o programa **Agricultura Familiar – Pronaf**, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, o Governo estabeleceu um marco de referência na história do desenvolvimento agrário brasileiro.

Tal política representa a consolidação e aperfeiçoamento dos programas **Novo Mundo Rural**, ao aplicar o conceito de qualidade no atendimento aos pequenos produtores rurais, responsáveis por parcela majoritária dos estabelecimentos rurais brasileiros (cerca de 85%), mas minoritária (aproximadamente 40%) do valor bruto da produção agropecuária nacional.

As regras e procedimentos do **Pronaf**, do Banco da Terra e do INCRA, foram aperfeiçoados para melhorar o atendimento aos seus beneficiários.

Nessa linha, foram aperfeiçoadas as regras e os procedimentos do Pronaf, do Banco da Terra e do INCRA, permitindo maior eficiência, eficácia e agilidade na concessão de financiamentos e expressiva redução nas grilagens de terras, superindenizações e violência no campo.

Até 2000, o Governo Federal assentou 460 mil famílias, concedendo financiamentos a mais de 1 milhão de agricultores familiares.

Até 2000, o Governo Federal assentou mais de 460 mil famílias, concedendo, anualmente, financiamento para custeio e investimento a mais de um milhão de agricultores familiares.

Após a eliminação de indicadores na composição das taxas de juros do Pronaf, antigo anseio do público-alvo, foram introduzidas, em 2000, diversas alterações normativas nos financiamentos, facilitando o acesso ao crédito, e estabelecidos encargos financeiros prefixados, o que confere menos insegurança aos produtores e maior estímulo à produção.

Estão disponíveis R$ 4,1 bilhões para os financiamentos da Safra 2000-2001.

Os recursos já disponibilizados aos financiamentos do Plano da Safra 2000-2001 totalizam cerca de R$ 4,1 bilhões, quantia que possibilitará a assinatura de cerca de 1,6 milhão de contratos. Isto significa, em relação ao Plano de Safra anterior, aumento de aproximadamente 20% no montante de recursos e de seiscentos mil no número de contratos.

No contexto dos grandes avanços do Pronaf, destaca-se o equacionamento operacional dos microcréditos para o denominado Grupo B, formado pelos menores produtores não oriundos de projetos de assentamento e por assentados que já receberam o seu limite de crédito como tal. Isso permitiu o início das operações, que deverão atingir R$ 25 milhões em 2000 (R$ 85 milhões no Plano de Safra 2000-2001), distribuídos em 170 mil contratos firmados com a camada mais pobre dos agricultores familiares.

Como resultado de grande esforço do Governo, aprovou-se, em caráter extraordinário, para o Plano da Safra 2000-2001, linha de crédito no valor de R$ 200 milhões para os assentados do Grupo A que já tinham atingido seu limite de contratação de financiamentos. Com condições especiais e bônus por adimplência de 50% sobre os juros contratuais de 4% a.a., cerca de 30% dos recursos foram contratados pelos agricultores familiares até 31 de dezembro de 2000.

Outro ponto positivo alcançado foi o expressivo engajamento dos agentes financeiros aos objetivos do Programa, destacando-se o Balcão PRONAF nas agências do Banco do Brasil e a prioridade dada pelo Banco do Nordeste às operações com o Grupo B.

Quanto aos resultados do Pronaf, também merecem destaque a capacitação de mais de 250 mil agricultores familiares, oito mil técnicos extensionistas e sete mil conselheiros municipais; a assistência técnica para quase quinhentos mil agricultores familiares; a alfabetização de vinte mil jovens filhos de agricultores nas Regiões Norte e Nordeste do País; a realização de 81 oficinas voltadas para o desenvolvimento do artesanato, turismo rural e das comunidades remanescentes dos quilombos, e a implantação de infra-estrutura e serviços de apoio ao desenvolvimento local sustentável em 1.018 Municípios, beneficiando 830 mil famílias.

O **Pronaf** proporcionou a capacitação de 250 mil agricultores familiares, 8 mil técnicos extensionistas e 7 mil conselheiros municipais. O programa também permitiu a assistência técnica a 500 mil agricultores e a alfabetização de 20 mil filhos de agricultores no Norte e no Nordeste.

No âmbito do programa **Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores**, no primeiro semestre de 2000, o Banco da Terra disponibilizou quase R$ 270 milhões, atendendo mais 15.600 famílias, que se tornaram novas proprietárias em 274 mil hectares. Estes resultados foram significativamente superiores aos obtidos em 1999, quando foram destinados R$ 61 milhões para adquirir imóveis que totalizaram noventa mil hectares, propiciando o atendimento a 4.556 famílias em nove Estados.

Mais de 15 mil famílias tornaram-se novas proprietárias de 274 mil hectares. Para o assentamento dessas famílias, o Banco da Terra disponibilizou R$ 270 milhões.

Em 2001 mais trinta mil famílias deverão ser beneficiadas pelo Banco da Terra e, assistidas por pelo menos oitenta unidades técnicas, adquirirão cerca de 542 mil hectares.

Operando os chamados instrumentos tradicionais de obtenção de terra, o INCRA tem buscado qualidade e menores custos na obtenção e também a inserção dos novos assentamentos na política de apoio à agricultura familiar e de desenvolvimento local sustentável.

Neste sentido, vale destacar a importância dos diagnósticos regionais e das estratégias de ação que precedem a seleção das áreas preferenciais para a obtenção de terras. Além disso, o Instituto vem trabalhando para oferecer às suas equipes técnicas todo o suporte necessário à realização de vistorias, como capacitação e treinamento dos profissionais. Ressalte-se, ainda, a preocupação com a visibilidade dessas ações, principalmente ao tornar público, via imprensa escrita e Internet, os laudos de avaliação de imóveis rurais.

No aperfeiçoamento deste processo, foi possível reduzir significativamente o custo médio por hectare em todo Brasil. Em 1995, este era de R$ 382,67; hoje é de apenas R$ 283,94, o que representa redução nominal de 25,8%. Esta queda contribuiu também para a redução de 52% no custo médio da infra-estrutura de assentamento familiar, atualmente situado em torno de R$ 9,4 mil.

Em 2000, o Governo Federal assentou mais de 100 mil famílias, superando a meta estabelecida.

Em 2000, o Governo assentou mais de cem mil famílias, superando, uma vez mais, a meta estabelecida, de oitenta mil. O mecanismo de desapropriação continua sendo a principal forma de obtenção fundiária utilizada pelo Governo Federal, respondendo por 75% da área dos assentamentos realizados. Os outros mecanismos são a arrecadação de terras públicas e a regularização fundiária.

Diante da nova dinâmica da reforma agrária, incorporada a partir de 1995, quando mais de dois mil projetos de assentamento foram criados, viu-se a necessidade de se rever a política de consolidação e emancipação.

Por meio da execução direta, o INCRA não conseguiria realizar as ações necessárias ao desenvolvimento daqueles projetos. Com a instituição do programa **Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos**, foram redefinidas suas obrigações e passou-se a valorizar as parcerias para complementar o que não se poderia executar diretamente.

Ao lado de inovações importantes visando melhorar a qualidade do atendimento aos assentados, a exemplo da desburocratização do crédito mediante convênios com instituições financei-

ras oficiais e uso dos Correios para distribuição de títulos de domínio e recebimento de parcelas, a nova política adotada em 2000 proporcionou a consolidação de aproximadamente quinhentos projetos de assentamento e de colonização, permitindo à cerca de 70 mil famílias a produção nas mesmas condições dos demais agricultores familiares. No tocante à titulação agrária, foram tituladas mais de 65 mil famílias.

Indústria e Comércio

O Governo Federal está dando prioridade à substituição de importações, atração de investimentos, promoção de exportações e apoio às micro, pequenas e médias empresas.

A estratégia do Governo Federal para os setores industrial e comercial compreende conjunto de programas e ações orientados por quatro diretrizes básicas: substituição competitiva de importações, atração de investimentos em torno dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, promoção das exportações e apoio às micro, pequenas e médias empresas.

Deve-se destacar também o empenho do Governo Federal e do Poder Legislativo na aprovação da nova Lei de Informática, que garantirá ao setor produtor de bens de informática e automação a segurança necessária para a realização de investimentos, os quais serão responsáveis pelo incremento da qualidade de nossos produtos e pelo desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Competitividade Industrial

O programa **Brasil Classe Mundial** tem por objetivo elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com metas relativas à geração de emprego e renda, desconcentração produtiva regional, aumento das exportações, substituição competitiva de importações, inserção das cadeias produtivas na economia internacional, capacitação tecnológica das empresas e o fortalecimento da empresa de capital nacional.

Dentre as ações do programa, podemos destacar a instalação de quatro fóruns de competitividade: construção civil, indústria têxtil, transformados plásticos e complexo eletrônico.

Em 2000, foram assinados Contratos de Competitividade para os fóruns de têxtil e de transformados plásticos. Está prevista para 2001 a instalação dos fóruns das cadeias de madeira e móveis, audiovisual, siderurgia e bens de capital, os quais dependem apenas da consolidação dos diagnósticos.

Foi lançado em 1º de dezembro de 2000, o edital para a seleção dos produtos a serem qualificados com a Marca Brasil, cujos critérios já estão sendo definidos.

O programa ***Design* Brasil** destina-se a ampliar a competitividade dos produtos brasileiros mediante a inovação na área do *design*, fortalecendo a Marca Brasil nos mercados interno e externo, por meio da inserção do *design* junto às indústrias brasileiras, abrangendo a conscientização, promoção e difusão, informação, normalização e proteção legal, capacitação de recursos,

integração e fortalecimento da infra-estrutura do *design* e articulação e fomento.

O *design* tem sido estratégia crescentemente empregada nos setores industriais por ser fundamental para agregar valor e criar identidade para os produtos, serviços e empresas e para alavancar as exportações. Ele é o elemento criativo e diferencial decisivo para a competitividade das indústrias nos mercados interno e externo.

O programa tem realizado campanhas que demonstram a importância do *design* para a melhoria dos produtos nacionais e a sua conseqüente inserção nos mercados internacionais. É exemplo importante a implantação do sítio-piloto da Rede *Design* para ampliar e facilitar o fluxo de informação e conhecimento na área de *design* que resultem em ações para a melhoria da competitividade industrial brasileira. Pretende-se, com isso, intensificar o uso do *design* como propulsor de resultados econômicos para as empresas do País.

O desenvolvimento e promoção de *design* do produto industrial da Amazônia, em parceria com o setor privado, tem como alvo o setor moveleiro do Pólo do Amazonas e profissionais da área de *design*. Até o mês de outubro, cinqüenta produtos já tiveram o seu *design* desenvolvido, correspondendo a 82% da meta prevista.

Outra ação é a que trata do financiamento e fomento de estudos e projetos de *design* para a Região Nordeste. No primeiro semestre, já haviam sido financiados cinqüenta projetos, o que corresponde a 79% da meta estipulada.

O programa **Investimentos em Petróleo e Gás** visa aumentar a participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços para a indústria de petróleo.

As previsões indicam que a produção brasileira de petróleo e gás deverá dobrar dentro de cinco a sete anos, implicando investimentos da ordem de US$ 70 a US$ 80 bilhões nos próximos dez anos, o que coloca a indústria de petróleo entre os segmentos mais dinâmicos da economia nacional.

A produção brasileira de petróleo e gás deverá dobrar dentro de cinco a sete anos. Isso exigirá investimentos de US$ 70 a 80 bilhões nos próximos 10 anos.

A ação governamental concentra-se em garantir condições que estimulem o setor privado a participar das atividades de exploração e produção de petróleo, conforme o disposto na lei de flexibilização do monopólio. Tais estímulos criam condições de fi-

nanciamento compatíveis com as encontradas no mercado internacional e regras de comportamento que favoreçam a competição.

Segundo a Agência Nacional de Petróleo – ANP, a primeira licitação, realizada em 1999, apresentou os seguintes índices de nacionalização de bens e serviços: 25,4% na fase de exploração e 26,7% na etapa de desenvolvimento. Em 2000, já houve melhoria significativa desses índices. Na exploração, o resultado obtido foi de 41,4%; no desenvolvimento, de 46,8%.

O BNDES-Exim aprovou crédito de R$ 1,94 bilhão para a aquisição de bens e serviços nacionais e desenvolvimento de diversos campos na Bacia de Campos.

No que se refere a financiamentos, o BNDES-Exim aprovou, em 2000, dois projetos que financiarão a aquisição de bens e serviços nacionais e desenvolverão diversos campos situados na Bacia de Campos, no valor de R$ 1,94 bilhão. Foram desembolsados R$ 48 milhões para operações em curso, as quais já montam a mais de R$ 680 milhões.

Está em consulta pública, proposta para o estabelecimento de normas sobre as aquisições de bens e serviços a serem observados pelas empresas concessionárias. Com essa proposta, o Governo define o que é bem nacional e estará estimulando também o investimento em pesquisa e desenvolvimento no País.

Promoção das Exportações

O programa **Cultura Exportadora** tem como objetivo conscientizar a classe empresarial para a importância do comércio exterior, despertando o interesse pela exportação com base na promoção comercial, desenvolvimento de recursos humanos e ampliação dos meios de divulgação, visando ao aumento da base exportadora com empresas que continuam, por razões diversas, hesitando em ofertar seus produtos e serviços no mercado externo.

A articulação entre órgãos governamentais tem obtido excelentes resultados, sobretudo em ações voltadas para a capacitação empresarial. Exemplo disso é o projeto Formação de Agentes de Comércio Exterior, que visa capacitar e formar agentes de comércio exterior em todos os Estados. Estes atuarão como multiplicadores de conhecimentos e técnicas de comércio internacional, identificando potencialidades de empresas e de produtos e prestando assistência às micro, pequenas e médias empresas que tenham interesse em exportar.

O projeto tem como finalidade a formação de rede nacional de agentes de comércio exterior, interligados por meio da Internet. Em 2000, foram capacitados 820 agentes em todo o País.

Outro destaque é a promoção de Encontros de Comércio Exterior – ENCOMEX, cuja finalidade é estimular a maior participação do empresariado brasileiro no comércio internacional e, principalmente, facilitar seu engajamento no processo exportador. Esses encontros, iniciados em 1997, já foram realizados em 26 cidades. Estiveram presentes nesses eventos cerca de 14 mil participantes, envolvendo quase 7 mil empresas, distribuídas principalmente em micro (19%), pequenas (30%) e médias (23%), com média de 540 participantes por evento.

O programa **Desenvolvimento do Setor Exportador** concentra ações que abrangem desde aspectos de promoção comercial a atividades de natureza normativa e operacional. Incluem-se nele o desenvolvimento de novos pólos de exportação, estudos na área de comércio exterior, o sistema ALICE de estatísticas de comércio exterior, a disseminação de informações estratégicas e o aperfeiçoamento dos instrumentos para as operações de comércio exterior.

A divulgação ampla de informações facilitará a inserção de novas empresas na atividade exportadora e contribuirá para uma participação mais expressiva no comércio internacional daquelas que já atuam. Conquista importante na área da informação diz respeito à divulgação semanal dos resultados da balança comercial via Internet.

Destaca-se a modernização do SISCOMEX Exportação, iniciada em 1999, que tem como principais linhas a atualização da legislação, o redesenho da arquitetura tecnológica do sistema, a eliminação de controles e encargos desnecessários e a sua utilização como instrumento de informação e promoção comercial. O novo SISCOMEX tornará mais ágil o processo e a interface com os seus diversos usuários será mais amigável, contribuindo para expressiva redução de custos e possibilitando o monitoramento tempestivo das exportações.

Entre as prioridades do Governo está a de desenvolver as exportações, com o objetivo de ampliar a participação do produto brasileiro no mercado internacional. Neste sentido, a concepção e elaboração do Portal Brasileiro de Comércio Exterior conjugou esforços de diversos órgãos governamentais e representou grande conquista no ano 2000 para o setor. O Portal disponibilizará, em ambiente *Web*, ampla infra-estrutura de informações e serviços, proporcionando condições de maior visibilidade e competitividade no mercado exterior.

O BNDES atua para garantir mais linhas de crédito e maior volume de recursos para operações de seguro às exportações.

O programa **Financiamento às Exportações** tem como objetivo alavancar as exportações brasileiras. O BNDES, em conjunto com outros agentes de fomento, vem atuando para garantir aos empresários brasileiros mais linhas de crédito e maior volume de recursos para operações de seguro às exportações.

Entre outras medidas tomadas nos últimos dois anos, destacam-se a criação do Fundo de Garantia às Exportações – FGE e a criação da Sociedade Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, empresa privada constituída com a finalidade de atuar no Seguro de Crédito à Exportação – SCE e de operacionalizar as garantias previstas em lei, elaborando análises de risco e provendo o Conselho do Fundo de Garantia às Exportações – CFGE para a tomada de decisão. Segundo o CFGE, o fundo segurou, em 2000, operações na ordem de US$ 180 milhões.

No financiamento de longo prazo às exportações, o BNDES-Exim tem como principal finalidade estimular o aumento das exportações brasileiras mediante a oferta de linhas de financiamento e estruturas de garantia competitivas em relação às similares oferecidas pelas demais agências internacionais de crédito à exportação. Atua com linhas complementares àquelas já ofertadas pelo mercado, diferenciando-se, contudo, pelos prazos mais longos e pela capacidade de adequar suas linhas às necessidades específicas dos exportadores em determinadas situações que assim o recomendem.

Ao longo dos últimos cinco anos, o BNDES-Exim aumentou sua atuação, não mais restrita aos bens de capital e à modalidade de crédito ao exportador. Foram também implementadas melhorias nas normas operacionais, introduzidos o crédito ao importador e o financiamento às exportações de serviços, e ampliados os prazos de financiamento.

Com isso, passou a atuar de forma mais efetiva no apoio às exportações, com agilidade e flexibilidade, tendo em vista o elevado número de operações de pequeno e grande portes, que requerem fluxo operacional simples e rápido, bem como a necessidade de atender à crescente demanda pelas chamadas operações *tailor made*, que normalmente pressupõem estruturações de garantias mais complexas.

A despeito de estar facultado a financiar praticamente todos os segmentos industriais e seus produtos, excetuando-se as *commodities* e produtos básicos, o BNDES-Exim tem fundamentalmente focado seu apoio nas exportações de bens de capital, serviços e bens com maior valor agregado, tendo em vista que es-

tes demandam prazos de financiamento mais longos e condições de financiamento mais competitivas.

O BNDES-Exim registrou volume de desembolsos de R$ 3,1 bilhões, ou seja, 70% da meta estabelecida para 2000. O pais importador com maior representatividade em valores liberados é os Estados Unidos, com 53,1%. No Mercosul, a Argentina destaca-se com 6,6 % do total liberado. No que tange à estratificação das liberações, observamos que 61,1% das operações são de até US$ 500 mil.

O orçamento da linha de Financiamento às Exportações - Proex para 2000 foi de R$ 1,7 bilhão, dos quais R$ 803 milhões para a modalidade de financiamento e R$ 900 milhões para a modalidade de equalização de taxas de juro. Foram executados R$ 661 milhões na modalidade de financiamento, representando 82% da meta e R$ 845 milhões na modalidade de equalização de taxas de juros, 94% da meta.

Em 2000, o Proex gerou exportações através de operações de financiamento de US$ 414 milhões e de equalização no valor de US$ 7,77 bilhões, perfazendo o total de US$ 8,18 bilhões.

O Proex gerou exportações de US$ 414 milhões, por meio de financiamento, e de US$ 7,77 bilhões, mediante operações de equalização de taxas de juros.

O programa **Promoção de Exportações e Acesso a Mercados** aprimorou o sistema de informação e inteligência comercial do Itamaraty - *BrazilTradeNet* –, apoiou a participação brasileira em feiras internacionais, promoveu encontros do Comitê Empresarial Permanente - mecanismo de escuta de demandas do empresariado brasileiro em matéria de promoção comercial -, iniciou a operação da gerência de inteligência comercial criada pela Câmara de Comércio Exterior – CAMEX e realizou estudo sobre condições legais e operacionais de entrada de investimento direto estrangeiro no Pais, com foco em pequenas e médias empresas.

Em 2001, o programa buscará intensificar os esforços nas áreas acima citadas e estimular, no âmbito da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, a entrada de investimento estrangeiro com potencial de geração de exportações.

Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas

O programa **Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas** tem como objetivo promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio da ampliação das linhas de crédito, acesso a novas tecnologias e capacitação gerencial.

Entre as principais ações desse programa, destaca-se o lançamento do Fórum Permanente da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Este Fórum possibilitará aos micro e pequenos empresários debater temas diversos sobre suas atividades, como tratamento diferenciado, gestão empresarial e inserção internacional, entre outros.

O Fórum, presidido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, conta com seis comitês temáticos, compostos por integrantes do Governo Federal e das entidades de apoio a esse segmento de nossa economia. A conjugação de esforços do Governo e do setor privado é fundamental para a consecução de políticas adequadas aos micro e pequenos empresários.

Na sua segunda etapa, o Brasil Empreendedor ofertará R$ 9,2 bilhões às micro, pequenas e médias empresas para investimentos e para capacitar 2,6 milhões de pessoas interessadas em abrir seu próprio negócio, com geração de 600 mil postos de trabalho.

Com o lançamento da segunda etapa do Brasil Empreendedor, pretende-se disponibilizar às micro, pequenas e médias empresas R$ 9,2 bilhões para investimentos. Em termos de capacitação, a meta é treinar 2,6 milhões de pessoas interessadas em abrir o seu próprio negócio, com possibilidades de geração de seiscentos mil postos de trabalho. Merece destaque também a possibilidade de ampliação dos negócios para as micro e pequenas empresas com o incremento do comércio eletrônico.

Nesse sentido, foi criado o Comitê Executivo do Comércio Eletrônico, integrado por representantes governamentais e privados, que deve promover estudos e divulgar informações sobre o desenvolvimento do comércio eletrônico, de suas tecnologias e de seu potencial para a melhoria da qualidade e para a redução dos custos das empresas, em especial das micro e pequenas.

Qualidade e Produtividade

O **Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP**, ao longo de seus 10 anos de existência, vem ampliando a mobilização nacional em prol da qualidade e produtividade, com vistas ao aumento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País e da melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Ao longo deste ano, o programa alcançou resultados expressivos, contribuindo decisivamente para a melhoria da qualidade e produtividade no Brasil, como os destacados a seguir:

- a inclusão do Brasil como *benchmark* no Sistema de Certificação ISO 9000 – o Brasil foi escolhido pela África do Sul como um dos quatro países modelo na implantação de serviços tecnológicos e mobilização para a qualidade;

- o aumento significativo do número de empresas com certificação ISO 9000, passando de 5.500 para aproximadamente 7.000 empresas, ressaltando-se que, em 2000, evolui-se de 30 para 200 empresas com certificação ambiental ISO 14.000;

- a implantação de programas de melhoria da qualidade e produtividade em 100 Municípios de 15 Estados e, em 2000, foi alcançada a marca de 20.000 microempresas com programas implantados;

- a implantação de 4 fóruns de competitividade estaduais;

- o aumento de recursos humanos especializados na área da qualidade: 12.000 especialistas habilitados, 150.000 profissionais, técnicos e gerentes treinados e mais de 1.000 sindicalistas formados nos conceitos de técnicas de gestão da qualidade;

- a instalação de 98 laboratórios de ensaio e credenciamento de outros 130 laboratórios, encontrando-se aproximadamente 80 em fase de concessão.

O PBPQ é considerado e reconhecido, hoje, como um dos maiores movimentos em prol da qualidade e produtividade no mundo. Esta posição contribuiu para que fosse celebrado convênio de cooperação internacional entre o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade – Paraná e a *Japan International Cooperation Agency* – JICA, para a transferência de tecnologias de qualidade e produtividade, já adotadas no Japão, para, adaptadas à realidade brasileira, serem empregadas em setores produtivos.

Mineração

As políticas para a mineração brasileira têm por objetivo o desenvolvimento sustentável dessa atividade, a indução de investimentos privados capazes de provocar novo ciclo dinâmico da produção mineral e conseqüentes resultados sociais com a geração de empregos e renda para a população.

O programa **Desenvolvimento da Produção Mineral**, que se constitui em instrumento de planejamento das ações da política mineral, concentrou suas ações, em 2000, na geração e difusão do conhecimento geológico básico e na concessão e fiscalização dos direitos minerários.

As ações para atrair os investimentos privados, da ordem de US$ 35 bilhões, necessários para o cumprimento da meta de triplicar a produção da indústria extrativa mineral até 2010 vêm sendo executadas. Os resultados esperados indicam que o valor da produção atingido em 1999, de R$ 15,4 bilhões, poderá alcançar R$ 45 bilhões no horizonte de projeção, trazendo como conseqüência a criação de cerca de quinhentos mil novos empregos diretos na atividade e aproximadamente cinco milhões de empregos indiretos na indústria de transformação mineral e nos setores fornecedores de máquinas, equipamentos, insumos e serviços à mineração. Estimativas preliminares indicam que o valor da produção atingiu R$ 17,8 bilhões no ano de 2000.

A taxa de crescimento das atividades da mineração entre 1996 e 2000 alcançou 50%. Para o ano 2000, estima-se que o nível de atividade da indústria extrativa mineral, excluindo petróleo e gás, tenha sido de 5%.

Foram expressivas as taxas de crescimento da mineração no período 1996-2000, alcançando o índice acumulado de cerca de 50%. O nível de atividade da indústria extrativa mineral, excluindo petróleo e gás, também apresentou desempenho favorável em 2000. Os índices apurados permitem estimar crescimento de 5% para a indústria extrativa mineral no ano.

No período 1996-2000, foram investidos US$ 463 milhões em prospecção e pesquisa mineral. Em 2000, as estimativas indicam que foram investidos US$ 100 milhões.

Os investimentos em prospecção e pesquisa mineral no período de 1996-2000 atingiram US$ 463 milhões. Em 2000, as estimativas sinalizam investimentos da ordem de US$ 100 milhões, apresentando aumento de 15% em relação ao ano anterior.

A política em curso pretende induzir o investimento privado na pesquisa mineral, de forma a alcançar US$ 400 milhões por ano, correspondentes a 5% do valor da produção mineral, índice considerado ideal para a descoberta de novos depósitos econômicos e para o desenvolvimento do grande potencial geológico do subsolo.

Como forma de impulsionar a atividade, o Governo colocou mais de 40 mil áreas em disponibilidade, com variada potencialidade geológica, correspondendo a aproximadamente 60 milhões de hectares que estão disponíveis para novos trabalhos de pesquisa mineral.

Visando desenvolver o conhecimento do grande potencial geológico da Amazônia brasileira, reconhecidamente a mais promissora nova fronteira para importantes descobertas minerais e de petróleo de todo o mundo, e a atrair os investimentos privados necessários, o Governo está promovendo amplo projeto de levantamentos aerogeofísicos nas suas províncias minerais.

Em 2000, em seqüência à aerogeofísica realizada em 1999, foi iniciado o mapeamento geológico na Reserva Nacional do Cobre, situada nos Estados do Pará e Amapá, compreendendo área de 24.300 km^2 e o projeto Levantamentos Aerogeofísicos e Mapeamento Geológico Sistemático da Amazônia Legal.

Este projeto terá duração de três anos e enfocará tanto as áreas do escudo amazônico quanto as bacias sedimentares, objetivando, no primeiro caso, os recursos minerais e, no segundo, os recursos petrolíferos. Três milhões e quatrocentos mil quilômetros quadrados estão sendo levantados com magnetometria, gamaespectrometria e gravimetria aéreas e mapeados nas escalas de 1:100.000 e 1:250.000.

Os resultados desse projeto não apenas aumentarão significativamente a atratividade do Brasil para os capitais de risco voltados para a pesquisa mineral e de petróleo, como também constituirão marco histórico no conhecimento das potencialidades da Amazônia, com expressivos efeitos no crescimento da economia regional.

Turismo

A Política Nacional de Turismo visa criar infra-estrutura nos Municípios turísticos, capacitar mão-de-obra, melhorar a qualidade dos serviços e incrementar a promoção do turismo no País.

O Governo Federal promoveu a revisão da Política Nacional de Turismo em quatro macroestratégias de ação: i) a dotação de infra-estrutura básica nos Municípios turísticos por meio de financiamento para a modernização e construção da infra-estrutura turística nacional; ii) a modernização da legislação; iii) a descentralização da atividade, a melhoria da qualidade dos serviços com a capacitação da mão-de-obra; e iv) o incremento das ações de marketing e promoção.

Em 2000, mais vôos fretados do exterior desembarcaram no Brasil. Segundo o Departamento de Aviação Civil, pousaram no País, 2 mil vôos *charters*, quase o dobro dos que desembarcaram em 1999.

O ano 2000 ainda revelou aumento do interesse pelo Brasil no exterior. Enquanto em 1999, 1.090 vôos fretados internacionais desembarcaram no Brasil, em 2000 o Departamento de Aviação Civil - DAC aprovou nada menos do que 2 mil vôos *charters* do exterior com destino a diversos pontos turísticos brasileiros. Na temporada do verão de 2000, ocorreram 323 escalas de grandes transatlânticos em portos brasileiros, com crescimento de 109% em relação a 1998.

Em junho de 2000, o Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur implantou o Sistema Automático de Gestão de Empresas Turísticas - SAGET, que permite o cadastramento dos prestadores de serviços turísticos pela Internet, mediante ação articulada com os órgãos estaduais de turismo.

A Embratur também elaborou o Manual Brasileiro de Sinalização Turística para orientar governos estaduais e municipais na elaboração e implantação de projetos de sinalização turística. O documento, produzido em parceria com os Ministérios da Cultura e da Justiça, é a base para a implementação, em 2001, de campanha de sinalização de todos os Municípios turísticos do País.

Com o objetivo de comemorar o V Centenário do Descobrimento do Brasil, o programa **Brasil 500 Anos** desenvolveu diversas ações de forma direta e em parceria com outras instituições, visando à celebração de eventos e à criação de marcos históricos representativos alusivos à data.

O *stand* brasileiro na feira Expo 2000, em Hannover (Alemanha), foi visitado por mais de 4 milhões de pessoas.

Dentre a programação estabelecida, o evento de maior repercussão externa na comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil foi a participação brasileira na Expo 2000, em Hannover, na Alemanha, realizada de 1º de junho a 31 de outubro. Com um pavilhão de 3.000 m², a visitação ao *stand* brasileiro superou a marca de 4 milhões de pessoas, tornando o pavilhão

brasileiro o sexto mais visitado e o oitavo mais apreciado de todo evento, segundo pesquisa realizada pela *Expo News* (jornal oficial da Exposição), dentre os 155 países e 18 organizações internacionais presentes. Também segundo a *Expo News*, sem considerar o pavilhão da Alemanha, país-sede do evento, o do Brasil foi o primeiro a atingir a marca de 1,5 milhão de visitantes na Exposição.

A importância da presença brasileira na Expo 2000, além de possibilitar a apresentação ao mundo de seus produtos, cultura e programas ligados à preservação ambiental, abandonando os velhos clichês de carnaval, futebol e mulher, está dividida em duas vertentes. A primeira diz respeito ao retorno turístico – estima-se que de cada mil pessoas que visitaram o Pavilhão, cinco a dez se interessaram em conhecer nosso País. A segunda diz respeito à atração de novos investimentos no Brasil – além do seminário para captação e incentivo de investimentos turísticos realizado pelo Banco do Nordeste, durante a Expo 2000 houve visita dirigida ao Pavilhão para diretores e gerentes de grupos empresariais.

Além da Expo 2000, sobressaem-se na comemoração dos 500 anos o apoio a 1.800 projetos culturais, os quais receberam a marca do Brasil 500 anos, e as ações no Parque da Coroa Vermelha, em Porto Seguro, de revitalização urbanística, construções de terminal turístico e unidades habitacionais para os índios e demais etnias da região, totalizando investimentos na ordem de R$ 10 milhões. Ainda em Porto Seguro, sublinhe-se a construção do novo Centro de Convenções, o qual foi beneficiado com R$ 13,5 milhões provenientes do Orçamento Geral da União.

Na comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil foram apoiados 1.800 projetos culturais.

O programa **Municipalização do Turismo** visa à descentralização da atividade turística, oferecendo aos Municípios a oportunidade para o desenvolvimento sustentável mediante treinamento de agentes de desenvolvimento do turismo, e motivando o cidadão a descobrir o seu papel e sua co-responsabilidade nas ações que permeiam o turismo, estando presente em 1.300 Municípios do total de 1.693 com vocação turística identificada.

Em 2000, foram realizadas 186 oficinas de sensibilização e capacitação, aumentando de 8.335 para 12.000 o número de agentes de desenvolvimento do turismo em todo o Brasil. Os cursos de qualificação e treinamento de coordenadores e pesquisadores do projeto de inventário da oferta turística contemplaram 250 funcionários públicos estaduais, municipais e representantes da comunidade local. A fase de estudo da potencialidade turística municipal abrangeu a realização do Roteiro de Informações Turísticas - RINTUR, em 2.200 Municípios.

A formatação de 250 novos roteiros nos Municípios turísticos, para descentralizar os fluxos de turismo, possibilitará a geração de novos postos de trabalho, melhor distribuição de renda, melhoria da qualidade dos serviços prestados, criação de novos produtos e resgate de patrimônio histórico e cultural.

O programa **Desenvolvimento do Turismo no Nordeste** investiu US$ 107 milhões em obras de infra-estrutura para apoio ao turismo, gerando 911 mil empregos diretos e indiretos. Mais de 360 mil pessoas foram beneficiadas pelas obras de saneamento.

Partindo da máxima de que "uma cidade só será boa para o turista se o for para seus habitantes", o programa **Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur** executou obras múltiplas de infra-estrutura de apoio ao turismo, beneficiando 361 mil habitantes com saneamento básico e gerando 911 mil oportunidades de empregos diretos e indiretos.

Este programa, que utiliza recursos dos Estados e da União, parcialmente financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, já realizou mais de 358 obras, registrando montante de US$ 585 milhões em valores aplicados, sendo US$ 107 milhões no ano 2000. A perspectiva é de que até junho de 2001 o programa esteja com 100% das obras previstas já iniciadas, faltando cerca de vinte projetos para o cumprimento desta meta. Até dezembro de 2001, todos os desembolsos deverão ser efetuados.

Os investimentos realizados contemplam sete aeroportos, dos oito previstos para o programa, dos quais três contemplados em 2000; 934 km de rodovias construídas ou melhoradas, superando a previsão inicial de 625 km e com incremento de 45% em relação a 1999; 945 mil habitantes assistidos com serviços de saneamento básico, já ultrapassando a meta inicial de 809 mil habitantes e com crescimento em torno de 60% em 2000; 724 mil m^2 de patrimônio histórico recuperados, mais do que duplicando a meta planejada de 233 mil m^2; 70 mil hectares de meio ambiente preservados, indo além dos 48 mil hectares inicialmente projetados; e capacitação de 138 órgãos de governo responsáveis pela gestão da atividade nos Estados, dos 172 que constam do global previsto.

Dentre as obras concluídas em 2000, pode-se destacar a construção da rodovia Porto Seguro – Trancoso, a recuperação do patrimônio histórico de Porto Seguro e Trancoso, a revitalização do quarteirão cultural do Pelourinho e a recuperação da Basílica do Senhor do Bonfim, na Bahia; a construção de 253 km de rodovias – rodovia estruturante Solpoente e acessos, no Ceará; a substituição da rede aérea telefônica e a restauração da Igreja do Desterro, em São Luís, no Maranhão; a recuperação de praças e passeios do bairro de Jaraguá e a restauração do Museu da Imagem e do Som de Alagoas, em Maceió; a construção da via litorâ-

nea de Guadalupe e acessos, a restauração da Torre Malakoff, a construção do terminal marítimo de passageiros do Recife e a ampliação do estacionamento de aeronaves do Aeroporto Internacional dos Guararapes, em Pernambuco; a construção da rodovia PI-120 (trecho Valença – Pimenteiras), no Piauí; a implantação de sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário da praia de Ponta Negra, em Natal (RN); a implantação do sistema de abastecimento d'água de Atalaia Nova e Atalaia Velha/Mosqueiro, e a revitalização do centro histórico em Aracaju, Sergipe.

Com trabalhos já bastante adiantados, encontram-se em execução obras de grande importância para o desenvolvimento do turismo regional, com realce para a ampliação do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães, em Salvador e a implantação das áreas de proteção ambiental de Santo Antônio e Itacaré, na Bahia; dez projetos de implantação de sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário e seis projetos de recuperação e conservação ambiental de lagoas, rios e dunas, ao longo da rodovia estruturante Solpoente, no Ceará; substituição da rede elétrica, drenagem e pavimentação do centro histórico de São Luís, no Maranhão; a reforma do espaço cultural do Recife, a construção da via litorânea dos Carneiros e da via de penetração sul, em Pernambuco; e a ampliação do Aeroporto Augusto Severo, em Natal.

Essas ações possibilitaram a atração de investimentos privados em torno de US$ 7 bilhões, com expectativa de incremento de US$ 4 bilhões nos próximos três anos.

Na segunda fase do programa, agora denominado **Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística no Nordeste**, estão previstos desembolsos da ordem de US$ 670 milhões. Nesta etapa, o enfoque principal será dado à capacitação gerencial e laboral, à gestão de resíduos sólidos, à sinalização turística e ao planejamento urbano e ambiental, todos como forma de garantir o desenvolvimento sustentável desta atividade. Estas serão ações decisivas para a satisfação e melhoria da qualidade dos serviços prestados ao turista.

O programa está sendo diretamente apoiado e incentivado pelo Governo Federal, inclusive no aporte de 50% da contrapartida requerida dos Estados.

Nesse contexto, outra relevante ação toma corpo e forma – o projeto Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo do Nordeste. O projeto está centrado numa visão empresarial da ativi-

dade, na definição de uma politica única para o turismo na Região Nordeste, e tem como meta principal a delimitação de corredores turisticos conexos, estratégicos e diversificados.

Do total de nove pólos identificados e definidos para comporem a primeira etapa do projeto, até o presente momento foram instalados os conselhos de turismo dos pólos Costa das Dunas (RN), Costa do Descobrimento (BA), Costa dos Coqueirais (SE), Costa das Piscinas (PB) e Delta do Parnaiba (PI).

Estima-se que até junho de 2001 tenha-se instalado os outros quatro pólos prioritários: São Luis (MA), Ceará Costa do Sol (CE), Costa dos Arrecifes (PE) e Costa dos Caetés (AL).

No âmbito do programa **Turismo: a Indústria do Novo Milênio**, o Brasil fez-se presente em importantes eventos. Na Europa, destaca-se a enorme exposição sobre o barroco brasileiro no Museu *Petit Palais*, em Paris, inaugurada em novembro de 1999, que permaneceu aberta até fevereiro de 2000.

Os Comitês *Visit Brazil* estão funcionando em Washington, Londres e Buenos Aires. Em 2001 entrarão em funcionamento os Comitês em Roma e na Alemanha.

A parceria entre a Embratur e as embaixadas brasileiras no exterior tornou-se bastante efetiva em 2000. Os Comitês *Visit Brazil*, organizados pelas embaixadas, com o apoio da Embratur, para captar fluxos turisticos para o Pais, passaram a funcionar em Washington, Londres e Buenos Aires e já tiveram inicio as reuniões preliminares para o funcionamento em Roma e na Alemanha.

VI. Informação e Conhecimento

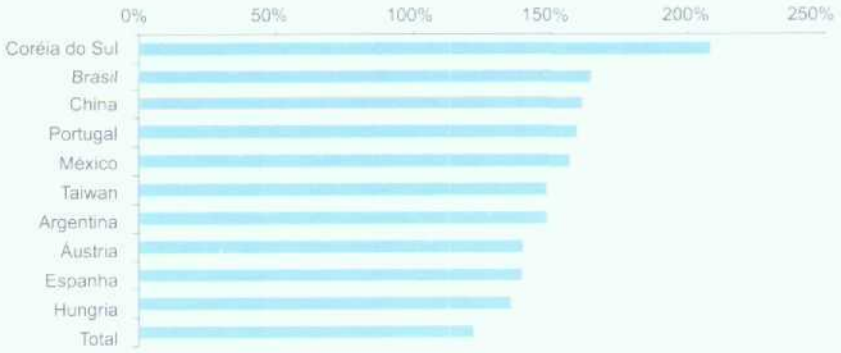
As mudanças em curso no mundo, em grande parte decorrentes ou intensificadas pela emergência de novas tecnologias, provocam impactos muito amplos sobre os diversos segmentos da sociedade. O progresso e a criação da riqueza dependem da informação e do conhecimento, e a internacionalização da economia tem enfatizado o caráter estratégico da capacitação científica e tecnológica e da formação de recursos humanos. Os incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento – P&D passaram a ser instrumentos-chave das novas políticas industriais e são admitidos como legítimos na nova ordem do comércio mundial.

São imensos os desafios de manter políticas agressivas de financiamento e fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico. Sem dúvida, a constituição, ainda na década de cinqüenta, de um sistema de suporte ao desenvolvimento de ciência e tecnologia – C&T, a partir da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e, posteriormente, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, deu ao País, comparativamente aos demais países em desenvolvimento, uma das mais notáveis e duradouras estruturas de suporte estatal ao setor. Seus resultados podem ser avaliados pelo significativo aumento da participação brasileira na ciência mundial.

O Brasil ultrapassou a marca de 1% da produção científica internacional. E mais: o crescimento da produção científica brasileira é bem superior à média mundial.

Dados recentes indicam que superamos a marca de 1% da produção científica internacional. Mais que isso, o aumento da produção científica brasileira (365%, entre 1981 e 1998) tem sido bem superior à média mundial (104%) e poucos países, em sua maioria do sudeste asiático, têm desempenho melhor. Entre 1995 e 1998, o crescimento de nossa produtividade na área científica, medida pelo crescimento do número de artigos listados em publicação técnica internacional – *Science Citation Index – SCI*, só foi superado pela Coréia do Sul, como mostra o gráfico a seguir.

Países com maior crescimento no número de artigos científicos listados no *Science Citation Index* entre 1995 e 1998



Fonte: Science Citation Index
OBS: Total referente a artigos em língua inglesa dos 34 principais países

O crescimento do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, proposto para 2001, evidencia mudança importante na relação entre os recursos destinados à capacitação de pesquisadores e aqueles voltados para o fomento à pesquisa. O fomento que representava menos da metade dos recursos de capacitação (1995-2000) passa a ser superior em cerca de 25% (2001-2003).

Outras mudanças importantes introduzidas na operacionalização desses dois conjuntos de incentivo são: o fortalecimento do processo indutivo para apoio a projetos, a avaliação por resultados e maior articulação com os órgãos setoriais e com o setor produtivo, ao lado da articulação tradicional com os setores acadêmicos visando à definição dos investimentos.

A consolidação do apoio continuado e crescente a C&T é um mecanismo essencial para o desenvolvimento do País. Para isso, é necessária a definição de fontes de financiamento com elevado grau de estabilidade. O necessário apoio será conseguido mediante estratégias e ações que promovam participação mais estreita da sociedade nos processos de definição de prioridades e de acompanhamento e avaliação do desempenho de programas de C&T.

Como mecanismo da política de C&T, um dos principais instrumentos do novo padrão de financiamento buscado consiste na utilização de fundos setoriais para apoio ao desenvolvimento tecnológico, cujo formato representou série de avanços, tais como estabilidade do financiamento, gestão orientada para resultados, articulação do MCT com as demais áreas do Governo, interação entre comunidade e setor produtivo e aumento da indução da pesquisa científica e tecnológica.

O primeiro fundo a entrar em funcionamento foi o Fundo do Petróleo – CTPetro, constituído com parcela dos *royalties* da produção do petróleo e do gás natural. A partir de 2001 serão operacionalizados os Fundos de Energia Elétrica, de Recursos Hídricos, de Transportes Terrestres e Hidroviários, Mineral, Espacial e de Infra-estrutura.

O Congresso Nacional está examinando propostas para criação de novos fundos para as áreas de Agronegócio, Informática, Aeronáutica e Biotecnologia.

A partir de 2001, os fundos setoriais deverão destinar mais de R$ 1 bilhão por ano para a ciência e tecnologia.

No conjunto, os fundos setoriais representarão contribuição de mais de R$ 1 bilhão ao ano, praticamente dobrando os recursos destinados às atividades de C&T.

Merece destaque o empenho do MCT para consolidar uma agenda voltada para o desenvolvimento e a mitigação das desigualdades regionais, visando estabelecer sinergias entre as políticas públicas federais e estaduais para C&T. Os compromissos regionais estão sendo consolidados por meio de termos de cooperação técnica para a definição de plano de ação voltado para o desenvolvimento das regiões com base na identificação das demandas de cada Estado.

O MCT deu início ao projeto Diretrizes Estratégicas para Ciência, Tecnologia e Inovação em um Horizonte de 10 Anos, que pretende abrir debate visando criar formas inovadoras de integração do setor na superação dos problemas e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Novas estratégias orientam a cooperação internacional do Brasil com o resto do mundo: aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação com os países europeus, reorganização do esforço cooperativo com os Estados Unidos, maior aproximação com nossos vizinhos e a busca de parceiros não-tradicionais, como a Índia, a Coréia e a Espanha.

O Brasil propôs a criação do Programa Sul-americano de Cooperação Científica e Tecnológica para ampliar o intercâmbio entre as comunidades científicas dos países do continente.

Em 2000, durante a Reunião dos Presidentes da América do Sul, o Governo brasileiro propôs a criação do Programa Sul-americano de Cooperação Científica e Tecnológica. A proposta pretende ampliar a mobilidade dos pesquisadores, de modo que se realizem trabalhos conjuntos, além de oferecer suporte para maior aproximação das comunidades científicas e dos laços de relações entre elas. A iniciativa parte do reconhecimento da importância da cooperação científica e tecnológica entre esses países, por conta dos desafios encontrados nessa área e do rápi-

do avanço da chamada economia do conhecimento, peça vital para a inserção competitiva no século que se inicia.

O orçamento do MCT proposto para 2001 reflete o esforço que o Governo Federal vem fazendo no sentido de desenvolver o setor em condições favoráveis e com perspectiva de longo prazo. Não há na história recente de C&T no Brasil registro de crescimento tão expressivo: 62% em relação a 2000, sendo 30% desses recursos originários dos fundos setoriais.

O primeiro dos esforços na construção de novas estratégias de desenvolvimento de C&T foi sinalizado no próprio PPA. O estabelecimento das prioridades das ações em C&T é revelado na alocação de recursos que o Ministério empreendeu para os próximos quatro anos.

Principais Programas do PPA/MCT

Alocação e Priorização do Orçamento do MCT (Em R$ 1.000)

Programa do PPA/MCT	2000/2003	Participação percentual
Programa Estratégico		
– Biotecnologia e Recursos Genéticos	503.906	5,8
– Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa	1.810.593	20,8
– Inovação para a Competitividade	1.487.957	17,1
– Sistemas Locais de Inovação	65.119	0,8
– Sociedade da Informação – Internet II	507.152	5,8
Total dos Programas Estratégicos	**4.374.727**	**50,3**
Demais Programas	**4.317.449**	**49,7**
Total	**8.692.176**	**100**

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia.

O orçamento alocado nos seus cinco principais programas representa 50,3% do total no período 2000-2003. Essas prioridades refletem as grandes orientações estratégicas do PPA do MCT: expandir a base nacional de C&T; constituir efetivo sistema nacional de inovação; preparar o País para a sociedade da informação; capacitação em setores estratégicos; e inserir C&T nas estratégias de desenvolvimento social.

Expansão da Base Nacional de Ciência e Tecnologia

A redução significativa dos incentivos, motivada pelo ajuste fiscal ao final de 1997, praticamente zerou o crescimento da participação privada. Em 1999, sob amparo da Lei nº 8.661/93, foram aprovadas apenas quatro novas propostas. Excluindo-se o setor aeronáutico, que já vinha sendo discutido anteriormente, o total de investimentos das empresas no âmbito da lei de incentivos caiu em 95%, demonstrando que os benefícios da legislação

não são mais um instrumento capaz de atrair investimentos empresariais crescentes. É indispensável, portanto, que o país produza instrumentos legais e eficazes que possibilitem às empresas investirem em P&D.

O programa **Inovação para Competitividade** reúne as ações destinadas a ampliar a participação privada no esforço de P&D. Com a sua implementação, pretende-se atingir patamar de investimentos compatível com as necessidades e os desafios de uma economia extremamente competitiva, aprofundando e viabilizando efetivo sistema nacional de inovação.

O programa **Inovação para a Competitividade** pretende aumentar a participação da iniciativa privada nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Este programa enfatiza não só a capacidade de criar inovações tecnológicas, mas também a capacidade gerencial das empresas brasileiras e, em especial, estimula a formação e o fortalecimento de parcerias entre os diversos atores: empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores.

Essas parcerias contribuirão para o incremento da competitividade dos bens e serviços produzidos e a inserção da economia brasileira no mercado global. Abrange ainda ações voltadas para articular as demandas do setor produtivo com a oferta de conhecimento disponível. Destaca-se ainda a utilização de novos instrumentos de financiamento e mecanismos inovadores, capazes de suportar o risco inerente ao desenvolvimento das inovações tecnológicas que possam ser incorporadas ao sistema produtivo e à rede de serviços do País.

O programa **Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa** destina-se a ampliar e consolidar a base de pesquisa técnico-científica. A qualidade já alcançada permite neste momento fixar com mais precisão os focos que devem orientar o crescimento do quadro de pesquisadores, nos diversos níveis de formação. O programa define suas ações em quatro grandes linhas: a) buscar a permanente formação e atualização dos pesquisadores brasileiros, tendo como referência os mais elevados padrões internacionais; b) assegurar o processo de renovação do quadro de pesquisadores, numa perspectiva de longo prazo, estimulando o surgimento de novas vocações; c) orientar segmentos da base de pesquisadores para capacitação em áreas de reconhecida relevância e/ou definidas como estratégicas, a fim de dar respostas aos grandes problemas sociais e aos desafios associados à agenda de modernização do País; d) preparar os quadros técnicos de suporte à pesquisa.

O programa **Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa** objetiva a formação e atualização de pesquisadores, a renovação do quadro de pesquisadores, a capacitação de mão-de-obra nacional em áreas estratégicas e a preparação de técnicos que atuam no suporte à pesquisa.

Merece destaque a participação decisiva do CNPq na montagem dessa base técnico-científica. Em 2001 o CNPq estará

completando cinqüenta anos de interação direta com os pesquisadores na formação de grupos de pesquisa e, sobretudo, no estímulo à identificação de novos talentos. A formação de doutores é crucial dentro dessas estratégias e vem sendo bem-sucedida, conforme é retratado na tabela abaixo.

Doutores Formados em Áreas de Ciências e Engenharias

Principais Paises – Ano mais recente da informação (1)

País	Doutores	%	País	Doutores	%
EUA	41.011	27,5	China	4.364	2,7
Alemanha	22.404	14,1	Suiça	3.804	2,4
Rússia	14.005	8,8	Brasil (2)	3.604	2,3
Japão	13.044	8,2	Itália	3.603	2,3
França	9.801	6,2	Canadá	3.356	2,1
Reino Unido	9.761	6,1	Paises Baixos	2.405	1,5
Índia	9.369	5,9	Suécia	2.072	1,3
Espanha	5.193	3,3	México	488	0,3
Coréia do Sul	4.462	2,8	Outros	6.591	4,0
			Total (3)	159.337	100,0

OBS: (1) Informações variadas: dado mais recente dos anos de 1994 a 1997; (2) Dados de 1997; em 2000 o Brasil atingiu o patamar de 5.000 doutores formados no Pais e no exterior; (3) Valor correspondente a 25 paises, inclusive todos os membros da OCDE.
Fonte: *Science & Engineering Indicators*, NSF, 1998; CAPES, 1999.

O número de doutores formados nas áreas de ciências e engenharias no Brasil é de cerca de 5 mil por ano. Número próximo aos da Coréia do Sul, China, Itália e do Canadá.

Nas áreas de ciências e engenharias, o número de doutores formados em 1997 foi de 3.604 e hoje é de cerca de 5.000 mil por ano. Isso coloca o Pais numa situação relativamente favorável, no contexto mundial, com número próximo aos da Coréia do Sul, China, Itália, Suiça e Canadá.

Estes indicadores expressam o resultado do suporte continuado aos programas de formação de recursos humanos e pesquisadores das agências federais, especialmente do CNPq. O número de bolsas concedidas por esta agência passou de menos de dez mil bolsas anuais, no início da década de oitenta, para mais de quarenta mil por ano atualmente. Incluindo-se todas as demais agências — CAPES e fundações estaduais de amparo — o número de bolsas de estudos implementadas passa de setenta mil por ano. No período recente, a concessão de bolsas nas modalidades de doutorado e de pós-doutorado tem aumentado significativamente, o que demonstra o grau de consolidação do sistema de C&T.

Ampliar a compreensão da dimensão local do aprendizado e da inovação, bem como a identificação de instrumentos e formas de apoio aos diversos tipos de arranjos, é o objetivo do programa **Sistemas Locais de Inovação**.

O MCT está empenhado na realização de estudos visando à identificação dos diferentes arranjos produtivos no âmbito de microrregiões em todo o território nacional. Já foram levantados mais de 250 arranjos entre pólos, parques tecnológicos, aglomerados (*clusters*) industriais, incubadoras de empresas e outras iniciativas institucionalizadas que possam atuar potencialmente para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social dessas localidades e regiões. A operacionalização deste programa está fortemente articulada às diretrizes estabelecidas nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

Tecnologia da Informação

O advento da Nova Economia desencadeou a emergência da informação como novo paradigma. Este traz consigo uma nova ordem – a sociedade da informação – pautada no conhecimento, na educação e no desenvolvimento científico e tecnológico. A inserção do Brasil na sociedade da informação requer, além de recursos humanos qualificados, base tecnológica, infra-estrutura e a implantação de um conjunto de inovações nas estruturas produtivas, organizacionais, no sistema educacional e nas instâncias reguladoras e normativas.

O programa **Sociedade da Informação – Internet II** foi instituído com a missão de integrar, coordenar e fomentar ações voltadas para o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação e de comunicação. Paralelamente, pretende chamar atenção para os desafios dessa nova realidade, para a competitividade e para a inclusão dos cidadãos brasileiros na sociedade da informação.

Para fomentar, coordenar e integrar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de informática e comunicação, o Governo criou o programa **Sociedade da Informação – Internet II**.

O conteúdo do programa foi apresentado à sociedade por meio do Livro Verde, que está estruturado por títulos que caracterizam problemáticas específicas. São idéias para um grande debate público, com indicações e exemplos calcados na própria realidade brasileira ou retirados de experiências que obtiveram êxito em outros países. As contribuições resultantes do debate público permitirão a definição de diretrizes e mecanismos estratégicos para sua efetiva implantação no Brasil.

Biotecnologia e Biodiversidade

É mundialmente reconhecida a importância estratégica da biotecnologia por seu potencial de desenvolvimento econômico e social. É consenso que esta área constitui uma das maiores oportunidades de ingresso do País no grande mercado de conhecimento e de novas tecnologias. Nossa participação neste mercado ainda é modesta, mas apresenta grande potencial de crescimen-

to, considerando sua posição de destaque na América do Sul, a alta qualidade da base técnico-científica e as imensas possibilidades de utilização da biodiversidade brasileira.

O programa **Biotecnologia e Recursos Genéticos – Genoma** apresenta tendência a ampliar sua participação no orçamento do MCT. Esse crescimento concentra-se nos projetos de implantação da infra-estrutura física e humana da rede de laboratórios de seqüenciamento genético no País. Destacam-se as ações da rede genoma, de bioinformática e do Laboratório Nacional de Biologia Molecular. A implantação de fundo específico no âmbito deste programa está prevista para o ano de 2002.

O programa **Probem da Amazônia** foi criado para capacitar o Brasil em pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia e química de produtos naturais.

O programa **Probem da Amazônia**, criado para capacitar o País em pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia e química de produtos naturais, visa à geração de produtos com alto valor agregado na Região Amazônica, e a consolidação de padrões de uso racional dos recursos naturais.

Para estruturar a capacidade tecnológica necessária ao desenvolvimento da bioindústria na Amazônia, o programa, em colaboração com o Governo do Estado do Amazonas, está construindo o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA.

A abertura de novas fronteiras tecnológicas, em especial a manipulação da estrutura genética, revelou, no mundo inteiro, a insuficiência das estruturas legais de regulação de atividades econômicas e de pesquisa. Em 2000, o Governo ordenou o acesso ao patrimônio genético nacional e ao conhecimento tradicional a ele associado, em sintonia com os princípios estabelecidos pela Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.

Em 2001 deverá estar em vigor o Conselho Interministerial encarregado de coordenar e definir políticas para gestão do acesso ao patrimônio genético nacional. Esse novo marco regulador permitirá iniciar os trabalhos de bioprospecção e de identificação de conhecimento tradicional, fundamentais ao desenvolvimento da bioindústria.

O contrato de gestão com a Organização Social Bioamazônia vem sendo executado, estimando-se que 60% das metas previstas já foram atingidas. No sentido de aperfeiçoar o monitoramento da execução desse contrato, foi elaborada uma matriz lógica, com detalhamento por ação dos seus objetivos.

Contrataram-se ainda, junto ao Instituto de Pesquisas da Amazônia – INPA, dezessete projetos de pesquisa sobre o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia. Foram realizados, também, estudos sobre aspectos estratégicos do funcionamento do Probem, tais como: análise crítica da experiência brasileira com incubadoras de empresas de base tecnológica; estudo sobre a importância de contextos institucionais para o desenvolvimento de sistemas locais de inovação baseados em aprendizado; estudo sobre políticas públicas adequadas ao apoio e desenvolvimento de bioindústrias na Amazônia; avaliação estratégica para o desenvolvimento de capacidade de pesquisa e inovação no CBA.

Execução das metas físicas do Probem no ano 2000

DESCRIÇÃO DAS METAS	QUANTIDADE REALIZADA (1)
Implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA	30% das edificações concluídas
Implementação de projetos para o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia	100% dos convênios com Estados firmados 60,5% das ações previstas em contrato de gestão executadas
Pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região	100% das pesquisas contratadas em execução
Apoio técnico e financeiro à estruturação de projetos estaduais do Probem	33% dos encontros de trabalho realizados 55% dos projetos estaduais estruturados
Organização de redes de coletores	22% de redes estruturadas
Implantação do programa de acompanhamento e avaliação – A&A – do Probem	200% de consultorias contratadas 100% de matriz lógica concluída 100% do modelo do CBA proposto 50% do sistema de A&A desenvolvidos
Manutenção da unidade de coordenação do Probem	57% da equipe contratada 75% do equipamento e material adquiridos 100% de serviços contratados e monitorados

(1) Realizações até 31/12/2000.
Fonte: Gerência do Probem – Ministério do Meio Ambiente.

Tecnologia em Saúde

Por meio do programa **Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde**, que objetiva desenvolver e divulgar tecnologia de produtos e processos aplicáveis em saúde pública, em 2000 foram disponibilizados à comunidade científica 844 publicações indexadas.

A Fundação Oswaldo Cruz, sede de 53 centros de referência, realizou mais de 18 mil diagnósticos especializados.

Credenciada como sede de 53 centros de referência, pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz realizou em 2000 mais de dezoito mil diagnósticos especializados.

Em outubro foram inauguradas as instalações do Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane, sediado em Manaus, com atuação no estudo da biodiversidade e da sociodiversidade amazônica. Em dezembro entrou em operação o pavilhão Leônidas Deane, no *campus* do Rio de Janeiro, assegurando melhores con-

dições à realização dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz.

Com transferência de tecnologia, o Ministério da Saúde produziu, em 2000, 17,8 milhões de doses da vacina contra a *H. Influenzae* tipo B.

No campo da tecnologia de produção, destaca-se o cumprimento da primeira fase do acordo de transferência de tecnologia que capacitou o Ministério da Saúde a produzir a vacina conjugada contra *H. influenzae* tipo B-Hib, da qual foram produzidas 17,8 milhões de doses no ano 2000. Este fato abriu espaço para a produção de outras vacinas conjugadas, como a da meningite meningocócica e a de pneumococos.

Ainda no que se refere a vacinas, foi assinado acordo com laboratório japonês, para transferência de tecnologia para produção, no Brasil, da vacina dupla viral (sarampo + rubéola).

O centro de processamento final, no complexo tecnológico de vacinas, supre hoje 56% da demanda de doses de vacinas.

Tecnologia no Setor Energético

Os investimentos feitos pela Petrobras no programa **Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na área de Petróleo** resultaram em soluções tecnológicas que atendem a todo o setor de petróleo e de gás natural.

Na área de produção *offshore*, foi desenvolvida nova tecnologia de ancoragem, muito mais segura e com alta redução nos custos de instalação, utilizando âncoras Torpedo, modelo único no mundo. Utilizadas para fixação de dutos que atravessam o oceano, linhas flexíveis de produção e monobóias flutuantes de transferência de petróleo para navios-tanque são mais seguras por eliminar o risco de danificar os dutos próximos ao serem lançadas com maior precisão. Também merece referência a utilização de plástico reforçado com fibra de vidro para sistemas de incêndio, substituindo os materiais usualmente utilizados. Esta substituição apresenta vantagem não só pela redução dos custos, mas também pela segurança operacional por ter durabilidade muito superior.

Na área de refino de petróleo, foram desenvolvidos projetos de engenharia básica para adaptação do parque de refino aos óleos produzidos na bacia de Campos e Potiguar, adaptando unidades da década de 50, que processavam óleo baiano. Foram realizados também projetos para adequar as unidades das refinarias à produção de diesel com menor teor de enxofre, atendendo às novas exigências da legislação ambiental.

Ainda na área ambiental, a Petrobras está implantando nova tecnologia para tratamento dos efluentes líquidos das refinarias de petróleo, utilizando unidade de biodiscos que favorece a atuação de microorganismos resultando na redução de poluentes. Esta tecnologia tem como vantagem a redução dos investimentos em estações de tratamento de efluentes.

Com o objetivo de maximizar a produção de petróleo, foi desenvolvida metodologia para geração de modelos complexos de reservatórios de petróleo, que permitem melhor conhecimento do campo e que reduzem à metade o tempo normalmente gasto nos estudos que determinam a melhor forma de produção.

O estabelecimento de novos procedimentos operacionais no controle da corrosão interna de dutos tornou-se necessário devido à entrada em operação de dutos mais longos e totalmente automatizados. Foi também desenvolvida técnica de soldagem para reparos em dutos, que não precisa interromper a produção.

Além dos investimentos diretamente realizados pela Petrobras, a partir de 1999 passou-se a contar também com os investimentos do fundo do petróleo – CTPETRO, para o desenvolvimento de pesquisas na área de petróleo e gás natural.

Tecnologia Nuclear

O programa **Tecnologia de Uso Naval**, que possui vários projetos em desenvolvimento tecnológico de interesse estratégico e com acesso externo vedado ao País, vêm buscando na indústria nacional a produção de materiais e equipamentos de alta tecnologia. Em 2000, foi atribuída prioridade à implantação da infra-estrutura básica na área nuclear e implementada parceria com a Indústrias Nucleares do Brasil – INB no enriquecimento e na produção de pó e pastilha de urânio para as nossas centrais nucleares.

O desenvolvimento das instalações da propulsão nuclear para submarinos vem proporcionando ao parque industrial brasileiro a possibilidade de investimentos em tecnologia de ponta, uma vez que grande parte de seus componentes são encomendados à iniciativa privada nacional.

Pesquisa Agropecuária

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, visando aprimorar seu modelo gerencial, criou novos arranjos institucionais com a implantação de quatro núcleos de gestão

tecnológica: sistemas de plantio direto, agricultura de precisão, sanidade animal e genomas e organizações não-governamentais.

Entre 1999 e 2000, as queimadas foram reduzidas em 17% no País. Nos Estados do Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins, a redução chegou a 28%.

Dentre os onze projetos estratégicos definidos, já apresenta resultado o projeto Alternativa à Prática de Queimadas na Agricultura. Após balanço preliminar de monitoramento orbital, referente aos anos de 1999 e 2000, constatou-se redução de queimadas da ordem de 17%. Considerando-se apenas os quatro Estados onde foi desenvolvida a campanha (Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins), a redução média foi de 28%.

No projeto Apoio à Defesa Agropecuária, mais de 200 projetos de sanidade animal e vegetal estão sendo desenvolvidos pela Embrapa e parceiras. No programa **Seguro Rural**, estão previstas a realização dos zoneamentos agroclimático e pedoclimático que visam diminuir o risco ambiental para as principais culturas anuais e perenes do Brasil. Além disso, até o momento, somente com estudos de risco climático deixou-se de perder cerca de R$ 150 milhões.

O programa **Conservação dos Solos** implantou em 2000 cerca de quarenta unidades demonstrativas, com o propósito de geração, validação e difusão de tecnologias de manejo e conservação de solo e água, dentro do processo produtivo agrícola e adaptadas às diferentes realidades socioeconômicas. Foram implementados oito projetos, distribuídos nas regiões Centro-Oeste e Sul. A recuperação da capacidade produtiva dos solos foi feita através de estudos da microbacia hidrográfica e foram geradas quinze novas tecnologias nesta área.

As ações de pesquisa com hortaliças, no âmbito do programa **Produtividade de Olerícolas**, possibilitaram o desenvolvimento de 79 tecnologias; o **Produtividade de Oleaginosas** já gerou 32 tecnologias por meio de seus 153 subprojetos de pesquisa; o **Produtividade de Cereais**, até o primeiro semestre de 2000, gerou 54 tecnologias, incluindo o lançamento de cultivares, técnicas de estudos de adequação, minimização de insumos agrícolas e de riscos climáticos.

Grande esforço vem sendo desenvolvido no programa **Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau**, com o propósito de recolocar o País entre os grandes produtores e exportadores mundiais. O Brasil é o único que tem condições de oferecer tecnologias avançadas para solucionar o impasse e as ações estão voltadas ao desenvolvimento e à distribuição de clones tolerantes à doença vassoura-de-bruxa. A disponibilização do agente

biológico antagónico *Tricovab* irá reduzir o nível de infestação e o aprimoramento da mão-de-obra no manejo das lavouras.

Clima e Meteorologia

Destaque deve ser dado às ações do programa **Climatologia, Meteorologia e Hidrologia**, como a modernização da rede de observação meteorológica, do sistema de meteorologia e hidrologia e a manutenção de rede básica mínima de estações de coleta de dados, base de sistema de segurança de informações meteorológicas de interesse do Estado.

Foram implantadas 100 estações automáticas de coleta de dados meteorológicos e uma rede de telecomunicações para ampliar a antecedência e a confiabilidade das previsões do tempo e clima, melhorando a capacidade de decisão dos agentes econômicos e protegendo a sociedade, meio ambiente e setores produtivos.

Foram instaladas 100 estações automáticas de coleta de dados meteorológicos, ampliando a confiabilidade das previsões do tempo e clima.

O programa **Antártico Brasileiro – PROANTAR** – uma das exigências para a participação do Brasil como Parte Consultiva do Tratado da Antártica - permite a realização de atividades científicas naquela região e garante a participação do Brasil no processo de decisão relativo ao futuro do continente Antártico.

Durante o ano de 2000, as atividades brasileiras de pesquisa na Antártida continuaram sendo desenvolvidas na Estação Antártica Comandante Ferraz (nos três refúgios localizados nas ilhas Elefante, Nelson e Rei George) e a bordo do navio de apoio oceanográfico Ary Rangel.

Tecnologia Militar

A ação das Forças Armadas no fortalecimento das bases científico-tecnológicas das áreas consideradas estratégicas pelo Ministério da Defesa tem como objetivo a modernização e o reequipamento de laboratórios, bem como a formação e o aperfeiçoamento dos recursos humanos em C&T.

São áreas prioritárias o processamento de sinais eletromagnéticos, os sistemas de comando e controle, o tratamento de imagens de satélites, a química militar e giroscópios e acelerômetros.

Esses temas constituem-se em projetos de capacitação que estão sendo conduzidos pelas Forças Armadas em estreita colaboração com entidades civis, com o propósito de buscar a ampli-

ação de capacitação em campos nos quais, por sua própria natureza, não acontece a desejada transferência de tecnologia.

O Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC2 trata de sistema de defesa nacional, integrado pelo Comando Supremo das Forças Armadas, ministérios, comandos militares e grandes comandos operacionais, que, sob a direção do Presidente da República, possibilita a coordenação das ações integradas de defesa nos casos de crises e conflitos, em qualquer parte do território nacional ou mesmo no exterior, onde estejam operando contingentes militares brasileiros, agilizando a tomada de decisões para o controle da situação.

Em 2000 o SISMC2 procedeu a implantação de protótipo inicial de suporte à decisão, no Centro de Operações do Comando Supremo – COCS, no edifício-sede do Ministério da Defesa. Essa atividade permitiu os testes iniciais de capacidade de gerenciamento de operação do sistema em situações de crise. Anteriormente, o emprego eficaz dos COCS já havia sido demonstrado no Plano Nacional de Contingência do *Bug* do Milênio.

Foi dada continuidade, em 2000, à implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – SISCOMIS, que se constitui na base física de telemática do SISMC2, com a implantação de três novas estações em Manaus, Belém e Campo Grande, ampliando, assim, o número de assinantes das Forças Armadas, o que permitiu ao Ministério da Defesa dispor de maior flexibilidade de comunicações.

O programa **Tecnologia de Uso Terrestre** está reduzindo a defasagem tecnológica do País em relação aos exércitos mais modernos do mundo.

O programa **Tecnologia de Uso Terrestre**, conduzido pelo Exército, vem concentrando recursos em projetos que contribuem para a independência tecnológica do País e a redução do hiato tecnológico em relação aos exércitos mais modernos, destacando-se a produção de morteiros 120 mm de alma raiada, pelo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, material desenvolvido no País com desempenho similar ao dos países mais modernos, e o projeto para dotar a artilharia de sistema computadorizado de tiro, desenvolvido em parceria com a Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL.

Atualmente, o Exército prepara-se para iniciar o desenvolvimento de nova família de viaturas blindadas de rodas, buscando compatibilizar a tecnologia já dominada com os avanços tecnológicos surgidos na última década.

Ordenamento Territorial

O programa **Zoneamento Ecológico-Econômico** é uma proposta do Governo Federal para subsidiar as decisões de planejamento socioambiental e de uso do território nacional, que tem como objetivo promover o zoneamento ecológico-econômico – ZEE de regiões selecionadas como forma de consolidar o processo de ocupação e de desenvolvimento regional de modo sustentável.

Ainda não foi possível consolidar informações suficientes para a elaboração de um ZEE nacional, em escala adequada com as necessidades da União e compatível com as políticas estaduais, havendo tão-somente dois macrodiagnósticos referentes à Amazônia Legal e à Zona Costeira.

Assim, estão sendo formalizadas parcerias com órgãos técnicos do Governo, a fim de consolidar a metodologia do ZEE Brasil. Proposta inicial foi formulada pelo Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite – CNPM, vinculado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, em Campinas, e está sendo discutida pelos demais parceiros institucionais e pelas secretarias do Ministério do Meio Ambiente.

No âmbito da Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho, prosseguiram as atividades de instrumentalização dos Estados, com o desembolso de R$ 194 mil em 2000. As ações terão prosseguimento nos próximos três anos.

O projeto Orla está sendo implantado na perspectiva de estabelecer diretrizes e normas gerais de disciplinamento de uso e de desenvolvimento de alternativas para utilização de áreas do patrimônio da União localizadas na orla marítima, tendo os Municípios como principais agentes. Em 2000, foram utilizados R$ 200 mil provenientes da Secretaria do Patrimônio da União, em parceira com o Ministério do Meio Ambiente.

Acelerou-se a implantação da Agenda Ambiental Portuária, em parceria com o Ministério dos Transportes, visando à introdução da gestão ambiental nos portos, para corrigir e prevenir os problemas ambientais relacionados a esse setor, com envolvimento, nesta primeira fase, dos portos de Vila do Conde (PA), Itaqui (MA), Maceió (AL), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS).

Em 2000, foram desenvolvidas propostas referentes à regulamentação da Lei nº 9.966/2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lança-

mento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas, em águas sob jurisdição nacional, e também na estruturação do plano nacional de contingência para resposta e atendimentos a incidentes com tais produtos.

Tecnologia Aeroespacial

Aproveitando a excelente posição geográfica do Centro de Lançamento de Alcântara, o País elaborou projeto de sua adequação para o lançamento de veículos estrangeiros.

No âmbito do programa **Nacional de Atividades Espaciais**, cabe menção ao projeto estratégico de adequação do Centro de Lançamento de Alcântara para sediar operações de lançamento de veículos estrangeiros em bases comerciais, assegurando a participação do País no promissor mercado mundial de lançamento de satélites.

VII. Meio Ambiente

A melhoria da gestão ambiental define o sentido fundamental para um novo modelo de atuação do Estado e de seus mecanismos de relação com a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros, em especial em áreas urbanas, constituindo-se num dos grandes objetivos da ação governamental.

Seguindo as orientações estratégicas estabelecidas no Avança Brasil, o Ministério do Meio Ambiente - MMA tem como principais objetivos a promoção da conservação e do uso sustentável dos recursos florestais e da biodiversidade, a repartição justa e eqüitativa dos benefícios de sua utilização, bem como a recuperação de áreas degradadas, incorporando valores econômicos, sociais e ambientais. Visa, também, a promover a implantação, consolidação e gestão de áreas protegidas e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a conservar, revitalizar e promover o uso sustentável dos recursos hídricos.

A face mais recente da área ambiental é de natureza pró-ativa, antecipativa e preventiva, envolvendo uma gestão ambiental descentralizada, participativa, integrada, dispondo de mecanismos sustentados de financiamento, com base em instrumentos econômicos amadurecidos e testados ao longo de mais de 20 anos em países desenvolvidos.

No ano 2000, foram desenvolvidas, no âmbito do programa **Qualidade Ambiental**, ações voltadas à melhoria da qualidade do ar nos centros urbanos, visando à mensuração dos ganhos ambientais e de saúde pública advindos do projeto de controle da poluição do ar em veículos automotores e à limitação das emissões atmosféricas de incineradores de resíduos.

Em decorrência de ações para a proteção da camada de ozônio executadas em 2000, mais 28 empresas brasileiras obtiveram a aprovação de seus projetos de conversão industrial pelo Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal. Estes projetos propiciarão a eliminação de cerca de 921 toneladas de substâncias destruidoras da camada de ozônio do consumo nacional.

Graças às ações para a proteção da camada de ozônio, mais 28 empresas brasileiras tiveram seus projetos de conversão industrial aprovados pelo Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal. Isso garante a eliminação de cerca de 921 toneladas de substâncias destruidoras da camada de ozônio.

O projeto de Licenciamento Ambiental tem como objetivo resgatar o licenciamento como instrumento de caráter preventivo e promover a modernização do Sistema de Licenciamento Estadual, por intermédio da associação a outros instrumentos e da

definição de estratégias que permitam seu melhor desempenho com ganhos na qualidade ambiental.

Em 2000 foi realizado o Seminário Nacional sobre Monitoramento da Qualidade da Água, com a participação de representantes de todos os Estados, destinado aos dirigentes dos órgãos estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos, com o objetivo de divulgar os fundamentos e estratégias de execução dos projetos estaduais sobre o tema. Foi também realizado o levantamento de informações a respeito da situação atual do monitoramento da qualidade da água no País e as principais demandas estaduais de monitoramento.

Definiu-se ainda o conteúdo programático básico dos cursos de Gestão Ambiental e Monitoramento da Qualidade da Água para os técnicos dos órgãos estaduais de meio ambiente e de recursos hídricos.

O programa **Brasil Joga Limpo** tem como objetivo reduzir a geração, aumentar a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados, promovendo a melhoria da qualidade ambiental nos assentamentos humanos e incrementar a capacidade de gestão ambiental integrada no meio urbano e rural, em consonância com diretrizes da Agenda 21, especialmente aquelas voltadas ao manejo ecologicamente saudável dos resíduos e à mudança nos padrões de produção e de consumo.

Em 2000, o programa **Brasil Joga Limpo** liberou R$ 1,3 milhão para implementação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos em 17 Municípios de 20 a 50 mil habitantes. Até 2002, serão alocados R$ 4,7 milhões.

O foco de atuação do projeto Gestão Ambiental Urbana tem sido as questões do saneamento e do transporte, destacando-se as ações voltadas para gestão integrada de resíduos sólidos. Por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, foram alocados recursos da ordem de R$ 4,7 milhões, a serem liberados no período 2000 - 2002, dos quais R$ 1,3 milhão liberados em 2000, para a implementação de planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos, atendendo 17 Municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes.

Com a mesma finalidade, foram implantados sistemas de informação ambiental para a gestão integrada de resíduos, em 45 Municípios, com investimentos de R$ 11 milhões.

O principal foco de atuação na área rural foi o tema dos resíduos de embalagens vazias de agrotóxicos, tendo-se estabelecido parceria estratégica com o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, para o qual estão sendo consignados recursos da ordem de R$ 2,7 milhões, destinados ao desenvolvimento de cam-

panha nacional e à capacitação de técnicos multiplicadores das secretarias estaduais de agricultura e empresas vinculadas; ao apoio à implantação de assentamentos de reforma agrária ambientalmente sustentáveis; à difusão entre os agricultores e usuários de madeira, de tecnologias e técnicas de aproveitamento de resíduos de origem lignocelulósica e o *ecodesign*; e à elaboração de indicadores de qualidade ambiental e de vida dos assentamentos humanos no meio rural.

Para 2001, em função da grande demanda, o FNMA já está preparando novo edital, com previsão de alocação de aproximadamente R$ 15 milhões, recursos da conta petróleo do MMA, para atendimento de cerca de 30 Municípios com populações entre 20 e 100 mil habitantes.

Um passo decisivo para a consolidação da Política de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/99, foi dado com a inclusão do programa **Educação Ambiental** no Avança Brasil, com o objetivo de promover a conscientização, a capacitação e mobilização dos diversos segmentos da sociedade para prevenção e solução dos problemas ambientais.

Entre suas ações destacam-se a implantação de pólos de educação ambiental e a difusão de práticas sustentáveis nas 27 unidades da Federação e do Sistema Federal de Informação em Educação Ambiental.

Foram ainda criadas comissões interinstitucionais de educação ambiental em 17 unidades da Federação e elaborados 16 programas estaduais de educação ambiental. Em 2001, serão capacitados técnicos representados nas comissões, com vistas à elaboração de projetos nos moldes exigidos pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente.

A formação de quatro mil professores e técnicos do Sistema Nacional de Meio Ambiente, preferencialmente da região da Costa do Descobrimento, está sendo realizada por intermédio do Curso Básico de Educação Ambiental à Distância, criado em 2000. Para 2001 está prevista a capacitação de dez mil multiplicadores em todo o País para este fim.

A implantação de quatro pólos de educação ambiental e difusão de práticas sustentáveis foi articulada junto aos Estados de Goiás, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Alagoas, bem como a capacitação de lideranças para a implantação de núcleos regionais. A fase atual é de elaboração dos projetos e já em 2001

serão implantados pólos nos Estados que já tiverem seus representantes capacitados.

Florestas

O Plano Plurianual contemplou o setor florestal com três programas, com destaque para o **Florestar**, cujos objetivos foram traçados levando-se em conta a previsão de déficit de matéria-prima florestal a partir do ano de 2004 e a reduzida área de florestas públicas de produção.

Projeção da necessidade de incremento de áreas florestais para garantir a expansão da base florestal

Área Florestal Plantada (ha)	
Atual	Desejada
6,4 milhões	13 milhões
Área de Florestas Públicas de Produção (ha)	
Atual	Desejada
12 milhões	40 milhões

Fonte: SBF/MMA

O Brasil dispõe de 6,4 milhões de hectares de florestas plantadas, tendo como área desejada para atender o suprimento 13 milhões de hectares. Possui 12 milhões de florestas nativas em áreas públicas para o manejo, desejando alcançar 40 milhões de hectares. Estas metas são previstas para serem alcançadas até o ano 2010.

Do ponto de vista normativo, o **Florestar** contribuiu com a discussão que resultou na alteração de dispositivos do Código Florestal que tratam da isenção da exigibilidade de Reserva Florestal Legal para pequenas propriedades rurais, da acumulação das áreas de preservação permanente com os remanescentes da reserva, para composição do percentual obrigatório e da recomposição da Reserva Florestal Legal com espécies exóticas, frutíferas, ornamentais ou industriais, em cultivo intercalado ou em consórcios, em blocos ou maciços.

O objetivo do programa **Parques do Brasil** é ampliar a conservação, no local, dos recursos genéticos e o manejo sustentável dos parques e áreas de proteção ambiental, em cada bioma brasileiro, com a melhoria de sua gestão. Sua meta é atingir a proteção de 10% de cada um desses biomas.

Do conjunto de realizações observadas no ano de 2000, merecem destaque a criação de três novas reservas extrativistas: Corumbau, na Bahia, Tarauacá, no Acre, e Delta do Parnaíba, no Piauí e Maranhão. Mais marcante, no entanto, foi o reconhecimento pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO de duas novas áreas como Patrimônio Natural da Humanidade: o Parque Nacional do Jaú (AM), com 2,27 milhões de hectares, o maior do Brasil, e o Complexo Pantanal, abrangendo o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense e três Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

O Brasil tem agora cinco áreas reconhecidas pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade. Com este reconhecimento, a Reserva da Biosfera do Pantanal passa a contar com instrumentos essenciais para a conservação e uso sustentável de sua biodiversidade, inclusive com acesso a linhas de crédito internacionais.

O País passou a ter cinco áreas reconhecidas pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade. Com isso, há mais instrumentos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade do Pantanal.

Do ponto de vista normativo, foi aprovada em 2000 a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, que unifica sob um único marco legal as unidades de conservação brasileiras. Destaca-se ainda a implementação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, conforme previsto na lei. Já foram realizados contatos com todos os Estados, visando à obtenção de dados sobre as unidades estaduais. Estes dados estão sendo analisados e consolidados, visando prestar contas das áreas já sob proteção em cada um dos biomas brasileiros, além de servir como instrumento de planejamento da Política Nacional de Áreas Protegidas.

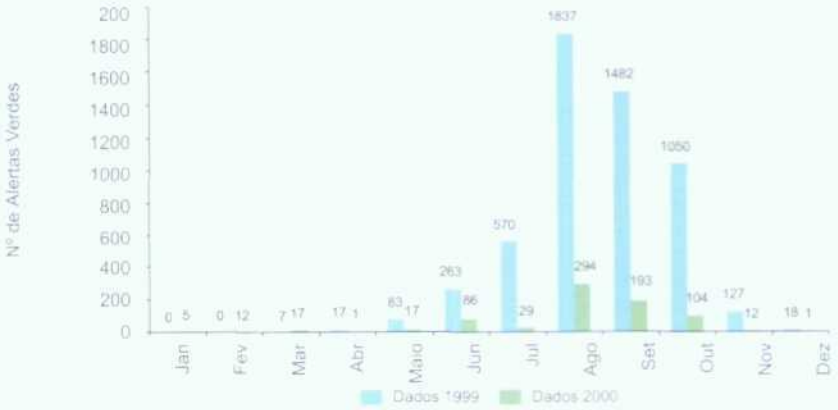
O programa **Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais** tem como objetivo manter a integridade das florestas nacionais quanto à ação imprópria de queimadas sem controle, incêndios e desmatamentos ilegais. O programa dá prioridade às áreas previamente conhecidas como de risco e às áreas com potencial de risco amplificado.

Partindo dessa premissa e tomando como meta a redução em pelo menos 30% dos acidentes com uso do fogo, principalmente na área do arco do desflorestamento, adotou-se série de medidas que resultaram na queda real dos focos de calor e na redução de mais de 80% dos alertas verdes – condição considerada como acidente com uso do fogo por se tratar de foco de calor em área florestal – superando em 50% a meta originariamente estabelecida. O número total de focos na Amazônia Legal, em 2000, foi aproximadamente 20% inferior ao observado no ano anterior.

O número de focos de incêndio na Amazônia Legal em 2000 foi 20% inferior ao observado em 1999.

Comparativo de Alertas Verdes (1999/2000)

Dados atualizados até 30/11/00



Fonte: Centro de Sensoriamento Remoto - Ibama/INPE

Seguindo o conjunto de medidas planejadas para redução do número de queimadas durante o período crítico da seca nas Regiões Centro-Oeste e Norte, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama coordenou campanha de esclarecimento, prevenção e fiscalização intensiva nas áreas de maior risco de ocorrência de queimadas e incêndios florestais, denominada Amazônia Fique Legal. Além disso, foram criadas e treinadas brigadas municipais para as unidades de conservação e áreas indígenas, em áreas de maior risco de ocorrências de problemas com fogo.

Recursos Hídricos

O Governo Federal, de acordo com as diretrizes e estratégias estabelecidas na Lei das Águas (Lei nº 9.433/97), vem promovendo a gestão democrática e ambiental dos recursos hídricos, buscando assegurar a ampliação da oferta de água de boa qualidade em todo o território nacional e garantir seus múltiplos usos.

Dentre os fatos mais relevantes ocorridos no setor está a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, aprovada pela Lei nº 9.984/2000. Esta autarquia será responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e integrará o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Atualmente, as ações na área de recursos hídricos estão reunidas em sete programas do Avança Brasil, sob a responsabilidade dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional.

Entre 2000 e 2003, o programa **Águas do Brasil** investirá R$ 158,4 milhões em ações que garantam a disponibilidade de água na quantidade e qualidade desejadas.

O programa **Águas do Brasil** objetiva o desenvolvimento de ações que garantam a disponibilidade de água na quantidade e qualidade desejadas, de modo racional e integrado, e prevê investimentos com recursos do Tesouro para o período 2000-2003 da ordem de R$ 158,4 milhões.

A preparação do IV Diálogo Interamericano de Recursos Hídricos, envolvendo o planejamento da temática e logística para o fórum bienal a ser realizado em Foz de Iguaçu, em setembro de 2001, dará prosseguimento aos três encontros já realizados nas Américas. O evento contará com a participação de todos os países do Continente.

O projeto de Dessalinização de Águas prevê a instalação de dessalinizadores em pequenos núcleos rurais, contribuindo para resolver o problema do abastecimento e para evitar o êxodo rural, sendo solução local, inovadora e de baixo custo quando comparado a outros sistemas tradicionais.

Efeito semelhante deverá ser alcançado com a construção de um milhão de cisternas rurais em 2001, que utilizam técnicas alternativas de coleta de água das chuvas.

Dentre os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, a outorga do direito de uso da água, que disciplina o uso deste recurso natural, contribui para a redução ou eliminação de conflitos entre usuários. Em 2000 foram emitidas 667 portarias de outorga, com impactos diretos na gestão das bacias hidrográficas em 19 Estados.

No intuito de orientar as prioridades de outorga, contribuir para o ordenamento do uso do solo na bacia e estabelecer critérios para a cobrança pelo uso da água, em 2000 foram concluídos nove planos diretores de recursos hídricos e quarenta encontram-se em elaboração.

Outro avanço alcançado na implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, foi a criação de sete câmaras técnicas para análise prévia de matérias propostas no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, responsáveis pelo aprimoramento da legislação do setor.

O programa **Transposição de Águas do Rio São Francisco** objetiva garantir a segurança hídrica indispensável ao desenvolvimento sustentável na faixa semi-árida do Nordeste Setentrional, mediante o aumento do suprimento de água da região. Em sua área de influência encontram-se cerca de duzentas cidades de pequeno e médio porte e importantes centros urbanos regionais, compreendendo uma população total residente de aproximadamente 6,8 milhões de habitantes, com expectativas de atingir cerca de dez milhões em 2025.

A transposição das águas do Rio São Francisco garantirá água para 6,8 milhões de pessoas residentes na faixa semi-árida do Nordeste.

Dentre os resultados alcançados pelo Programa em 2000, destacam-se a finalização e entrega ao IBAMA dos Estudos de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, com vistas à obtenção da Licença Prévia Ambiental, documento indispensável para o início das obras de engenharia.

Paralelamente foram realizados estudos de viabilidade técnico-econômica, de apoio à inserção regional do empreendimento e cartográficos. O projeto básico de engenharia já se encontra 60% concluído, enquanto o projeto básico ambiental já apresenta realização de 20%. Tais estudos mobilizaram investimentos da ordem de R$ 10,5 milhões.

Na expectativa de contribuir para a melhoria da qualidade e para o aumento da oferta hídrica do Vale do São Francisco e, conseqüentemente, melhorar as condições socioeconômicas das populações ribeirinhas, foi elaborado o Plano de Revitalização Hidro-Ambiental da Bacia do São Francisco, prevendo ações articuladas com outros ministérios e com os governos estaduais da região.

Em 2001 serão iniciadas as audiências públicas que irão ampliar a discussão sobre o programa, estando prevista a obtenção da Licença Prévia Ambiental junto ao IBAMA para iniciar o processo licitatório e implementar as obras de engenharia.

O programa **Proágua Infra-Estrutura** objetiva assegurar a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção, por meio de obras estruturantes e prioritárias, como barragens, açudes e adutoras, além de executar obras para o controle de enchentes, combate à erosão e de contenção de encostas.

O País construiu em 2000, 586,5 km de adutoras e 59 barragens, que resultaram na acumulação de 772,9 milhões de m³ de água para consumo de dois milhões de habitantes. No ano foram investidos R$ 250 milhões em obras de infra-estrutura hídrica.

Em 2000, foram investidos cerca de R$ 250 milhões em obras de infra-estrutura hídrica no País. Das obras executadas, ressalta-se a construção de 586,5 km de adutoras, 59 barragens, sendo 57 de pequeno porte e duas de porte médio, representando a acumulação de 772,9 milhões de m³ de água, com benefício para dois milhões de habitantes.

Iniciadas em 1996, encontram-se em vias de conclusão no Piauí a barragem Mesa de Pedra, em Valença, que irá beneficiar uma população de 98,8 mil habitantes, e a barragem Corredores no rio Jenipapo, beneficiando 72 mil habitantes, com volume de acumulação de 82,1 milhões de m³ de água. Deve também ser concluída a adutora Trairi, no Rio Grande do Norte, com 315 km de extensão, disponibilizando 11,7 milhões de m³ de água, que

irá beneficiar população de 226,1 mil habitantes, gerando cerca de seis mil empregos diretos e indiretos.

Dentre os projetos que compõem o programa destaca-se o Proágua Semi-Árido, financiado pelo Banco Mundial, com a participação da União e dos Estados da região. Em 2000 verificou-se o aumento de 21,4 milhões de m^3 por ano na oferta de água na região, em decorrência da construção de cinco adutoras com extensão de 271,5 km, mediante investimentos da ordem de R$ 17,2 milhões.

Os investimentos nessa região são estruturantes para o uso sustentado dos recursos hídricos, pois a oferta de água tratada possibilitou a diminuição em até 82% no número de internações hospitalares em determinadas áreas.

Registre-se ainda a conclusão das adutoras Tauá e Cascavel, no Ceará, com extensão de 27 km; das adutoras Amélia Rodrigues e do Feijão, com extensão de 121 km, na Bahia; e da adutora de Mossoró, no Rio Grande do Norte, com extensão de 123,5 km, beneficiando 364,8 mil habitantes com o abastecimento de água, mediante a implantação das estações de tratamento.

Para 2001 está prevista a conclusão de importantes obras para o abastecimento de água, as quais beneficiarão cerca de 5,5 milhões de habitantes, proporcionando aumento na oferta de água da ordem de 540,1 milhões de m^3 por ano, com a construção de 730,9 km de adutoras, 133 barragens e açudes e 1.158 poços artesianos.

VIII. Defesa Nacional

O desordenamento e a imprevisibilidade do cenário internacional de hoje tornam necessário o reequacionamento de posturas e procedimentos que permitam ao Brasil estabelecer, com base em referenciais próprios, parâmetros de defesa compatíveis com a sua dimensão político-estratégica.

O quadro atual de ameaças que afeta o País apresenta conjunto inédito de circunstâncias e de atores, o qual exige, muitas vezes, respostas distintas da força militar. Sistemas de defesa baseados exclusivamente em conceitos de guerra convencional não são, portanto, suficientes para neutralizar as inúmeras ameaças do presente. A Defesa Nacional é, hoje, assunto de interesse de toda a Sociedade e o enfrentamento das novas contingências torna imprescindível a ação conjunta de civis e militares.

A Política de Defesa Nacional prevê, em seus objetivos, a integração das visões estratégicas de cunho social, econômico, militar e diplomático. Assim, o esforço conjunto de civis e militares fará com que as diretrizes emanadas do Ministério da Defesa sejam dotadas de maior legitimidade e transparência, reforçando a credibilidade, nos planos interno e externo, do Sistema de Defesa Nacional. Isso possibilita que os grandes temas ligados à defesa e à segurança externa, antes afetos somente a peritos militares, possam agora ser estudados e debatidos de forma mais abrangente e multidisciplinar, também por civis, com a participação de outros órgãos do Governo, do Congresso Nacional e da sociedade civil, permitindo proveitosa integração entre civis e militares, pois o objetivo de defender o País e dar-lhe segurança é de todos os brasileiros.

A Política de Defesa Nacional presume a ação conjunta de civis e militares, integrando visões estratégicas de cunho social, econômico, militar e diplomático.

É nesse contexto de feição democrática que se insere o Ministério da Defesa, marcado pelo diferencial de Ministério de Estado e não de Governo, a exemplo das maiores nações do mundo, decorrente dessa variada gama de atribuições voltadas para a modernização e a capacitação de defesa do País, para melhor eficiência e eficácia de seu poder dissuasório, com a finalidade maior de preservação de nossa soberania.

A Defesa e a Sociedade

O Ministério da Defesa está ciente de que o papel que caberá às Forças Armadas nas próximas décadas é multifacetado e deve ser calcado em amplo debate, cujo resultado será tão satisfatório quanto maior for o envolvimento da sociedade. Dentro

deste espirito, no ano de 2000 o Ministério da Defesa iniciou processo de consulta a personalidades representativas de diferentes espectros de opinião. São ministros e ex-ministros de Estado, acadêmicos, jornalistas especializados, diplomatas, parlamentares e ex-militares, todos com reconhecida competência na área de Defesa e muitos deles fortes criticos do atual Sistema de Defesa Nacional. O objetivo básico é o de recolher massa critica de idéias que permita oxigenar antigos preceitos e conferir maior legitimidade aos novos referenciais estratégicos que venham a ser adotados pelo País.

O Brasil e a Segurança Hemisférica

No plano externo, o Brasil tem acompanhado ativamente os desdobramentos recentes no âmbito da defesa hemisférica. Vários fatos importantes ocorreram nos últimos cinco anos, como a criação, em 1995, pela Organização dos Estados Americanos - OEA, da Comissão de Segurança Hemisférica, dedicada a considerar de modo sistemático e exclusivo o tema da segurança e da defesa nas Américas; as Reuniões Ministeriais de Defesa das Américas, iniciadas em 1995 com a reunião de Williamsburg, e cuja meta é a de estabelecer o diálogo entre Ministros de Defesa dos países americanos; e a criação, em 1997, do Centro para Estudos Hemisféricos de Defesa, cujo propósito é o de promover o intercâmbio de idéias entre os Estados Unidos e os países do sistema interamericano em torno do tema da segurança.

Durante a IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas, o Brasil enfatizou a dificuldade de se imaginar uma visão única, hemisférica, de segurança para todo o continente americano.

O assunto "Segurança Hemisférica no Século XXI" foi um dos principais temas abordados durante a IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas, que se realizou em Manaus, no mês de outubro de 2000. O Brasil, ao formular o projeto de agenda, enfatizou o fato de que "as realidades geográficas, políticas, econômico-sociais e culturais das Américas do Norte, Central e do Sul são distintas, e que é difícil imaginar uma visão única, hemisférica, de segurança, aplicável às três massas continentais". Ainda que a solidariedade e o intercâmbio hemisféricos sejam aspectos importantes e que mereçam ser incentivados, é preciso levar em conta a existência de diferenças marcantes de natureza estratégica entre as três Américas, as quais encontravam-se diluídas no contexto da bipolaridade.

Os países sul-americanos, afastados dos principais eixos de tensão mundial, vivem processo de integração regional, impulsionado pelo Mercosul e pela Comunidade Andina. Isso minimiza a possibilidade de conflito na região.

A América do Sul, que pela própria geografia é a área de nosso interesse estratégico imediato, no sentido de convivermos com um entorno de estabilidade e de paz, é Continente afastado dos principais eixos de tensão mundial. Com baixos índices de despesas militares, os países sul-americanos conduzem bem-sucedido processo de integração regional, impulsionado

pelo Mercosul e pela Comunidade Andina, e buscam a consolidação da democracia e o desenvolvimento econômico e social. Tais aspectos reduzem a níveis mínimos a possibilidade de conflito na região.

O Brasil, por sua dimensão territorial e pelo fato de compartilhar fronteiras com nove dos onze países sul-americanos, além da Guiana Francesa, é o único capaz de atuar como elemento integrador das vertentes sul e norte do Continente e de agir como o articulador do espaço sul-americano, trabalhando, sem qualquer pretensão hegemônica, no sentido de promover a estabilidade e a cooperação regionais em todos os campos, inclusive o político-estratégico.

A América do Sul vive hoje momento ímpar da sua história, que se caracteriza pela superação de antigas rivalidades e pela aproximação sem precedentes entre Estados que até pouco tempo se consideravam potenciais inimigos. A redemocratização e a integração econômica tornaram evidente o fato de que o caminho da cooperação e do entendimento é o único possível para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento e que conceitos estratégicos, baseados unicamente no mecanismo da balança de poder, só servem para desviar recursos e energias, em países com graves carências nos campos social e de infra-estrutura.

O Brasil está se empenhando no sentido de estabelecer, com seus vizinhos sul-americanos, canais que afastem definitivamente a possibilidade de conflito armado na região e que permitam aos países concentrar esforços no desenvolvimento econômico e social; e promover, não a formação de alianças militares no sentido clássico, e sim o reforço do diálogo no nível da concepção de políticas de defesa, dentro do marco democrático, entre os países da América do Sul.

O Brasil está empenhado em afastar definitivamente a possibilidade de conflito armado na América do Sul.

O momento de relativa paz em que vivemos não significa que o Continente esteja livre de problemas na área da segurança, como bem atestam os episódios recentes de instabilidade institucional vividos por alguns países sul-americanos e a grave crise que vive a Colômbia. Neste caso, em especial, o Brasil tem defendido a posição de que qualquer auxílio à Colômbia deva ser prestado dentro das linhas mestras que tradicionalmente têm norteado a ação externa brasileira, como as da não-intervenção, do respeito à autodeterminação e da não-ingerência em assuntos internos de outros países.

Qualquer auxílio à Colômbia deverá respeitar os princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos e da não-ingerência nos assuntos internos de outros países.

Participação em Operações de Paz

Em 2000 o Brasil prosseguiu como um dos mais tradicionais contribuintes de militares para missões de paz das Nações Unidas e de outros Organismos Internacionais, o que decorre de sua condição de membro-fundador da ONU, bem como de sua vocação de defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos.

O Brasil participa da Missão de Paz da ONU no Timor Leste, das operações de manutenção da paz no Chipre e na Croácia. Na América Central, participa da Missão da ONU na Guatemala e na Missão de Assistência à Remoção de Minas.

Na América Central, o Brasil continuou participando da Missão de Assistência à Remoção de Minas - Marminca, sob a égide da OEA, e da Missão das Nações Unidas na Guatemala - Minugra, finalizada em 2000. Na Europa, prosseguem as operações de Manutenção de Paz da ONU no Chipre (UNFICYP) e na Península Prevlaka – Croácia (UNMOP), com marcante participação do Brasil. A participação na Missão de Paz da ONU no Timor Leste (UNAMET) foi expandida com o envio de mais dois contingentes de tropas brasileiras para colaborar na consolidação da paz naquele país.

Instalação e Implantação do Ministério da Defesa

Criado para harmonizar o Sistema de Defesa Nacional, a implementação do Ministério da Defesa será executada ao longo do Plano Plurianual 2000-2003 em diversas etapas. Em 2000 foram executadas ações que se caracterizaram pela adaptação física das instalações do edifício-sede do Ministério da Defesa. Em 2001 e 2002 planeja-se ser desenvolvida a base doutrinária e metodológica, a infra-estrutura física para integração dos seus diversos sistemas (incluída a infra-estrutura de informática), o Sistema de Qualidade do Ministério da Defesa, dando-se especial atenção à capacitação dos recursos humanos.

A par de consolidar a instalação e implantação do Ministério da Defesa, também das questões atinentes aos legítimos interesses corporativos das Forças Armadas e dos militares e às condições pessoais dos mesmos, foi dedicada especial atenção aos projetos da previdência militar e da remuneração dos militares, projetos estes de fundamental importância para a tranqüilidade da família militar, e que se fundamentam nas peculiaridades da profissão.

O projeto de criação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, prevista na Lei Complementar nº 97/99, vinculada ao Ministério da Defesa, com o propósito de estabelecer nova forma de administração do setor, foi exaustivamente discutido, buscando-se, desse modo, chegar a uma proposta única de Governo. O Ministério concluiu esse trabalho e encaminhou o resultado do

mesmo à Presidência da República, tendo sido enviado ao Congresso Nacional em 28 de novembro de 2000.

Presença e Vigilância na Amazônia

O Governo brasileiro, dentro da prioridade que confere à proteção da região Amazônica, atribuiu ao Ministério da Defesa a condução de dois grandes programas: **Calha Norte** e **Proteção da Amazônia**.

Para a proteção da região Amazônica, o Ministério da Defesa conduz os programas **Calha Norte** e **Proteção da Amazônia**.

O programa **Calha Norte** foi criado em 1985 com o propósito de contribuir para a integração da região Amazônica brasileira, situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Essa área, de população rarefeita, corresponde a 14% do território nacional e abrange faixa de fronteira de cerca de 6.700 km.

Com os recursos alocados ao programa, e de forma judiciosa, foram atingidas as seguintes metas no ano de 2000:

- Início da construção do Porto de Camanaus, em São Gabriel da Cachoeira (AM), que facilitará o acesso ao Alto Rio Negro, bem como implementará o comércio internacional com Colômbia e Venezuela.

- Efetivação de 31 convênios com vinte Municípios dos Estados do Amazonas, Pará, Amapá e Roraima, englobando 53 obras que beneficiarão cerca de 100.000 brasileiros que vivem na região. Estas obras de elevado cunho social incidiram sobre a área de saúde, educação e infra-estrutura básica.

O **Calha Norte** permitiu convênios com 20 Municípios da região Amazônica para realização de 53 obras para saúde, educação e infra-estrutura básica, beneficiando cerca de 100 mil brasileiros.

- Assinatura de convênio com a Fundação Getúlio Vargas visando à elaboração do documento "Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável", que visa identificar as potencialidades dos Municípios da região da Calha Norte, seus problemas e os principais projetos para solução dos mesmos no âmbito das infra-estruturas social, econômica e institucional.

- Implementação do projeto-piloto de Tabatinga (AM), com a criação de Centro Cultural para o Alto Solimões e o revigoramento do Centro de Treinamento Profissionalizante já existente.

- Apoio em infra-estrutura básica para várias comunidades indígenas, como as de Maturacá (AM), na fronteira com a Venezuela, onde 2 comunidades Yanomamis tiveram seus

antigos anseios atendidos, e as 2 comunidades Ticunas (Nova Extrema e Santa Rosa), no Alto Solimões, na fronteira com a Colômbia, que se beneficiam dos resultados do projeto pioneiro de produção comunitária sustentável.

Na área da Defesa, foram realizadas a manutenção e obras em mais de trinta Organizações Militares do Exército Brasileiro, particularmente as localizadas na faixa de fronteira; manutenção das embarcações da Marinha do Brasil, permitindo melhor patrulhamento dos rios amazônicos e ações cívico-sociais e foi proporcionado também, para a Força Aérea Brasileira, aumento significativo nas suas horas de vôo, possibilitando que o Apoio Aéreo, tão importante naquela região, fosse incrementado de forma satisfatória e eficiente.

Com finalidade de manutenção da soberania nacional, integridade territorial e desenvolvimento regional, planeja-se para o ano 2001 a implantação de mais quatro Pelotões Especiais de Fronteira: Pelotão de Tunui-Cachoeira, na fronteira com a Colômbia, Pelotão de Uiramutã, na fronteira com a Guiana, Pelotão de Ericó, na fronteira com a Venezuela e Pelotão de Tiriós, na fronteira com o Suriname.

O Governo brasileiro confere caráter estratégico e estruturante ao programa **Proteção da Amazônia**, o qual suporta as ações que viabilizarão a implantação da infra-estrutura e a operacionalização dos Sistemas de Proteção e de Vigilância da Amazônia, o SIPAM/SIVAM.

O Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM está sendo implementado e direcionado para promover o desenvolvimento sustentavel da Amazônia, por meio de conhecimentos e informações oriundas de grande banco de dados, contribuindo para atender as diretrizes gerais decorrentes da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal e as diretrizes gerais no que se aplica à vigilância do espaço aéreo, em consonância com a Política Nacional de Defesa.

No momento, o programa apóia a fase de implantação da infra-estrutura do SIVAM e delineia a operacionalização do SIPAM que, em breve, permitirá o funcionamento integrado e coordenado dos diversos órgãos com atuação na Amazônia.

A implantação do SIVAM foi iniciada, efetivamente, em julho de 1997 e tem a previsão de operar plenamente a partir de julho de 2002.

Duas metas de relevância para o sucesso do projeto foram atingidas. A primeira foi o desenvolvimento e adaptação, pela Embraer, das aeronaves EMB 145 para as versões de vigilância aérea e de sensoriamento remoto. Esta conquista representou a entrada do Brasil no seleto grupo de nações exportadoras dessa modalidade de aeronaves. Três dessas aeronaves estão sendo equipadas com radares e sensores. Outras oito aeronaves para transporte, treinamento e apoio logístico foram recebidas e, juntas, representam o cumprimento de 80% da meta estabelecida para o ano de 2000. A segunda foi a ampliação da capacidade de recepção e processamento de imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. Esta ampliação capacita o INPE a receber imagens da maioria dos satélites em órbita, bem como reduz o tempo de processamento e de entrega das imagens aos órgãos que as utilizam.

Ficaram prontas, em 2000, as primeiras unidades de vigilância e de telecomunicações das 37 atualmente em processo de instalação, permitindo a operação de radares, plataformas de coleta de dados e estações receptoras nas cidades de Manicoré, Cachimbo e Rio Branco, entre outras. Em virtude de mudanças decorrentes do processo de privatização das telecomunicações do País, o Sistema de Comunicações do SIVAM sofreu aperfeiçoamentos, o que refletiu em atraso na instalação de algumas unidades de vigilância e de telecomunicações previstas para 1999. No entanto, esta ação teve especial incremento em 2000, o que permitirá a conclusão de todas as unidades restantes.

O Governo Federal tem envidado especiais esforços para dotar o SIVAM de recursos orçamentários, visando ao atendimento às demandas das obras civis do projeto. Este esforço mantém a execução simultânea de cerca de cinqüenta obras em toda a região, permitindo que mais de 80 mil m² de área edificada tenham sido construídas, gerando cerca de 3.000 empregos diretos e 10.000 indiretos na região. Além disso, a qualidade da engenharia e da arquitetura dos empreendimentos evidencia a resposta positiva dos amazônicos aos desafios das novas tecnologias em obras civis agregadas à região, a despeito das adversidades logísticas, meteorológicas e climatológicas impostas pela Amazônia.

A execução de 50 obras civis do SIVAM permitiram a geração de cerca de 3.000 empregos diretos e 10.000 indiretos na região Amazônica.

O Instituto Nacional de Meteorologia - INMET foi dotado de Sistema de Previsão de Tempo de Alta Resolução, ampliando o grau de confiabilidade das previsões meteorológicas, bem como ajudando a desvendar fenômenos particulares da região.

Da mesma forma, foram delineadas as configurações dos projetos-piloto de telesaúde e teleducação. O primeiro objetiva o

desenvolvimento de modelos de predição e mapeamento de doenças transmitidas por vetores da região. O segundo prevê integração das Universidades da Amazônia ao banco de dados do Sistema, visando contribuir para a pesquisa temática regional de graduação e pós-graduação.

Os Sistemas de Proteção e de Vigilância da Amazônia – SIPAM/SIVAM receberam 80% das aeronaves previstas e instalaram 90% das unidades de vigilância e de telecomunicações.

Concluiu-se na quase totalidade as obras civis em curso, restando para 2001 a complementação da infra-estrutura predial das mesmas (cabeamento elétrico, lógico e telefônico, sistema de climatização); recebeu-se 80% das aeronaves e instalou-se 90% das unidades de vigilância e de telecomunicações, possibilitando o início da operação dos Centros Regionais de Vigilância e de Apoio Logístico de Manaus.

Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo a renovação e adequação de seus equipamentos. O documento Estratégia Militar Brasileira, em fase final de elaboração, fornecerá as bases para o planejamento do reaparelhamento das Forças Armadas. Com esse respaldo, será possível discutir-se a viabilidade de um projeto da "Lei de Meios de Defesa", estabelecendo-se, por um período de quinze a vinte anos, recursos orçamentários específicos para investimento na renovação dos equipamentos das Forças.

Em 2000, foram aprovados recursos de cerca de R$ 113,95 milhões que permitirão à Força Aérea Brasileira prosseguir com seus projetos de reaparelhamento e de modernização da frota de aeronaves.

No âmbito do programa **Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira**, foram previstos e aprovados em 2000 cerca de R$ 113,95 milhões, alocados a oito das quatorze ações componentes, capacitando a Aeronáutica a iniciar e dar prosseguimento a projetos de particular interesse da Força.

Foi possível iniciar a aquisição de doze aeronaves (plataformas) destinadas à instalação de equipamentos especializados para missão de patrulha marítima (aeronaves P-3), a serem empregadas na vigilância da Zona Econômica Exclusiva, e concluir as negociações para a aquisição de dez aeronaves C-130 oriundas da Aeronáutica Militar Italiana, representando grande melhoria na capacidade de transporte aéreo em apoio, não só às operações militares, como também à defesa civil, às campanhas de cunho sanitário, social e ambiental. Deu-se início ainda à substituição de equipamentos de navegação e comunicações de metade da frota de aeronaves C-91 Avro, visando à melhoria da segurança de vôo.

O projeto de modernização das aeronaves F-5, lançado em 2000, propiciou a implementação de vários projetos na área de

adequação da infra-estrutura de apoio da FAB às necessidades da Aeronáutica.

O programa **Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro** modernizou os Sistemas de Artilharia com a incorporação ao seu patrimônio de novas unidades de lançadores múltiplos universais de foguetes, complementados por veículos remuniciadores, unidades de controle de fogo, viaturas-oficinas veiculares e eletrônicas, viaturas-posto meteorológico, foguetes balísticos solo-solo, ferramental e equipamentos para manutenção. Todos estes sistemas possuem tecnologia de ponta, sendo considerados equipamentos de última geração.

O Exército modernizou seus sistemas de artilharia com equipamentos de última geração.

A aquisição de obuseiros autopropulsados e de carros de combate *Leopard* contribuiu para considerável aumento do poder de combate da Força, proporcionando melhores condições de adestramento da tropa.

A Aviação do Exército foi contemplada com novos equipamentos, como a aquisição de tanques de traslado para os helicópteros *Black Hawk*, proporcionando condições favoráveis para operar com eficiência na Amazônia. Da mesma forma, está sendo viabilizada a aquisição de oito helicópteros *COUGAR*.

Na busca constante da modernização, foram adquiridos óculos de visão noturna, materiais de campanha e equipamentos de emprego militar, de grande importância para a operacionalidade da tropa.

O programa **Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil** tem ênfase na construção naval brasileira.

O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro está construindo a corveta Barroso, moderno navio-escolta de projeto nacional, e o submarino Tikuna, que incorpora modificações brasileiras ao projeto original alemão dos submarinos da classe Tupi. Da mesma forma, obras de modernização das seis fragatas da classe Niterói continuam em andamento com conclusão prevista para 2002.

O reaparelhamento da Marinha está sendo feito com a incorporação e modernização de equipamentos, navios e submarinos. A Marinha adquiriu da França o porta-aviões São Paulo.

Em 2000, concluiu-se a modernização do monitor Parnaíba, do navio-tanque Potengi e do navio de assistência hospitalar Doutor Montenegro, já apto a realizar a assistência médica às populações ribeirinhas da bacia Amazônica.

Para substituir o porta-aviões Minas Gerais, a Marinha adquiriu o São Paulo (ex-*Foch*) da França, que irá operar com as

vinte e três aeronaves de ataque A-4 *Skyhawk*, adquiridas em 1998.

Foram ainda concluídas as obras da sede do Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro, a reforma de parte do Quartel do Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus e a adequação da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, para operação das aeronaves A-4 *Skyhawk*, incluindo aumento de pista, construção de hangar e instalação de aparelho de parada de aeronaves em emergência.

IX. Política Externa

O cenário internacional continuou a apresentar, no ano 2000, alguns elementos que constituem obstáculos ao desenvolvimento nacional. Persiste, na ordem assimetrica em que vivemos, o desequilibrio na adoção de valores universais: se, de um lado, a liberdade avança em todos os continentes nos planos político e econômico, de outro, a igualdade e a solidariedade são relegadas a segundo plano, o que se evidencia na ampliação dos hiatos entre ricos e pobres, incluidos e excluidos. Por essa razão, a diplomacia brasileira tem denunciado, por exemplo, politicas protecionistas por parte dos paises desenvolvidos e perseverado na busca de correção das graves distorções que afetam o comércio internacional.

Em que pese a permanência dessas distinções no quadro internacional, o ano 2000 ficará marcado na história da América do Sul. Por iniciativa do Presidente da República, reuniram-se em Brasília, pela primeira vez, os Presidentes sul-americanos. Todos os Chefes de Estado da região discutiram desafios comuns gerados pela geografia compartilhada, ou seja, pela vizinhança física. O Brasil, que divide fronteiras com nove de seus onze vizinhos, convive com todos, há mais de um século, em atmosfera de paz, amizade e forte ânimo integracionista.

O ano 2000 ficará marcado na história da América do Sul. Por iniciativa do Presidente da República, reuniram-se em Brasília, pela primeira vez, os Presidentes sul-americanos.

No campo político, os Presidentes adotaram, no Comunicado de Brasília, a "cláusula democrática" para o conjunto da América do Sul, pela qual a manutenção do Estado de direito e o pleno respeito ao regime democrático passam a constituir condição para a participação em futuros encontros sul-americanos. Decidiram, ainda, realizar consultas na hipótese de ameaças de ruptura da ordem democrática na América do Sul, respeitando-se mecanismos regionais como a Organização dos Estados Americanos – OEA e o Grupo do Rio.

No Comunicado de Brasília foi adotada a "clausula democrática". A manutenção do Estado de direito e do regime democrático passam a ser condição para a participação em futuros encontros.

Assinalaram a necessidade de definir programa de ação pública regional com o objetivo de favorecer a adoção de políticas que contribuam para combater os desequilibrios de distribuição de renda. Serão identificados programas de cooperação para o fortalecimento dos sistemas nacionais de proteção dos direitos humanos.

Os Presidentes comprometeram-se a estimular o diálogo sobre segurança na América do Sul, levando em conta os aspectos humanos, econômicos e sociais da questão. Nesse contexto, acordaram em criar uma Zona de Paz Sul-americana, a ser edifi-

cada a partir da Declaração do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz e Livre de Armas de Destruição em Massa (1998) e do Compromisso Andino de Paz, Segurança e Cooperação (1989).

Os Chefes de Estado do Mercosul e da Comunidade Andina decidiram iniciar as negociações para estabelecer, antes de janeiro de 2002, uma área de livre comércio regional.

Na área comercial, na linha do princípio do "regionalismo aberto", os mandatários registraram a meta de formação de um espaço econômico-comercial ampliado na América do Sul com base na articulação entre o Mercosul e a Comunidade Andina, com participação de Chile, Guiana e Suriname, com vistas à liberalização do intercâmbio de mercadorias e serviços, à facilitação de investimentos e à criação de infra-estrutura. Os Chefes de Estado do Mercosul e da Comunidade Andina decidiram iniciar negociações para estabelecer, antes de janeiro de 2002, uma área de livre comércio entre os dois agrupamentos. Decidiu-se, ainda, intensificar a coordenação das posições negociadoras no contexto da conformação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

Quanto à elaboração de planos de infra-estrutura para a América do Sul, os Presidentes registraram a importância de desenvolver uma visão regional que incorpore e amplie as visões nacionais. A noção de eixos regionais de integração e desenvolvimento favorece a coordenação do planejamento, financiamento e implantação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável e promove visão integrada nas áreas de energia, transportes e telecomunicações, incluindo a implantação de estrutura básica de conexão entre a região e as centrais de Internet. O Brasil anunciou o estabelecimento de um Fundo Sul-americano de estímulo às atividades de cooperação científica e tecnológica.

Os países sul-americanos cooperarão nas áreas de inteligência, operações policiais, controle de tráfico de drogas, desvio de precursores químicos e controle do tráfico de armas. Será constituída uma força-tarefa sul-americana contra a lavagem de dinheiro.

Com relação ao combate ao narcotráfico e ao crime organizado, os Presidentes decidiram estreitar a cooperação entre os países sul-americanos nos campos de inteligência, operações policiais, controle do tráfico, desvio de precursores químicos e controle do tráfico de armas. Serão instituídos um mecanismo formal de consultas entre os órgãos responsáveis pela luta contra drogas ilícitas e delitos conexos e uma força-tarefa sul-americana contra a lavagem de dinheiro.

Na área das relações políticas bilaterais, o Presidente da República realizou visita de Estado a Portugal, por ocasião das comemorações dos 500 anos do Descobrimento. Realizou, ademais, visitas de Estado ou de trabalho a Alemanha, Bolívia, Chile, Costa Rica, Espanha, França, Moçambique, Países Baixos, Uruguai e Venezuela. O Presidente da República compareceu às posses dos Presidentes Jorge Batlle, do Uruguai, Ricardo Lagos, do Chile, e Vicente Fox, do México. Visitaram o Brasil os Presi-

dentes ou Primeiros-Ministros da África do Sul, Bolívia, Chile, Cingapura, Indonésia, Itália, Portugal, Romênia, Uruguai e Venezuela, além dos Reis da Espanha e do Príncipe-Herdeiro da Arábia Saudita. Em 2001 o Presidente da República deverá visitar a Coréia do Sul e o Líbano.

O desenvolvimento da aliança estratégica Brasil-Argentina ganhou renovado impulso ao longo de 2000. Os contatos em nível presidencial foram freqüentes, em encontros mantidos à margem das reuniões do Mercosul, da Cúpula Ibero-americana, da viagem à Espanha e da Reunião de Presidentes da América do Sul. Os Ministros das Relações Exteriores, da Fazenda e da Defesa do Brasil e da Argentina assinaram em abril de 2000 a Declaração de Buenos Aires, na qual se comprometeram a intensificar as consultas e a coordenação política entre as Chancelarias sobre as agendas bilateral, regional e internacional.

No ano 2000 o Brasil apoiou a defesa e consolidação da democracia no Paraguai e continuou a cooperar para a reconversão produtiva da economia desse país, linhas de ação que deverão ser mantidas em 2001. Em conjunto com os países do Mercosul, o Brasil condenou tentativa de golpe de Estado e exortou as facções políticas paraguaias a respeitarem os resultados das eleições para Vice-Presidente, que deram vitória ao candidato da oposição. Em atenção a pedido do Governo do Paraguai e em cumprimento à ordem emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, a Polícia Federal prendeu o General Lino Oviedo, cujo pedido de extradição está sendo julgado pelo STF. As aduanas brasileiras e paraguaias foram unificadas, possibilitando o combate mais efetivo ao contrabando e à corrupção na fronteira.

O Brasil exerceu a Presidência *pro tempore* do Mercosul no segundo semestre de 2000, culminando com a XIX Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Florianópolis. Nesse período, constituiu prioridade a implementação da "Agenda de Relançamento do Mercosul", resposta ao difícil momento vivido pela União Aduaneira em 1999, em função da crise financeira externa e suas implicações para as economias dos seus membros. Naquele ano, o Brasil cresceu 0,8 % e seus parceiros apresentaram índices de crescimento nulos ou negativos, o que provocou redução dos fluxos comerciais intrazona, fenômeno desconhecido desde a assinatura do Tratado de Assunção (1991). Esse quadro exigiu, em 2000, intensa atividade negociadora sobre o adequado funcionamento da União Aduaneira e sobre novos patamares da integração, com destaque para temas como acesso a mercados, defesa comercial e da concorrência, incentivos a investimento, produção e exportação, aperfeiçoamento do sistema

Na Presidência *pro tempore* do Mercosul, o Brasil deu prioridade à Agenda de Relançamento do Mercosul.

de solução de controvérsias, relacionamento externo e coordenação macroeconômica. Deu-se continuidade às negociações para incorporação dos setores automotivo e açucareiro ao livre comércio na sub-região, tendo Brasil e Argentina alcançado acordo bilateral sobre o primeiro ponto.

No que se refere ao relacionamento externo do Mercosul, foram mantidas tratativas em distintos níveis: com a União Européia, teve início o processo de negociação do Acordo de Associação Inter-Regional; com a Bolívia, aprofundou-se o Acordo de Livre Comércio; com a Comunidade Andina, iniciou-se o processo de preparação técnica das negociações do Acordo de Livre Comércio; com a África do Sul, foi assinado Acordo-Quadro durante a XIX Reunião do Conselho do Mercado Comum, com a presença dos Presidentes dos países do Mercosul e da África do Sul; com o México, realizaram-se rodadas negociadoras para definição de Acordo de Preferências Tarifárias; e foram mantidas consultas com Japão, Coréia do Sul e Rússia. Além disso, o Presidente da República reuniu-se com Chefes de Estado e de Governo centro-americanos e da República Dominicana, ocasião em que transmitiu o interesse do Brasil e do Mercosul em buscar maior aproximação e cooperação com a região.

Registrou-se no ano 2000 evolução no processo negociador da ALCA. O Governo coordenou posições com os parceiros do Mercosul na apresentação de propostas e na defesa de pontos de vista consistentes com os interesses da sociedade brasileira. A partir da III Cúpula das Américas, em 2001, em Ottawa, as negociações deverão tomar novo ritmo.

No que respeita às relações com os Estados Unidos da América – EUA, o ano 2000 revelou-se profícuo, com a realização de dezenas de visitas de alto nível, envolvendo Ministros e Governadores de ambos os lados, além de missões empresariais. Intensificaram-se os contatos em todas as áreas, cabendo registrar a criação do Mecanismo de Consulta Política Brasil-EUA.

A Europa permanece como o mais importante parceiro econômico do Brasil, responsável por quase um terço do comércio exterior do País – cerca de 25 bilhões de dólares – e por estoque de investimentos diretos superior a 50 bilhões de dólares.

A Europa permanece como o mais importante parceiro econômico do Brasil, responsável por quase um terço do comércio exterior do País – cerca de 25 bilhões de dólares – e por estoque de investimentos diretos superior a 50 bilhões de dólares.

A Europa permanece como o mais importante parceiro econômico do Brasil, responsável por quase um terço do comércio exterior do País – cerca de 25 bilhões de dólares – e por estoque de investimentos diretos superior a 50 bilhões de dólares. Capitais privados provenientes de países como Alemanha, Itália, Reino Unido e França foram responsáveis pela duplicação do volume de investimentos estrangeiros diretos nos últimos cinco anos. Na onda mais recente de investimentos europeus, destaca-se a participação de Espanha e Portugal nos setores de telecomunicações, energético e financeiro.

O ano 2000 marcou o despertar da sociedade brasileira para a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, com maior interação entre Executivo, Congresso e sociedade civil. Por ocasião da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Maputo (Moçambique), à qual compareceu o Presidente da República, foi eleita secretária executiva da Comunidade a brasileira Dulce Maria Pereira, reconhecida ativista do movimento negro e personalidade ligada às áreas de cultura e desenvolvimento. Foi constituída a Comissão Nacional de Apoio à CPLP, com objetivos na área de concertação político-diplomática, cooperação técnica e promoção da língua portuguesa. O Governo relançou o debate sobre o Acordo Ortográfico e o Instituto Internacional de Língua Portuguesa. No âmbito do Congresso, emenda ao orçamento 2000 garantiu recursos adicionais direcionados à cooperação com os países lusófonos, em particular no plano educacional. Também em 2000, teve começo a cooperação brasileira com o Timor Leste, tendo visitado o Brasil o Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense – Xanana Gusmão.

No plano das negociações comerciais multilaterais, o Brasil continuou a participar ativamente das atividades da Organização Mundial do Comércio - OMC, na discussão de temas como defesa comercial, subsídios, barreiras técnicas ao comércio e direitos de propriedade intelectual. Paralelamente, participou dos esforços para a retomada da proposta de lançamento de nova rodada de negociações comerciais multilaterais, a Rodada do Milênio. O Brasil expressou apoio à entrada da China na OMC e concluiu acordo bilateral nesse sentido.

O Brasil participou ativamente das negociações da OMC, empenhando-se no lançamento da Rodada do Milênio.

O Brasil continuou a denunciar o fato de que os países industrializados mais prósperos restringem o acesso aos seus mercados, ao mesmo tempo em que cobram abertura ainda maior para os seus produtos nos países em desenvolvimento. O País considera inaceitável que se permita a economias avançadas conceder subsídios de dezenas de bilhões de dólares à produção e às exportações de produtos agrícolas, com grave prejuízo para nações exportadoras mais eficientes e competitivas. Como se não bastasse, o protecionismo contido nas cláusulas trabalhistas e ambientais representa nova ofensiva contra as exportações das nações em desenvolvimento. Nesse sentido, aspecto importante da atuação brasileira na OMC esteve relacionado com a solução de controvérsias. O contencioso de maior envergadura referiu-se ao tema das aeronaves regionais (EMBRAER-Bombardier). Iniciaram-se, ademais, as negociações mandatadas em agricultura. Foram ampliados os contatos com vários países com vistas à eliminação de barreiras às exportações brasileiras. Acordou-se em

O Brasil denunciou o protecionismo dos países mais industrializados que restringem acesso aos seus mercados, ao mesmo tempo que cobram maior abertura de países em desenvolvimento.

O País trabalhou para eleminar as barreiras às exportações brasileiras: acordou, com os Estados Unidos, a criação de Comitê Consultivo em Agricultura para agilizar a discussão da pauta agrícola bilateral.

criar com os EUA, nessa perspectiva, um Comitê Consultivo em Agricultura, que possibilitará enfoque agilizado de temas da pauta agrícola bilateral.

O Governo continuou a participar do sistema de divulgação de informações econômicas e financeiras para a comunidade financeira internacional, promovendo melhor conhecimento sobre a economia nacional e aprimorando a percepção do chamado "risco-país", mediante estratégia de diferenciação baseada no fornecimento regular de informações transparentes e atualizadas sobre os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira.

No âmbito do programa **Cooperação Científica e Tecnológica Internacional**, o Brasil expandiu as relações com países em desenvolvimento e ampliou a cooperação com países desenvolvidos e organismos internacionais. Firmou-se a intenção de estreitar o relacionamento com os países de língua portuguesa e com a América Latina, em particular o Mercosul. O País fortaleceu a cooperação Sul-Sul no marco do Grupo dos 15, cuja reunião de Cúpula de 2001 será dedicada ao tema. O Governo considera a possibilidade de cooperar com os países lusófonos na utilização de satélite nos campos da teleducação, meteorologia e sensoriamento remoto. Desenvolveram-se programas com parceiros não-tradicionais como China, Índia, Coréia do Sul e Austrália. Intensificou-se a cooperação com os parceiros tradicionais, em particular França e Alemanha, mediante concentração em grandes áreas temáticas e maior associação com o setor privado. A relação com a Argentina mereceu atenção específica. A cooperação com os EUA foi fortalecida no campo da pesquisa na área da saúde e será, em 2001, objeto de interesse especial. Reforçou-se, ademais, a política de controle e salvaguardas sobre a pesquisa estrangeira da biodiversidade nacional, em particular a Amazônica. Intensificou-se o debate internacional sobre o crescente papel das tecnologias da informação e da biotecnologia como base da chamada "nova economia do conhecimento", questão acompanhada pelo Brasil no âmbito de foros como *Digital Opportunity Task Force*, do G-8, ECOSOC, UNCTAD, UNIDO e UNESCO. Esse tema constituiu item relevante da Declaração de Presidentes da América do Sul.

O Brasil assinou acordo com os Estados Unidos sobre salvaguardas tecnológicas para viabilizar a participação americana em lançamentos a partir da base de Alcântara. Com isso, o País passará a oferecer alternativa competitiva ao promissor mercado de lançamento de satélites.

No plano da tecnologia espacial, o Brasil assinou acordo com os EUA sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação daquele país em lançamentos a partir da base de Alcântara. Com isso, o Brasil poderá oferecer alternativa altamente competitiva ao promissor mercado de lançamento de satélites. O Governo assinou, ainda, protocolo de cooperação com a China

por meio do qual se assentaram as bases para o prosseguimento da cooperação espacial com a construção conjunta de satélites.

No campo da diplomacia multilateral, o Brasil foi ator relevante, no plano interamericano, nas áreas de resolução de conflitos, gestão de crise, reconstrução pós-conflito, direitos humanos, fortalecimento das instituições democráticas e combate ao terrorismo, entre outros. Cabe sublinhar a IV Conferência de Ministros de Defesa das Américas, realizada em Manaus, na qual se discutiram segurança hemisférica, fortalecimento da confiança, defesa e desenvolvimento e cooperação regional. Em 2001 a III Cúpula das Américas tratará de temas relevantes como o fortalecimento da democracia, a criação de prosperidade, a realização do potencial humano e as novas tecnologias de informação e comunicação.

O Brasil atuou, no plano interamericano, nas áreas de resolução de conflitos, gestão de crise, reconstrução pós-conflito, direitos humanos, fortalecimento das instituições democráticas e combate ao terrorismo.

Além do plano sul-americano, o Governo participou nos mais diversos níveis – bilateral, regional, hemisférico e global – dos esforços da comunidade internacional de combate ao crime organizado transfronteiriço, em especial o narcotráfico e delitos conexos. Nesse sentido, continuou a apoiar as iniciativas da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD/OEA), particularmente no que se refere ao processo de implementação do Mecanismo de Avaliação Multilateral. A consolidação desse Mecanismo constitui importante avanço no âmbito da estratégia antidrogas do Hemisfério na medida em que, ao utilizar parâmetros transparentes e multilateralmente acordados para a avaliação dos esforços de combate ao narcotráfico, representa valioso instrumento alternativo ao processo unilateral de certificação desenvolvido pelo Governo norte-americano. O Brasil também participou ativamente das negociações, no âmbito da Organização das Nações Unidas - ONU, para a elaboração da Convenção contra o Crime Organizado Transnacional assinada em Palermo (Itália).

No plano da política multilateral global, as operações de paz da ONU são, para o Brasil, instrumento importante para a solução pacífica das controvérsias, embora não possam substituir as necessárias negociações entre as partes em conflito. O Brasil participa atualmente de missão de paz da OEA que atua na Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua, e de quatro missões da ONU – em Chipre, Guatemala, Croácia e Timor Leste. Destaca-se esta última participação, para a qual o Brasil contribui com 84 militares e 14 policiais de diversos Estados da Federação e do Distrito Federal, que assumem tarefas relevantes para a manutenção da ordem e segurança internas como, por exemplo, a proteção pessoal de líderes timorenses. O Brasil estuda a

Há participação brasileira nas missões de paz da OEA na Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua, e em quatro missões da ONU no Chipre, na Guatemala, na Croácia e no Timor Leste.

possibilidade de também enviar uma unidade médica. A Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste é chefiada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello, do quadro de funcionários da ONU.

O Brasil assinou, em 2000, o Estatuto do Tribunal Penal Internacional – TPI. O Executivo pretende enviar oportunamente o texto ao Congresso, onde já se encontra em tramitação, por iniciativa parlamentar, proposta de emenda constitucional que autorizaria o reconhecimento da jurisdição do TPI, abrindo caminho para a futura ratificação do Estatuto. O País continuará a participar, em 2001, da negociação dos textos complementares necessários à instalação do Tribunal.

O Vice-Presidente da República participou da Cúpula do Milênio das Nações Unidas, cuja Declaração Final reitera o papel crucial a ser exercido pela ONU no combate à pobreza, na defesa dos direitos humanos e na preservação da paz e segurança internacionais.

Foram assinadas pelo Brasil, no âmbito da OIT, cartas de ratificação sobre idade mínima para admissão no emprego e sobre trabalho infantil.

Na área de temas sociais, o Brasil intensificou sua atuação em organismos multilaterais como ONU (ECOSOC e Assembléia Geral), Organização Mundial da Saúde – OMS, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO e Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. O Presidente da República assinou, no âmbito da OIT, as cartas de ratificação da Convenção 138 sobre idade mínima para admissão de emprego e da Convenção 182 sobre as piores formas de trabalho infantil. O Comitê Nacional elaborou documento sobre a situação da mulher no Brasil por ocasião da Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre a implementação dos resultados da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. O Brasil participou, ademais, da sessão do Comitê de Segurança Alimentar da FAO, que discutiu a implementação dos compromissos assumidos na Cúpula Mundial da Alimentação (Roma, 1996). Em 2001 serão objeto de acompanhamento as Sessões Especiais da Assembléia Geral da ONU sobre Assentamentos Humanos e sobre HIV/AIDS.

A divulgação da imagem do Brasil por meio de manifestações culturais teve significativo avanço. O programa **Divulgação do Brasil no Exterior**, através da rede de Embaixadas e Consulados, promoveu eventos, veiculou matérias e distribuiu publicações sobre o Brasil.

No plano da diplomacia cultural, a divulgação da imagem do Brasil por meio de manifestações culturais teve significativo avanço. O aumento da eficiência nos projetos vem sendo marcado pela incorporação de novos parceiros em maior contato e sintonia com a sociedade civil. A Mostra do Redescobrimento, representação singular do desenvolvimento artístico brasileiro em seus cinco séculos de existência, percorrerá vários países nos próximos anos. O programa **Divulgação do Brasil no Exterior**,

através da rede de Embaixadas e Consulados, promoveu eventos, veiculou matérias e distribuiu publicações sobre o Brasil. Por sua vez, a assistência a Institutos Culturais e a Centros de Estudos Brasileiros teve a incumbência de divulgar, no exterior, o idioma português e a cultura brasileira.

Na área ambiental, no plano multilateral, o Brasil participou ativamente do estabelecimento de novos regimes e regras internacionais, em particular na VI Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima, em Haia, na qual se discutiu a implementação dos mecanismos previstos no Protocolo de Kyoto – sem que se tenha chegado a acordo conclusivo, o que exigirá novo encontro em 2001, em Bonn; na IV Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, em Berlim; na XI Conferência das Partes da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens ameaçadas de Extinção, em Nairobi; e na V Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, também em Nairobi. Sobre este último evento, cabe sublinhar a importância, para o Brasil, dos temas de acesso aos recursos genéticos e proteção dos conhecimentos tradicionais. Foi adotado o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que torna possível tomar medidas para a importação de organismos geneticamente modificados, ao mesmo tempo em que permite que, caso a questão da biossegurança seja invocada como barreira ao comércio, sejam adotadas ações comerciais nos foros apropriados. Ademais, a renegociação do Compromisso Internacional sobre Recursos Fitogenéticos no âmbito da FAO constitui exercício de grande importância na medida em que preserva, para países ricos em biodiversidade, como o Brasil, os avanços obtidos na Convenção sobre Diversidade Biológica.

A Assembléia Geral da ONU decidiu iniciar o processo preparatório da revisão da implementação dos compromissos assumidos na Conferência do Rio de 1992, a "Rio+10", evento a ser celebrado em 2002. Entende o Brasil que a Agenda 21 deve ser vista como um todo e servir de base para a construção de uma agenda de trabalho sobre temas como poluição urbana, padrões de produção e consumo e eficiência energética. Na qualidade de membro do Comitê Executivo do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, o Brasil buscou o aperfeiçoamento dos mecanismos que permitem a utilização de recursos do Fundo Multilateral em apoio aos esforços realizados pelos setores produtivo e consumidor nacionais na substituição daquelas substâncias.

No campo bilateral, o Brasil realizou diversos encontros de coordenação política e negociação em matéria de meio ambiente com parceiros como EUA e Argentina.

A UNESCO outorgou título de Patrimônio da Humanidade ao Parque Nacional do Pantanal (MS) e ao Parque Nacional do Jaú (AM).

Cabe ainda registrar que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO outorgou o título de Patrimônio da Humanidade ao Parque Nacional do Pantanal (MS), que integra a área mais ampla da Reserva da Biosfera do Pantanal, e ao Parque Nacional do Jaú (AM).

Na esfera da diplomacia consular e jurídica, o Governo desempenhou atividades de grande significado para a defesa do direito do cidadão brasileiro e da ordem interna brasileira, a exemplo das cartas rogatórias para repatriação dos recursos subtraídos da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo e de pedidos de extradição. O Brasil intensificou a cooperação judiciária internacional, em especial com seus parceiros do Mercosul.

Foram abertos oito novos Consulados Honorários e realizadas mais de 50 missões itinerantes para o atendimento de comunidades brasileiras no exterior.

O programa **Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior** aprimorou a rede consular brasileira. Foram abertos oito novos Consulados Honorários – nos EUA, Namíbia, Eslovênia, Eslováquia, Grécia, Venezuela, Canadá e Peru. Intensificaram-se as atividades das missões itinerantes – foram realizadas mais de 50, quase o dobro do número atingido em 1999 – e dos programas de visitas, de forma a beneficiar comunidades brasileiras distantes das sedes das repartições consulares. Assinou-se, ainda, no âmbito do Mercosul, Acordo de Cooperação e Assistência Consular que permite a cidadãos brasileiros em cidades que não disponham de representação consular brasileira serem atendidos pelas representações dos países-membros e associados do Mercosul. Por ocasião dos Jogos Olímpicos em Sidney, na Austrália, foi montado escritório consular para atendimento à delegação e aos torcedores brasileiros. Seguindo a política de procurar oferecer novos serviços à comunidade brasileira no exterior, realizou-se exame supletivo no Japão, que registrou aumento de 220% no número de inscritos com relação à primeira edição em 1999. O êxito da operação levou ao início de estudos sobre a possibilidade de estender a oferta desse serviço às comunidades brasileiras nos EUA.

O crescente número de brasileiros que, no ano 2000, procuraram trabalho no exterior, em especial nos EUA e em Portugal, obrigou as repartições consulares brasileiras a atenção redobrada para garantir proteção contra eventuais medidas abusivas por parte de autoridades migratórias. Realizaram-se gestões junto às autoridades do Paraguai para que fossem agilizados os trâmites para a concessão dos documentos necessários para a

regularização da situação de cidadãos brasileiros. Editou-se nova versão do Manual de Serviço Consular e Jurídico, que consolida e atualiza as normas que regem o serviço prestado pelos postos no exterior.

Foram inegáveis os progressos alcançados pelo Brasil no cenário internacional, não somente na inserção competitiva do País nos novos padrões da economia global, mas também nas múltiplas dimensões da política bilateral e multilateral e, em particular, no atendimento às necessidades e interesses dos cidadãos e das empresas nacionais. O País inicia o século XXI com renovado potencial de desenvolvimento, credibilidade e prestígio diplomáticos, firmando-se perante a América do Sul, o Hemisfério e o mundo como fator de estabilidade e equilíbrio para a governança global – elementos cruciais em um contexto de profundas incertezas e transformações estruturais.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil da Presidência da República
Secretaria de Comunicação de Governo

ORGANIZAÇÃO E CONTEÚDO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ESSA OBRA FOI EDITADA
E IMPRESSA PELA
IMPRENSA NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800
70610-640, BRASÍLIA, DF,
EM 2001, COM UMA TIRAGEM
DE 10.000 EXEMPLARES